

# DNIT

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA  
COORDENAÇÃO GERAL DE MEIO AMBIENTE



Itacarambi



Elaboração de Projeto de Estudo de Impacto Ambiental - EIA, Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, Plano Básico Ambiental - PBA, Componente Indígena, Serviços de Arqueologia e Estudo para obtenção da Autorização de Supressão de Vegetação para o licenciamento ambiental para as obras de implantação, pavimentação e melhorias da BR-135/MG Trecho: Div. BA/MG - Fim Contorno Curvelo, Subtrecho: Manga - Itacarambi, Segmento: km 88,7 - km 137,4 - Extensão 48,7 km.

## VOLUME 4 Diagnóstico do Meio Socioeconômico



CSL - Consultoria de Engenharia e Economia S/C Ltda  
ISO 9001:2008



magna engenharia ltda  
ISO 9001:2008

OUTUBRO/2013



## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 5 - Diagnóstico Ambiental..... 9**

5.3	Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico .....	11
5.3.1	Metodologia Aplicada .....	11
5.3.2	Dinâmica Populacional .....	12
5.3.3	Localização das Aglomerações Urbanas e Rurais e Áreas de Expansão Urbana .....	18
5.3.4	Indicadores de Qualidade de Vida .....	21
5.3.5	Uso e Ocupação Territorial.....	22
5.3.6	Infraestrutura Básica e Social.....	24
5.3.7	Caracterização das Comunidades Existentes na Área de Influência .....	40
5.3.8	Estrutura Produtiva e Serviços .....	62
5.3.9	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico .....	75
5.3.10	Componente Indígena .....	108
5.3.11	Populações Tradicionais.....	149
5.3.12	Reassentamento e Desapropriação .....	151
	Referências Bibliográficas .....	152

### LISTA DE FIGURAS

Figura 5.1:	Distribuição da população por sexo na AID. ....	13
Figura 5.2:	Pirâmide etária do município de Itacarambi/MG. ....	13
Figura 5.3:	Pirâmide etária do município de Manga/MG.....	14
Figura 5.4:	Pirâmide etária do município de São João das Missões/MG. ....	14
Figura 5.5:	Espacialização das Migrações na AII. ....	17
Figura 5.6:	Fim do trecho da BR-135 a ser pavimentado, próximo a área urbana de Itacarambi.....	18
Figura 5.7:	Entrada do município de Manga .....	18
Figura 5.8:	Acesso principal ao município de São João das Missões .....	18
Figura 5.9:	Cemitério e igreja na localidade de Rancharia, próximos à faixa de domínio da BR-135.....	19
Figura 5.10:	Vista do acesso principal da localidade de Rancharia, próximo a BR-135. ....	19
Figura 5.11:	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, em 2000. ....	21
Figura 5.12:	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para a AII, em 2000. ....	21
Figura 5.13:	Trecho da BR-135 em dia de chuva. ....	24
Figura 5.14:	Transporte intermunicipal na BR-135. ....	25
Figura 5.15:	Vista de parte do trecho pavimentado da BR-135. ....	25
Figura 5.16:	Vista de parte do trecho sem pavimentação da BR-135. ....	25
Figura 5.17:	Balsa no rio São Francisco permite o acesso de Itacarambi ao Projeto Jaíba. ....	26
Figura 5.18:	Balsa que atravessa o rio São Francisco do município de Manga à Matias Cardoso. ....	26
Figura 5.19:	Pivôs de irrigação presentes na AII. ....	28
Figura 5.20:	Obras da ETE em Itacarambi.....	29

Figura 5.21: Instalações da Copasa responsável pelo abastecimento de água de Itacarambi. ....	29
Figura 5.22: Cisterna doada pelo P1MC em residência localizada nas proximidades da BR-135. ....	29
Figura 5.23: Aterro de resíduos sólidos em Itacarambi. ....	30
Figura 5.24: Disposição e queima inadequada de resíduos no município de Manga. ....	31
Figura 5.25: Queima de resíduos a céu aberto em São João das Missões. ....	31
Figura 5.26: “Notícias de Itacarambi”, diário de notícias virtual. ....	32
Figura 5.27: Placa na BR-135 identificando o Circuito Turístico Velho Chico. ....	33
Figura 5.28: Carranca no Cais Água Viva. ....	35
Figura 5.29: Área de lazer e mirante próximos a margem do rio São Francisco. ....	35
Figura 5.30: UCs presentes na AID. ....	36
Figura 5.31: Roteiros Turísticos no Vale Cárstico. ....	39
Figura 5.32: Analfabetismo nos municípios da AII e Minas Gerais, anos 1991 e 2000. ....	40
Figura 5.33: Nível educacional da população da AII, com 25 anos ou mais, 2000. ....	41
Figura 5.34: Taxa de atendimento da população da AII, em 1991 e 2000. ....	42
Figura 5.35: Taxa de distorção idade-série, na AII, em 2006. ....	42
Figura 5.36: IDEB para os municípios da AII, 2007. ....	43
Figura 5.37: Escola Estadual Presidente Olegário Maciel, em Manga. ....	44
Figura 5.38: Escola Estadual Eliazar José Rodrigues, em Rancharia, São João das Missões. ....	45
Figura 5.39: Região Assistencial Norte de Minas e Microrregião de Januária, MG. ....	49
Figura 5.40: Hospital Municipal Gerson Dias, em Itacarambi, MG. ....	51
Figura 5.41: Unidade Auxiliar de Saúde de Rancharia, TI Xakriabá, São João das Missões. ....	54
Figura 5.42: Pólo Base da FUNASA em São João das Missões. ....	55
Figura 5.43: Clínica Odontológica Mares Guia, Itacarambi. ....	55
Figura 5.44: UBS Rancharia, São João das Missões. ....	57
Figura 5.45: Pesagem mensal de crianças de até 5 anos de idade, em São João das Missões. ....	57
Figura 5.46: Ambulância do SAMU 192 percorrendo trecho da BR-135. ....	57
Figura 5.47: Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos), nos municípios da AII. ....	60
Figura 5.48: Número de óbitos infantis, por faixa etária, no município de Itacarambi. ....	61
Figura 5.49: Estimativas para Mercado de Trabalho Formal. ....	64
Figura 5.50: Relação entre o número de anos de estudo com a média de salários mínimos recebidos .....	65
Figuras 5.51 e 5.52: Moradores da beira do rio São Francisco em Jacaré e operários da Fazenda Sertão sendo entrevistados (Itacarambi). ....	77
Figura 5.53: Entrevista das lideranças indígenas da Aldeia Rancharia (São João das Missões). ....	77
Figuras 5.54 e 5.55: Entrevista com moradores dos arredores da BR-135 (Manga e S. J. das Missões) ...	77
Figuras 5.56 e 5.57: Inspeções de campo em área de plantio e cortes da Rodovia BR-135 (São João das Missões e Manga) .....	78
Figura 5.58: Realização de Furo-Teste na ADA (São João das Missões e Manga). ....	78
Figuras 5.59 e 5.60: Áreas com terraplenagem e focos de erosão na ADA, (S. J. das Missões e Manga) ..	78
Figuras 5.61 e 5.62: Áreas com focos de erosão, cortes e taludes na ADA (S. J. das Missões e Manga) ...	79
Figura 5.63: Sítio Arqueológico Missões na ADA. ....	88
Figura 5.64 e Figura 5.65: Sítio Arqueológico Missões (ADA) .....	88

Figuras 5.66 e 5.67: Abrigo com vestígios de figurações rupestres: bastonetes vermelhos alinhados. ....	89
Figuras 5.68 e 5.69: Detalhe cupiles no bloco e fragmentos cerâmicos e lítico no piso do abrigo. ....	89
Figuras 5.70 e 5.71: Detalhe da Escola de Rancharia.....	90
Figura 5.72: Engenho da Aldeia de Rancharia na TI Xakriabá.....	90
Figura 5.73: Cocho de madeira encontrado no Engenho .....	90
Figura 5.74: Desenho esquemático da Olaria de Rancharia na TI Xakriabá.....	90
Figura 5.75: Detalhes de antiga residência presente na AID.....	91
Figura 5.76: Sítio Arqueológico Capim Pubo 1 – Suporte rochoso com figurações rupestres .....	91
Figuras 5.77 e 5.78: Sítio Arqueológico Capim Pubo 1 – Suporte rochoso com figurações rupestres típicas da Tradição São Francisco e Nordeste .....	92
Figuras 5.79 e 5.80: Sítio Arqueológico Capim Pubo 1 Detalhe artefatos líticos lascados e polido no piso do abrigo.....	92
Figura 5.81: Sítio Arqueológico Capim Pubo 1 - Detalhe conjunto de incisões em bloco situado no interior do abrigo .....	92
Figuras 5.82 e 5.83: Sítio Arqueológico Capim Pubo 2 .....	93
Figuras 5.84 e 5.85: Patamar Superior com figurações rupestres e detalhe de parede da parte inferior com figurações típicas da Tradição Nordeste .....	93
Figuras 5.86 e 5.87: Morro Lavagem e Abrigo arqueológico Lavagem .....	93
Figuras 5.88 e 5.89: Figurações rupestres da Tradição São Francisco no abrigo do Morro Lavagem.....	94
Figuras 5.90 e 5.91: Detalhe de possível escavação no abrigo Lavagem e fragmento cerâmico no piso ...	94
Figura 5.92: Depredações observadas no abrigo do Morro Lavagem.....	94
Figura 5.93 e Figura 5.94: Oficina de Farinha e Prensa na Fazenda Três Irmãos.....	95
Figura 5.95: Detalhe da roda da Oficina de Farinha na Fazenda Três Irmãos.....	95
Figuras 5.96 e 5.97: Oficina de Farinha e casa abandonadas .....	95
Figuras 5.98 e 5.99: Antigo Cruzeiro e Oficina de Farinha .....	96
Figuras 5.100 e 5.101: Oficina de Farinha e Forno desativados .....	96
Figura 5.102: Registro da inauguração da Escola Presidente Olegário Maciel.....	102
Figura 5.103: Registro fotográfico da antiga área central do município de Manga .....	103
Figura 5.104: Igreja de São João na praça central do município.....	103
Figura 5.105: Detalhe arquitetônico da residência Anália Andrade de Lima .....	107
Figura 5.106: Localização Regional da TIXR.....	110
Figura 5.107: 1º Acesso vista sentido Manga .....	111
Figura 5.108: 1º Acesso vista sentido Itacarambi .....	111
Figura 5.109: 2º Acesso vista sentido Itacarambi .....	111
Figura 5.110: 2º Acesso Ocupação do lado oposto a TI.....	111
Figura 5.111: 3º Acesso vista sentido Itacarambi .....	111
Figura 5.112: 3º Acesso Ocupação do lado da TIXR, sentido Itacarambi.....	111
Figura 5.113: Ponto de parada de ônibus, lado oposto ao 3º acesso à TIXR .....	112
Figura 5.114: 4º Acesso vista sentido Itacarambi .....	112
Figura 5.115: 4º Acesso Igreja utilizada pelos índios .....	112
Figura 5.116: 5º Acesso Acesso alternativo a TI .....	112
Figura 5.117: 5º Acesso Escola Estadual – Lado oposto a TI.....	112

Figura 5.118: 6° Acesso Acesso lateral ao cemitério da TI.....	113
Figura 5.119: 6° Acesso Ocupação – Lado oposto a TI.....	113
Figura 5.120: Pontos de Acesso à Terra Indígena Xakriabá Rancharia.....	114
Figura 5.121: Regiões da Terra Indígena Xakriabá Rancharia.....	115

### LISTA DE QUADROS

Quadro 5.1: Características Demográficas por município integrante da All para o ano de 2009.....	15
Quadro 5.2: Indicadores de mortalidade, longevidade e fecundidade, em 2000.....	22
Quadro 5.3: Consumo de energia elétrica por classe de consumidores (kWh).....	27
Quadro 5.4: Consumidores de energia elétrica por classe de consumo .....	28
Quadro 5.5: Percursos e tempo para cada um dos roteiros do Parna das Cavernas do Peruaçu.....	37
Quadro 5.6: Quantidade de alunos que utilizam transporte escolar, na All, em 2009.....	46
Quadro 5.7: Regionalização da Assistência em Saúde, PDR 2001-2004 .....	48
Quadro 5.8: Rede hospitalar dos municípios da microrregião de Januária e pólo macrorregional .....	51
Quadro 5.9: Rede ambulatorial dos municípios da All .....	53
Quadro 5.10: Equipes de Saúde nos municípios da All.....	56
Quadro 5.11: Principais causas de mortalidade por municípios da All, 2008.....	59
Quadro 5.12: Formação do PIB, PIB <i>per capita</i> e habitantes, 2006 .....	63
Quadro 5.13: Distribuição espacial dos postos de trabalho, por Atividade Econômica, 2008.....	65
Quadro 5.14: Distribuição espacial dos estabelecimentos, por Atividade Econômica, 2008 .....	65
Quadro 5.15: Mercado de trabalho e estabelecimentos formais por Atividades Econômicas, ordenada pelo estoque de empregos para o município de Jaíba .....	66
Quadro 5.16: Mercado de trabalho e estabelecimentos formais por Atividades Econômicas, ordenada pelo estoque de empregos para o município de Itacarambi.....	67
Quadro 5.17: Mercado de trabalho e estabelecimentos formais por Atividades Econômicas, ordenada pelo estoque de empregos para o município de Manga .....	67
Quadro 5.18: Mercado de trabalho e estabelecimentos formais por Atividades Econômicas, ordenada pelo estoque de empregos para o município de Matias Cardoso .....	68
Quadro 5.19: Mercado de trabalho e estabelecimentos formais por Atividades Econômicas, ordenada pelo estoque de empregos para o município de São João das Missões .....	68
Quadro 5.20: Distribuição espacial dos estoques de estabelecimentos e emprego da Indústria de Transformação.....	69
Quadro 5.21: Empregos e remuneração média das ocupações mais demandadas na Indústria de Transformação.....	69
Quadro 5.22: Características do mercado de trabalho na Indústria da Transformação .....	70
Quadro 5.23: Distribuição espacial dos estoques de estabelecimentos e emprego da Construção Civil .....	70
Quadro 5.24: Empregos e remuneração média das ocupações mais demandadas na Construção Civil.....	70
Quadro 5.25: Características do mercado de trabalho na Construção Civil .....	71
Quadro 5.26: Distribuição espacial dos estoques de estabelecimentos e emprego do Comércio .....	71
Quadro 5.27: Empregos e remuneração média das ocupações mais demandadas no Comércio.....	72
Quadro 5.28: Características do mercado de trabalho do Setor do Comércio .....	72
Quadro 5.29: Distribuição espacial dos estoques de estabelecimentos e emprego dos Serviços .....	73
Quadro 5.30: Empregos e remuneração média das ocupações mais demandadas em Serviços .....	73

Quadro 5.31: Características do mercado de trabalho no Setor de Serviços.....	74
Quadro 5.32: Distribuição espacial dos estoques de estabelecimentos e emprego da Agropecuária .....	74
Quadro 5.33: Empregos e remuneração média das ocupações mais demandadas na Agropecuária .....	74
Quadro 5.34: Características do mercado de trabalho na Agropecuária.....	75
Quadro 5.35: Levantamento realizado com moradores .....	76
Quadro 5.36: Levantamento Sistemático da Área de Influência .....	79
Quadro 5.37: Sítios Arqueológicos que constam no atual cadastro do CNSA/SGPA – IPHAN.....	97
Quadro 5.38: Patrimônio Cultural/Arqueológico inventariado .....	98
Quadro 5.39: Estruturas de interesse histórico/arqueológica inventariadas.....	100
Quadro 5.40: Bens Imóveis Tombados em Itacarambi.....	101
Quadro 5.41: Bens Imóveis Tombados em Manga.....	102
Quadro 5.42: Estruturas Arquitetônicas em Itacarambi .....	104
Quadro 5.43: Patrimônio Imaterial – Formas de Expressão (IMA) .....	108
Quadro 5.44: Coordenadas dos limites extremos da TIXR.....	109
Quadro 5.45: Origem dos rendimentos anuais .....	129
Quadro 5.46: Animais potencialmente caçados.....	132
Quadro 5.47: Comunidades Quilombolas Certificadas no município de Manga .....	150





# Capítulo 5

## Diagnóstico Ambiental





### 5.3 Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico

Este item apresenta o Diagnóstico do Meio Socioeconômico das Áreas de Influência Direta (AID) e Indireta (AII) e da Área Diretamente Afetada (ADA) para a implantação, pavimentação e melhorias da BR-135 que inicia no município de Manga, passando por São João das Missões e finaliza em Itacarambi, no Norte do Estado de Minas Gerais.

A ADA compreende a extensão territorial onde ocorrerão as intervenções diretas resultantes da implantação do empreendimento. Neste espaço estão incluídas as respectivas estruturas de suporte e apoio às obras de pavimentação e melhoria da BR-135, sendo constituído pela Faixa de Domínio<sup>1</sup> da rodovia. Destaca-se que os terrenos nesta faixa já são de propriedade do Departamento nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), não sendo passíveis de desapropriação, pois de acordo com os Decretos de Utilidade Pública (DUP), que declaram de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituição de servidão de passagem a faixa necessária à implantação, segurança e manutenção da rodovia. Com esse instrumento o DNIT fica, então, autorizado a promover as desapropriações, quando necessárias, ou instituição de servidão de passagem com a utilização de recursos próprios, em caráter de urgência, de acordo com os termos legais.

A AID refere-se aos espaços cujos recursos poderão ser diretamente afetados pelo empreendimento. A Área de Influência Indireta (AII) sujeita a impactos indiretos é compreendida pelos municípios de Itacarambi, São João das Missões e Manga.

Vale lembrar ainda que o diagnóstico a seguir é apresentado segundo uma estrutura temática definida a partir da percepção construída, ao longo dos estudos, sobre os aspectos antrópicos com maior probabilidade de apresentarem interações significativas com as transformações ambientais decorrentes do empreendimento.

Para a delimitação das áreas de influência do empreendimento e a seleção dos aspectos a serem abordados no diagnóstico do meio socioeconômico, foram consideradas as diretrizes do Termo de Referência emitido pelo IBAMA.

#### 5.3.1 Metodologia Aplicada

O diagnóstico ambiental do meio socioeconômico foi elaborado a partir da compilação, análise e seleção de informações secundárias coletadas em base de dados oficiais das principais instituições de pesquisa de nível nacional e estadual, amplamente utilizadas como suporte a análises e elaboração de políticas públicas, indicadores sociais, entre outras, além de reconhecimento *in loco* do empreendimento e da ADA por equipe técnica habilitada, sendo as fontes utilizadas para consulta citadas ao longo do trabalho.

As bases de dados consultadas foram as seguintes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS), além de consultas as informações disponibilizadas em sites oficiais das instituições citadas, sites de universidades, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais dentre outras.

Os dados demográficos apresentados neste item foram compilados a partir da Contagem da População realizada pelo IBGE em 2006, sendo que os municípios de Manga, São João das Missões e Itacarambi compõem a AII do empreendimento.

Nas sedes municipais foram realizados levantamentos para a obtenção de dados primários, de modo que os resultados obtidos retratassem as características das indústrias, do comércio, das comunidades tradicionais e indígenas e das comunidades que residem às margens da rodovia, mostrando as condições de vida dos moradores da região que será diretamente afetada pela pavimentação e melhorias da BR-135.

Ressalta-se ainda que a apresentação das informações respeitou a estrutura proposta no Termo de Referência, adaptando-a quando conveniente.

---

1 A Faixa de Domínio (FD) é um conjunto de áreas desapropriadas pelo poder público, destinadas à construção e operação de rodovia, constituída por pistas de rolamento, canteiros centrais, obras de arte, acostamentos, sinalizações e faixas laterais de segurança destinadas a acomodar os elementos do corpo estradal e facilitar a operação, manutenção e expansão da via.

### 5.3.2 Dinâmica Populacional

#### 5.3.2.1 Dinâmica Demográfica da AID

De acordo com o IBGE (2008), o Estado de Minas Gerais apresentava em 2007 uma população absoluta de 19.273.506 habitantes, sendo o quarto maior estado brasileiro em extensão territorial (586.528 km<sup>2</sup>). Minas Gerais ocupa o 2º lugar entre os estados brasileiros mais populosos e como todos os demais estados da região Sudeste do Brasil, Minas Gerais apresenta alta taxa de urbanização, que se acelerou em um crescimento explosivo entre os anos 1960 e 1980.

Cabe salientar que a partir da década de 1980, além da abertura de estradas, o governo incentivou a colonização agrícola e pecuária, conforme mencionado anteriormente e, em decorrência disso, a população cresceu significativamente.

De acordo com informações do Censo Demográfico (IBGE, 1980, 1991, 2000), em 1980, os municípios de Manga e Itacarambi somavam juntos uma população de 49.967 habitantes. Contudo, o atual território do município de São João das Missões fazia parte desta área como Distrito de Itacambira, tendo sua população contabilizada neste Censo (1980).

Quando se analisa cada município isoladamente, verifica-se que no período entre 1980 e 1991, o município de Manga registrou uma taxa geométrica de crescimento de 0,038%. Já para o período 1991 a 2000 essa taxa apresenta um crescimento de -0,092% ao ano. Esta queda na taxa de crescimento anual do município, no intervalo de 1991-2000, coincide com o período medido após a emancipação dos ex-distritos de Juvenília, Matias Cardoso, Miravânia e Jaíba<sup>2</sup>.

No município de Itacarambi para o período 1980 a 1991 a taxa de crescimento era de 0,022% ao ano, enquanto que a taxa de urbanização era de 0,044%. No período compreendido entre 1991/2000 foi observada uma taxa de crescimento negativo (-0,025% ao ano), no entanto, o município apresentou incremento positivo de sua população urbana, tendo sido verificada uma taxa de 0,0174% ao ano.

Com relação ao grau de urbanização, de acordo com informações da Fundação João Pinheiro (FJP), e do Centro de Estatística e Informações (CEI) os três municípios da AII apresentam taxas de urbanização bem diferenciadas, sendo que Itacarambi é o que possui a mais elevada (52,26%). O município de Manga tem uma taxa de urbanização de 29,9% enquanto que a de São João das Missões é de 19,12%.

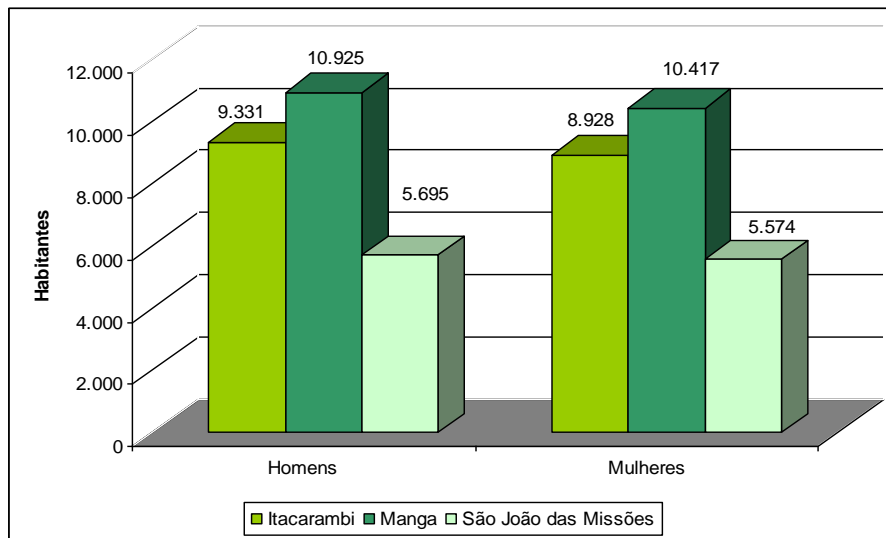
Estes dados apontam para uma tipologia dos municípios que podem ser divididos em “urbanos” (com mais de 75% de população urbana), “em transição do rural para o urbano” (grau de urbanização entre 50% e 75%) e “rurais” (urbanização menor que 50%). Sendo assim, de acordo com esta classificação, o município de Itacarambi pode ser considerado como urbano, enquanto Manga encontra-se em transição do rural para o urbano e São João das Missões possui caráter predominantemente rural (20,42%).

De acordo com informações do IBGE (Contagem da População, 2007), a população do município de Itacarambi era de 17.626 habitantes, a de Manga era de 20.903 habitantes e a de São João das Missões era de 10.769 habitantes. Assim sendo a AII em 2007 era constituída de uma população total de 49.298 habitantes.

A distribuição da população entre os sexos, na Área de Influência Indireta, aponta para o predomínio de homens no total da população. Na análise dos municípios percebe-se esse predomínio de homens sobre a população total. Ressalta-se que em muitas cidades rurais no país há uma população masculina maior do que a feminina, como é o caso da AID do presente empreendimento, conforme observado na figura 5.1, a seguir.

---

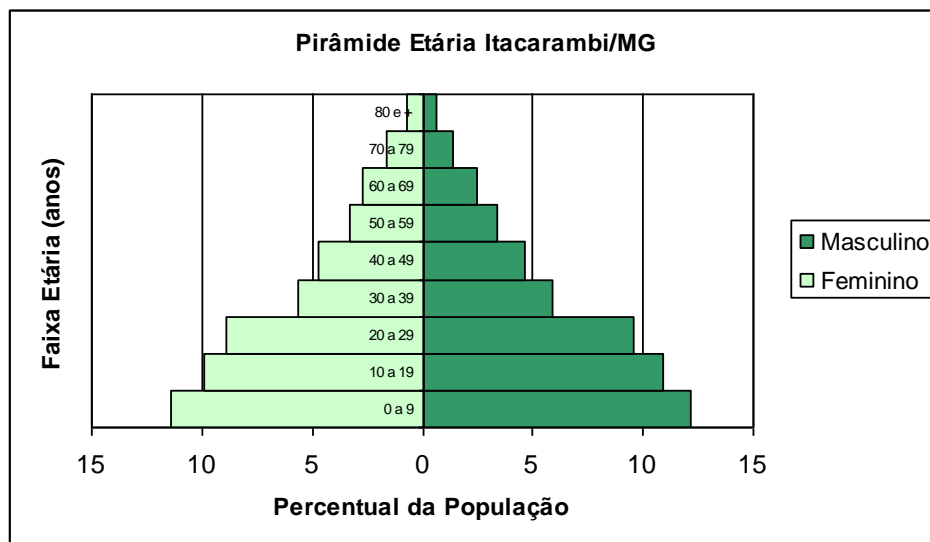
<sup>2</sup> Municípios emancipados em 1997, 1993, 1997 e 1993, respectivamente.



**Figura 5.1: Distribuição da população por sexo na AID.**

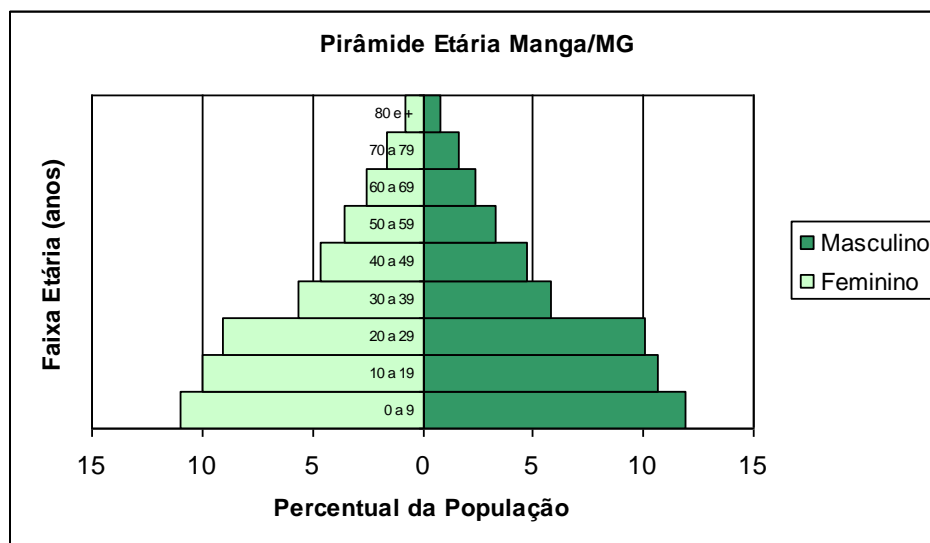
Fonte: Ministério da Saúde, Caderno Informações de Saúde, DATASUS, 2009.

A análise das pirâmides etárias identifica um modelo típico da pirâmide brasileira, com base larga e ápice estreito. Observa-se que, tanto entre os homens como entre as mulheres, na faixa etária entre os 20 a 39 anos, há redução populacional mais acentuada em todos os municípios. Esse fato pode estar associado à migração da população mais jovem para regiões com economias mais dinâmicas (figura 5.2 a figura 5.4).



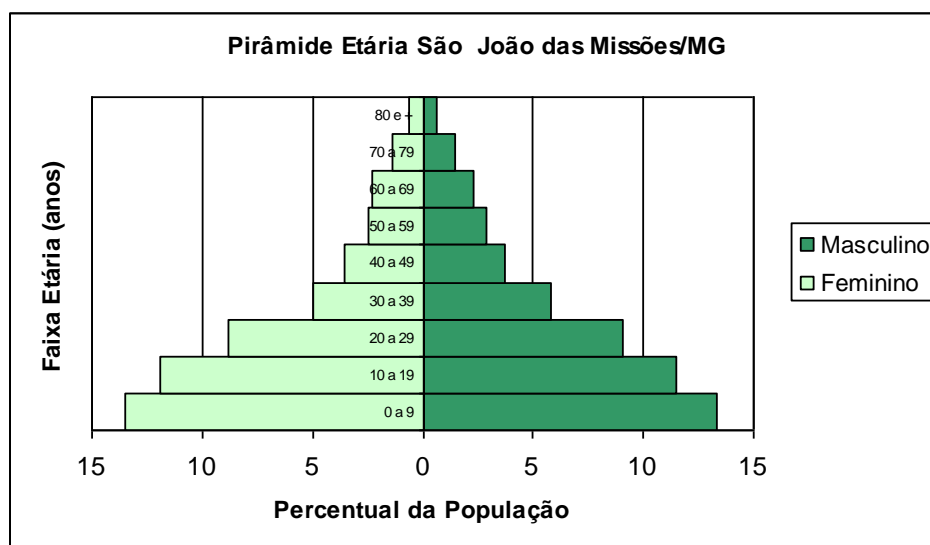
**Figura 5.2: Pirâmide etária do município de Itacarambi/MG.**

Fonte: Ministério da Saúde, Caderno Informações de Saúde, DATASUS, 2009.



**Figura 5.3: Pirâmide etária do município de Manga/MG.**

Fonte: Ministério da Saúde, Caderno Informações de Saúde, DATASUS, 2009.



**Figura 5.4: Pirâmide etária do município de São João das Missões/MG.**

Fonte: Ministério da Saúde, Caderno Informações de Saúde, DATASUS, 2009.

No que diz respeito à densidade demográfica, esta pode ser considerada relativamente esparsa, e a população residente apresenta-se aglomerada nos centros urbanos, acompanhando uma tendência típica de ocupação brasileira. Via de regra, esta concentração está associada ao local de instalação das sedes municipais, onde as áreas urbanas se comportam como polarizadoras da população, que tende a se estabelecer nas periferias do distrito sede.

O quadro 5.1 apresenta os dados de densidade demográfica calculados pelo Ministério da Saúde (DATASUS, 2009) para os três municípios que possuem seu núcleo urbano atravessado pela rodovia, onde é possível verificar que o município de São João das Missões é o que apresenta a maior densidade demográfica. Contudo, todos os três municípios da área de influência apresentam baixa densidade demográfica.

**Quadro 5.1**  
**Características Demográficas por município integrante da ALL para o ano de 2009.**

Município	População (habitantes)	Área (Km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica (Hab/Km <sup>2</sup> )
Itacarambi	17.626	1.252,2	14,08
Manga	20.903	1.949,4	10,72
São João das Missões	10.769	675,0	15,95

Fonte: Ministério da Saúde, Caderno Informações de Saúde, DATASUS, 2009.

### 5.3.2.2 Fluxos Migratórios

O conceito de migração, segundo Haupt & Kane (2001), refere-se ao deslocamento de pessoas através de uma determinada divisão política para estabelecer uma nova residência permanente. Quando se analisa o deslocamento através de fronteiras (entre países) denomina-se migração internacional.

A migração interna, processo analisado no presente estudo, esta abrange tanto a emigração quanto a imigração. É considerada emigração o abandono de uma determinada área. Já o imigrante é aquele que chega a uma determinada área.

A busca por melhor qualificação, por emprego, renda e melhores condições de vida, por residência junto a familiares e a busca de suporte são alguns exemplos de estímulos relacionados às etapas do ciclo de vida, que muitas vezes culminam em migração. Neste sentido, a propensão de um indivíduo em migrar está estreitamente ligada à etapa do ciclo de vida que ele atravessa, o que a torna um fenômeno altamente seletivo em relação à idade.

Assim sendo, pode-se considerar que as migrações na região estiveram associadas aos “ciclos econômicos” que ocorreram ao longo da história da ocupação deste território, bem como de outras áreas do território brasileiro. Dessa forma as áreas que atraíam população tornaram-se pólos de repulsão, à medida que eram descobertas novas áreas, ou a região entrava em declínio por perder sua importância econômica.

Neste cenário, conforme mencionado anteriormente neste diagnóstico foi no final dos anos sessenta que o capitalismo se consolidou no campo norte-mineiro, com a intervenção direta do Estado, por intermédio de órgãos como a SUDENE e a Companhia para o Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF). Os principais pontos da política desses órgãos na região foram programas de incentivos fiscais e financeiros, onde o Estado centrou seus incentivos em quatro principais linhas de ação para incrementar a “economia regional”: (i) grandes projetos agropecuários; (ii) industrialização; (iii) reflorestamento; e, (iv) projetos de irrigação.

Desta forma, pode-se afirmar que o principal processo de ocupação da Região Norte de Minas Gerais foi delineado pelas migrações. Os fluxos migratórios eram atraídos pelos projetos de colonização e pela dinâmica regional imposta por meio destes incentivos governamentais. Toda infraestrutura implantada e as novas relações criadas pelos fluxos populacionais (que permaneceram intensivos até meados dos anos de 1980), incentivaram a estruturação da região como uma área onde predominam as atividades produtivas relacionadas à agricultura.

Diferentes autores afirmam que o Norte de Minas Gerais pode ser considerado como área de transição entre o Nordeste e o Sudeste brasileiro. A área é considerada pelo Estado como Região Mineira do Nordeste em função das características climáticas e de vegetação, bem como sua realidade socioeconômica, que corresponde à pobreza dos Estados nordestinos.

Nos últimos anos as migrações campo-cidade continuaram a ocorrer, embora apresentando novas características. Salienta-se que os dados mais atuais referentes aos fluxos migratórios datam do último censo nacional realizado pelo IBGE, em 2000. Assim sendo, de acordo com os dados do censo demográfico de 2000, as pessoas passaram a migrar mais em suas próprias regiões. O sonho das décadas de 1960/1970 de deixar o campo com destino à cidade grande em busca de uma vida melhor não se realizou e a migração começa a revelar atualmente novos movimentos. A cidade grande já não causa esperança, os sonhos tornaram-se impossíveis de serem realizados e os caminhos e os destinos se multiplicaram em direções às cidades de porte médio localizadas em sua própria região.

De acordo com de Paula (2003), as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela intensificação da urbanização brasileira. Embora com novas características, no final dos anos 1980 e toda a década de 1990 as migrações intensificaram-se intraregionalmente e continuaram a ocorrer às migrações sazonais.

Há de se considerar ainda que a década de 1980 iniciou-se com uma das mais graves crises econômicas da história do Brasil. A recessão e a elevação do desemprego assumiram uma expressão até então desconhecida; o produto industrial caiu e, no final da década, todos os indicadores refletiam com nitidez os efeitos da crise e da estagnação da economia brasileira. Os resultados médios desse decênio apenas não foram menores por conta do crescimento do período 1984/86, quando a economia se beneficiou da recuperação patrocinada inicialmente pelas exportações e, na seqüência, pelos efeitos do Plano Cruzado. Esse desempenho foi resultado das políticas de ajustamento à crise internacional, praticadas a partir do final da década anterior (DE PAULA, 2003).

Neste contexto, percebe-se que as modificações tecnológicas na cidade e no campo expulsam o trabalhador do campo, mas também o recusa nas metrópoles, uma vez que fica mais difícil encontrar “serviço” nas cidades grandes para aqueles que têm pouca escolaridade e quase nenhuma qualificação profissional. A construção civil e as indústrias principalmente as automobilísticas, não contratam mais. Pelo contrário, demitem em massa. Em decorrência disso, a população migrante retorna para sua região, o que não quer dizer retornar para os seus municípios de origem, mas sim para as cidades de porte médio que oferecem melhores condições de saúde, educação e trabalho. O processo de desruralização persiste na virada do milênio em todo o Brasil, embora concentrem na região Nordeste e Norte de Minas Gerais suas maiores taxas.

Desta forma, a desruralização continua marcando o território norte-mineiro, sendo necessário compreender que o discurso de “fixação do homem no campo”, necessita de reformulações. A grande porcentagem de jovens e mulheres migrantes caracteriza a necessidade de construir, no campo, alternativas de condições de vida básicas em relação à saúde, educação, lazer e, principalmente, integração econômica, através de atividades agrícolas e não agrícolas.

Cabe lembrar ainda que as atividades não-agrícolas não têm sido suficientes para absorver todo o excedente de mão-de-obra disponível no meio rural, o que se comprova pela quantidade crescente de pessoas desempregadas. As atividades rurais não-agrícolas não são preenchidas “automaticamente” pelos trabalhadores agrícolas que são desempregados pela crescente mecanização. Pelo contrário, grande parte das novas atividades agrícolas, assim como as maiorias das atividades não-agrícolas, exige níveis de qualificação e capacidade de empreendimento que estão muito distantes do perfil dos desempregados rurais que antes se ocupavam em atividades agropecuárias.

Assim, o Norte de Minas Gerais é considerado um dos maiores pólos exportadores de trabalhadores migrantes, principalmente para o Triângulo Mineiro e interior de São Paulo. Os trabalhadores sazonais, em sua maioria, são transportados em condições irregulares e com míseros salários. Muitos são mantidos como escravos, em cativeiros, trabalhando para pagarem dívidas de medicamentos, alimentação e moradia. Deixam famílias inteiras para trás. Totalmente subordinados ao capital, pela necessidade de sobreviverem, os migrantes funcionam como “exército de reserva” de mão-de-obra. Os trabalhadores que retornam ao sertão mineiro voltam desprovidos de recursos financeiros e de motivação e quase sempre não regressam aos seus municípios de origem (DE PAULA, 2003).

Quanto às origens da migração, os municípios pesquisados confirmam que as maiores atrações são representadas pelas migrações interestaduais. Os migrantes são, em grande maioria, provenientes da região Norte do país. Em segundo lugar estão os naturais da região Sul, seguidos de pessoas provenientes do Distrito Federal. Neste cenário, pode-se então afirmar que o deslocamento populacional é representado fundamentalmente uma migração intraestadual, conforme pode ser observado na figura 5.5.

Há de se considerar ainda aquelas migrações estabelecidas pelos ciclos produtivos, como é o caso da All, onde uma boa parcela da população é de trabalhadores de safra. De acordo com informações obtidas na região, esses trabalhadores se deslocam, às vezes, até o Estado do Mato Grosso para trabalhar. Neste contexto, relatos de moradores mencionaram que a BR-135 poderia encurtar o caminho para Palmas/TO, ao considerar que a população da região também estabelece relação estreita com este destino.

Registra-se ainda que apesar da proximidade o município de Itacarambi não se relaciona economicamente com o Estado da Bahia, já que ao virem ou se dirigirem a este estado, muitos carretos evitam a BR-135 atravessando o rio São Francisco na balsa que parte do município de Manga/MG.

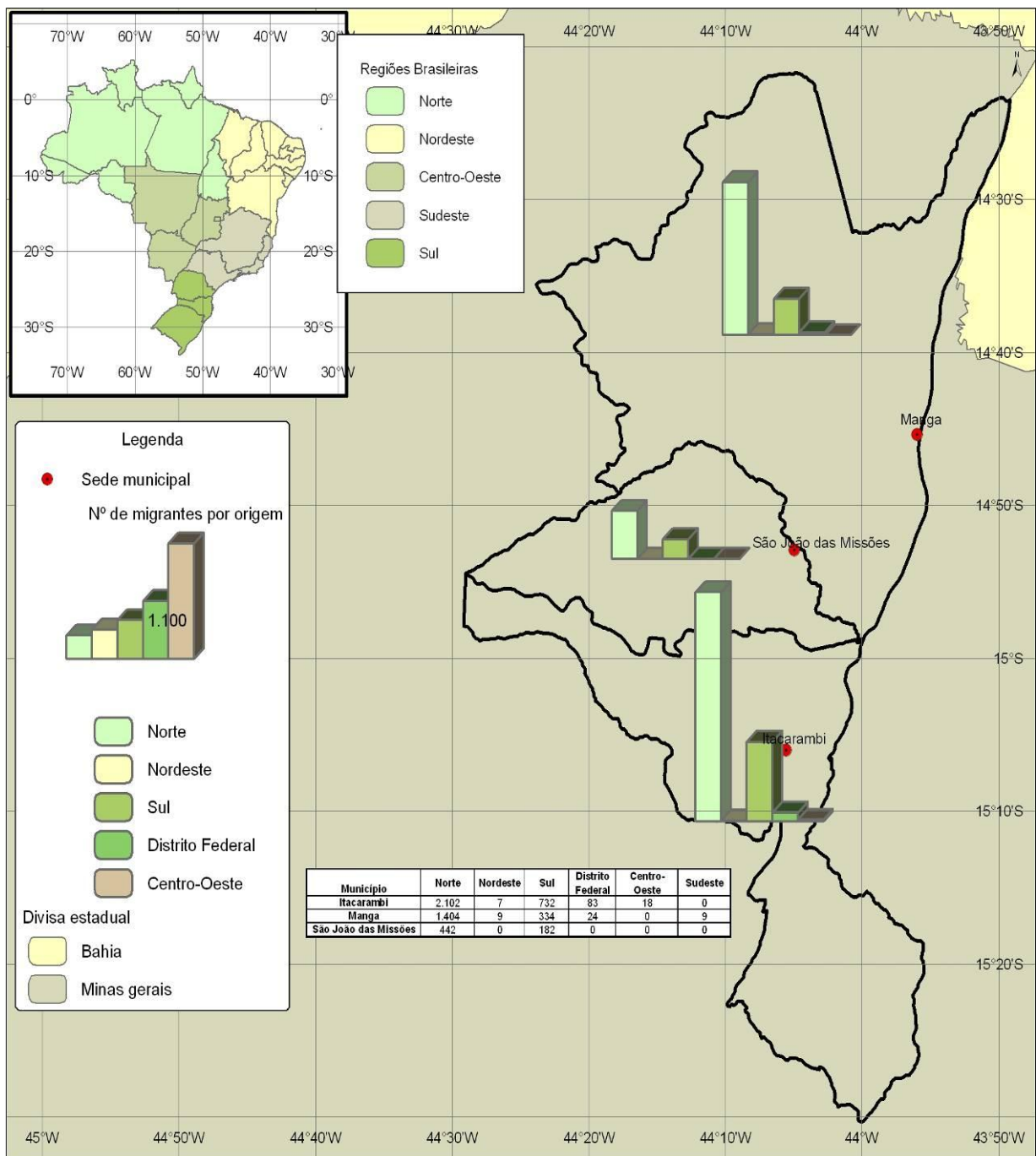
As condições da BR-135 representam um entrave às relações entre as populações dos municípios da área de influência, principalmente entre Itacarambi e Manga. Durante os serviços de campo foi possível identificar que o município de Itacarambi desenvolveu maior dependência e relações, tanto econômicas quanto sociais, com o município de Januária/MG, devido ao acesso a este município é pavimentado.



No caso de Manga, a maior parte do deslocamento, tanto de população como de cargas (carretos, fretes), é realizada através da balsa, transpondo a barreira geográfica que representa o rio São Francisco, permitindo assim a utilização de estradas com melhores condições de trafegabilidade, localizadas na margem direita, e ainda o acesso ao município de Janaúba/MG.

Assim sendo, percebe-se que o município de Itacarambi é exportador de mão-de-obra para o trabalho em safras, sendo que alguns dos destinos preferenciais são o Triângulo Mineiro e o município de Ribeirão Preto em São Paulo (cana). A População em Idade Ativa (PIA) realiza migrações sazonais nos diferentes períodos de safras, ou migrações “definitivas”, fixando-se fora do município de origem.

Desta forma, é possível identificar que devido às condições precárias de deslocamento, a área de influência da BR-135 conta com municípios carentes em infraestrutura que possam atrair famílias de outras regiões, sendo o mais comum a perda de sua população para outras áreas que ofereçam melhores condições e qualidade de vida.



**Figura 5.5: Espacialização das Migrações na All.**

Fonte: DATAGERAIS, 2000.

### 5.3.3 Localização das Aglomerações Urbanas e Rurais e Áreas de Expansão Urbana

Os municípios de Itacarambi, São João das Missões e Manga têm seus núcleos urbanos centrais atravessados pela rodovia BR-135. Neste contexto, entende-se que a expansão urbana com a pavimentação da referida rodovia poderá ocasionar interferência no zoneamento dessas cidades.

A pavimentação da rodovia é um fator importante para a expansão urbana, porém, por si só não é capaz de garantir o desenvolvimento das cidades. Por isso, acredita-se que, associada à pavimentação da BR-135, é fundamental a criação de leis incentivadoras à instalação de empreendimentos na região, tais como o incentivo a redução de impostos a partir da quantidade de emprego que novas empresas/serviços possam gerar para as cidades.



**Figura 5.6: Fim do trecho da BR-135 a ser pavimentado, próximo a área urbana de Itacarambi**



**Figura 5.7: Entrada do município de Manga**



**Figura 5.8: Acesso principal ao município de São João das Missões**

O município de São João das Missões possui um agrupamento de moradias ao longo da BR-135, sendo constituído pela localidade de Rancharia, que possui um núcleo central nas proximidades da rodovia, contando com atividades de comércio e de serviços, que tem como público-alvo a população circulante na rodovia. Nessa localidade, percebe-se ainda a presença de um cemitério, de uma Igreja católica, bem como de pequenos estabelecimentos comerciais, conforme observado na figura 5.9.



**Figura 5.9: Cemitério e igreja na localidade de Rancharia, próximos à faixa de domínio da BR-135.**



**Figura 5.10: Vista do acesso principal da localidade de Rancharia, próximo a BR-135.**

*Na análise da expansão urbana, merecem destaque os núcleos centrais e as áreas periféricas das cidades, considerando a característica rural da região e ainda que os municípios possuem um núcleo urbano inicial com pouca margem de expansão. No caso da pavimentação da BR-135, devido às características observadas in loco, pode-se considerar que esta possivelmente irá proporcionar uma combinação de fatores que motivem a expansão para o entorno da rodovia.*

*Neste caso, é importante mencionar a importância dos municípios elaborarem seus Planos Diretores. De acordo com o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001), o Plano Diretor tem a atribuição de definir as áreas urbanas consideradas subutilizadas ou não utilizadas e aplicar a regulamentação, fazendo com que a propriedade urbana tenha uma função social.*

*O Plano Diretor é requisito obrigatório para o poder público municipal aplicar, de forma sucessiva, o parcelamento ou edificação compulsório, imposto sobre a propriedade predial e territorial progressivo no tempo e na desapropriação para fins de reforma urbana, ao proprietário de imóvel urbano nos termos do parágrafo 4º do artigo 182 (Brasil, 2001).*

*No entanto, o Estatuto da Cidade prevê que, para municípios com mais de 20 mil habitantes, é obrigatório a elaboração do plano diretor, mas para os que têm menos, somente deverão fazer se estiverem inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental regional ou nacional, como é o caso do empreendimento em questão”.*

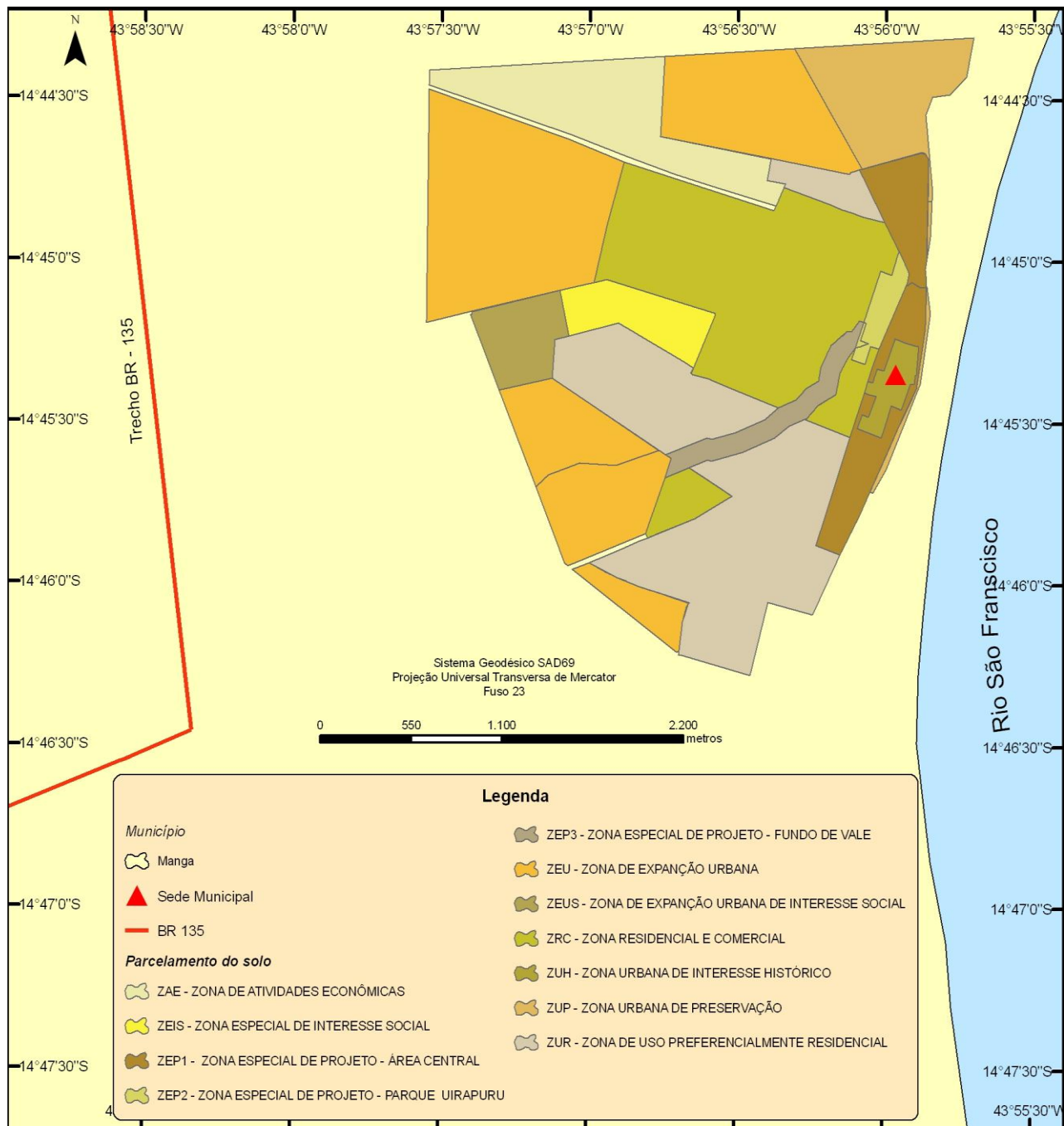
Assim sendo, apesar dos municípios de Itacarambi, Manga e São João das Missões serem parte integrante da área de influência do empreendimento em tela, todos possuem uma população menor que 20.000

habitantes<sup>3</sup>. Desta forma, apenas Manga possui Plano Diretor, e os demais não possuem nenhuma outra ferramenta de planejamento semelhante como zoneamento, ou áreas de expansão urbana definidas.

Diante disso, entende-se que os Planos Diretores poderão ser trabalhados com os municípios no âmbito do Programa de Apoio Técnico às Prefeituras Municipais (PATPM), quando de sua implementação.

*Cabe registrar ainda que até o presente momento, Itacarambi e São João das Missões não dispõem de Plano Diretor. No caso de Manga, conforme é possível visualizar na figura abaixo, o traçado previsto para a BR, não se encontra nos domínios das Zonas previstas para a expansão urbana da cidade, situando-se afastado desta.*

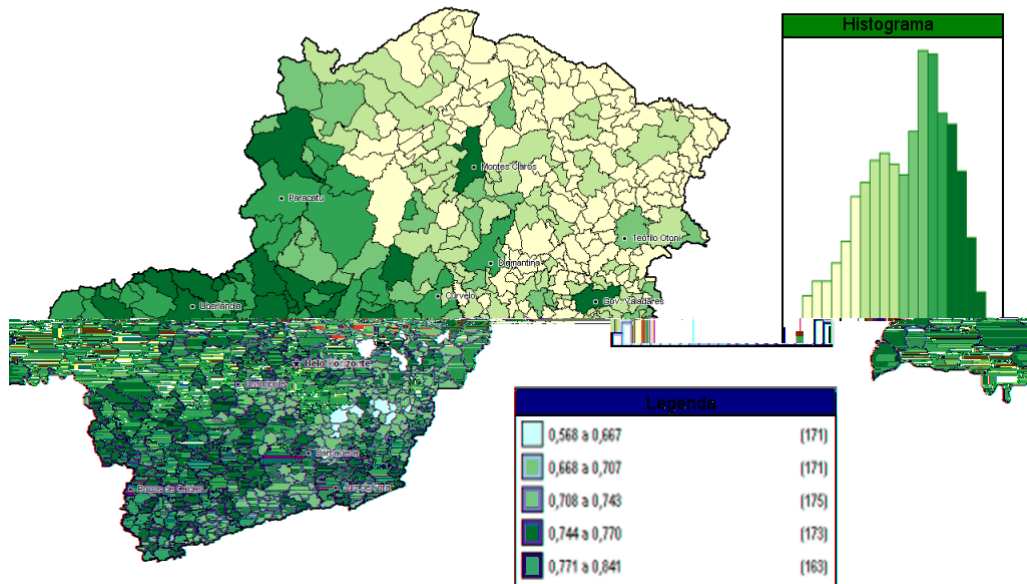
Diante disso, entende-se que os Planos Diretores poderão ser trabalhados com os municípios no âmbito do Programa de Apoio Técnico às Prefeituras Municipais (PATPM), quando de sua implementação.



<sup>3</sup> De acordo com o último Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, o município de Itacarambi possui 17.720 habitantes, Manga 19.813 e São João das Missões 11.715 habitantes, respectivamente.

### 5.3.4 Indicadores de Qualidade de Vida

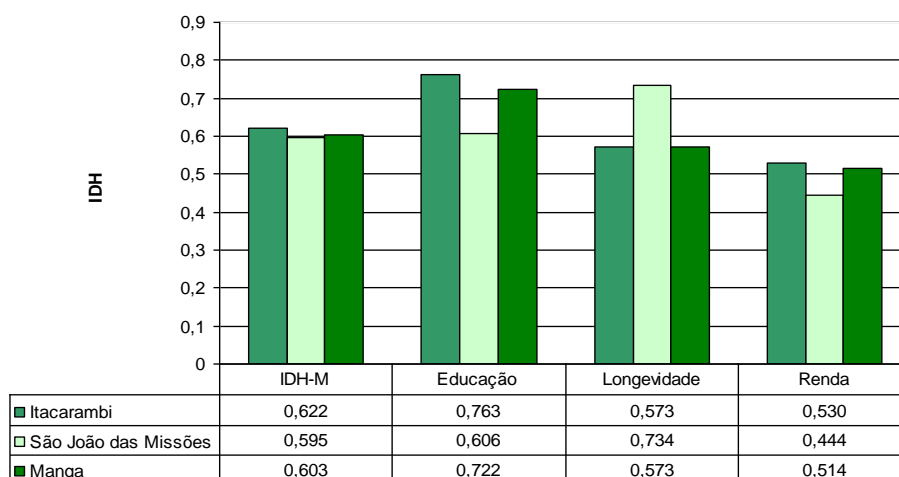
Os municípios que compõem a All do empreendimento encontram-se sobre a região do Estado de Minas Gerais com as piores classificações do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), conforme se pode visualizar na figura 5.11. Com este índice os municípios da All estão entre aqueles considerados como tendo médio-baixo desenvolvimento humano (IDH entre 0,600 – 0,699).



**Figura 5.11: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, em 2000.**

Fonte: Modificado de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

No ano de 2000, Itacarambi apresentou um IDH-M de 0,622, São João das Missões de 0,595 e Manga de 0,603, sendo todos eles bastante inferiores ao verificado para o Estado de Minas Gerais (0,773), conforme visualizado na figura 5.12.



**Figura 5.12: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para a All, em 2000.**

Fonte: Modificado de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Ainda de acordo com a figura 5.12, a educação foi a dimensão que mais contribuiu para o crescimento do IDH-M, seguida pela longevidade. No Quadro 5.2 estão apresentados os indicadores de mortalidade, longevidade e fecundidade dos municípios, podendo-se traçar um comparativo com o Estado de Minas Gerais.

**Quadro 5.2**  
**Indicadores de mortalidade, longevidade e fecundidade, em 2000.**

Discriminação	Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	Esperança de vida ao nascer (anos)	Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)
Itacarambi	71,1	59,4	4,5
São João das Missões	31,6	69,1	4,6
Manga	71,1	59,4	4,3
<b>Minas Gerais</b>	<b>27,8</b>	<b>70,5</b>	<b>2,2</b>

Fonte: Modificado de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

### 5.3.5 Uso e Ocupação Territorial

#### 5.3.5.1 O Processo de Ocupação da Região Norte de Minas Gerais

A Área de Influência Indireta do Projeto de Implantação e Pavimentação da BR-135/MG compreende os municípios de Manga, São João das Missões e Itacarambi, sendo que a formação destes remete à ocupação do Estado de Minas Gerais como se pode observar a seguir.

Conforme Gonçalves (2000), o Norte de Minas teve seu povoamento inicial marcado pela mistura entre índios, paulistas, baianos e escravos fugidos das regiões de mineração e/ou regiões de monocultura da cana-de-açúcar, estes, aqui se instalaram formando os quilombos. Daí a origem do povo do sertão norte mineiro, camponeses que souberam extrair destas terras um rico regime alimentar oferecido por suas áreas de brejos/várzeas, encostas, chapadas, cerrados, matas secas e caatingas ensejando seus sistemas agrícolas. Cabe mencionar ainda que essas populações ocuparam espaços denominados campos gerais, fato este que indica um modo de uso, a partir da apropriação comum, geral, de espaços públicos, terras que se são gerais não são privadas.

Importante mencionar neste contexto que nas primeiras décadas do século XVI não havia homens brancos nas margens do rio São Francisco. As embarcações marítimas não eram apropriadas para a navegação fluvial, em águas correntes. Assim sendo, foi necessário um longo processo de adaptação, inclusive assimilação de técnicas indígenas, como a confecção de canoas feitas dos troncos das árvores. Com o aperfeiçoamento das embarcações, missionários e portugueses espalharam-se pelos afluentes do São Francisco, iniciando sua colonização, datada dos primórdios da mineração do ouro e do diamante (PAULA, 1988).

Foi assim que se iniciou o processo de expulsão, extermínio e escravização dos povos indígenas do sertão, onde os nativos sobreviventes, ou os que pediam socorro aos colonizadores nos anos de secas severas, foram submetidos à homogeneização nos aldeamentos missionários por meio da catequese e da “disciplina” do trabalho.

Com a descoberta do ouro na região das Gerais, a pecuária foi intensificada para suprir as migrações de mão-de-obra escrava, por meio do rio São Francisco, e a atividade complementar dos donos dos engenhos de cana-de-açúcar se transformou em uma atividade especializada de criadores e então se constituíram muitos dos maiores latifúndios do Brasil.

De acordo com Mata-Machado (1991) pode-se afirmar que o sertão de Minas foi ocupado simultaneamente pelos vaqueiros que seguiram o curso do rio São Francisco desde a Bahia e Pernambuco, e pelos bandeirantes paulistas que, movendo guerra ao gentio, fundaram povoados e se estabeleceram, como grandes criadores (MATA-MACHADO, 1991, p.24).

É preciso, inicialmente, pensar o processo de povoamento de Minas Gerais como um fenômeno marcado pela diversidade, com a ocupação territorial derivada da ação da coroa e do homem branco não tendo sido a única historicamente registrada. Não se trata, portanto, de um processo que tenha surgido espontaneamente de uma decisão governamental só podendo, ainda, ser compreendido a partir de todo um complexo de negociações políticas e jurisdicionais que determinaram seu curso.

Cabe mencionar ainda que no Brasil Colonial, o poder dos grandes proprietários de terra foi ampliado com a criação da Guarda Nacional do Império, para as quais eram nomeados coronéis e seus peões, soldados. Assim, além do controle econômico, passaram a influenciar na política local. Com a chegada da República, que instituiu o voto aberto e não secreto, os coronéis determinavam os votos da população por imposição ou favorecimento, dinheiro, roupas, empregos, o chamado “voto de cabresto”.

Desde então, a estrutura fundiária pouco mudou, pelo contrário, esteve sempre condicionado a ela. Neste cenário, entende-se que o povoamento da região Norte e Nordeste de Minas Gerais, como de quase todo o restante do Brasil, é um produto da expansão européia, onde segundo Paula (1988), a colonização foi fator determinante para a configuração de uma nova realidade nessas regiões. Configurando assim, uma

dominação de feição limitadora por meio de sanções, normas, bloqueios, imposição de valores estéticos, morais, políticos, sociais e religiosos, numa história de tensões e lutas permanentes.

Outro fator determinante é a questão das secas, que se tornaram questão pública a partir do século XIX, após estiagens históricas, marcadas por invasões e saques de diversas propriedades rurais por sertanejos com fome. Neste período os recursos governamentais foram destinados principalmente à construção de açudes, barragens, estradas, pontes e ferrovias, obras executadas pela Inspetoria de Obras Contra as Secas, primeiro órgão governamental criado para tratar do assunto, em 1909, antecessor do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs), instituído em 1945 e atualmente vinculado ao Ministério da Integração Nacional.

Neste sentido, cabe salientar que o histórico dessas populações é de muita luta, dada a necessidade de sobrevivência em meio às adversidades do sertão, onde foi necessário estabelecer uma relação estratégica de convivência com o ambiente às margens do rio São Francisco, em tempos de seca ou de enchentes. De acordo com Oliveira (2005) pode-se perceber ainda que modos de uso e manejo da terra e do rio desde os tempos mais remotos até os dias de hoje foram mantidas algumas das técnicas ancestrais de produção de origem indígena e africana.

Segundo Gonçalves (2000), somente na metade do século XX por intermédio do Estado é que foi iniciado o processo de modernização e de desenvolvimento regional desenhando um novo cenário para a região, quando da inserção da região Norte de Minas no polígono da seca, e, a partir daí, sua vinculação à área de abrangência da SUDENE<sup>4</sup>, fato este que demonstra o suporte do Poder Público assistencialista e clientelista aos antigos coronéis (GONÇALVES, 2000).

A partir dos anos de 1960 a SUDENE disponibilizou inúmeros programas de financiamento, promovendo o processo de modernização do campo, principalmente por meio das linhas de crédito do Fundo de Investimento no Nordeste (FINOR), Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) e da RURALMINAS<sup>5</sup>, que arrendou milhares de hectares de terras públicas, concedendo maciços incentivos fiscais (DAYRELL, 1998).

No entanto, esse modelo de modernização, inspirado na chamada “Revolução Verde”, agravou o endividamento e o empobrecimento dos pequenos agricultores, além da degradação dos recursos naturais e da manutenção da concentração fundiária. Por outro lado, na década de 1970, o financiamento da SUDENE, no Norte de Minas Gerais, beneficiou diretamente grandes empresários, industriais paulistas e estrangeiros, agricultores gaúchos e japoneses e empresas rurais. Fato este que configurou a exclusão da população rural pobre, nesse processo de desenvolvimento.

Nesse cenário, pesquisas apontam já na década de 1970 que os tamanhos médios das propriedades rurais destinadas aos projetos financiados pela SUDENE, possuíam uma área média de 4.166 ha, enquanto as propriedades de pequenos produtores locais foram cadastradas pela RURALMINAS com média 2 ha. Isso porque, a autarquia reconhecia apenas a área cercada da propriedade desses produtores (quintais e roças), ignorando a lógica da ocupação comunal e descontinua das áreas “de solta” manejadas secularmente por essas populações.

Furtado (2003), ao analisar a concentração de terras, constata que a concentração de renda está diretamente relacionada à estrutura fundiária, que se alicerça na concentração da grande propriedade rural. Enquanto uma pequena parte da população detém uma enorme extensão de terras, a maioria da população rural detém uma porção muito pequena de terras. No entanto, a grande maioria dessa população transforma-se em excedente de mão-de-obra, acumulando-se nas pequenas propriedades de que têm acesso. Assim, a presença da grande extensão de terras e a impossibilidade de a população rural ter acesso a terra, são um sinal do subdesenvolvimento do Brasil.

Entende-se, portanto, que as políticas de desenvolvimento econômico têm resultado na pobreza e marginalização de grande parte da sociedade brasileira. Assim sendo, em consequência disso, o trabalhador rural do Norte de Minas Gerais se insere em um processo excludente e se distancia cada vez mais dos benefícios gerados pelo desenvolvimento econômico do país. Por meio da revisão de literatura, foram identificadas as causas que proporcionam ao trabalhador rural norte mineiro a convivência com a pobreza, a miséria e a exclusão social. Ao conhecer as condições de vida desse pequeno agricultor, evidenciaram-se os antagonismos das relações entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social da população rural dessa região.

---

4 A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) é uma entidade de fomento econômico desenvolvimentista destinada a promover soluções socioeconômicas à Região Nordeste do Brasil, periodicamente afetada por estiagens e com populações com pouca instrução educacional e baixo poder aquisitivo. Criada originalmente pela Lei 3.692, de 1959, o órgão foi idealizado no governo do presidente Juscelino Kubitschek. Seu principal objetivo era encontrar soluções que permitissem a progressiva diminuição das desigualdades verificadas entre as regiões geoeconômicas do Brasil.

5 Autarquia estadual responsável pelas áreas de terras devolutas em Minas Gerais.

### 5.3.6 Infraestrutura Básica e Social

Neste item apresentam-se as informações referentes a transporte, energia elétrica, meios de comunicação e condições sanitárias das habitações da AII, compreendida pelos municípios de Manga, São João das Missões e Itacarambi.

#### 5.3.6.1 Transporte

A área de influência do empreendimento em tela possui uma rede viária pouco desenvolvida se comparada com outras regiões brasileiras nos dias de hoje, em geral, o transporte é deficiente, considerando-se as grandes distâncias e a falta de investimentos governamentais nesta região.

As rodovias não oferecem segurança, pois, em sua grande maioria, apresentam péssimo estado de conservação e manutenção. A BR-135 é rota de ônibus que se deslocam desde e para o Estado da Bahia. Nos períodos de chuva esse transporte fica prejudicado, ou até mesmo, impossibilitado devido à falta de manutenção da rodovia. Na figura 5.13 a seguir, observa-se parte do trecho em dia de chuva.



**Figura 5.13: Trecho da BR-135 em dia de chuva.**

Há de se considerar ainda que os ônibus intermunicipais enfrentam os mesmos problemas, atrasando os horários das linhas e deixando a população sem opção no que diz respeito ao transporte público. Tal isolamento associado à dificuldade de tráfego de veículos na BR-135 atrasa a chegada de remédios e alimentos prejudicando toda a população, principalmente os moradores da área rural que são obrigados a fazer suas compras nas sedes dos municípios integrantes da AID.

Uma importante observação que deve ser realizada é o fato que as condições da rodovia representam um entrave às relações entre as populações dos municípios do trecho, principalmente entre Itacarambi e Manga. Neste sentido, percebe-se que o município de Itacarambi desenvolveu maior dependência e relações, tanto econômicas quanto sociais, com o município de Janaúba, já que o acesso a este município está pavimentado. No caso de Manga, a maior parte do deslocamento, tanto de população ou de cargas (carretos, fretes), é realizada através da balsa, transpondo a barreira geográfica que representa o rio São Francisco, permitindo a utilização de melhores estradas localizadas na sua margem direita, bem como o acesso ao município de Janaúba.

Na área urbana de Itacarambi não existe serviço de transporte coletivo (linhas de ônibus urbanas), sendo que o transporte para as áreas rurais do município é efetuado por ônibus particulares, muitas vezes disponibilizados pelos próprios empregadores locais (fazendas e agroindústrias). Para destinos como Ribeirão Preto, existem ônibus particulares (não regulamentados como transporte coletivo) que realizam até cinco viagens mensais, levando os trabalhadores dos períodos de safra.

Entre as cidades da região há uma linha de ônibus intermunicipal, da empresa Transnorte, que percorre o trajeto de Manga até Montes Claros, em dois horários diários (pela manhã e à tarde). Ainda, transitam pelo trecho da BR-135 linhas de ônibus interestaduais, como a linha Itacarambi-Brasília, da empresa Santo Antônio, e além de outras com destino à Bahia (ou oriundas de lá), da empresa Contijo.

Com relação ao município de Manga, este tem a peculiaridade de possuir um território que se estende até aproximadamente 70 km da sede, com localidades ligadas por estradas vicinais não pavimentadas. Informações obtidas junto aos moradores relatam que os veículos depreciam cerca de 60% no período de um ano, principalmente os que integram a frota de veículos escolares e de serviços de saúde, pois circulam frequentemente no trecho sem pavimentação da BR-135. Na figura 5.15 e na figura 5.16, observam-se trechos com e sem pavimentação da BR-135.



Em São João das Missões, os serviços de transporte coletivo também são realizados pela empresa Transnorte, que atravessa o eixo da rodovia em três horários diários (manhã, meio-dia e tarde), numa linha que liga o município de Cocos, na Bahia, a Montes Claros/MG (figura 5.14). A tarifa, desde a sede de São João das Missões até Rancharia, é de três reais.



**Figura 5.14: Transporte intermunicipal na BR-135.**



**Figura 5.15: Vista de parte do trecho pavimentado da BR-135.**



**Figura 5.16: Vista de parte do trecho sem pavimentação da BR-135.**

Ainda no que se refere ao município de São João das Missões, existe uma linha de ônibus (particular) que tem como ponto de partida a Terra Indígena, passa pela região central do município e segue para Itacarambi. Este serviço de transporte está disponível em dois horários, sendo que o ônibus sai da reserva pela manhã e volta à tarde. A tarifa, desde a sede de São João das Missões até Itacarambi tem um custo de R\$ 6,00.

Em São João das Missões é popular o serviço de táxi. Esses cobram entre R\$ 4,00/5,00 para realizar o trajeto entre a sede municipal e a localidade de Rancharia. O serviço de táxi também é bastante popular no município de Itacarambi, sendo que estes chegam a cobrar o mesmo preço da passagem de ônibus para levar os passageiros a outros municípios, como Januária (aproximadamente R\$10,00). A prefeitura de Itacarambi registra 24 alvarás para taxistas autorizados.

Na All, a concorrência exercida entre taxistas e ônibus coletivos, somada às condições de trafegabilidade no trecho entre Manga e Itacarambi, vem ocasionado uma redução na oferta de horários e linhas de ônibus para a população dessa região. Das três linhas que antes percorriam os municípios, hoje apenas uma está em atividade, sendo que esta não comporta a demanda de passageiros, viajando sempre em lotação máxima.

Na região também são comuns os serviços de “mototaxi” e/ou “tele-entrega”, que consistem na solicitação de compra ou recolhimento/coleta de bens ou produtos (inclusive em outros municípios) e sua entrega final na casa do cliente. Estes serviços popularizaram-se por serem uma forma da população adquirir produtos que não estão disponíveis na sua cidade sem necessitar deslocar-se a outro município.

Com relação ao escoamento da produção local, a BR-135 é fundamental, sendo o único meio de acesso a outras localidades e são freqüentes os serviços de carros terceirizados. Porém, na época das chuvas o transporte da produção torna-se impraticável, sendo freqüentes os atolamentos e os acidentes com carretas carregadas.

Uma informação relevante obtida por meio de contato com a população diz respeito ao transporte de cargas de tomate, onde as perdas são recorrentes devido a chacoalha e machuca do produto ao transitar pelo trecho não pavimentado da BR-135, ocasionando uma perda da carga, em decorrência do amassamento dos tomates que passam a não servir para o beneficiamento. A empresa Karambi (processadora de tomates) localizada em Itacarambi, não tem transportadora própria, por isto, utiliza apenas transporte particular, tanto para os fretes de tomate, de embalagens, quanto para escoar maiores proporções da produção. Alguns caminhoneiros trabalham apenas no período da safra, tirando o resto do tempo para cuidar da própria terra.

No que diz respeito ao modal de transporte hidroviário, o transporte dos trabalhadores do Projeto Jaíba<sup>6</sup>, em Itacarambi é realizado por meio de uma parceria entre Prefeitura Municipal e as Empresas. A prefeitura se encarrega do transporte até a balsa (figura 5.17), e as empresas do Projeto Jaíba os deslocam a partir do desembarque, na margem direita, utilizando ônibus particulares. No município de Manga também se registra este modal de transporte, oferecendo acesso ao município de Matias Cardoso através de balsa (figura 5.18).



**Figura 5.17: Balsa no rio São Francisco permite o acesso de Itacarambi ao Projeto Jaíba.**



**Figura 5.18: Balsa que atravessa o rio São Francisco do município de Manga à Matias Cardoso.**

<sup>6</sup> O Projeto Jaíba é um perímetro de irrigação fruto de uma parceria entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Minas Gerais. Os dois níveis de governo são ali representados pela Codevasf e Ruralminas.

Ainda no que se refere aos transportes na AII, na fazenda da empresa Indústria e Comércio Itacarambi Ltda. (ICIL) localizada em Itacarambi, existe um aeroporto particular homologado, com pista de pouso pavimentada, que está à disposição de qualquer necessidade municipal, sendo utilizada, inclusive, para o transporte de pacientes com urgência em atendimento na área da saúde, com destino aos hospitais de Montes Claros.

### Ocorrência de Acidentes

De acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o trecho da BR-135 situado entre Manga e Itacarambi (km 88,7 ao km 137,4) não consta nos relatórios, disponibilizados por este órgão, que listam os locais concentradores de acidentes nas rodovias federais, nos últimos quatro anos.

Em 2006, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou apenas cinco acidentes no trecho referente a este diagnóstico, entre os km 90 ao km 135 da BR-135. Cabe mencionar, no entanto, que as estatísticas de acidentes de trânsito são nulas para trecho em estudo nos anos de 2005, 2007 e 2008. Em 2007, conforme dados da PRF, ocorreram ao longo desta rodovia mais de 550 acidentes de trânsito, a maior parte localizada ao sul do km 137,4.

### **5.3.6.2 Energia Elétrica**

Em toda a AII, os serviços de fornecimento de energia elétrica são de responsabilidade da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

É previsto que, até o final de 2010, todos os domicílios localizados na zona rural de Itacarambi estejam atendidos pelo fornecimento de energia elétrica. De acordo com informações obtidas no município, a maior parte já estava integrada ao fornecimento mesmo antes do “Programa Luz Para Todos”. Nas ilhas este programa atende às famílias por meio da instalação de placas solares domiciliares (duas em cada residência).

Ainda conforme relato de alguns moradores, essas placas fotovoltaicas são de baixa capacidade/potência, permitindo apenas que dois pontos de luz e a televisão sejam ligados ao mesmo tempo e, ainda, são ineficientes para o uso contínuo de motores, como o caso de manter uma geladeira.

Em Manga, na sede, apenas um bairro não dispõe de distribuição de eletricidade em todas as residências, sendo 30% dessas não atendidas pelo fornecimento. O Programa Luz Para Todos atende cerca de 30% da população rural, no entanto essa população representa um terço da que necessita do fornecimento de eletricidade. A população das ilhas recebeu placas solares, do Programa Luz Para Todos. No entanto, esse sistema é pouco funcional, pois o sistema requer muita manutenção. No assentamento Santo Expedito, há dois anos é feita a inscrição no Programa Luz Para Todos, sem que sejam atendidos. O assentamento não pode participar de programas de incentivo ao pequeno produtor, nem utilizar recursos disponíveis para a compra de maquinário agrícola, pois não possui energia elétrica, acarretando em prejuízo aos assentados, conforme relato dos mesmos. Em São João das Missões a rede de energia elétrica atende 85% das residências.

De acordo com os dados da CEMIG (quadro 5.3) pode-se observar que o setor rural é o que apresenta maior consumo de energia elétrica por classe de consumidores na AII (50,0%), seguido pelo setor residencial (25,7%), por outros (12,1%), comercial (8,2%) e industrial (4,0%). Associa-se o fato do elevado consumo de energia elétrica da classe rural à presença dos pivôs de irrigação, associados a todos os equipamentos de bombeamento e canais de irrigação necessários às atividades agroindustriais nos municípios de Itacarambi e Manga, conforme observado na figura 5.19.

**Quadro 5.3**  
**Consumo de energia elétrica por classe de consumidores (kWh).**

Consumo de Energia Elétrica (KWH)						
Classes de Consumidores (2005)						
Município	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros	Total
Itacarambi	3.213.885	951.615	1.147.565	7.988.729	1.311.280	14.613.074
Manga	3.742.931	264.951	1.176.979	6.888.239	1.833.962	13.901.062
São João das Missões	905.350	2.524	173.207	417.164	536.493	2.034.738

Fonte: Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), 2005.



**Figura 5.19: Pivôs de irrigação presentes na All.**

Fonte: Adaptado de Google Earth, 2009.

Com relação ao número de consumidores de energia elétrica na All, percebe-se que a classe residencial responde por 84,2% dos consumidores locais, aparecendo em segundo lugar, a classe comercial que responde por 7,0% do total dos consumidores, seguida pela classe rural (6,4%), conforme pode ser observado no quadro 5.4.

**Quadro 5.4**  
**Consumidores de energia elétrica por classe de consumo**

Consumidores de Energia Elétrica						
Classes de Consumidores (2005)						
Município	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros	Total
Itacarambi	3.857	21	353	207	59	4.497
Manga	4.586	25	385	358	99	5.453
São João das Missões	1.455	4	85	190	67	1.801

Fonte: Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), 2005.

### 5.3.6.3 Condições Sanitárias das Habitações

As condições de moradia são um importante indicador das condições de vida da população, uma vez que refletem, por um lado, a renda familiar e, por outro, interferem nas condições de saúde, já que a carência de saneamento básico provoca inúmeras doenças. Destacam-se aquelas caracterizadas “doenças infecciosas e parasitárias”, típicas de locais subdesenvolvidos e responsáveis pela presença significativa de óbitos.

Desta forma, a qualidade da água que se bebe e o tratamento do esgoto sanitário dos domicílios são de fundamental importância para a avaliação das condições de higiene das moradias e, conseqüentemente, um dos fortes condicionantes das condições de saúde de seus moradores.

#### Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Na All a empresa responsável pelo abastecimento de água e pelo tratamento de esgoto sanitário é a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA). Nas áreas rurais não há tratamento de esgoto, sendo este coletado em fossas domésticas. Na área urbana de Itacarambi, está em fase de conclusão a obra da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), esta irá abranger quase todos os bairros (figura 5.20). Salienta-se que em alguns deles já existe a rede (na rua), porém não há ramais ligados às residências. A cidade não tem esgoto a céu aberto, porém apresenta problemas de extravasamento de fossas e entupimentos.



**Figura 5.20: Obras da ETE em Itacarambí.**

Nas áreas rurais, o abastecimento de água para consumo humano é realizado por meio de poços. Porém, essa é uma água dura, pois apresenta muito calcário em sua composição química, de acordo com informações dos moradores. Nas ilhas, a população capta água do rio São Francisco, e faz seu consumo direto, sem a existência de um tratamento prévio, ou utiliza água das cisternas existentes. Mesmo nas escolas a situação do abastecimento de água é a mesma.



**Figura 5.21: Instalações da Copasa responsável pelo abastecimento de água de Itacarambí.**

Ainda, registra-se na região a presença do “Programa 1 Milhão de Cisternas<sup>7</sup>”, do Governo Federal em parceria com a entidade local *Caritas*. Apóiam esse programa as seguintes instituições e programas: Articulação no Semi-Árido (ASA); CODEVASF; Programas Água Para Todos e Fome Zero.

O Programa Federal de Implantação de Cisternas no semi-árido (P1MC) tem atuação na região através da *Caritas*. Nele, pequenas propriedades rurais recebem recursos e técnicos para instalação de cisternas de 52.000 litros, indicadas para abastecer o consumo humano e pequenas hortas de subsistência. Neste programa, o proprietário da terra fica responsável pela mão-de-obra e demais contrapartidas.



**Figura 5.22: Cisterna doada pelo P1MC em residência localizada nas proximidades da BR-135.**

7 Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), coordenado pela Articulação no Semi-Árido (ASA), uma coalizão de mais de 750 entidades e organizações da sociedade civil de 11 estados, Igrejas Católica e Evangélica, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais, movimentos sociais, organismos de cooperação nacionais e internacionais, públicos e privados.

Em Manga a situação é bastante semelhante, o abastecimento atual de água, na sede do município, é responsabilidade da COPASA, que mantém uma captação flutuante no rio São Francisco. O tratamento é convencional, e a vazão é de aproximadamente 48 litros/segundo. Este atende quase 100% das residências da sede, num total de 4.000 ligações de água. O reservatório que abastece o município possui 600m<sup>3</sup> e a caixa d'água tem capacidade de 200m<sup>3</sup>. A COPASA também abre poços para abastecimento das comunidades rurais, porém estes são administrados pela Prefeitura Municipal.

O abastecimento de água nas comunidades rurais, conta ainda com a parceria do Programa Minas Água (Governo Estadual), que promove a abertura de poços, os quais não recebem nenhum tipo de tratamento. Não há abastecimento de água nas ilhas (Corculo, do Capão e do Mangue), sendo o consumo de água feito diretamente no rio São Francisco. Na ilha Ingazeira há um poço perfurado.

De acordo com informações obtidas no município, a CODEVASF, por meio do Programa de Revitalização do rio São Francisco, elaborou um projeto executivo para o saneamento de Manga. Foi mencionado ainda que em uma administração municipal anterior foram construídas redes em algumas ruas da cidade, na qual houve algumas ligações clandestinas. Essa antiga rede despeja seus efluentes próximos ao Parque de Exposições. Durante os serviços de campo a Prefeitura informou ainda que dispõe de uma área (já escriturada) destinada para a instalação da ETE do município.

### Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos

O município de Itacarambi conta com serviços diários de coleta de resíduos sólidos urbanos (RSU) e limpeza urbana. A disposição dos RSU, no entanto, é efetuada em um aterro municipal, sem tratamento adequado (lixão), localizado na estrada do Brejo. Nesta mesma estrada foram identificadas mais duas áreas de antiga disposição de RSU, além de uma área em uso, onde está sendo feita a disposição de inertes e, eventualmente, também dos demais resíduos sólidos.



**Figura 5.23: Aterro de resíduos sólidos em Itacarambi.**

A coleta de resíduos é realizada por funcionários da própria prefeitura, porém, não dispõe de equipamento de proteção individual (EPI's) adequados, sendo que se prevê a regularização desta situação ainda no primeiro semestre de 2010, conforme relato de funcionário da Prefeitura Municipal.

Foi informado ainda que o Fundo Municipal do Meio Ambiente está elaborando um projeto para gerenciamento dos RSU produzidos em Itacarambi, que objetiva uma adequada destinação destes, prevendo ainda a construção de um galpão de triagem para materiais recicláveis, em área doada pela prefeitura, para atuação da associação de catadores. Estes, além do espaço receberão treinamento/capacitação adequados para o manejo da atividade.

No município de Manga a coleta e disposição dos resíduos é responsabilidade da Prefeitura Municipal, apenas da área urbana. O lixão do município recebe manutenção eventual, não constante. De acordo com informações obtidas na prefeitura, o município está cumprindo um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) por conta da disposição inadequada dos resíduos sólidos. Segundo relatos os problemas com o lixão começavam já na área de disposição, que era "invadida" pela prefeitura, isto é, nem pertencia a esta nem era "alugada". A atual administração municipal desapropriou a área e está tentando regularizá-la a fim de transformá-la num aterro controlado. Ainda de acordo com informações obtidas na prefeitura, foi mencionado que esta dispõe de um compactador, um trator e dois caminhões para a coleta.



**Figura 5.24: Disposição e queima inadequada de resíduos no município de Manga.**

Apesar de não possuir serviços de coleta seletiva de lixo, Manga conta com uma associação de catadores/recicladores, porém estes não atuam no lixão. A prefeitura adquiriu uma área e está construindo um galpão, para a referida instituição. A administração municipal ainda apóia a associação com a compra de sua produção de vassouras de garrafas pet, que são utilizadas na varrição das ruas.

No município de São João das Missões os serviços de coleta e disposição são realizados pela Prefeitura Municipal, porém, estes são transportados para uma área e a prática mais comum é a queimada. A respeito deste assunto, salienta-se que a alta toxicidade das cinzas resultantes do processo de queima é um problema muitas vezes ignorado e que representa perigo para o ambiente e para a saúde humana, ao considerar que as emissões tóxicas são formadas por três tipos de poluentes, a saber: metais pesados, produtos de combustão incompleta e novas substâncias químicas formadas durante o processo de incineração.

Neste sentido, destaca-se que, de forma geral, pesquisas científicas, levantamentos comunitários e técnicos associam os impactos da incineração ao aumento das taxas de câncer, a doenças respiratórias, a anomalias reprodutivas (como má formação fetal), a danos neurológicos e a outros efeitos sobre a saúde - em casos de exposições a metais pesados, a organoclorados e a outros poluentes liberados por incineradores.



**Figura 5.25: Queima de resíduos a céu aberto em São João das Missões.**

#### *Resíduos dos Serviços de Saúde*

Durante pesquisa de campo realizada na All foi mencionado que se encontra em fase de elaboração um Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde (em conformidade com a Resolução do Conama nº 358/2005, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências). Este plano foi encaminhado ao Consórcio Intermunicipal de Saúde para a Microrregião de Manga (CISMMA), a fim de captar investimentos estaduais para ser implementado. Até o momento da conclusão deste diagnóstico a Prefeitura Municipal aguardava manifestação da coordenação do Cismma e da Vigilância Sanitária Estadual a respeito da aprovação do referido Plano.

O Plano prevê que sejam realizadas coletas semanais dos resíduos dos serviços de saúde dos municípios conveniados. As coletas seriam realizadas a partir de Montalvânia, em direção ao sul, tendo como destino final a incineração em Montes Claros.

Em Manga o lixo hospitalar é depositado em uma célula especial localizada no lixão. A prefeitura não dispõe de veículos apropriados para o transporte dos resíduos da saúde, mas conforme mencionado anteriormente está aguardando aprovação do Plano para gerenciamento adequado desses resíduos.

A respeito da gestão dos resíduos sólidos na All, cabe comentar que a compreensão da problemática do lixo e a busca de sua resolução pressupõem mais do que a adoção de tecnologias. Uma ação na origem do problema exige reflexão não sobre o lixo em si, no aspecto material, mas quanto ao seu significado simbólico, seu papel e sua contextualização cultural, e também sobre as relações históricas estabelecidas pela sociedade com os seus rejeitos.

Vale lembrar ainda que os resíduos dispostos inadequadamente acarretam problemas à saúde pública, como a proliferação de vetores de doenças (moscas, mosquitos, baratas, ratos etc.), a geração de maus odores e, principalmente, a poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas por meio do chorume (líquido de cor preta, mau cheiroso e de elevado potencial poluidor produzido pela decomposição da matéria orgânica contida no lixo), comprometendo ainda a qualidade dos recursos hídricos. Acrescenta-se a esta situação, o total descontrole quanto aos tipos de resíduos recebidos nesses locais, verificando-se, até mesmo, a disposição de dejetos originados dos serviços de saúde.

Somando-se aos problemas de infraestrutura, destaca-se também a falta de conscientização dos moradores que além de gerarem resíduos, comumente colocam estes a céu aberto, em canteiros, nas praças e em terrenos onde dispostos inadequadamente, favorecem a proliferação de roedores e insetos, podendo acarretar ainda na propagação de doenças no local. Fato interessante a ser mencionado é que apesar de se tratar de uma população de baixa renda, esta também faz parte de uma sociedade de consumo, além disso, o consumo crescente de produtos menos duráveis e/ou descartáveis provocou sensível aumento no volume e diversificação dos resíduos gerados, bem como sua concentração espacial.

Com base nesses fatos, sugere-se a adoção de um programa educativo ambiental para a adequada gestão dos resíduos a fim de sensibilizar a população, onde sejam informados os prejuízos ao ambiente, à saúde, conforto e bem-estar, quando da disposição inadequada dos resíduos sólidos.

### 5.3.6.4 Comunicações

Na All a concessionária responsável pelos serviços de telefonia fixa é a TELEMAR, que disponibiliza serviços de discagem direta à distância e de discagem internacional, bem como, os serviços de transmissão de dados via fax e de acesso rápido à internet. O município dispõe também de serviços de telefonia móvel tendo como principais operadoras a Vivo e a Claro.

Com relação à mídia impressa, não foram identificados veículos formais na All, contudo, em Itacarambi registra-se a presença de mídia eletrônica, representada pelas *home pages*, a saber: [www.itacarambi.com](http://www.itacarambi.com) e [www.noticiasdeitacarambi.arteblog.com.br](http://www.noticiasdeitacarambi.arteblog.com.br) (figura 5.26).



Figura 5.26: “Notícias de Itacarambi”, diário de notícias virtual.



Quanto aos serviços postais, em toda a All estão disponíveis serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Em Itacarambi a agência localiza-se na rua Brasília 355, em Manga e São João das Missões foram identificados postos para estes serviços.

A comunicação por rádio, em Itacarambi é realizada por meio da emissora Rádio Nova 104,9 FM, que de acordo com informações obtidas no local possui ente 20 e 25 km de abrangência e, pela Rádio Tropical FM (102,7), geralmente utilizada para divulgação de serviços de utilidade pública, em parceria com a Prefeitura Municipal. No município de Manga a emissora de rádio local é a Manga FM (87,9) que possui aproximadamente 12 km de abrangência e pode ser sintonizada no município de Matias Cardoso. Em São João das Missões não foi identificada nenhuma estação de rádio

### 5.3.6.5 Lazer e Turismo

O Brasil é um dos países com maior potencial natural e cultural para a prática do turismo, no entanto, ainda é preciso agregar valores a essa riqueza para que a atividade turística seja explorada de forma adequada à captação de recursos financeiros tanto para o empreendedor como para a população local que se desenvolve econômica e socialmente com a prática do turismo no país mais respectivamente em seu local de origem.

Neste contexto, salienta-se que um dos principais entraves para o desenvolvimento do turismo no Brasil é a falta de formatação de produtos turísticos atrelada à capacitação profissional do mercado turístico brasileiro. No que diz respeito ao turismo interno seriam necessários maiores incentivos governamentais como, por exemplo, maior infraestrutura, sinalização turística, melhoria nas estradas, investimentos na rede hoteleira e qualificação profissional a fim de proporcionar o crescimento dessa modalidade de turismo.

Na All as atividades ligadas ao turismo podem ser consideradas pouco incipientes ao se considerar a potencialidade da região. No município de Itacarambi foram identificadas algumas iniciativas a fim de fomentar este tipo de atividade conforme apresentado a seguir.

#### Circuito Velho Chico

O município de Itacarambi é um dos integrantes do projeto “Descobrimos Minas”, por meio do *Circuito Velho Chico*. Este roteiro iniciou com 13 municípios, associados por demandas coletivas como melhoria de estradas e acessos, além de infraestrutura turística. Ao todo são três roteiros turísticos integrantes do Circuito Velho Chico, sendo todos eles elaborados pelo Poder Público Municipal de Itacarambi.



**Figura 5.27: Placa na BR-135 identificando o Circuito Turístico Velho Chico.**

#### Complexo do Peruaçu

O Complexo do Peruaçu possui aproximadamente 140.000 hectares definidos como Área de Proteção Ambiental (APA) (categoria de Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável, que permite alguns usos da terra), localizados nos municípios de Itacarambi e Januária.

Já o Parque Nacional (Parna) Cavernas do Peruaçu está localizado, em sua maior área, no município de Itacarambi, apesar do acesso a este ser realizado através do município de Januária. Este Parna possui seu Plano de Manejo concluído, porém, a única atividade permitida até o momento da conclusão deste diagnóstico era a visitação técnico-científica, sendo que a visitação aberta ao público em geral só será autorizada após a instalação de toda a infraestrutura turística necessária ao funcionamento do parque.

De acordo com informações do Plano de Manejo do Parna Peruaçu, a idéia do estabelecimento da UC partiu de um levantamento que o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG) estava

realizando no Estado, integrante de um programa denominado Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado de MG (IPAC/MG). Dentro deste programa estavam sendo cadastrados sítios arqueológicos e espeleológicos (inventário por município), além do Patrimônio Histórico e Arquitetônico regional. Não havia como inventariar aquela quantidade enorme de sítios no pouco tempo disponível. Surgiu, então, a idéia de se propor uma Unidade de Conservação em nível federal, em função da importância do conjunto.

Neste sentido, a proposta de criação da UC foi iniciada em 1986. O IEPHA/MG convidou o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e a Comissão Estadual de Política Ambiental (COPAM) - à época este era o nome do órgão ambiental do Estado. Não existia, ainda, a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), da qual hoje participa o COPAM, transformado desde 1987 em Conselho Estadual de Política Ambiental.

A razão do enquadramento desta UC na categoria de Uso Sustentável (APA) no primeiro momento foi em função de seus recursos hídricos, ou seja, seria necessário preservar toda a bacia hidrográfica do rio Peruaçu. Grandes e pequenas fazendas já existiam na região e seria muito complicada a criação de um Parque Nacional.

Assim sendo, em 1997, o Ibama decretou como de utilidade pública uma área de 6.000ha, denominada "polígono", a qual abarcava o núcleo principal das cavernas do vale cárstico do rio Peruaçu. Em 1999, o Ibama decretou uma área de 56.800 ha como Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, limites que extrapolaram o núcleo principal das cavernas, mas uniram extensas áreas com cobertura vegetal nativa em bom estado de conservação representativas dos biomas Cerrado e Caatinga, incluindo a interligação com o rio São Francisco.

Ainda com relação ao Plano de manejo do Parna, cabe mencionar que faz parte das recomendações deste que os municípios de Itacarambi, São João das Missões e Januária elaborem seus respectivos Planos Diretores, com intuito de estimular o desenvolvimento da região, também a partir da oportunidade da implantação do Parque.

A região possui ainda mais seis unidades de conservação<sup>8</sup>, o que limita a área de expansão (urbana ou rural) dos municípios.

#### Cidade das Crianças

Este empreendimento, no município de Itacarambi trata-se de uma obra inacabada próxima à área da ETA municipal, viabilizada pelo Ministério do Turismo, que consistia numa grande área de lazer infantil. De acordo com informações da Prefeitura Municipal, a obra foi embargada devido a irregularidades no que se refere a legislação ambiental, decorrente da ocupação indevida da Área de Preservação Permanente (APP), pois se localiza nas proximidades da margem esquerda do rio São Francisco.

No entanto, parte da obra chegou a ser realizada após a efetivação de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) junto ao IBAMA, sendo que na mudança de gestão municipal este projeto não foi considerado obra prioritária, tendo sido descontinuado o financiamento obtido anteriormente junto a Caixa Econômica Federal, em decorrência dos altos custos orçados.

#### Cais Água Viva

O Cais Água Viva é um ponto de referencia para cidade de Itacarambi, onde a sua construção, originalmente destinada ao funcionamento de um porto, deu lugar a uma praça que funciona também como um mirante com vista para o rio São Francisco. O mirante serve como um ambiente de apreciação da paisagem do rio São Francisco e segundo informações obtidas na região, o cais foi o ponto de partida para o crescimento da cidade.

O Cais Água Viva é atualmente um centro de convivência composto por um centro de lazer com quadra de esportes e repleto de carrancas que, segundo informações obtidas no local, representam antiga lenda dos pescadores, onde tais monumentos possuíam uma espécie de "proteção divina". As carrancas surgiram a partir da crença dos navegantes do rio São Francisco, por volta de 1875-1880, segundo essa crença as carrancas corresponderam à intenção de afastar figuras sobrenaturais ameaçadoras que habitariam as águas do rio.

Outra crença relacionada a figura das carrancas diz que caso o navegador estivesse em perigo a carranca gemeria três vezes. Por isso eram consideradas protetoras dos navegadores das barcas, no percurso que liga minas e o nordeste. As carrancas autênticas esculpidas no vale do São Francisco têm características meio humanas e meio animal, mas com o tempo apareceram outros modelos de formas

---

<sup>8</sup> Área de Proteção Ambiental (APA) do Lagedão, Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro, Parque Estadual da Mata Seca, APA da Serra do Sabonetal, Reserva Biológica (REBIO) da Serra Azul e Parque Estadual do Verde Grande.

mais sofisticadas. A proximidade com o rio São Francisco, a cultura de cidade de Itacarambi também assimilou a cultura vinda do rio.

Desta forma, na reforma da Praça Prefeito Arnaldo Corrêa, em 2001, foram fixadas três esculturas de Carrancas que fazem parte do conjunto da Praça. Sob encomenda da prefeitura foram esculpidas três imagens de grande porte em madeira, por um artesão da cidade de Pirapora, conhecido apenas por Adenilson. Informação que pode ser comprovada devido à inscrição do nome gravado em uma das imagens juntamente com a data em que foi entalhada, em 16 de Junho de 2001.

As três carrancas possuem cores e são posicionadas em locais diferentes. A carranca de tom verde está posicionada no lado direito da praça e tem a face voltada para o rio, a marrom está na extremidade esquerda e a amarela no centro da praça próxima à rua, ambas voltadas com a face para a cidade.

Apenas uma das imagens, a de cor marrom, possui estado de conservação ruim, com a base em processo de apodrecimento da madeira devido principalmente a exposição às intempéries naturais. Desde a fixação em 2001 não sofreram intervenções.



**Figura 5.28: Carranca no Cais Água Viva.**



**Figura 5.29: Área de lazer e mirante próximos a margem do rio São Francisco.**

### Turismo e Unidades de Conservação (UCs) na AI

O turismo constitui uma possibilidade de uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, o aumento da prática do turismo sustentável no Brasil não tem sido proporcional à sustentabilidade ambiental e melhoria da qualidade de vida nos locais onde ocorre. Uma constante verificada é o aumento de conflitos sociais causados pela maior pressão sobre o uso dos recursos naturais.

Neste contexto, antes de mencionar a relação entre o desenvolvimento do turismo e as UCs na área de influência, é preciso salientar que esta região é parte integrante de um processo histórico de encurralamento, expropriação e invisibilidade de comunidades locais, considerando que a política de desenvolvimento regional baseou-se em quatro pilares principais: agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária e monocultura de algodão.

Os empreendimentos ocuparam extensas áreas tidas como gerais, áreas de chapadas e nascentes, que sofreram intensa degradação em função do projeto de irrigação com inúmeros pivôs espalhados pelas plantações, usando água de forma indiscriminada<sup>9</sup>, paralelo ao consumo significativo de água pelas monoculturas de eucaliptos.

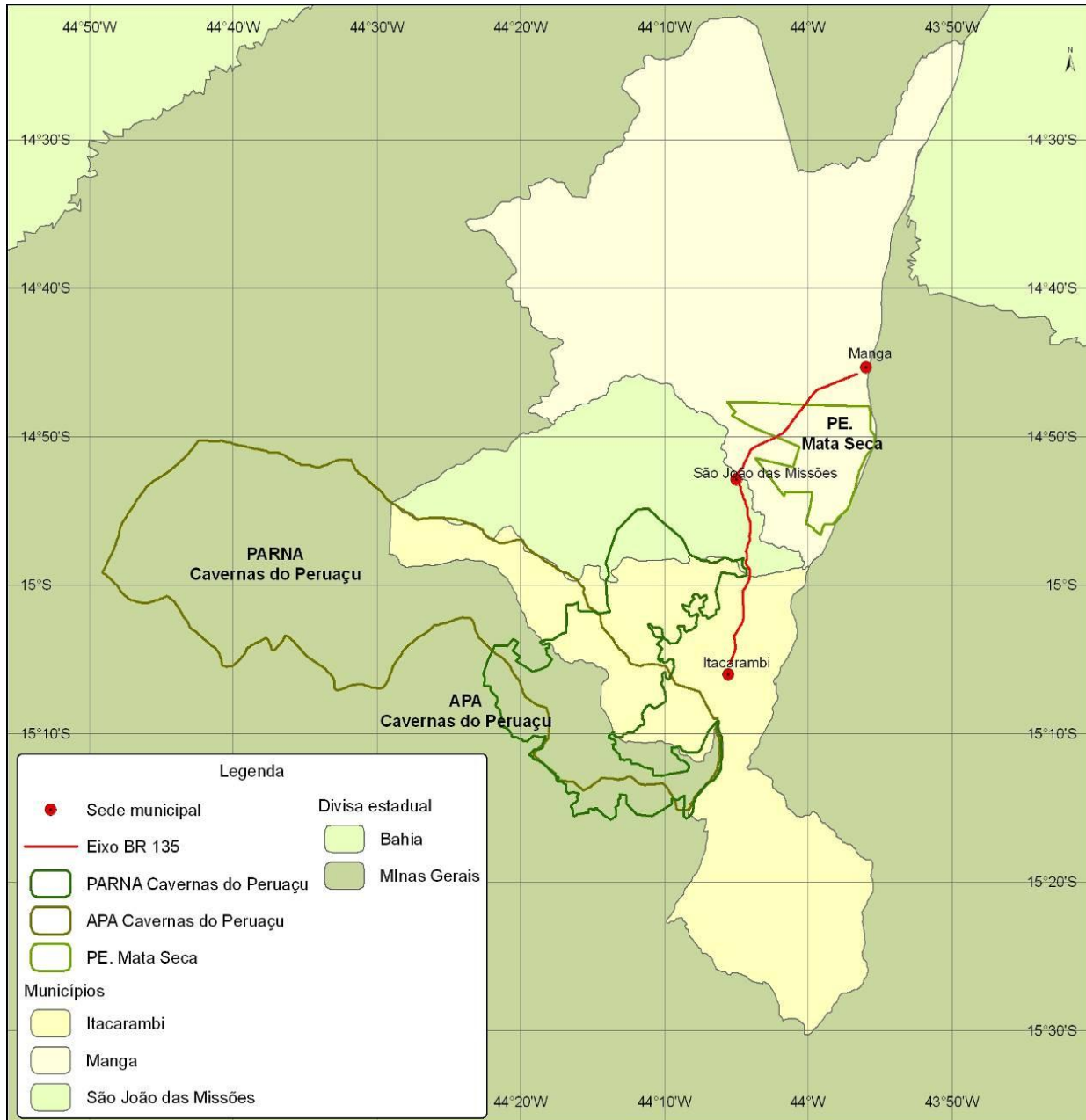
Desta forma, a criação das unidades de conservação na década de 1990 surgiu como nova pressão sobre essas populações. Assim sendo, entende-se que as UCs só agravam o problema, uma vez que essas comunidades passaram a refugiar-se nas margens e ilhas do rio São Francisco, em pequenos pedaços de terra, mantendo parte desses espaços preservados. Daí o interesse dos órgãos ambientais em transformar tais espaços em parques, o que vem causar a privação do uso dessas áreas nos moldes tradicionais pelas comunidades locais.

Cabe mencionar ainda que o empenho do Estado em expandir o Projeto Jaíba para a etapa II foram determinadas condicionantes ambientais ao referido projeto, dentre elas a criação de um sistema de áreas protegidas (SAP) que envolveu a criação de sete unidades de conservação de proteção integrais, somando mais de 85 mil hectares de área integralmente protegida. As unidades de conservação do Projeto Jaíba estão localizadas entre os municípios de Itacarambi, Manga, São João das Missões e Matias Cardoso, em

<sup>9</sup> A outorga de direito de uso de recursos hídricos foi estabelecida por meio da Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 (inciso III, do art. 5º), portanto, posterior ao Projeto Jaíba. Esse instrumento tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso aos recursos hídricos.

uma área de transição entre os biomas “cerrado” e “caatinga”, sendo que duas dessas UCs estão dentro do bioma mata seca<sup>10</sup>, entre elas o Parque Estadual da Mata Seca (PEMS).

Assim sendo, na AID estão presentes o Parque Nacional (Parna) das Cavernas do Peruaçu, a Área de Preservação Ambiental (APA) das Cavernas do Peruaçu e o Parque Estadual da Mata Seca, conforme observado na figura 5.30, a seguir.



**Figura 5.30: UCs presentes na AID.**

#### *Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu*

O acesso ao Parque Nacional (Parna) das Cavernas do Peruaçu se faz a partir da cidade de Belo Horizonte, através da rodovia BR 040 até o trevo de Curvelo. Daí toma-se a rodovia BR-135, atravessando a cidade de Montes Claros e Januária. Segue-se no sentido de Itacarambi por cerca de 50km, até o distrito de Fabião, onde se localiza a Sede Administrativa do Ibama e entrada do Parna, percorrendo-se um total de 650km.

<sup>10</sup> Mata Seca é uma denominação para a Floresta Estacional Decidual que ocorre em Minas Gerais, tanto no Cerrado, quanto na Caatinga. A região norte mineira é onde esta ocorrência é mais intensa no Estado. Vegetação caducifolia característica da região do Norte de Minas, uma espécie de caatinga densa.

De acordo com Magalhães e Ferreira (2008), a abertura do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu representa uma nova alternativa de geração de renda para as cidades de Januária, Itacarambi e São João das Missões. Como a região possui uma economia estagnada há anos, espera-se que o turismo promova uma mudança nesse cenário econômico.

Contudo, o Parna não apresenta uma grande diversidade de atrativos, visto que os roteiros determinados pelo seu Plano de Manejo exploram apenas as belezas das grutas e os achados arqueológicos. Mesmo tendo em vista que as cavernas serão os fatores principais de atração dos turistas, é fundamental que novas alternativas de visitação sejam criadas para atender aos mais diferentes tipos de visitantes.

Neste contexto, salienta-se que o Plano de Manejo do Parna denomina de Roteiros de Visitação as rotas previstas para o turismo e uso público. Cada um desses roteiros inclui a criação de um Centro de Apoio ao Visitante (CAV) e uma trilha onde estão localizados seus atrativos, conforme visualizado na figura 5.31 (IBAMA, 2003). Os seis roteiros propostos são:

- Roteiro 1: Inicia-se no CAV Janelão, percorre os seguintes atrativos: Lapa do Boquete, 5 Torres, Entrada secundária do Arco do André, Mirante do Arco do André, Arco do André, Gruta dos Cascudos e Gruta dos Troncos, e retorna ao CAV Janelão.

Este roteiro de caminhada do Parque é o único feito de forma circular, ideal para a prática de caminhadas e permite uma visão mais ampla do carste, das cavernas e dos sítios arqueológicos. Além disso, proporciona a visita de uma das maiores cavernas de todo cânion, o Arco do André com seu pórtico de mais de 100 metros de altura (MAGALHÃES e FERREIRA, 2008).

- Roteiro 2: Inicia-se no CAV Janelão, percorre os seguintes atrativos: Lapa do Índio e Lapa Bonita, e retorna ao CAV Janelão.

A facilidade de acesso e a possibilidade de se conhecer uma das mais belas grutas do vale (Lapa Bonita) são os pontos fortes deste roteiro. Ideal para o visitante que tem pouco tempo. Também se destaca a oportunidade de conhecer a zona escura de uma caverna (MAGALHÃES e FERREIRA, 2008).

- Roteiro 3: Inicia-se no CAV Janelão, percorre a Gruta do Janelão e retorna ao CAV Janelão.

A Gruta do Janelão é a última das cavernas criadas pelo rio Peruaçu em seu trajeto rumo ao rio São Francisco. Representa um dos mais amplos condutos de caverna brasileira, com cerca de 100m de altura, está emoldurado por uma série de clarabóias, que não só trazem luz natural, mas também proporcionam a ocorrência de pequenas florestas no interior da caverna (MAGALHÃES e FERREIRA, 2008).

- Roteiro 4: Inicia-se no CAV Janelão, percorre os seguintes atrativos: Lapa dos Desenhos, Abrigo do Elias e Mirante do Elias, e retorna ao CAV Janelão.

Este roteiro possui uma trilha plana e sombreada, indicado para a maioria das pessoas. Além disso, a Lapa dos Desenhos representa um importante sítio arqueológico, ostentando painéis de arte rupestres de diversas tradições (MAGALHÃES e FERREIRA, 2008).

- Roteiro 5: Inicia-se no CAV Silu, percorre os seguintes atrativos: Lapa do Caboclo e Lapa do Carlúcio, e retorna ao CAV Silu.

Este roteiro leva o visitante ao extremo Norte do Parna, onde o rio Peruaçu começa o seu trajeto subterrâneo com mais de 10km de extensão. A primeira atração é a paisagem cárstica, formada por paredões verticais, torres e lapiás. Pontos de observação ocorrem ao longo de todo o trajeto, sendo que a visita começa pela Lapa do Caboclo, com seus painéis de arte rupestre pré-histórica. Do outro lado do rio a Lapa do Carlúcio completa o circuito deste roteiro (MAGALHÃES e FERREIRA, 2008).

- Roteiro 6: Inicia-se no CAV Rezar, percorre a Lapa do Rezar e retorna ao CAV Rezar.

A Lapa do Rezar consegue reunir o cânion do rio Peruaçu com as inscrições rupestres pré-históricas. Destacam-se as dimensões do seu salão de entrada, que alcança 90 metros de largura e mais de 40 metros de altura, além da variedade e exuberância dos espeleotemas (MAGALHÃES e FERREIRA, 2008).

As distâncias e tempos de percurso para cada um dos roteiros encontram-se apresentadas no quadro 5.5.

**Quadro 5.5**  
**Percursos e tempo para cada um dos roteiros do Parna das Cavernas do Peruaçu**

	Roteiro 1	Roteiro 2	Roteiro 3	Roteiro 4	Roteiro 5	Roteiro 6
Percurso	7.700m	1.500m	4.800m	4.100m	2.000m	2.400m
Tempo	7 horas	2h20min	5h30min	3h30min	3h50min	3h30min

Fonte: Adaptado de Plano de Manejo do Parna Complexo do Peruaçu.

Cabe mencionar ainda que o desenvolvimento da atividade turística em determinada localidade pode ser considerado um gerador de impactos diversos, que podem tanto afetar positiva quanto negativamente a comunidade e o meio ambiente local. Ruschmann (2002) explica que os impactos do turismo correspondem às modificações que a atividade gera onde se desenvolve, possuindo características diversificadas de intensidade e natureza. Tais afirmações se aplicam às Unidades de Conservação, um dos principais atrativos para o turismo de natureza. Embora as UCs existam sob a prerrogativa de possibilitar às pessoas o reencontro com a “natureza intocada”, apenas aquelas detentoras de recursos (intelectuais, políticos ou financeiros), acabam tendo a possibilidade de visitá-la (DIEGUES, 2000, p. 35-62).

Neste cenário, o aumento do fluxo turístico dentro do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu seria mais uma maneira de manutenção e conservação dos recursos naturais nele presentes, visto que gera um maior interesse de empresas privadas em investirem na Unidade de Conservação, além da renda obtida por meio da cobrança de taxa de visitação aos turistas.

Ainda com relação ao desenvolvimento do turismo no Parna, ressalta-se que a inserção da comunidade local poderia propiciar a efetivação desta como uma aliada ao processo de preservação, no sentido de reduzir conflitos locais e ainda, de fomentar a valorização do patrimônio natural, bem como de proporcionar uma maior conscientização sobre a importância da realização de atividades sustentáveis nos ambientes naturais presentes na AII.

Além disso, as questões ambientais não podem ser encaradas como prioritárias neste contexto, mesmo em se tratando de Unidades de Conservação, mas sim como parte de uma situação desejada onde ambiente, cultura, sociedade e economia sejam, efetivamente, pilares para a filosofia de responsabilidade turística.

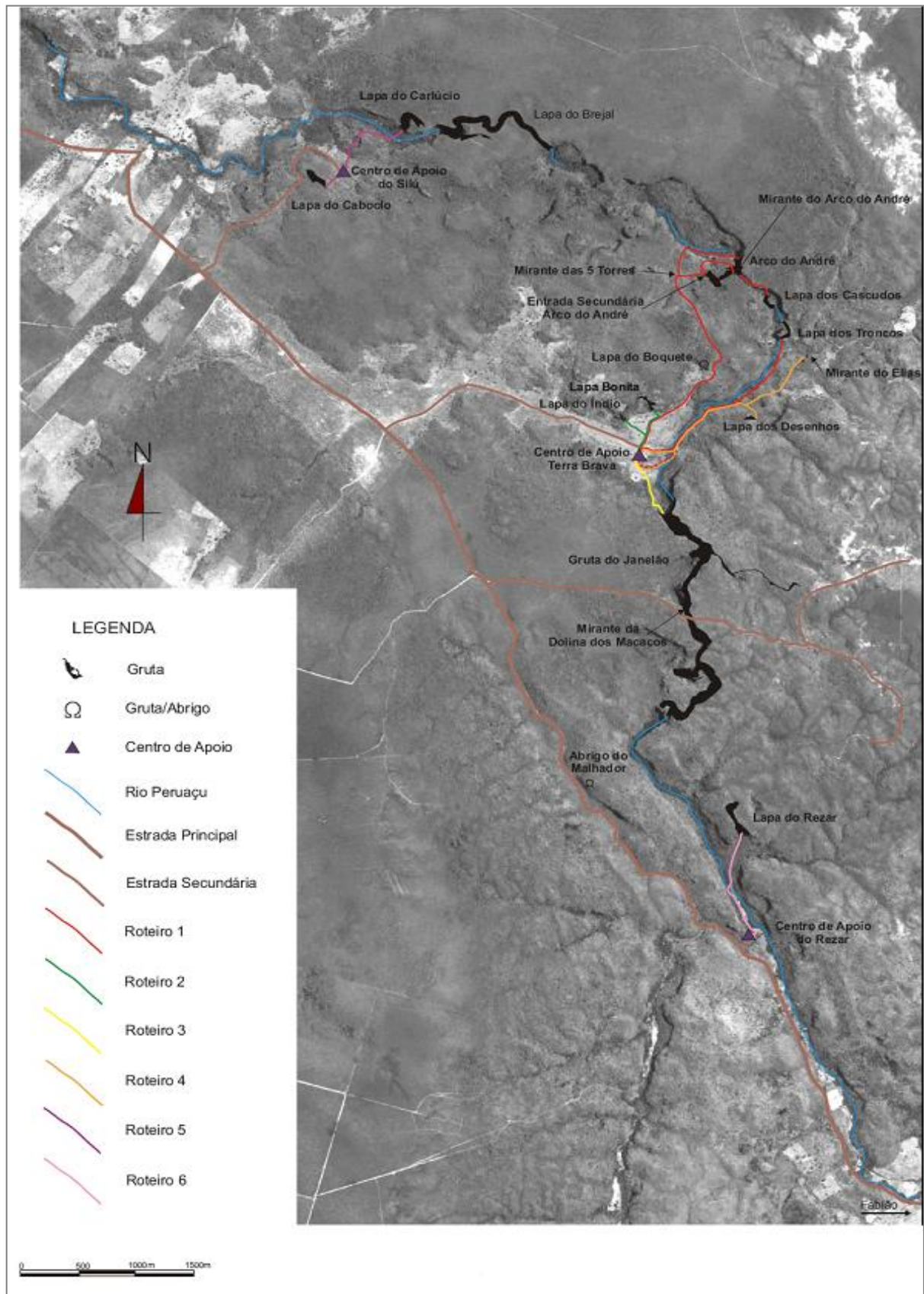
Neste sentido, a realidade observada nas comunidades, mostra que, sob diversos aspectos, o turismo pode ser uma ameaça e um risco, ao invés de uma oportunidade, tanto do ponto de vista social quanto ambiental.

Com relação à infraestrutura para acesso às UCs presentes na AII, o aeroporto mais próximo é o do município de Montes Claros, e o deslocamento a este é relativamente rápido. Contudo, a circulação interna nas Unidades de Conservação na região é precária e necessita de melhorias a fim de atender ao público em geral. Ainda no que se refere à infraestrutura viária, embora Minas Gerais seja um Estado provido de uma extensa malha rodoviária e ferroviária, as condições das estradas que dão acesso à AII são precárias. A cada período chuvoso implicam-se as condições de tráfego, em vias normalmente mal sinalizadas e sem acostamento.

Os núcleos urbanos de Itacarambi, Januária, São João das Missões e do Distrito de Fabião, necessitam de melhorias principalmente nos seus acessos viários, incluindo o trecho da BR-135 objetivo do presente estudo, bem como nos sistemas de tratamento de esgoto sanitário e coleta/disposição de resíduos sólidos.

No que diz respeito aos meios de hospedagem, estes são bastante humildes, sendo todos os municípios da AII carentes de hotéis e pousadas. Cabe salientar ainda que o turista não pode se dirigir a um local rústico esperando encontrar meios de alimentação sofisticados; deve sempre ser incentivado a querer experimentar alimentos típicos, mas bem preparados, de modo que possa ser considerado um elemento de valorização da cultura local e não uma precariedade nos serviços oferecidos.

Neste sentido, quando os serviços são precários é necessário investir na formação de recursos humanos especializados, seja por meio da oferta de cursos de capacitação, da produção de material informativo de boa qualidade, na divulgação, bem como na atualização de conhecimentos do pessoal já qualificado, o que não é observado na região.



**Figura 5.31: Roteiros Turísticos no Vale Cárstico.**

Fonte: Adaptado de Plano de Manejo do Parna Complexo do Peruaçu.

### 5.3.7 Caracterização das Comunidades Existentes na Área de Influência

#### 5.3.7.1 Educação

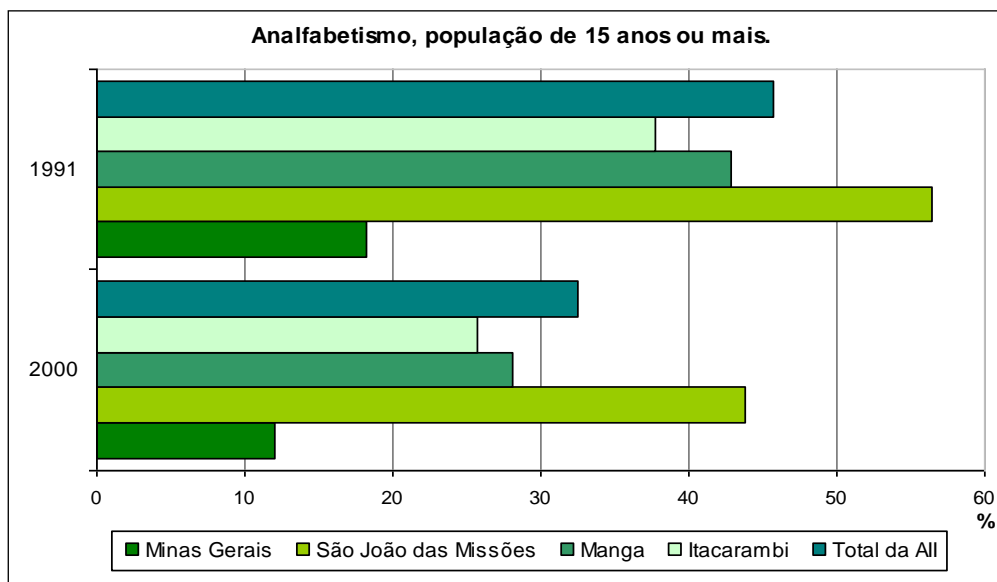
Para a caracterização da realidade educacional da AII, foram utilizados dados do Sistema de Estatísticas Educacionais (EDUDATABRASIL) e do cadastro de estabelecimentos de ensino (DATAESCOLABRASIL), ambos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), por meio do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, bem como informações obtidas nas Secretarias Municipais de Educação (SME).

Na análise da situação da educação na AII são apresentados indicadores educacionais referentes às taxas de analfabetismo e escolaridade da população local, ao acesso e participação dessa população no sistema de ensino e à eficiência do sistema escolar da região. A infraestrutura do sistema de ensino local está descrita em termos de estabelecimentos de ensino, transporte escolar, ensino profissionalizante e superior, além de projetos educacionais das diversas esferas administrativas.

#### 5.3.7.2 Indicadores Educacionais

##### Analfabetismo e escolaridade média da população

O analfabetismo é um dos indicadores mais importantes como indício do nível de qualidade de vida da população, pois ele reduz a capacidade de vida autônoma na medida em que limita a sustentabilidade social, econômica, política e cultural do indivíduo. Essa taxa pode ser utilizada para medir os níveis de desenvolvimento socioeconômico da esfera estudada e é um dos indicadores utilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) na elaboração dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Representa o quociente entre a população analfabeta e a população total de um mesmo grupo etário, sendo geralmente calculado, pelo INEP, para as pessoas com 15 anos ou mais de idade. Segundo Riani e Golgher (apud Rios-Neto e Riani, 2004), considera-se analfabeto aquele indivíduo que é incapaz de ler e escrever ao menos um bilhete simples na sua língua de origem.



**Figura 5.32: Analfabetismo nos municípios da AII e Minas Gerais, anos 1991 e 2000.**

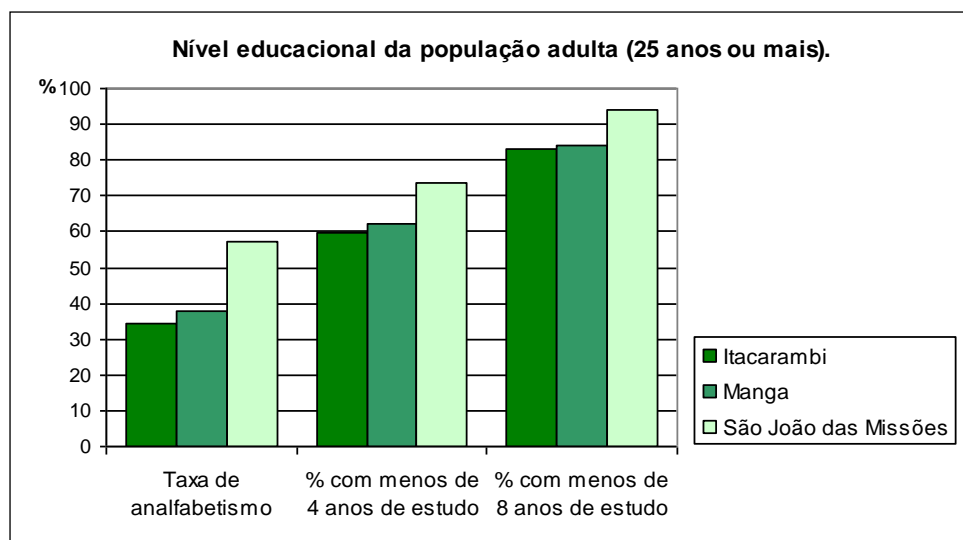
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Desde a década de 1990 as taxas de analfabetismo decresceram em todo país, inclusive no Estado de Minas Gerais e nos municípios analisados. A diminuição dessas taxas pode indicar melhorias no sistema de ensino ao longo dos anos até o início dos anos de 1990, tais como melhores condições de acesso, programas governamentais de incentivo e inclusão. No entanto, a taxa de analfabetismo para o ano 2000 não pode registrar tais melhorias educacionais ocorridas após o Censo Demográfico de 1991, pois, de modo geral, a população que estava entrando em idade escolar até esse ano (1991) ainda não completara a idade de 15 anos em 2000.



É importante observar que a taxa de analfabetismo, ao ser calculada para toda a população acima de 15 anos (figura 5.32), funciona como medida de estoque, englobando toda a história do sistema de educação e diluindo nas deficiências do passado os avanços educacionais ocorridos ao longo do tempo. Desta forma, ela não reflete os avanços educacionais recentes, já que as políticas educacionais são voltadas, principalmente, para a população em idade escolar. Do mesmo modo, a escolaridade média calculada para uma população adulta, sem diferenciação por faixa etária, também atua como medida de estoque e serve apenas como indicador das condições socioeconômicas atuais.

Para análise da escolaridade adulta da AII foram utilizadas as médias de anos de estudos para a população de 25 anos ou mais, além do seu nível educacional, que leva em consideração o percentual de adultos que concluíram o ensino fundamental ou as séries iniciais. A figura 5.33 ilustra a baixa escolaridade observada na população adulta dos municípios que compõem a área de estudo deste diagnóstico. Em 2000, a maior parte dessa população (mais de 85%) não tinha o Ensino Fundamental completo e, em média, apenas 35% havia concluído as séries iniciais.



**Figura 5.33: Nível educacional da população da AII, com 25 anos ou mais, 2000.**

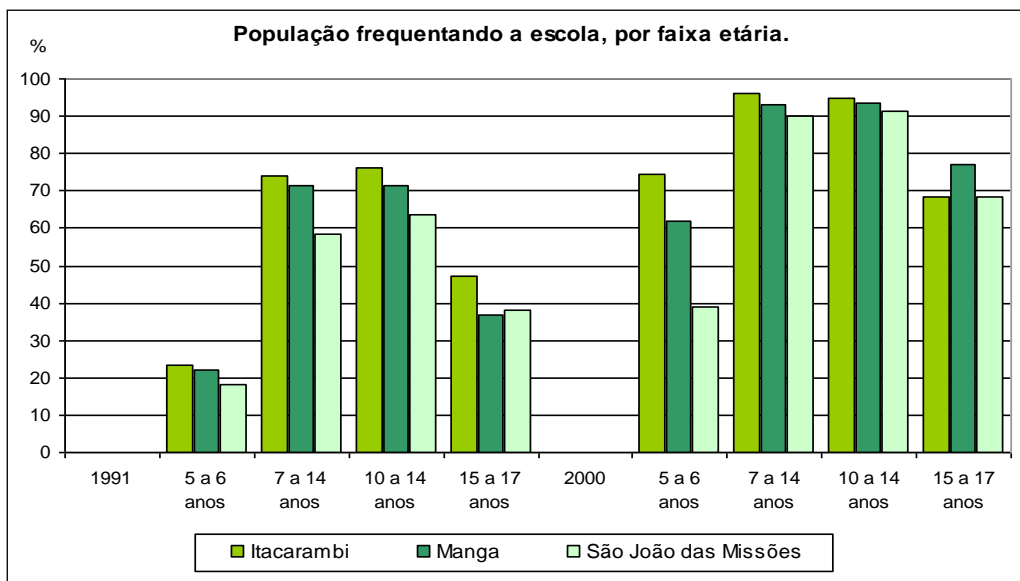
Fonte: PNUD, 2003.

Segundo dados do PNUD (2003), os municípios de Itacarambi e Manga apresentaram, para essa população, uma média de 3,5 anos de estudo, e em São João das Missões essa média caiu para 2 anos de estudo, provavelmente em decorrência da presença indígena.

#### Acesso e participação

Para avaliar o acesso e participação da população em idade escolar no sistema de ensino da AII, é apresentada a taxa de atendimento, que capta a proporção da população de uma determinada faixa etária que frequenta a escola. Essa taxa serve para avaliar a capacidade do sistema de ensino de manter as crianças e adolescentes nas escolas, sendo um bom indicador de políticas recentes.

Na figura 5.34 são apresentadas as taxas equivalentes a população em idade escolar que estava frequentando a escola nos anos 1991 e 2000. Em dez anos observa-se que o atendimento a essa população aumentou em todas as faixas etárias. O acesso de crianças em idade pré-escolar, de 5 a 6 anos, foi bastante expressivo nos município de Itacarambi e Manga, onde mais de 50% das crianças nessa faixa etária frequenta a escola.



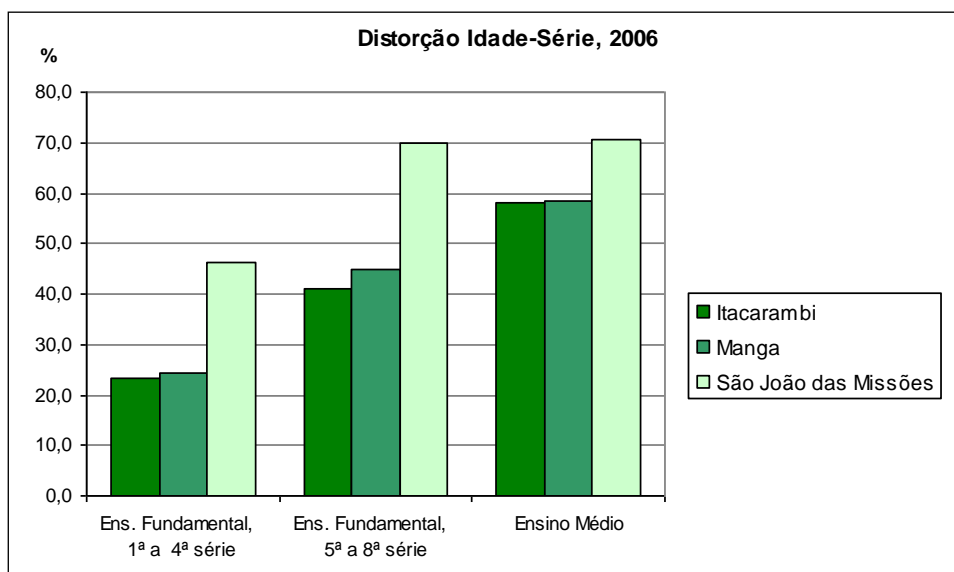
**Figura 5.34: Taxa de atendimento da população da AII, em 1991 e 2000.**

Fonte: PNUD, 2003.

Apesar de maiores taxas de atendimento, isso não indica apenas maior capacidade de retenção dos alunos na escola, seja por políticas educacionais como merenda escolar ou bolsa-escola, ou por maior oferta de vagas. Como essa taxa não distingue pessoas que estejam frequentando a escola em séries diferentes da adequada a sua idade, valores maiores podem ser observados também em municípios em que os índices de repetência são maiores, mantendo alunos mais velhos em níveis educacionais inadequados a sua idade.

Eficiência e Rendimento Escolar

A taxa de distorção idade-série fornece informações referentes à quantidade de alunos cursando séries inadequadas a suas idades. Esses valores correspondem ao total de matrículas de pessoas que estão cursando determinada série em idade superior à considerada ideal sobre o total de matrículas na série em questão. Segundo Riani e Golgher (apud Rios-Neto e Riani, 2004), esse índice é importante para determinar problemas relacionados, principalmente, com a alta repetência em determinada série, gerando graves conseqüências para os níveis de escolaridade da população.



**Figura 5.35: Taxa de distorção idade-série, na AII, em 2006.**

Fonte: INEP, 2006.

De acordo com os dados do INEP, os municípios da AII apresentam taxas de distorção idade-série superiores as taxas para o Estado de Minas Gerais e a média brasileira. Os municípios de Itacarambi e Manga possuem índices de distorção, para as séries iniciais, próximos da média mineira e nacional, enquanto que São João das Missões já apresenta valores elevados de distorção desde o início do período escolar. Como pode ser observado na figura 5.35, as taxas de distorção se tornam elevadas em todos os municípios nas séries finais do ensino fundamental. Em São João das Missões, em 2006, 70% dos alunos matriculados entre 5ª e 8ª série estavam fora da idade adequada. A distorção entre idade e série mantém-se elevada entre os estudantes do Ensino Médio, o que indica que altas taxas de repetência desde o final do Ensino Fundamental, quando essa taxa começa a se elevar.

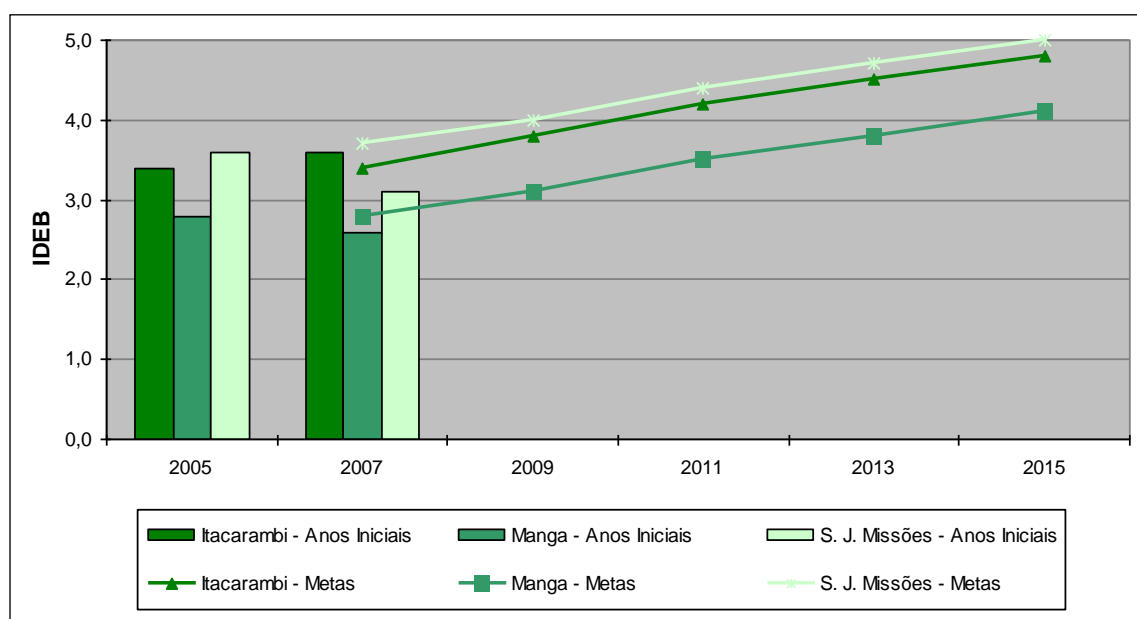
### 5.3.7.3 Caracterização do Sistema de Ensino

#### Ensino Básico

Segundo Curya (2002), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define que a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A qualidade da educação básica na AII pode ser medida por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007 pelo Ministério da Educação (MEC). Esse indicador, que foi pensado numa escala de zero a dez, de modo a facilitar o entendimento geral, serve de instrumento para o estabelecimento de metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022, e utilizou como base a primeira medição de dados feita em 2005.

A figura 5.36 traz o IDEB para cada município da AII, apresentando dados de 2005 e 2007, além das metas estabelecidas até 2015. OS dados são referentes aos primeiros anos do Ensino Fundamental, ou seja, até 4ª série. Observa-se que Itacarambi foi o único município que alcançou e excedeu a meta projetada para 2007.



**Figura 5.36: IDEB para os municípios da AII, 2007.**

Fonte: INEP, 2007.

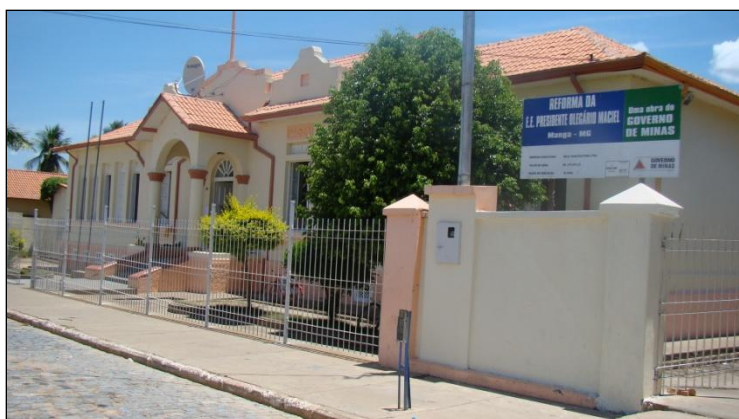
#### Estabelecimentos de Ensino

Os municípios que integram a AII desde diagnóstico contam com um total de 53 estabelecimentos públicos de ensino, todos com atendimento das séries iniciais. Destes, apenas 14 possuem Ensino Fundamental completo, e outros 14 contam com Ensino Médio.

No município de Manga há 29 escolas públicas com ensino até a 4ª série do Ensino Fundamental, sendo que destas, 24 estão localizadas em zona rural. Muitas dessas escolas são de poucos alunos, com atendimento até este nível de ensino, enquanto apenas quatro escolas oferecem Ensino Fundamental completo, e outras quatro ofertam Ensino Fundamental e Ensino Médio. Nas instituições de ensino presentes em Manga também são oferecidas nove turmas de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), sendo que, destas, cinco correspondem às séries iniciais e três às séries finais do Ensino Fundamental e uma é

de Ensino Médio. Ao todo, são nove escolas estaduais, 20 vinculadas ao município, e um colégio filantrópico, de Ensino Fundamental.

Todas as escolas de Ensino Médio oferecem atividades complementares no contraturno escolar, principalmente acompanhamento pedagógico (reforço escolar). Entre essas, destacam-se as três escolas estaduais que desenvolvem atividades tais como Esporte e Lazer; Saúde Alimentação e Prevenção; Direitos Humanos e Cidadania; Artes e Cultura; Inclusão Digital e Comunicação. São elas a Escola Estadual (EE) Brejo São Caetano do Japuré, localizada em zona rural; a EE Prof. José Ribeiro Campos, situada no distrito Nhandutiba; e, na sede municipal, a EE Presidente Olegário Maciel, que possui valor histórico para a cidade (figura 5.37).



**Figura 5.37: Escola Estadual Presidente Olegário Maciel, em Manga.**

Fonte: Magna Engenharia, 2009.

Em Itacarambi, são ao total 14 escolas, todas contando com turmas nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Dentre as escolas rurais municipais, quatro atendem apenas as séries iniciais, seis têm Ensino Fundamental completo, e uma delas conta com EJA. As escolas rurais estão localizadas nas ilhas do Valerinho, do Jenipapo e do Retiro, nos povoados Serraria e Várzea Grande, e nas fazendas Remanso I e Pindaibas. A EM Osório Evangelista dos Santos, localizada na Fazenda Remanso, possui turmas vinculadas na Ilha do Capão e na Fazenda ICIL.

Nesse município há duas escolas estaduais rurais com Ensino Médio, e uma urbana. A EE Professor Josefino Barbosa, localizada na sede, possui turma de EJA de Ensino Médio, enquanto que na EE Saturnino Ângelo da Silva, situada no povoado Fabião II, as turmas de EJA abrangem apenas as séries finais do Ensino Fundamental. Ambas as escolas oferecem atividades complementares no contraturno escolar, tais como acompanhamento pedagógico, atividades de esporte e lazer, de artes e cultura, saúde, alimentação e prevenção, além de oficinas sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Itacarambi conta, também, com uma escola privada (APAE de Itacarambi) que atende alunos com necessidades especiais e possui ensino de nível fundamental.

Em função da TI Xakriabá, o município de São João das Missões conta com sete escolas estaduais indígenas, três delas de Ensino Fundamental e quatro de Ensino Médio, todas com professores indígenas de nível superior. Essas escolas são descentralizadas e somam 35 turmas vinculadas distribuídas entre as aldeias da TI. As turmas descentralizadas possuem educação infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio são oferecidos nas escolas sede, que estão sediadas nas seguintes aldeias: Brejo do Mata Fome, Sumaré I, Rancharia, Barreiro Preto, Riacho dos Buritis, Morro Falhado e aldeia Prata.

Na cidade de São João das Missões, duas escolas de esferas administrativas diferentes (estadual e municipal) funcionam integradas. A EE Aline Dias Neves, de Ensino Médio, funciona no mesmo prédio que a EM Teodomiro Correa, de Ensino Fundamental, porém com administrações separadas. No passado funcionava ali uma escola estadual que foi municipalizada, sendo criada mais tarde a escola de Ensino Médio. Vinculados a EM Teodomiro Correa existem três turmas descentralizadas no município.

Dentro da AID, na localidade de Rancharia, estão localizadas duas escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio, sendo uma delas indígena (EE Indígena Kuhinan Xakriaba). A EE Eliazar José Rodrigues é a única escola a oferecer atividades complementares, tais como acompanhamento pedagógico e atividades esportivas. Essa escola funciona em período integral, possui turmas de EJA (Ensino Fundamental) e recebe alunos de inclusão.



**Figura 5.38: Escola Estadual Eliazar José Rodrigues, em Rancharia, São João das Missões.**

A EE Eliazar José Rodrigues, por localizar-se às margens da BR-135, apresenta problemas ocasionados pela poeira da estrada, os quais são relatados pelos professores. A queixa comum é a de que a poeira, somada ao pó de giz, causa problemas respiratórios nos professores do noturno, os quais estão expostos ao material particulado acumulado durante um dia inteiro.

#### Matrículas

Segundo informações do INEP, obtidas por meio da base de dados DataEscolaBrasil, no final de 2009 a rede pública de ensino da AIJ possuía 15.330 alunos matriculados. Estas matrículas estavam distribuídas em Ensino Fundamental (séries iniciais e finais), Ensino Médio e EJA.

A maior parte das matrículas se concentra no ensino básico (Ensino Fundamental), que possui mais de onze mil alunos, principalmente nas séries iniciais, as quais acolhem cerca de mil alunos a mais que as séries finais. O Ensino Médio conta com um contingente bem reduzido de alunos, somando apenas 2.600 matrículas nos três municípios.

Em relação ao EJA, aproximadamente mil matrículas estavam registradas em 2009. Cada um dos municípios contribui com cerca de 350 alunos de EJA, nos diversos níveis de ensino. As séries iniciais do Ensino Fundamental, no entanto, agregam quase a metade dos estudantes tardios.

Nas escolas da TI estudam 2.432 alunos indígenas, a grande maioria cursando as séries iniciais (cerca de 1.450 alunos). A descontinuidade dos estudos pela população indígena pode ser observada verificando-se os números de matrículas para a segunda etapa do Ensino Fundamental (697 alunos) e para o Ensino Médio (278).

#### Ensino profissionalizante e superior

De acordo com dados do Sistema e-MEC (2010), os municípios de Itacarambi e Manga contam com cursos de Educação à Distância (EAD) vinculados a universidades do Mato Grosso do Sul e do Paraná. Somadas, essas universidades disponibilizam um total de trinta cursos de graduação, em 23 diferentes formações.

Em Itacarambi, a Universidade Anhanguera (UNIDERP) disponibiliza 15 cursos de graduação, entre eles alguns na área da saúde, tais como Enfermagem, Gestão de Serviços de Saúde, Gestão Hospitalar. Também são oferecidas formações em Gestão de Pequenas e Médias Empresas, Gestão e Marketing de Pequenas e Médias Empresas, Gestão Financeira, Letras – Inglês e Logística.

A Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), com atuação em Manga, oferece graduações em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Processos Gerenciais, Gestão Comercial, Gestão Ambiental, História, Letras, Letras – Português e Normal Superior. Ambas as universidades contam com cursos de Administração, Ciências Contábeis, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Turismo, Marketing, Pedagogia e Serviço Social.

No Município de Manga está prevista a construção de uma escola técnica, com projeto já foi aprovado pelo Estado, e área doada pela Prefeitura Municipal. Ao todo, Minas Gerais foi contemplada com doze escolas profissionalizantes, sendo a que está projetada para Manga incluída nesse lote. Os cursos oferecidos serão as áreas de informática, edificação e acabamento, e de agente de saúde.

Em Itacarambi ocorre a atuação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), na sua versão ProJovem Trabalhador, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O ProJovem Trabalhador

tem como objetivo a preparação dos jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda. Nesse município, o programa atende 75 jovens com idades entre 14 e 18 anos, em atividades como o artesanato.

### Projetos

Alguns programas sociais em prática nos municípios são direcionados ao público jovem e infantil, visando à redução das situações de risco para a infância, tais como o trabalho infantil, além do retorno e/ou manutenção dessa população na escola. Por meio de atividades no contraturno escolar, esses projetos proporcionam a melhoria do rendimento escolar, a diminuição da evasão e a oportunidade de lazer e entretenimento correspondentes a cada idade.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é vinculado Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e tem atuação nos municípios de Itacarambi e Manga. Esse programa consiste na transferência de renda às famílias com situação de trabalho infantil e oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos às crianças e adolescentes retiradas do trabalho.

Em Itacarambi este programa (PETI) e atende aproximadamente 180 crianças, entre 7 a 14 anos de idade. Atua na área urbana e na rural, sendo que nesta possui dois núcleos distintos, um na localidade de Várzea Grande e outro na Ilha do Capão.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE) mantém um convênio com o município de Itacarambi para a realização do programa Socialização, que presta atendimento a crianças em situação de risco (trabalho infantil), por meio da promoção de atividades diversas no contraturno escolar. Esse programa funciona nos mesmos locais que os programas ProJovem e PETI, e tem atuação vinculada a este último.

Em Manga, as secretarias de Ação Social e de Educação apóiam alguns projetos, tais como o PETI; Segundo Tempo, que é um projeto de incentivo à prática de esportes, vinculado à rede estadual de ensino; e A Gente Jovem, que tem como público alvo adolescentes até 17 anos.

### Transporte escolar

O transporte escolar é um importante elemento para a garantia da Educação, pois possibilita a aplicação de dois dos princípios do ensino: a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se restringe apenas a não cobrança de taxas, mas pressupõe também a garantia do acesso aos estabelecimentos de ensino (CEDECA, 2006).

Nos municípios que integram a AII o transporte escolar de nível fundamental e médio é responsabilidade das administrações municipais. Conforme pode ser verificado no quadro 5.6, em 2009 eram transportados diariamente mais de dois mil alunos, a maioria residentes na área rural.

**Quadro 5.6:**  
**Quantidade de alunos que utilizam transporte escolar, na AII, em 2009.**

	Manga	São João das Missões	Itacarambi	Total AII
Total de alunos	1.105	567	360	2.032
Rural	82,8%	24,9%	70%	64,4%
Urbano	17,2%	75,1%	30%	35,6%

Fonte: INEP, 2009.

Em Manga se verifica o maior contingente de alunos que utilizam o transporte escolar, principalmente na zona rural do município, a qual reúne 82,8% das crianças e jovens transportados no município. As escolas que possuem Ensino Fundamental completo e Ensino Médio são as que mais recebem alunos (51%) que necessitam de transporte, pois são mais polarizadas e atendem um perímetro maior que as escolas de séries iniciais.

No entanto, em São João das Missões esse quadro muda, pois grande parte dos alunos transportados estuda na sede municipal, nas escolas Aline Dias Neves (estadual, de Ensino Médio) e Teodomiro Correa (municipal, de Ensino Fundamental). Dos alunos contabilizados na zona rural, cerca de 74% são índios que estudam nas escolas indígenas da TI Xakriabá.

O transporte escolar em Itacarambi também atende principalmente a área rural, que inclui alunos residentes nas ilhas e comunidades mais afastadas da sede. O transporte dos alunos desde as ilhas que

não possuem escolas é efetuado por meio de uma embarcação apropriada mantida pela Prefeitura Municipal, e também por canoas particulares.

O município de Manga, que também conta com escolas localizadas em algumas ilhas do rio São Francisco, o transporte dos alunos e professores é disponibilizado via embarcações. Além disso, a Secretaria Municipal de Educação está em processo de aquisição de um barco escola, por meio de um convênio firmado com o MEC. O município possui, ainda, uma frota terrestre de 15 ônibus, todos com menos de cinco anos de uso.

No entanto, a Secretaria Municipal de Educação de Manga relata dificuldades em relação ao recurso para a manutenção dessa frota. Por ser um município extenso, os gastos com combustível para o transporte escolar excedem os 20% destinados a esse fim, do total proveniente do MEC. O restante necessário é complementado com recursos da própria Prefeitura Municipal.

Em função da divisão territorial dos municípios, Manga possui uma escola localizada a 3 km da cidade de São João das Missões, além de outras situadas próximas a localidade de Rancharia. Essas escolas não necessitam de transporte escolar, pois atendem à população local. Entretanto, as condições de trafegabilidade da BR-135 influenciam tanto o deslocamento diário de professores residentes na cidade de Manga, quanto o eventual transporte de insumos às escolas, tais como material escolar e merenda.

Na localidade de Rancharia, os professores da EE Eliazar José Rodrigues também enfrentam distâncias para dar aulas, pois grande parte destes reside em Itacarambi, e outra parte na cidade de São João das Missões. A principal dificuldade relatada por eles consiste na inexistência de transporte público para se deslocar ao trabalho, obrigando-os a utilizar veículos particulares para percorrer o trecho, o que ocasiona desgaste excessivo desses automóveis. Além disso, a fim da estrada não danificar os veículos, a distância é percorrida lentamente, de modo que o tempo de deslocamento se torna muito grande. Outra situação relatada é a de que no período de chuvas o deslocamento à escola fica prejudicado, pois a estrada torna-se, por vezes, intransitável, o que atrasa os professores ou os impede de chegar ao destino.

Assim como ocorre na BR-135 na época das chuvas, o mesmo problema de intrafegabilidade é observado nas comunidades rurais no interior de São João das Missões. Na zona rural desse município o transporte escolar fica prejudicado, não conseguindo atender a todas as localidades após chuvas torrenciais, em função as condições de manutenção das estradas vicinais.

#### **5.3.7.4 Saúde**

Segundo a Rede Internacional de Informações para a Saúde (RIPSA, 2002), a disponibilidade de informação sobre saúde, apoiada em dados válidos e confiáveis, é condição essencial para a análise objetiva da situação sanitária, para a tomada de decisões baseadas em evidências, bem como para a programação de ações de saúde. Dessa forma, essas informações também constituem elementos fundamentais para o estudo de uma determinada região, à medida que possibilitam o entendimento das condições socioeconômicas desta.

Para o diagnóstico da situação sanitária da região que compõe a AII, foram utilizadas informações obtidas por meio do banco de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e das Secretarias Municipais de Saúde (SMS) dos municípios de Manga, São João das Missões e Itacarambi. No entanto, para análise dos aspectos da saúde relacionados com estes municípios, faz-se necessário abordá-los, primeiramente, sob um contexto regional, a fim de entender as interrelações existentes na rede de assistência de saúde a qual pertencem.

#### Regionalização da Saúde

Desde 2001, a rede de assistência em saúde brasileira passou a ser organizada de forma regionalizada, em consonância com a Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS-SUS 01/2001), que amplia a responsabilidade dos municípios na atenção básica, definindo o processo de regionalização da assistência e criando mecanismos para o fortalecimento da capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2002, a NOAS-SUS 01/2002 estabeleceu a implantação do Plano Diretor de Regionalização (PDR) em cada uma das Unidades da Federação. O PDR constitui-se como um instrumento de ordenamento do processo de regionalização da atenção à saúde, que prevê a formação de redes hierarquizadas de serviços e planejamento integrado. Desta forma, os territórios estaduais foram organizados em regiões, microrregiões e módulos assistenciais, a fim de estabelecer fluxos de referência e contra-referência intermunicipais, objetivando garantir a integralidade da assistência e o acesso da população aos serviços e ações de saúde, de acordo com as suas necessidades.

De acordo com a NOAS-SUS 01/2002, o PDR deve contemplar a perspectiva de redistribuição geográfica de recursos tecnológicos e humanos, explicitando o desenho futuro e desejado da regionalização estadual, bem como observar a diretriz de possibilitar o acesso do cidadão a todas as ações e serviços necessários para a resolução de seus problemas de saúde, o mais próximo possível de sua residência. Assim sendo, a regionalização é uma estratégia de reorganização da saúde, e tem sido proposta em função das estruturas de assistência existentes, e ainda pelo habitual deslocamento das pessoas em busca de atenção à saúde (LEMOS, 2005).

O Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais, para os anos de 2001 a 2004, definiu 13 macrorregiões de saúde<sup>11</sup>, divididas em 76 microrregiões assistenciais<sup>12</sup>, as quais abrigam os 853 municípios do Estado. A área de interesse para este estudo localiza-se na região assistencial Norte de Minas, que tem como pólo macrorregional o município de Montes Claros.

A Macrorregião Norte de Minas abrange 86 municípios, divididos em oito microrregiões de saúde, e atende atualmente uma população estimada em 1.609.792 pessoas (Minas Gerais, Secretaria de Estado de Saúde, 2009). A microrregião de Januária congregou, até o final de 2009, onze municípios, entre os quais se incluem os da AI. Esta microrregião dispõe de quatro módulos assistenciais<sup>13</sup>, os quais têm como sede os municípios de Januária, Manga, Itacarambi e Montalvânia.

O quadro 5.7 apresenta a rede de assistência em saúde para a microrregião de Januária, além do contingente populacional associado a cada um dos níveis de atenção à saúde, de acordo com o PDR de Minas Gerais para os anos 2001 a 2004. Nele, é possível observar que o município de Manga atende, além da sua, a população de outros três municípios vizinhos, sendo esses: São João das Missões, Miravânia e Matias Cardoso. Na figura 5.39 observa-se o mapa da regionalização da saúde no Estado de Minas Gerais, destacando a Região Assistencial Norte de Minas e a Microrregião de Januária.

**Quadro 5.7**  
**Regionalização da Assistência em Saúde, PDR 2001-2004**

Região Assistencial	Microrregião	Módulo Assistencial	Municípios	População
Norte de Minas (município pólo regional Montes Claros)				1.487.168
	Januária			173.068
		Itacarambi		17.744
			Itacarambi	17.744
		Januária		86.629
			Bonito de Minas	7.914
			Cônego Marinho	6.468
			Januária	63.259
			Pedras de Maria da Cruz	8.988
		Manga		45.479
			Manga	22.261
			Matias Cardoso	8.284
			Miravânia	4.286
		São João das Missões	10.648	
	Montalvânia		23.216	
		Juvenília	7.254	
		Montalvânia	15.962	

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, 2002.

11 As macrorregiões de saúde, ou assistenciais, são bases territoriais de planejamento da atenção à saúde, que englobam um conjunto de microrregiões definidas de acordo com as características demográficas, socioeconômicas, geográficas, sanitárias, epidemiológicas, oferta de serviços e relações entre municípios. Apresentam um nível tecnológico de complexidade IV, abrangência regional, e funcionamento ininterrupto (MINAS GERAIS, 2002).

12 As microrregiões de saúde, ou assistenciais, são bases territoriais e planejamento da atenção básica à saúde, com capacidade de oferta de serviços ambulatoriais e hospitalares de média complexidade, além de alguns serviços de alta complexidade. São constituídas por um ou mais módulos assistenciais. Apresentam nível tecnológico III-2 e abrangência regional (MINAS GERAIS, 2002).

13 Por módulo assistencial entende-se um município, ou conjunto de municípios, com capacidade de ofertar a totalidade de serviços previstos no item 7, capítulo 1, do NOAS/01 para sua população e de outros municípios adstritos. Apresenta um nível de complexidade ambulatorial III-1, além de abrangência municipal e intermunicipal (MINAS GERAIS, 2002).



**Figura 5.39: Região Assistencial Norte de Minas e Microrregião de Januária, MG.**



## Estrutura da Assistência em Saúde

### Módulos Assistenciais

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que o parâmetro numérico de leitos por habitante apresente um índice mínimo de cinco leitos a cada mil habitantes. Para análise deste parâmetro foram considerados os dados de leitos por mil habitantes, disponíveis nos Cadernos de Informações de Saúde do Sistema DATASUS, que levam em conta a estimativa da população para o ano de 2007, realizada pelo IBGE.

Analisando as informações contidas no quadro 5.8, observa-se que nenhum dos municípios da microrregião de Januária atende ao coeficiente recomendado. A sede da microrregião, Januária, possui 1,7 leitos por mil habitantes, distribuídos em três hospitais. No município de Manga esse coeficiente é o mais baixo da microrregião, sendo que são 1,4 leitos por mil habitantes. Em Itacarambi o coeficiente é o mais alto entre os municípios da microrregião de Januária (2,8), porém continua abaixo do indicador (mínimo) da OMS. Ainda, o município de Montalvânia apresenta a disponibilidade de 2,5 leitos por mil habitantes.

**Quadro 5.8**

### Rede hospitalar dos municípios da microrregião de Januária e pólo macrorregional.

Município	Público	Filantropico	Privado	N° de leitos SUS (mil hab.)	N° de Internações (2007)
Itacarambi	1	-	-	2,8	848
Januária	2	-	1	1,7	3.484
Manga	-	-	1	1.4	1.999
Montalvânia	-	1	-	2,5	1.100
<b>Montes Claros</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>2,1</b>	<b>41.015</b>

Fonte: Cadernos de Informações de Saúde, DATASUS, 2007.

Ambos os módulos assistenciais presentes na AII, localizados nos municípios de Manga e Itacarambi, são hospitais gerais de média complexidade, dispoendo de atendimento ambulatorial, internação, serviços de apoio diagnóstico e terapias (SADT), hemoterapia e urgência (pronto-atendimento), para demanda espontânea e referenciada. De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES/DATASUS, 2009), esses hospitais disponibilizam serviços de diagnóstico por laboratório clínico, imagem (radiologia e ultrasonografia), métodos gráficos dinâmicos (exame eletrocardiográfico) e serviço de endoscopia.

No município de Manga, o Hospital Funrural (Fundação Hospitalar de Amparo ao Homem do Campo) possui 33 leitos que atendem a cirurgias, clínica médica, obstetrícia e pediatria (DATASUS, 2009). Sua administração é privada, sendo mantido com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e da própria prefeitura. Esse hospital mantém, ainda, um convênio com o município de São João das Missões por meio da FUNASA, para atendimento de referência à população indígena.

Segundo o Plano Municipal de Saúde: 2010/2013, de Itacarambi, o Hospital Municipal Gerson Dias (figura 5.40) dispõe de 55 leitos para internação em clínicas básicas, nas especialidades de clínica médica, cirúrgica, obstétrica e pediátrica, além de cinco leitos destinados à Urgência e Emergência. O hospital possui uma agência transfusional credenciada ao Hemocentro Regional de Montes Claros. Em relação aos serviços disponíveis, o estabelecimento conta com farmácia hospitalar e serviços de fisioterapia, controle ao tabagismo, atenção psicossocial, atenção domiciliar e atenção à saúde do trabalhador (DATASUS, 2009).



**Figura 5.40: Hospital Municipal Gerson Dias, em Itacarambi, MG.**

O Hospital Municipal Gerson Dias é referência nos serviços de atenção ao pré-natal, parto e nascimento, contando com acompanhamento ao pré-natal de baixo risco, além de um centro de parto normal, com atendimento de partos em gestações de baixo e alto risco. O hospital dispõe, ainda, do serviço de atenção à saúde reprodutiva, por meio do qual disponibiliza procedimentos de laqueadura e vasectomia.

#### *Referência e Contra-referência*

De acordo com a Política Nacional de Atenção às Urgências (Brasil, 2006), a estruturação de Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência deve contemplar a perspectiva da universalidade, atenção integral e equidade de acesso, de caráter regionalizado e hierarquizado, de acordo com as diretrizes do SUS. Deste modo, os serviços especializados e de maior complexidade deverão ser referência para um ou mais municípios de menor porte. Nos municípios da AII, os módulos assistenciais de Manga e Itacarambi são referência para pacientes provenientes de municípios vizinhos, principalmente os que não possuem unidades hospitalares.

No Hospital Funrural, em Manga, são atendidos pacientes oriundos de São João das Missões, Miravânia, Juvenília e Matias Cardoso. Esse hospital recebe ainda pacientes vindos de Montalvânia e Itacarambi, município com o qual mantém um convênio para realização de cinco cirurgias por mês. De acordo com a SMS de Manga, além desses, também moradores de localidades rurais do Estado da Bahia, principalmente vindos de Carinhanha e Malhada, buscam atendimento na Fundação de Amparo ao Homem do Campo.

O Hospital Municipal Gerson Dias, de Itacarambi, recebe pacientes em busca dos serviços de referência na atenção ao parto e nascimento. Segundo sua SMS, o município atende, inclusive, pacientes provenientes de Januária, cidade-pólo da microrregião assistencial de saúde.

Conforme informações da Secretaria Municipal de Saúde de São João das Missões, esse município encaminha para Manga 80% dos pacientes que necessitam de internação, e os 20% restantes para o hospital de Itacarambi. Por outro lado, pacientes que necessitam de serviços de saúde especializados, como consultas e exames específicos, são levados ao município de Montes Claros. Semanalmente, são encaminhadas ao pólo macrorregional Norte de Minas cerca de 40 pessoas, sendo que a prefeitura se encarrega do transporte de metade deste contingente, enquanto os demais (apenas indígenas) são transportados pela FUNASA.

Da mesma forma, os pacientes de Itacarambi que necessitam de atendimento de alta complexidade<sup>14</sup> são encaminhados, primeiramente, ao município de Januária e, quando necessário um atendimento mais especializado, aos módulos assistenciais do pólo regional Montes Claros.

De outra forma, apesar de pertencer à microrregião assistencial de Januária, o município de Manga encaminha seus casos de alta complexidade a hospitais de referência conveniados ao SUS localizados no município de Janaúba (município pólo microrregional), tais como o Hospital Regional desse município. Assim como os demais municípios da AII, pacientes que necessitem de atendimento mais especializado são encaminhados aos hospitais Santa Casa de Misericórdia e Aroldo Torinho, em Montes Claros.

#### Atenção Primária à Saúde (APS)

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a porta de entrada do serviço de saúde e deve estar acessível à população, constituindo o primeiro contato da medicina com o paciente. O cuidado com a pessoa atendida é contínuo, mantendo-se o vínculo ao longo do tempo, e o atendimento é caracterizado pela abrangência e integralidade, isto é, responsável por todos os problemas de saúde. Ainda, o nível primário tem a incumbência de organizar, coordenar e/ou integrar o cuidado à saúde de uma pessoa, mesmo quando realizado em outros níveis de atendimento.

No Brasil, a APS também é denominada como Atenção Básica. A Portaria Nº 648 GM/2006, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), define Atenção Básica como:

*“um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Utiliza tecnologias de elevada*

<sup>14</sup> Procedimento que envolve alta tecnologia e/ou alto custo.

*complexidade e baixa densidade, que devem resolver os problemas de saúde de maior frequência e relevância em seu território. É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social (BRASIL, 2006)”.*

Assim sendo, apresenta-se a seguir uma caracterização da atenção básica nos municípios que integram a AII, desde os estabelecimentos de saúde, as equipes do Programa Saúde da Família (PSF) e Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), até o Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU 192).

#### *Estabelecimentos de Saúde*

A rede de atenção básica da área de estudo, apresentada no quadro 5.9, é composta pelas unidades de saúde com atendimento ambulatorial presentes nos municípios que integram a AII, tais como consultórios, clínicas especializadas, centros de atendimento psicossocial (CAPS), postos de saúde, unidades básicas de saúde (UBS), unidades da vigilância sanitária, além de unidades de serviço e apoio a diagnose e terapia (SADT).

**Quadro 5.9**  
**Rede ambulatorial dos municípios da AII.**

Unidades Ambulatoriais	Total da AII	Manga	São João das Missões	Itacarambi
Consultório Isolado	2	0	0	2
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde (UBS)	11	4	4	2
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	1	0	0	1
Clínica especializada ou Ambulatório de Especialidade	2	0	0	2
Posto de saúde	5	1	1	4
Unidade de vigilância em saúde	1	0	0	1
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia (SADT)	1	1	0	0
Unidade de Atenção à Saúde Indígena/Unidades de Apoio (UA)	4	0	3	0

Fonte: CNES/DATASUS, 2009. FUNASA, 2010<sup>15</sup>.

Conforme dados do CNES (DATASUS, 2009), o quadro de atenção primária em saúde do município de Manga é composto de quatro UBSs, um posto de saúde, uma SADT privada, além do Hospital Funrural. Além da atenção básica, dois dos estabelecimentos de saúde contam com atendimento ambulatorial de média complexidade (Centro de Saúde Dr. Dario Tavares e SADT Citomanga), enquanto que o Hospital Funrural presta atendimentos ambulatoriais de média e alta complexidade<sup>16</sup>.

Dentre as unidades de saúde de Manga, quatro possuem gestão municipal, e todas contam com atendimento ambulatorial, acompanhamento ao pré-natal de baixo risco, e serviço de atenção ao paciente com tuberculose, além de equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF). Na área rural, o Posto de Saúde Nhandutiba possui ESF com saúde bucal e serviço de vigilância epidemiológica. As UBSs localizadas nos bairros São José das Traíras e Tamua contam com ESF Saúde da Família e serviços de vigilância em saúde tanto epidemiológica quanto sanitária. A UBS Arvoredo é de gestão apenas estadual, e conta com duas equipes da ESF, sendo uma equipe de saúde da família e outra de saúde bucal.

De acordo com o Plano Municipal de Saúde (2009-2012), no Centro de Saúde Dr. Dario Tavares funciona o Ambulatório Municipal, e conta com serviços de diagnose por laboratório clínico, serviço de farmácia, de vigilância em saúde e de fisioterapia. O Centro de Saúde possui profissionais das áreas de nutrição, fisioterapia, farmácia, ortopedia, fonoaudiologia e psicologia, divididas em duas equipes de saúde da família.

No município de São João das Missões, em função da presença indígena, a rede de saúde é composta por unidades de saúde vinculadas à SMS e à FUNASA, todas com atendimento em nível ambulatorial. Três dos estabelecimentos de saúde deste município estão situados dentro da AID deste diagnóstico, sendo um na sede municipal e outros dois na localidade de Rancharia.

<sup>15</sup> Comunicação pessoal com funcionário da FUNASA de São João das Missões.

<sup>16</sup> Os atendimentos ambulatoriais de média e alta complexidade têm gestão estadual, pois integram redes de atenção extramunicipais.

De acordo com o CNES (DATASUS, 2009) e com a FUNASA<sup>15</sup>, este município conta com quatro UBSs, três Unidades de Atenção à Saúde Indígena ou Unidades de Apoio (UA) e um posto de saúde, todos com dupla gestão<sup>17</sup>, exceto o posto de saúde, de gestão municipal. O Centro de Saúde de São João das Missões localiza-se na sede do município, enquanto as demais UBSs estão alocadas na Terra Indígena Xakriabá (TIX), e na localidade de Rancharia. As UAs são vinculadas às UBSs destinadas ao atendimento indígena, tais como Unidade Mista Brejo Mata Fome e Sumaré. O Posto de Saúde de Traíras atende à localidade de mesmo nome, situada na margem direita do rio Itacarambi.

Todas as UBSs contam com serviço da ESF especializado em saúde bucal, e duas delas (o Centro de Saúde e a Unidade Mista Brejo Mata Fome) dispõem de serviços de atenção ao paciente com tuberculose; atenção ao pré-natal de baixo risco; serviço de vigilância em saúde, com foco na vigilância epidemiológica; além de atendimento ambulatorial de média complexidade.

O Centro de Saúde, principal UBS, conhecido pela população como “Policlínica”, acolhe a SMS de São João das Missões. Além dos serviços relacionados anteriormente, o Centro de Saúde dispõe de atendimentos em fisioterapia, diagnóstico por laboratório clínico, vigilância sanitária, além de regulação assistencial dos serviços de saúde. É a única unidade de saúde do município que dispõe de atendimento contínuo, com plantão noturno e em sábados, domingos e feriados.

Entre os estabelecimentos de saúde situados na TI, a Unidade Mista Brejo Mata Fome caracteriza-se por dispor de mais recursos e por receber pacientes para atendimentos ambulatoriais referenciados, vindo de outras unidades de saúde indígena. Situado na aldeia de mesmo nome, é conhecido pela população indígena como “hospital”, por ter um nível hierárquico maior que as outras UBS vinculadas à FUNASA, e concentrar os atendimentos mais complexos disponíveis nas TI's. Seu nível hierárquico, de acordo com a caracterização da FUNASA, é de Pólo Base. Vinculado a este, funciona a UA Itapicuru, que serve de apoio ao trabalho dos agentes indígenas de saúde e de saneamento.

A UBS Sumaré também se localiza dentro da TIX, e é caracterizada como Posto Indígena. A esta unidade de saúde estão vinculadas as UAs Sumaré III e Pindaíba, ambas situadas em aldeias homônimas.



**Figura 5.41: Unidade Auxiliar de Saúde de Rancharia, TI Xakriabá, São João das Missões.**

Fonte: Magna Engenharia Ltda.

Dentro da AID, a UBS Rancharia funciona em dois estabelecimentos distintos, situados nas duas margens da rodovia BR-135. De um lado, a unidade de saúde atende a pessoas que se consideram não-índios, enquanto do outro, na unidade auxiliar de saúde (figura 5.41) localizada na TI Xakriabá Rancharia (TIXR), o atendimento destina-se à população indígena.

Ao todo, somam-se seis unidades de saúde nas TI's da etnia Xakriabá em São João das Missões, as quais atendem a população de 34 aldeias situadas na área. Essas unidades de saúde indígena estão subordinadas ao Pólo-Base administrativo da FUNASA (figura 5.42), localizado na sede municipal e vinculado ao Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais/Espírito Santo (DSEI-MG/ES).

17 A gestão dupla ocorre entre a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de São João das Missões e a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) ou entre a SMS e a FUNASA.



**Figura 5.42: Pólo Base da FUNASA em São João das Missões.**

Fonte: Magna Engenharia Ltda.

Em Itacarambi a rede de atenção básica é composta por quatro Postos de Saúde, localizados em áreas rurais, duas UBSs, duas clínicas especializadas em odontologia, um CAPS e uma unidade de vigilância em saúde (CNES/DATASUS, 2009). O Hospital Municipal Gerson Dias também possui atendimento em atenção básica, em nível ambulatorial.

O serviço de vigilância epidemiológica está presente em três dos postos de saúde do município, com exceção apenas do posto da zona rural de Serraria. Nas localidades de Fabião II e Vila Florentina os postos de saúde contam com serviços de acompanhamento ao pré-natal de baixo risco, de controle ao tabagismo, de atenção ao paciente com tuberculose, além de ESF Saúde da Família. Nas UBSs municipais (UAPS Nossa Senhora de Fátima e UBS Central), além desses são oferecidos ainda serviços de atenção domiciliar, ESF com Saúde Bucal, exames de triagem neonatal e exames citopatológicos. Nessas UBSs atuam profissionais das áreas de biomedicina, pediatria e ginecologia e obstetria.

A UBS Central é o único estabelecimento de saúde no município de Itacarambi que possui atendimento de média complexidade em nível ambulatorial. Esta UBS conta com regulação assistencial dos serviços de saúde, com Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) de abrangência intermunicipal, serviços de atenção psicossocial, fisioterapia e atenção à saúde auditiva, além dos serviços já citados anteriormente. No seu quadro de pessoal, essa UBS possui profissionais das áreas de dermatologia, fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia e farmácia.

O Centro de Especialidades Odontológicas e a Unidade Ambulatorial Odontológica Mares Guia (figura 5.43) são ambulatoriais municipais de média complexidade, e possuem SADT com diagnóstico por imagem (radiologia) e dispensação de orteses, próteses e materiais especiais. Já o CAPS de Itacarambi presta atendimentos ambulatoriais de média e alta complexidade, os quais abrangem serviços de controle ao tabagismo, atenção domiciliar e atenção psicossocial. O CAPS conta com profissionais das áreas da pedagogia, assistência social, psicologia, psiquiatria e farmácia.



**Figura 5.43: Clínica Odontológica Mares Guia, Itacarambi.**

Fonte: Magna Engenharia Ltda.

A Unidade de Vigilância Sanitária desse município atua em parceria com a FUNASA controle e combate a endemias prevalentes na região. Nas áreas indígenas a Funasa, por meio de sua Vigilância Ambiental, realiza o trabalho de controle da Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) e Leishmaniose Visceral (LV), Dengue, Doença de Chagas, dentre outras. A FUNASA, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), desenvolve o projeto *Epidemiologia de Leishmaniose na Terra Indígena (TI) Xacriabá*, com o objetivo de entender a incidência dessa patologia na TI, devido à ocorrência de inúmeros casos entre os indígenas.

#### Equipes de Saúde

O Programa Saúde da Família é a estratégia prioritária adotada pelo Ministério da Saúde para a organização da atenção básica, no âmbito do SUS. Esse programa atua por meio de equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) compostas basicamente de médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde; ou ainda por meio de Equipes com Atendimento em Saúde Bucal (ESFSB), nas quais constam também cirurgiões dentistas, técnicos de saúde bucal e atendentes de consultório dentário.

Integrado ao PSF, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) visa a ligação entre a equipe de saúde da família e a comunidade assistida, por meio do Agente Comunitário de Saúde (ACS), que mora na comunidade e atua vinculado à Unidade de Saúde da Família (USF). Esse agente representa o elo cultural do SUS com a população e seu contato permanente com as famílias facilita o trabalho de urgência e promoção da saúde.

**Quadro 5.10**  
**Equipes de Saúde nos municípios da AII.**

Equipes e agentes de saúde	Total AII	Manga	São João das Missões	Itacarambi
Núcleo de Atenção à Saúde da Família Intermunicipal (NASF Intermunicipal)	1	0	0	1
Equipe de Saúde da Família (ESF)	17	6	4	7
ESF com Saúde Bucal (ESFSB)	11	2	4	5
ESF Quilombola/Assentado	1	0	1	0
Agentes Comunitários de Saúde (ACS)	120	47	24	49
Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI)	6	0	6	0
Agentes Indígenas de Saúde (AIS)	56	0	56	0

Fonte: CNES/DATASUS, 2009. FUNASA, 2010<sup>18</sup>.

De modo semelhante, os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), além de garantir a atenção primária à saúde, atuam como elementos que favorecem a comunicação entre a população indígena e o SUS. Os AIS integram as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), as quais possuem composição similar as equipes do PSF.

Nos municípios da AII atuam dezessete Equipes de Saúde da Família, somando 120 ACS. Destas, onze possuem especialistas em saúde bucal, e uma presta atendimento específico para população considerada quilombola. Nas TI's Xacriabá e Xacriabá Rancharia atuam seis EMSI, as quais contam com 56 AIS (quadro 5.10).

No município de São João das Missões, a localidade de Rancharia (inserida na AID) possui população indígena e não-indígena, as quais são atendidas em dias diferenciados pelos serviços de saúde presentes no local. A equipe de saúde da família que atua na UBS Rancharia, especializada em população quilombola, trabalha em parceria com técnicos da FUNASA, vinculados ao Posto de Saúde Indígena da TIXR.

As figuras abaixo (figura 5.44 e figura 5.45) mostram o acompanhamento mensal às crianças da comunidade, em dia de atendimento a não-indígenas, na UBS Rancharia, em frente a um dos trechos urbanos da BR-135. Esse acompanhamento é realizado por um técnico cedido pela FUNASA.

<sup>18</sup> Comunicação pessoal com funcionário da FUNASA de São João das Missões.





**Figura 5.44: UBS Rancharia, São João das Missões.**

Fonte: Magna Engenharia Ltda.



**Figura 5.45: Pesagem mensal de crianças de até 5 anos de idade, em São João das Missões.**

#### *Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192)*

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU 192) se caracteriza como atendimento pré-hospitalar móvel, atuando no atendimento e/ou transporte adequado de pacientes a serviços de saúde, devidamente hierarquizados e integrados ao SUS. Segundo o Plano Nacional de Atendimento às Urgências, esse serviço deve ser entendido como uma atribuição da área da Saúde, vinculado a uma Central de Regulação definida a partir de aspectos demográficos, populacionais, territoriais, indicadores de saúde, oferta de serviços e fluxos habitualmente utilizados pela população.

Dessa forma, a Central de Regulação é responsável pelas necessidades de saúde da população de um município ou uma região, desde que dispondo de equipe e frota de veículos compatível com a área abrangida, e podendo, portanto, extrapolar os limites municipais (BRASIL, 2006). Para tanto, o SAMU 192 deve contar com a retaguarda da rede de serviços de saúde disponibilizada conforme os critérios de hierarquização e regionalização do sistema loco-regional.



**Figura 5.46: Ambulância do SAMU 192 percorrendo trecho da BR-135.**

Fonte: Magna Engenharia Ltda.

Nos municípios da AII este serviço é vinculado à Central de Regulação Médica de Urgências do Hospital Municipal Gerson Dias, em Itacarambi. A frota de veículos do SAMU 192 neste município é composta de ambulâncias de transporte, ambulâncias de suporte básico, ambulâncias de suporte avançado, veículos de intervenção rápida e embarcações de transporte médico<sup>19</sup>.

<sup>19</sup> Os veículos do SAMU 192 são caracterizados da seguinte forma: a) Ambulâncias de Transporte: destinadas ao transporte de pacientes que não apresentam risco de vida, para remoções simples e de caráter eletivo; b) Ambulâncias de Suporte Básico: veículos destinados ao transporte inter-hospitalar de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino; c) Ambulâncias de Suporte Avançado: veículos destinados ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos, na qual deve constar todos os equipamentos médicos necessários para esta função; d) Veículos de Intervenção Rápida: também chamados de veículos leves, veículos rápidos ou veículos de ligação médica, são utilizados para transporte de médicos com equipamentos que possibilitam oferecer suporte avançado de vida nas demais ambulâncias; e) Embarcações de Transporte Médico: veículos motorizados aquaviários, destinados ao transporte por via marítima ou fluvial, os quais devem possuir os equipamentos médicos necessários ao atendimento de pacientes conforme sua gravidade.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde de Manga, desde novembro de 2009 este município possui uma unidade do SAMU 192. Também em 2009, a Terra Indígena Xakriabá recebeu da SES/MG a doação de um microônibus, o qual será utilizado para facilitar o acesso aos serviços de saúde, agilizar o acesso dos profissionais de saúde que atuam nas aldeias, e para o transporte de usuários aos pólos de saúde situados na TI. Além dessa doação, a FUNASA possui quatro veículos simples (carros) para apoio aos serviços de saúde indígena.

Em São João das Missões o SAMU 192 está concentrado no Centro de Saúde, e dispõe de uma frota de três ambulâncias, das quais apenas uma se mantém em funcionamento. Isso se dá em decorrência das constantes manutenções ocasionadas pelo desgaste que sofrem os veículos ao trafegarem pelas rodovias do entorno, incluindo a BR-135, conforme pode ser observado na figura 5.46.

Sendo o SAMU 192 um serviço móvel de urgência e apoio à saúde, seu efetivo funcionamento depende de boas condições de trafegabilidade nas rodovias que interligam os municípios, módulos assistenciais e centros de referência. A má conservação dessas rodovias, bem como condições adversas de tráfego, dificulta a realização do serviço, aumentando o tempo de resposta para o atendimento necessário ou mesmo impossibilitando a prestação do socorro em casos de urgência.

### Causas de Morbidade e Mortalidade

As condições de saúde que caracterizam uma população estão diretamente relacionadas ao meio em que esta população se encontra. Neste contexto, as doenças e mortes que afetam uma determinada localidade dependem das suas condições de saneamento básico, bem como da estrutura assistencial em que se encontra inserida.

Nos municípios da All, as principais causas de morbidade estão relacionadas com gravidez, partos e puerpério (32,6%), seguidas de doenças do aparelho digestivo (12,5%) e do aparelho respiratório (11,7%). Nos adultos com mais de 50 anos as causas de morbidade mais ocorrentes são por doenças do aparelho circulatório (25,7%), porém, também apresentam taxas expressivas de doenças respiratórias (15,8%) e digestivas (12,9%).

As doenças do aparelho digestivo atingem principalmente jovens entre 5 e 14 anos, sendo expressiva sua incidência em São João das Missões, onde é a causa de mais de 50% das internações da população com faixa etária entre 10 e 14 anos. Mais de 45% da morbidade de crianças de menos de 4 anos, nos três municípios, ocorre por doenças respiratórias, porém essa taxa chega a 58,6% para os menores de 1 ano residentes em São João das Missões. As doenças infecciosas e parasitárias também atingem a população infantil, com grande incidência em crianças de 1 a 4 anos, sendo bastante representativas em Itacarambi, onde esta é a causa de 21,1% das internações nessa faixa etária. Ainda, causas externas, como lesões e envenenamentos, apresentam um percentual considerável das internações em quase todas as faixas etárias, apresentando uma média de 8,8% (DATASUS, 2007).

Os altos índices de doenças do aparelho respiratório podem estar associados à qualidade do ar na região. Na localidade de Rancharia, município de São João das Missões, a qualidade do ar foi classificada como inadequada<sup>20</sup>, conforme pode ser verificado no Diagnóstico Ambiental do Meio Físico. Isso se deve, em parte, a quantidade de material particulado (poeira), proveniente do trecho não pavimentado da BR-135, às margens da qual a localidade se desenvolveu. Trabalhadores das unidades de saúde de Rancharia corroboram essa análise, ao relatarem a expressiva procura dos serviços de saúde por queixas de doenças respiratórias em decorrência da poeira da estrada, principalmente no período de seca.

No quadro 5.11 é apresentado o número de óbitos e as principais causas de mortalidade por município da All, de acordo com informações do Ministério da Saúde (DATASUS, 2008).

---

20 Como inadequado entende-se que toda a população pode apresentar sintomas como tosse seca, cansaço, olhos, nariz e garganta. Pessoas de grupos sensíveis (crianças, idosos e pessoas com doenças respiratórias e cardíacas), podem apresentar efeitos mais sérios na saúde.

**Quadro 5.11**  
**Principais causas de mortalidade por municípios da All, 2008.**

Principais Causas de Mortalidade	Manga	São João das Missões	Itacarambi	Total da All
Doenças infecciosas e parasitárias	7	4	3	14
Neoplasias (tumores)	18	4	12	34
Doenças do sangue, órgãos hematológicos, transtornos imunitários	0	1	1	2
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	6	5	7	18
Transtornos mentais e comportamentais	2	1	1	4
Doenças do sistema nervoso	1	1	1	3
Doenças do aparelho circulatório	24	11	19	54
Doenças do aparelho respiratório	9	2	7	18
Doenças do aparelho digestivo	7	2	6	15
Doenças osteomuscular e tecido conjuntivo	0	1	0	1
Doenças aparelho geniturinário	0	2	1	3
Doenças originadas no período perinatal	7	6	0	13
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	1	1	3	5
Sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais	17	12	28	57
Lesões, envenenamentos e causas externas	9	5	7	21
<b>Total de Óbitos</b>	<b>108</b>	<b>58</b>	<b>96</b>	<b>262</b>

Fonte: SIM/DATASUS, 2008.

De acordo com os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do DATASUS, as principais causas de morte, em crianças menores de 1 ano de idade, estão relacionadas a afecções originadas no período perinatal, para os municípios de Itacarambi e Manga. No entanto, em São João das Missões as doenças do aparelho respiratório representam o principal motivo de óbitos entre as crianças dessa faixa etária.

De modo geral, no intervalo entre 1 a 9 anos de idade as causas de morte estão relacionadas a três principais grupos de causa, sendo estas causas externas (acidentes), neoplasias e doenças do aparelho circulatório. A população jovem entre 10 e 19 anos geralmente tem sua morte relacionada a causas externas como agressões e acidentes de trânsito. Os adultos, da faixa etária entre 20 e 49 anos de idade, têm suas causas de morte relacionadas a diferentes grupos de causa, não predominando uma ou duas, como acontece na faixa etária anterior. Entretanto, no município de São João das Missões é possível identificar que os índices de mortalidade mais elevados, na mesma faixa etária, estão relacionados às doenças infecciosas e parasitárias.

A morbidade na faixa dos 50 anos em diante está geralmente relacionada a doenças do aparelho circulatório e neoplasias. A incidência desse tipo de doenças na população pode ser associada à frequência de fatores de risco, como tabagismo, hipertensão, obesidade, colesterol alto, diabetes, sedentarismo e estresse (RIPSA, 2002). A variação das taxas de mortalidade por doenças do aparelho respiratório, como ocorre na população da All, pode ser associada, também, à qualidade da assistência médica disponível nos municípios.

Ao comparar os índices de morbidade e de mortalidade para adultos de 20 a 49 anos, relacionados com doenças infecciosas e parasitárias, verifica-se que o elevado número de óbitos é desproporcional ao baixo número de internações pela mesma causa. Pode-se constatar, com isso, que é alta a taxa de óbitos dos pacientes que procuram atendimento de saúde, em decorrência da distância dos municípios com os centros especializados (no caso, o pólo de referência macrorregional, Montes Claros), e das condições de trafegabilidade da rodovia BR-135, que dificultam o deslocamento e retardam o tempo de resposta ao paciente<sup>21</sup>.

21 Tempo de resposta é o período de tempo disponível entre o primeiro atendimento ao paciente, seu deslocamento até um estabelecimento de saúde adequado, e sua estabilização.

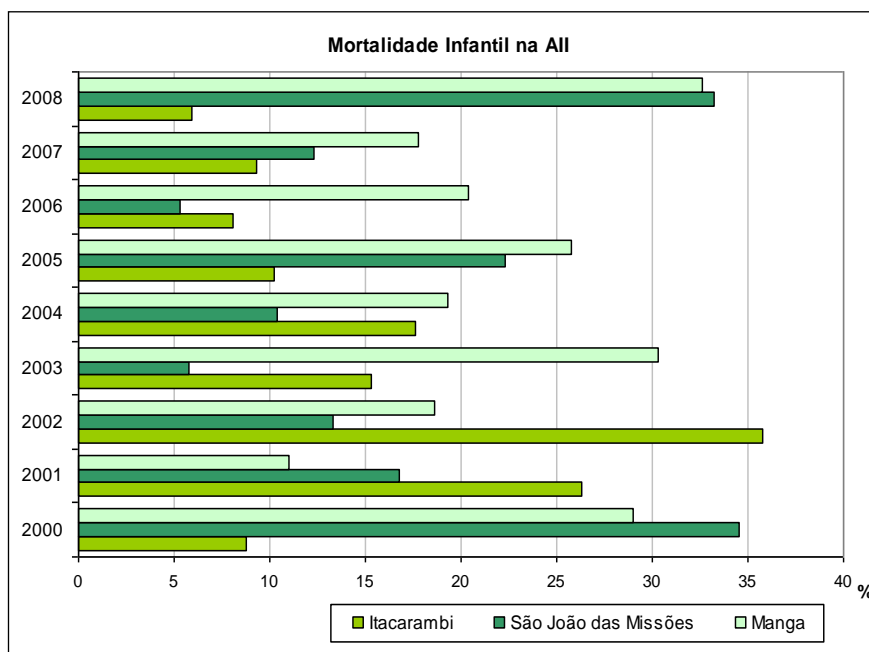
No que diz respeito às mortes por doenças no aparelho respiratório, expressivas em crianças menores de 1 ano, os índices de mortalidade para o município de São João das Missões estão de acordo com a alta morbidade de crianças nessa faixa etária pelo mesmo grupo de doenças. Além dessa causa de óbito infantil estar associada a fatores como a qualidade do ar e condições climáticas, que favorecem a ocorrência de afecções respiratórias, os altos índices de mortalidade em menores de cinco anos indica condições socioeconômicas insatisfatórias e uma insuficiente cobertura e qualidade da atenção básica à saúde da criança,

### Mortalidade Infantil

A mortalidade infantil corresponde ao risco de um nascido vivo vir a falecer antes de completar 1 ano de idade. Esta taxa normalmente é calculada como sendo a relação entre os óbitos de menores de 1 ano de idade ocorridos durante o ano e o número de nascimentos neste mesmo ano.

Verifica-se que na AII o município de Manga é o que apresenta os piores indicadores, com taxas superiores à média do Estado de Minas Gerais, que, em 2008, foi de 14,5 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos. Em São João das Missões a taxa de mortalidade infantil é bastante heterogênea, porém manteve-se inferior à média estadual, com exceção dos anos 2000, 2005 e 2008, quando apresentou um aumento de mais de 20 óbitos para cada 1.000 nascimentos.

Ao se analisar esse indicador ao longo do período considerado (2000/2008), verifica-se que Itacarambi vem conseguindo apresentar decréscimo nestas taxas desde o ano de 2003, e em 2008 apresentou a menor taxa de mortalidade entre os municípios da AII. Os municípios de São João das Missões e Manga apresentaram sensível redução na taxa de mortalidade, no período de 2000 a 2007, voltando em 2008 aos níveis de 2000, com taxas acima de 32 óbitos por 1.000 nascidos vivos (figura 5.47).



**Figura 5.47: Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos), nos municípios da AII.**

Fonte: Cadernos de Informações de Saúde/DATASUS, 2009.

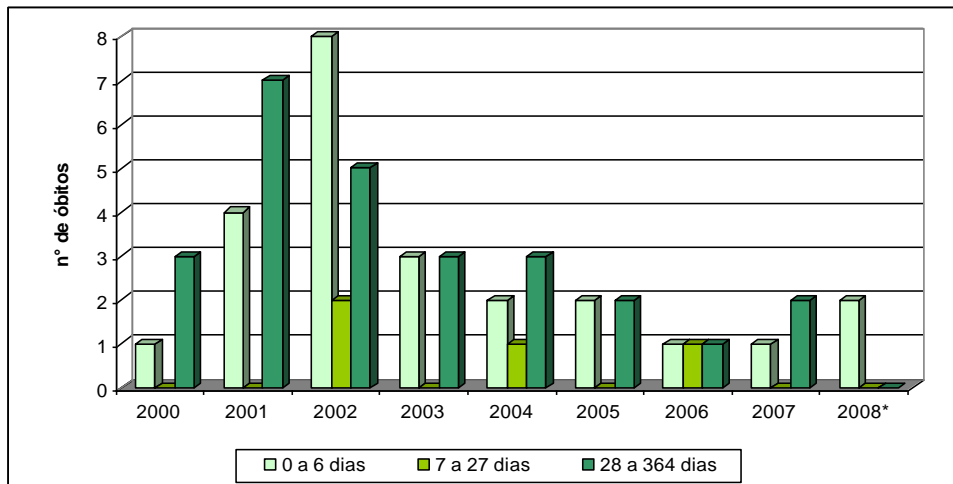
A redução nas taxas de mortalidade infantil no município de Itacarambi se deve ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a assistência à mulher e a criança, desde o ano de 2003, que visam também redução das taxas de mortalidade materna. As ações vão desde o planejamento familiar, atenção pré-natal, até o acompanhamento mensal dos menores de dois anos pelas equipes do PSF.

O trabalho de assistência à mulher tem como foco ações voltadas ao planejamento familiar, com assistência farmacêutica e contraceptiva, e disponibilização gratuita, no hospital geral municipal, de procedimentos e métodos contraceptivos irreversíveis.

A assistência à criança abrange o acompanhamento desde o nascimento até os dois anos de idade, com visitas mensais às residências, além de um trabalho de atenção especial ao combate às carências nutricionais infantis.

Desde 2003, quando tiveram início as políticas de assistência à mulher e à criança, as taxas de mortalidade materna e infantil decresceram no município, sendo que o indicador da mortalidade infantil teve uma redução tão significativa que Itacarambi recebeu, em 2008, o *Prêmio Ennio Leão*. Este prêmio foi criado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES) em 2006, e é destinado aos municípios mais bem sucedidos no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à redução da mortalidade infantil e materna no Estado de Minas Gerais.

Itacarambi participou do prêmio na categoria III, destinada aos municípios com população abaixo de 20.000 habitantes, com o projeto "Itacarambi em Defesa da Vida". O objetivo desse projeto era organizar a rede de atenção à saúde da mulher e da criança, além de priorizar o Programa Saúde da Família, a fim de melhorar a qualidade de vida e os indicadores de saúde da população.



**Figura 5.48: Número de óbitos infantis, por faixa etária, no município de Itacarambi.**

Fonte: SIM/SINASC/DATASUS, 2009. (\*Dados preliminares para o ano de 2008)

Ao analisar a mortalidade infantil por faixa etária, para Itacarambi, para os anos 2000/2008 (figura 5.48), verifica-se a redução dos óbitos em crianças com mais de 28 dias de vida, desde 2002, decorrente das ações de assistência à criança. Na faixa etária entre 7 a 27 dias o número de óbitos aparece como uma oscilação intermitente com tendência a redução. No entanto, a quantidade de óbitos de crianças menores de sete dias de vida manteve-se estável ou aumentando, os quais correspondem a nascimentos prematuros ou que precisam de cuidados em unidades neonatais, e necessitam ser deslocados ao pólo da macrorregião em Montes Claros.

O Hospital Municipal Gerson Dias, em Itacarambi, realiza apenas partos de risco habitual. No caso de gestantes de alto risco, estas são encaminhadas, através da rede de referência, ao município pólo microrregional, em Januária. No entanto, como esse pólo não consegue atender a demanda da população da microrregião de forma adequada, os casos de maior complexidade são encaminhados diretamente a Montes Claros.

### Fluxos em Saúde na All

Os fluxos e contrafluxos referentes aos serviços de saúde, e aos municípios que compõe a All, estão relacionados com a espacialização dos recursos médicos e sanitários, atribuída ao Plano Diretor de Regionalização, na Região Norte de Minas Gerais. Conforme mencionado, os municípios em estudo compõem a microrregião sanitária de Januária, cidade na qual está localizado um módulo assistencial regional de média complexidade. Esta microrregião integra, ainda, a macrorregião de saúde Norte de Minas, que tem como pólo o município de Montes Claros.

A definição das regiões assistenciais supõe que os municípios que a englobam disponham de acesso aos serviços mais especializados oferecidos na própria região ou em módulos assistenciais pré-estabelecidos. Assim sendo, as condições de acessibilidade aos centros de referência microrregionais são essenciais para o pleno desenvolvimento das redes de referência e contra-referência na área da saúde, estabelecidos previamente no PDR. Dessa forma, a conservação e/ou manutenção de rodovias que interligam municípios a módulos assistenciais e centro de referência desempenha papel importante na disponibilidade de recursos da saúde, pois, uma vez que uma população específica não possa acessá-los (os serviços sanitários), significa que não estão disponíveis para essa população. Deste modo, as condições de

conservação e trafegabilidade do trecho Manga - Itacarambi da BR-135 influenciam os fluxos de saúde no norte do Estado de Minas Gerais.

Apesar das redes de atenção previstas no PDR, muitos dos fluxos em saúde são alterados em função de dificuldades de acesso aos centros de referência. Ou seja, municípios optam por encaminhar seus pacientes a outras microrregiões, de mais fácil acessibilidade e menor tempo de resposta, as quais nem sempre estão preparadas para um incremento na população assistida. De acordo com informações obtidas em campo, por meio de entrevistas com agentes de saúde e da administração pública dos municípios da AI, foi possível esboçar um quadro dos fluxos em saúde relacionados aos municípios estudados.

O município de Manga, por sua história de importância regional, concentração de serviços, localização geográfica e acesso por balsa a rodovias pavimentadas na margem direita do rio São Francisco, atrai populações dos municípios vizinhos para fins diversos. Em relação à saúde a situação não difere, e este município recebe pacientes oriundos das cidades do entorno, pertencentes ou não à área de abrangência do seu módulo assistencial, inclusive vindas do Estado da Bahia. Para cumprir as metas do PDR, esse município necessita encaminhar seus casos de maior complexidade ao módulo assistencial de Januária, por meio da BR-135, o que efetivamente não ocorre. De forma adversa, o sistema de saúde desse município encaminha seus pacientes ao pólo microrregional de Janaúba, o qual tem seu acesso (a partir de Manga) efetuado pela rodovia MG-401, pavimentada e com melhores condições de trafegabilidade do que a BR-135 no trecho Manga - Itacarambi.

Por outro lado, na microrregião de Januária o hospital de referência não dispõe dos recursos necessários para o atendimento de referência ao qual está designado, forçando as SMS dessa microrregião a encaminharem seus pacientes de maior complexidade a outros pólos microrregionais ou macrorregionais. Este é o caso do município de Itacarambi que, por estar localizado no final do trecho já pavimentado da BR-135, destina seus casos mais complexos diretamente aos módulos assistenciais de Montes Claros, os quais muitas vezes poderiam ser solucionados em hospitais do pólo microrregional se este estivesse devidamente estruturado.

O município de São João das Missões, conforme descrito anteriormente, também é influenciado pelas condições de trafegabilidade da rodovia no referido trecho, pois não possui hospital e precisa encaminhar os pacientes para outras unidades assistenciais, o que gera desgaste dos veículos, e demora no atendimento. Apesar da proximidade histórica com Itacarambi, do qual foi emancipado, este município encaminha seus pacientes (indígenas e não-indígenas) prioritariamente à Manga, de acordo com os fluxos habituais da sua população e, ainda, conforme estabelecido tanto no PDR como em convênio com a FUNASA.

Em função dessa situação, o Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais está sendo reformulado para incluir, pelo menos, uma nova microrregião à Macrorregional de Montes Claros. A criação da Microrregião de Manga vem sendo estudada como solução para a dificuldade que alguns municípios da região assistencial de Januária enfrentam ao encaminharem pacientes a módulos assistenciais de maior complexidade, quando há a necessidade de transpor o trecho da BR-135 em questão neste estudo. Essa microrregião incluirá os municípios abrangidos pelos módulos assistenciais de Manga e Montalvânia. O município de Itacarambi, apesar dessa situação, não irá participar da nova microrregião que está sendo estruturada com pólo em Manga, pois o acesso a este município fica comprometido em função da falta de pavimentação e condições de conservação da BR-135.

### **5.3.8 Estrutura Produtiva e Serviços**

Este item do diagnóstico tem como objetivo elucidar o comportamento do mercado de trabalho formal, bem como, o perfil dos estabelecimentos que compõem a estrutura produtiva e de serviços da área de influência, onde os impactos do futuro empreendimento serão mais significativos. Conforme mencionado anteriormente neste documento, a AI refere-se aos municípios de Itacarambi, Manga e São João das Missões. Entretanto, nesta análise foram incluídos os municípios de Jaíba, Juvenília, Matias Cardoso, Miravânia e Montalvânia no intuito de mostrar diversas características do mercado de trabalho e renda, tais como: o número de trabalhadores que atuam em cada segmento econômico, a idade média dos trabalhadores, o sexo, o grau de escolaridade, o tempo médio de permanência no emprego, a massa salarial, o salário médio e a relação entre remuneração e escolaridade, buscando dentro do possível relacionar tais características com a rodovia, e principalmente compreender a relação de dependência entre a economia local e a BR-135.

Neste sentido este item apresenta um breve panorama econômico, analisando a composição do PIB local e a relação comercial nacional e internacional se houver, buscando, destacar as externalidades que afetam a mesma. Outro ponto abordado é a distribuição territorial das indústrias, ou seja, como estão distribuídos os empregos do mercado de trabalho na região analisada, em cada um dos municípios citados, sobre a ótica

dos Setores de Atividade Econômica (IBGE). Vale destacar ainda, que para o estudo da relação entre grau de escolaridade e remuneração, foi aplicado um modelo de dependência linear, o qual permitiu tirar algumas conclusões interessantes dessa relação. Salienta-se ainda que esse tema tem como objetivo identificar o processo de dispersão dos empregos, nos diferentes segmentos econômicos e como isso pode remeter a uma previsão sobre um comportamento futuro do mercado de trabalho no setor. Merece destaque, as visitas técnicas realizadas *in loco* as empresas selecionadas, o que permitiu um entendimento mais realista da atividade econômica local.

### 5.3.8.1 Composição do PIB

Dentre os municípios analisados Jaíba é o município que apresenta o maior PIB/2006 com R\$ 150,1 milhões, puxado principalmente pelo setor de Serviços com 71,6 milhões, seguido pela agropecuária com 56,7 milhões, pela indústria com 14,8 milhões e a arrecadação pública com R\$ 6,8 milhões em Impostos. Outro destaque para esse município é o número de residentes 34,2 mil, o que lhe confere a posição de município mais populoso, segundo dados do IBGE para o ano de 2006.

Manga também merece destaque, apresenta o segundo maior PIB/2006 da (AID) com R\$ 81,6 milhões, o setor de serviços também lhe agrega maior peso a composição do PIB com R\$ 53 milhões, seguido pela agropecuária com R\$ 16,8 milhões e a indústria com R\$ 8 milhões. Contudo possui a terceira maior arrecadação de impostos, com R\$ 3 milhões. Itacarambi possui o terceiro maior PIB/2006 da AII, esse montante é da ordem dos R\$ 70,1 milhões. Esse município também possui segundo maior PIB Industrial com R\$ 11,8 milhões e a segunda maior arrecadação de Impostos com R\$ 3,075 milhões. Destaca-se que esse efeito pode ser ocasionado, em parte, pela intensa arrecadação de ISSQN, ou em razão da existência de mais estabelecimentos formais.

Matias Cardoso, por sua vez, tem o segmento agropecuário como principal agregado do PIB, esse segmento lhe confere a posição de segundo maior dentre os municípios analisados, com R\$ 28,6 milhões, seguido por serviços com R\$ 18,7 milhões e pela indústria com R\$ 3,4 milhões.

São João das Missões é o município com o menor PIB, que soma R\$ 24,1 milhões. Esse agregado é puxado principalmente pelo setor de serviços com R\$ 18,9 milhões, seguido pela indústria com R\$ 3 milhões e pela agropecuária com R\$ 1,7 milhões. Os impostos arrecadados somam R\$ 458 mil.

Todos os municípios juntos, por sua vez, possuem um PIB/2006 conjunto de R\$ 378,6 milhões, o que representa 0,18% do produto interno do Estado. Esse agregado está assim distribuído entre os setores da economia, com R\$ 114,4 milhões ou 0,73% de PIB agropecuário, com R\$ 41,8 milhões ou 0,07% de PIB industrial, com R\$ 207 milhões ou 0,18% de PIB serviços e finalmente com R\$ 15,1 milhões ou 0,06%, derivados dos impostos. O maior PIB per capita é o de Matias Cardoso R\$ 7,7 mil por habitante, seguido pelo de Jaíba com R\$ 4,3 mil e pelo de Itacarambi com R\$ 3,6 mil. Como pode ser observado, no quadro 5.12 exibe a formação do PIB por grandes setores da economia, o PIB *per capita* e o número de residentes por município da AII.

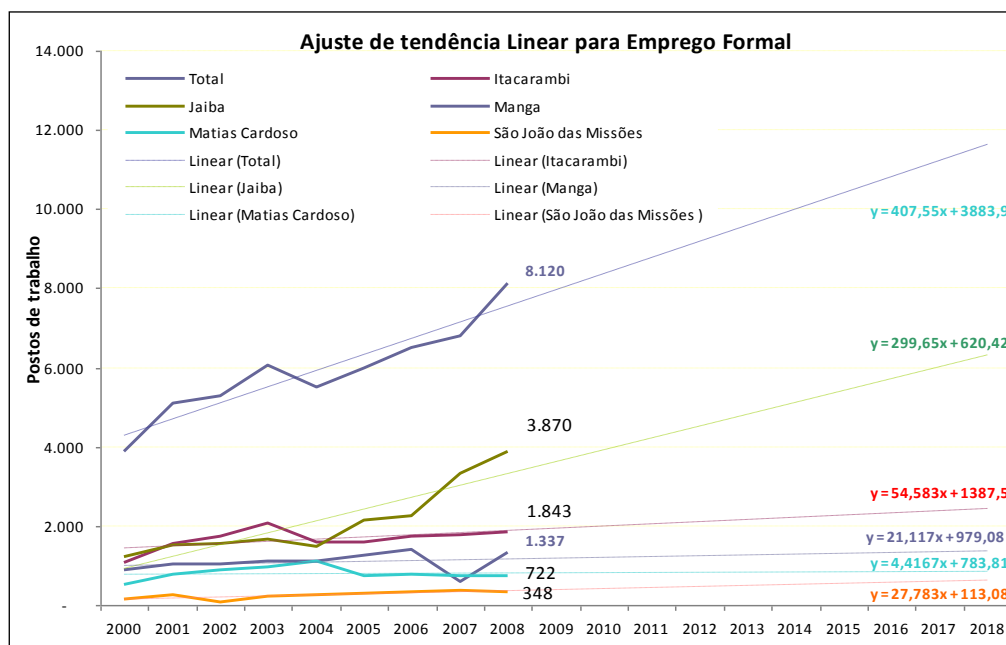
**Quadro 5.12**  
**Formação do PIB, PIB *per capita* e habitantes, 2006.**

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos	PIB	População	PIB per capita
	R\$ MIL						
1 - Itacarambi	10.583	11.825	44.717	3.075	70.199	19.159	3.664
2 - Jaíba	56.746	14.897	71.674	6.872	150.189	34.233	4.387
3 - Manga	16.858	8.675	53.098	3.059	81.690	23.999	3.404
4 - Matias Cardoso	28.604	3.448	18.708	1.648	52.408	6.786	7.723
5 - São João das Missões	1.658	3.055	18.995	458	24.166	12.894	1.874
ADA (1+2+5)	29.099	23.555	116.810	6.592	176.055	56.052	8.942
AID (1+2+3+4+5)	114.450	41.899	207.192	15.112	378.653	97.071	3.901
MG	15.700.246	59.771.458	112.175.615	27.166.192	214.813.511	19.479.356	11.028
Participação da (AID) no Estado (%)	0,73%	0,07%	0,18%	0,06%	0,18%	0,50%	

Fonte: Contas Regionais do Brasil, em 2007 - IBGE.

Segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2008, o estoque de empregos formais na área de influência, foi de 8,1 mil postos. Dentre os municípios analisados, para os estoques de 2008, destacam-

se Jaíba com 3,8 mil, podendo chegar a mais de 6,3 mil no ano de 2018. Na segunda posição, em termos de estoque empregos, encontra-se Itacarambi com 1,8 mil postos, com previsão de chegar próximo aos 2,5 mil em 2018. Na terceira posição está o município de Manga com 1,3 mil e previsão de 1,4 mil, seguido por Matias Cardoso com 722 e previsão de 860 e São João das Missões com 348 e 640, ambos para o mesmo ano. A figura 5.49, remete os dados e suas extrapolações, projetadas por tendência linear para os municípios analisados.



**Figura 5.49: Estimativas para Mercado de Trabalho Formal.**

Fonte: Contas Regionais do Brasil, em 2007 - IBGE

A distribuição dos estabelecimentos por atividade econômica mostra que a maior parcela deste pertence à agropecuária, cerca de 260 (38,6%) do total, nesse setor Jaíba é o que mais se destaca, seguido por Matias Cardoso com 60 estabelecimentos, por Itacarambi com 24, e Manga com 22.

A atividade Comercial esta na segunda posição com 247 empresas (36,7% do total), nesse segmento Jaíba detêm a maior parcela dos estabelecimentos, cerca de 114, seguido por Itacarambi e Manga, com 72 e 54, respectivamente. Vale destacar, que o município de São João das Missões, possui mais de dois estabelecimentos comerciais. Contudo, a prefeitura não possui um levantamento exato, no entanto, foi possível observar que existem no município vários estabelecimentos operando informalmente, subestimando o potencial econômico local. Destaca-se que a mesma realidade é presente nos municípios da AII, não só na atividade comercial, mas também nos serviços.

A atividade de serviços concentra 102 ou 15,2% dos estabelecimentos formais da região estudada. Desse total, Jaíba fica com 41, seguido por Manga, Itacarambi e São João das Missões, com 34, 21, e 5 estabelecimentos.

A indústria de Transformação soma 29 empresas ou 4,3% do total, onde novamente Jaíba destaca-se tendo 16 dos 29 estabelecimentos. Desse total, Manga possui 7, Itacarambi 4 e Matias Cardoso 2 estabelecimentos. A Construção Civil apresenta 22 estabelecimentos, sendo Manga o município que possui maior parcela 10 do total, seguido por Itacarambi com 6 e Jaíba com 5. Formalmente, o município de Jaíba é o único que possui atividade extrativa mineral, com apenas um estabelecimento.

Os quadros 5.13 e 5.14 apresentam as informações dos números de estabelecimentos formais por atividades econômicas, segundo critério de divisão Setor de Atividade Econômica do IBGE.



**Quadro 5.13**  
**Distribuição espacial dos postos de trabalho, por Atividade Econômica, 2008.**

Atividade Econômica	Itacarambi	Jaíba	Manga	Matias Cardoso	São João das Missões	Total AID	Participação (%)
Indústria de Transformação	4	16	7	2	0	29	4,3%
Construção Civil	6	5	10	1	0	22	3,3%
Comércio	72	114	54	5	2	247	36,7%
Serviços	21	41	34	1	5	102	15,2%
Administração Pública	2	3	2	2	3	12	1,8%
Agropecuária	24	154	22	60	0	260	38,6%
Total	129	334	129	71	10	673	100,0%
Participação (%)	19%	50%	19%	11%	1%	100%	

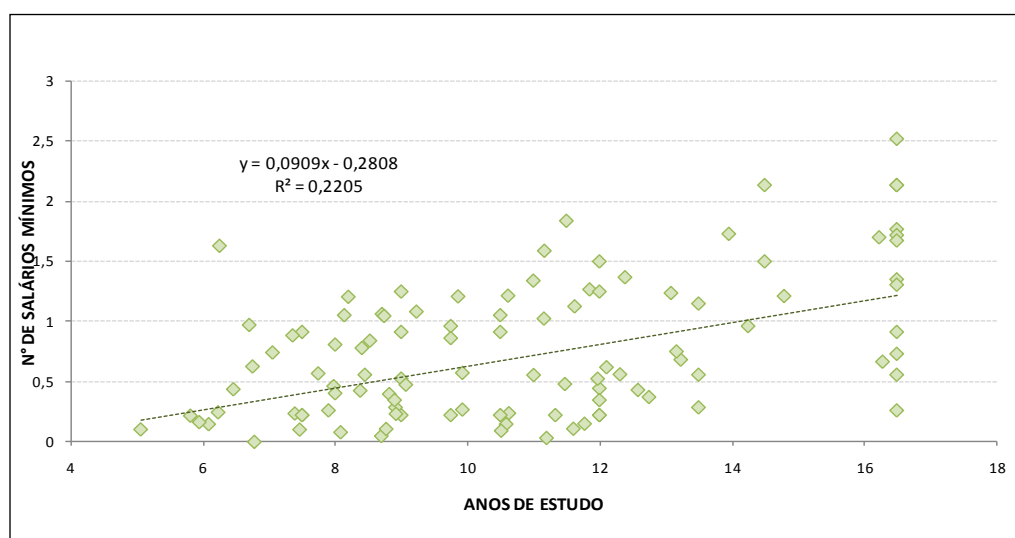
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

**Quadro 5.14**  
**Distribuição espacial dos estabelecimentos, por Atividade Econômica, 2008.**

Atividade Econômica	Itacarambi	Jaíba	Manga	Matias Cardoso	São João das Missões	Total AID	Participação (%)
Indústria de Transformação	166	482	48	26	0	722	8,9%
Construção Civil	45	44	13	0	0	102	1,3%
Comércio	167	389	235	11	5	807	9,9%
Serviços	68	520	185	1	7	781	9,6%
Administração Pública	863	890	713	172	336	2974	36,6%
Agropecuária	534	1545	143	512	0	2734	33,7%
Total	1843	3870	1337	722	348	8120	100,0%
Participação (%)	23%	48%	16%	9%	4%	100%	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

Um aspecto a ser destacado no comportamento do emprego local da área estudada é a correlação positiva que existe entre o grau de instrução e a remuneração média recebida pelo trabalhador, como observado na figura 5.50. Essa característica está de acordo com diversos estudos realizados sobre o mercado de trabalho na literatura internacional, e revela o retorno obtido pelos trabalhadores, medido em salários, para cada ano de estudo adicional.



**Figura 5.50: Relação entre o número de anos de estudo com a média de salários mínimos recebidos**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

A partir de uma equação de regressão linear simples é possível estimar uma equação que possa representar essa relação. Ressalta-se que, apesar dos possíveis erros de especificação que podem ocorrer com o uso de uma equação linear e univariada, em especial quando se tem um quociente de explicação baixo, ainda assim é possível extrair informações adicionais interessantes para a interpretação dos dados.

Dessa forma, nas atividades econômicas da área de influência, para cada 10% de variação nos anos de estudo, pode-se esperar que ocorra um aumento médio de 0,9% nos salários percebidos pelo trabalhador.

Como pode ser observado, a análise inicial sobre o mercado de trabalho revelou a existência de uma grande concentração espacial dos estabelecimentos indústrias e dos empregos, em especial no município de Jaíba, o qual possui posicionamento espacial, vantajoso, pois esta na margem direita do rio São Francisco onde a malha rodoviária esta em ótimo estado. Essa cidade concentra sozinha 49,6% do total dos estabelecimentos (dentre os municípios considerados nesta análise), e cerca de 47,7% dos postos de trabalho, com todas os demais municípios apresentando menores oportunidades de crescimento econômico, geração de emprego e renda.

O município de Itacarambi que ocupa a segunda melhor posição, em parte puxado, pela proximidade espacial que tem com Jaíba através de deslocamento feito por balsas e também pelo acesso rodoviário, que está boas condições, o que facilita o escoamento da produção local e a entrada de matéria prima. São vantagens competitivas, que esses dos municípios possuem em relação aos demais.

Com relação ao município de Manga, este possui somente deslocamento de balsa, pois o deslocamento que poderia ser realizado pela BR-135, fica dificultado pelas condições precárias que essa rodovia percebe. Contudo, esse município possui também ligação com o Sul da Bahia, o que também lhe proporciona vantagens, em relação aos demais municípios da AI.

### 5.3.8.2 Perfil da mão-de-obra e Renda por Setor de atividade Econômica da Área de Influência

Para facilitar a elaboração desta parte do estudo optou-se por escrever, separadamente, para cada um dos Setores de atividade econômica na tentativa de uma abordagem mais clara, proporcionada pela ótica de divisão dos respectivos setores em tópicos como seguem. Do quadro 5.15 ao quadro 5.19, apresentam-se as principais atividades econômicas por município analisado, trazendo os estoques de estabelecimentos e empregados. Destaca-se, que estes quadros serão utilizados em mais de um setor, foram inseridos antes para evitar replicação deles por setor de atividade econômica.

**Quadro 5.15**  
**Mercado de trabalho e estabelecimentos formais por Atividades Econômicas, ordenada pelo estoque de empregos para o município de Jaíba.**

Divisão de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 (59 categorias)	Estabelecimentos	Participação (%)	Empregos	Participação (%)
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	144	43,1%	1.249	32,3%
Administração pública, defesa e seguridade social	3	0,9%	890	23,0%
Serviços prestados principalmente as empresas	12	3,6%	345	8,9%
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	8	2,4%	322	8,3%
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	11	3,3%	297	7,7%
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	89	26,6%	297	7,7%
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	1	0,3%	148	3,8%
Atividades associativas	5	1,5%	117	3,0%
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustível	14	4,2%	76	2,0%
Construção civil	5	1,5%	44	1,1%
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	11	3,3%	16	0,4%
Intermediação financeira	3	0,9%	15	0,4%
Educação	5	1,5%	12	0,3%
Alojamento e alimentação	4	1,2%	10	0,3%
Saúde e serviços sociais	6	1,8%	9	0,2%
Transporte terrestre	1	0,3%	5	0,1%

Divisão de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 (59 categorias)	Estabelecimentos	Participação (%)	Empregos	Participação (%)
Correio e telecomunicações	2	0,6%	5	0,1%
Atividades de informática e serviços relacionados	2	0,6%	5	0,1%
Fabricação de produtos de metal exclusive máquinas e equipamentos	2	0,6%	4	0,1%
Edição, impressão e reprodução de gravações	1	0,3%	2	0,1%
Fabricação de produtos químicos	2	0,6%	2	0,1%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.870</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

**Quadro 5.16**  
**Mercado de trabalho e estabelecimentos formais por Atividades Econômicas, ordenada pelo estoque de empregos para o município de Itacarambi.**

Divisão de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 (59 categorias)	Estabelecimentos	Participação (%)	Empregos	Participação (%)
Administração pública, defesa e seguridade social	2	1,6%	863	46,8%
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	24	18,6%	534	29,0%
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	68	52,7%	154	8,4%
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	3	2,3%	143	7,8%
Construção civil	6	4,7%	45	2,4%
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	1	0,8%	23	1,2%
Transporte terrestre	3	2,3%	22	1,2%
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustível	4	3,1%	13	0,7%
Atividades associativas	4	3,1%	13	0,7%
Intermediação financeira	1	0,8%	11	0,6%
Alojamento e alimentação	6	4,7%	8	0,4%
Serviços prestados principalmente as empresas	4	3,1%	6	0,3%
Correio e telecomunicações	1	0,8%	5	0,3%
Saúde e serviços sociais	2	1,6%	3	0,2%
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.843</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

**Quadro 5.17**  
**Mercado de trabalho e estabelecimentos formais por Atividades Econômicas, ordenada pelo estoque de empregos para o município de Manga.**

Divisão de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 (59 categorias)	Estabelecimentos	Participação (%)	Empregos	Participação (%)
Administração pública, defesa e seguridade social	2	1,6%	713	53,3%
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	46	35,7%	200	15,0%
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	22	17,1%	143	10,7%
Saúde e serviços sociais	7	5,4%	75	5,6%
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	2	1,6%	33	2,5%
Educação	1	0,8%	32	2,4%
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustível	6	4,7%	23	1,7%
Transporte aquaviário	3	2,3%	17	1,3%
Intermediação financeira	2	1,6%	15	1,1%
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	4	3,1%	13	1,0%
Construção civil	10	7,8%	13	1,0%

Divisão de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 (59 categorias)	Estabelecimentos	Participação (%)	Empregos	Participação (%)
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	2	1,6%	12	0,9%
Alojamento e alimentação	3	2,3%	8	0,6%
Serviços prestados principalmente as empresas	6	4,7%	8	0,6%
Atividades recreativas, culturais e desportivas	3	2,3%	8	0,6%
Transporte terrestre	3	2,3%	7	0,5%
Correio e telecomunicações	1	0,8%	6	0,4%
Atividades associativas	3	2,3%	5	0,4%
Serviços pessoais	1	0,8%	4	0,3%
Fabricação de produtos de metal exceto máquinas e equipamentos	1	0,8%	2	0,1%
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>100%</b>	<b>1.337</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

**Quadro 5.18**

**Mercado de trabalho e estabelecimentos formais por Atividades Econômicas, ordenada pelo estoque de empregos para o município de Matias Cardoso.**

Divisão de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 (59 categorias)	Estabelecimentos	Participação (%)	Empregos	Participação (%)
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	60	84,51%	512	71%
Administração pública, defesa e seguridade social	2	2,82%	172	24%
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	2	2,82%	26	4%
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	3	4,23%	5	1%
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustível	1	1,41%	4	1%
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	1	1,41%	2	0%
Correio e telecomunicações	1	1,41%	1	0%
Construção	1	1,41%	0	0%
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>100,00%</b>	<b>722</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

**Quadro 5.19**

**Mercado de trabalho e estabelecimentos formais por Atividades Econômicas, ordenada pelo estoque de empregos para o município de São João das Missões.**

Divisão de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 (59 categorias)	Estabelecimentos	Participação (%)	Empregos	Participação (%)
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustível	1	10,0%	3	0,9%
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1	10,0%	2	0,6%
Transporte terrestre	2	20,0%	4	1,1%
Correio e telecomunicações	1	10,0%	1	0,3%
Serviços prestados principalmente as empresas	2	20,0%	2	0,6%
Administração pública, defesa e seguridade social	3	30,0%	336	96,6%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>	<b>348</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

### 5.3.8.3 Indústria de Transformação

Como se pode observar no quadro 5.20, a distribuição espacial desse setor de atividade econômica concentra 55%, dos estabelecimentos industriais no município de Jaíba, juntamente com 67% da mão-de-obra. Sendo a atividade que mais gera empregos é fabricação de produtos alimentícios, com 322 vagas, seguida pela fabricação de coque e refino, ver quadro 5.21. Manga, por sua vez, concentra 24% das

indústrias e 7% do estoque de postos de trabalho, com destaque para a fabricação de produtos não metálicos gerando 33 empregos. O município de Itacarambi concentra 14% das indústrias e 23% da mão-de-obra, com destaque para a fabricação de produtos alimentícios gerando 143 empregos.

**Quadro 5.20**

**Distribuição espacial dos estoques de estabelecimentos e emprego da Indústria de Transformação**

Municípios	Estabelecimentos	Participação (%)	Empregos	Participação (%)
Itacarambi	4	14%	166	23%
Jaíba	16	55%	482	67%
Manga	7	24%	48	7%
Matias Cardoso	2	7%	26	4%
São João das Missões	0	0%	0	0%
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>	<b>722</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

No que tange a ocupação e o nível de renda dos trabalhadores desse setor observou-se que a maior ocupação é para trabalhadores agrícolas, absorvendo 185 vagas, com remuneração média de 1,2 salários mínimos ou o equivalente a R\$ 651. Seguida pelos trabalhadores de manutenção com 100 postos e remuneração média de R\$ 717. A terceira ocupação industrial que mais emprega é a de embaladores de alimentos de produção, com 83 empregos e média salarial de R\$ 1.023.

**Quadro 5.21**

**Empregos e remuneração média das ocupações mais demandadas na Indústria de Transformação**

Subgrupo Ocupacional		Empregos	Participação acumulada (%)	Salário Médio	R\$
SB GRUP 622	Trabalhadores agrícolas	185	25,6%	1,28	651
SB GRUP 992	Trabalhadores elementares da manutenção	100	39,5%	1,41	717
SB GRUP 784	Embaladores e alimentadores de produção	83	51,0%	2,01	1.023
SB GRUP 841	Operadores de equipamentos na preparação de alimentos e bebidas	30	55,1%	1,42	723
SB GRUP 519	Outros trabalhadores de serviços diversos	24	58,4%	1,33	680
SB GRUP 828	Trabalhadores artesanais da siderurgia e de materiais de construção	18	60,9%	1,00	510
SB GRUP 811	Operadores de instalações em indústrias químicas, petroquímicas e afins	17	63,3%	2,94	1.500
SB GRUP 141	Gerentes de produção e operações	15	65,4%	6,05	3.086
SB GRUP 513	Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	15	67,5%	1,25	638
SB GRUP 514	Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edificações	15	69,5%	1,12	570
<b>Indústria de Transformação</b>		<b>722</b>		<b>1,89</b>	<b>966</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

A grande maioria dos empregados na indústria de transformação são do sexo masculino somando 576, com destaque para as empresas de médio porte onde trabalham 431, ou 59% desse total.

Como pode ser observado no quadro 5.22, a idade média do trabalhador nesta indústria é de 30,6 anos, sendo que na microempresa esta média é de 28,9 anos, a mais baixa do setor. Em contraponto nas de pequeno porte encontra-se a média mais alta, com 31,6 anos de idade. Em relação à média de anos de estudo esse setor possui, cerca de 29,2% do total dos empregados com a nona série completa e 30% incompleta. Com o ensino médio completo estão 26% dos trabalhadores e incompleto outros 9%. Apenas 4% do total de trabalhadores nesta indústria possuem o curso superior, o que corresponde a 29 pessoas, sendo que 1,2% possuem o superior incompleto.

Quanto ao tempo de permanência no emprego as microempresas têm rotação mais rápida em média de 16 meses, seguida pelas pequenas com média de 19 e pelas médias empresas com 20 meses. A remuneração média na microempresa é de 1,5 salários, sendo na pequena empresa de 2,1 salários e na média empresa de 1,9, com a média do setor de atividade indústria de transformação de 1,9.

**Quadro 5.22**  
**Características do mercado de trabalho na Indústria da Transformação**

Indústria de Transformação	Micro	Pequena	Média	Total
Homem	55	90	431	576
Mulher	27	32	87	146
Idade Média	28,9	31,6	30,6	30,6
Anos de Estudo	9,8	9,2	9,3	9,3
Tempo no Emprego (em meses)	16	19	20	19
Média Salarial	1,5	2,1	1,9	1,9

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

#### 5.3.8.4 Construção Civil

Como se pode observar nos dados do quadro 5.23, a distribuição espacial desse setor de atividade econômica concentra 34%, dos estabelecimentos industriais no município de Manga, juntamente com 13% da mão-de-obra. Itacarambi, por sua vez, concentra 21% dos estabelecimentos da construção e 44% do estoque de trabalhadores. O município de Jaíba concentra 17% das empresas e 43% da mão-de-obra. Os demais municípios não possuem empresas desse setor de atividade econômica.

**Quadro 5.23**  
**Distribuição espacial dos estoques de estabelecimentos e emprego da Construção Civil**

Municípios	Estabelecimentos	Participação (%)	Empregos	Participação (%)
Itacarambi	6	21%	45	44%
Jaíba	5	17%	44	43%
Manga	10	34%	13	13%
Matias Cardoso	1	3%	0	0%
São João das Missões	0	0%	0	0%
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>76%</b>	<b>102</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

Em relação à ocupação e nível de renda dos trabalhadores desse setor, observou-se que a maior ocupação é para ajudantes de obra, absorvendo 38 postos, com remuneração média de 1,1 salários mínimos ou o equivalente a R\$ 564. Seguida pelos trabalhadores de obras públicas em construção civil com 27 postos e remuneração média de R\$ 770. A terceira ocupação da construção civil, que mais emprega é a dos condutores de veículos de elevação, num total de 6 empregos, com média salarial de R\$ 1.020. As demais ocupações podem ser observadas no quadro 5.24.

**Quadro 5.24**  
**Empregos e remuneração média das ocupações mais demandadas na Construção Civil**

Subgrupo Ocupacional	Empregos	Participação acumulada (%)	Salário Médio	R\$
SB GRUP 717 Ajudantes de obras	38	37,3%	1,11	564
SB GRUP 715 Trabalhadores da construção civil e obras públicas	27	63,7%	1,51	770
SB GRUP 782 Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação de cargas	6	69,6%	2,00	1.020
SB GRUP 142 Gerentes de áreas de apoio	4	73,5%	2,13	1.084
SB GRUP 411 Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	4	77,5%	3,56	1.817
SB GRUP 141 Gerentes de produção e operações	3	80,4%	2,25	1.148
SB GRUP 214 Engenheiros, arquitetos e afins	3	83,3%	2,33	1.190
SB GRUP 517 Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança	3	86,3%	1,25	638
SB GRUP 992 Trabalhadores elementares da manutenção	3	89,2%	2,50	1.275
SB GRUP 414 Escriturários de controle de materiais e de apoio à produção	2	91,2%	1,88	956
<b>Construção Civil</b>	<b>102</b>		<b>1,59</b>	<b>813</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

Quase todos os empregados na Construção Civil são do sexo masculino somando 98 postos, com destaque para as empresas de pequeno porte onde trabalham 61, ou 62,2% desse total. As mulheres empregadas somam apenas 4. Como pode ser observado no quadro 5.25, a idade média do trabalhador nesta indústria é de 30,6 anos, sendo que na microempresa esta média é de 35,4 anos, a mais baixa. Em contraponto nas de pequeno porte encontra-se a média mais alta, com 36,4 anos de idade.

Em relação à média de anos de estudo esse setor possui, cerca de 17,6% do total dos empregados com a nona série completa e 53,9% incompleta. Com o ensino médio completo estão 15,7% dos trabalhadores e incompleto outros 6%. Apenas 4,9% do total de trabalhadores nesta indústria possuem o curso superior, o que corresponde a 29 pessoas, sendo que 1% possui o ensino superior incompleto.

Quanto ao tempo de permanência no emprego as microempresas têm rotação mais lenta com média de 16 meses, seguida pelas pequenas com média de 10 meses. A média do setor foi de 12 meses. Salienta-se que a remuneração média tanto na microempresa como na pequena é de 1,6 salários mínimos (quadro 5.25).

**Quadro 5.25**  
**Características do mercado de trabalho na Construção Civil**

Construção Civil	Micro	Pequena	Total
<b>Homem</b>	37	61	98
<b>Mulher</b>	3	1	4
<b>Idade Média</b>	35,4	36,4	36,0
<b>Anos de Estudo</b>	9,0	7,6	8,1
<b>Tempo no Emprego (em meses)</b>	16	10	12
<b>Média Salarial</b>	1,6	1,6	1,6

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

### 5.3.8.5 Comércio

A distribuição espacial dos estabelecimentos e mão-de-obra formal desse setor está distribuída com 46% e 48% no município de Jaíba. Itacarambi, por sua vez, concentra 29% dos estabelecimentos comerciais e 21% do estoque de trabalhadores do comércio. O município de Manga concentra 22% das empresas e 29% da mão-de-obra. Os demais municípios analisados possuem empresas desse setor de atividade econômica, mas em grande parte são informais e geralmente representados por empreendimentos familiares, com pouca expressividade econômica (quadro 5.26).

**Quadro 5.26**  
**Distribuição espacial dos estoques de estabelecimentos e emprego do Comércio**

Municípios	Estabelecimentos	Participação (%)	Empregos	Participação (%)
Itacarambi	72	29%	167	21%
Jaíba	114	46%	389	48%
Manga	54	22%	235	29%
Matias Cardoso	5	2%	11	1%
São João das Missões	2	1%	5	1%
<b>Total</b>	<b>247</b>	<b>100%</b>	<b>807</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

No tocante, a ocupação e nível de renda dos trabalhadores do comércio, observou-se que a maior ocupação é para vendedores e demonstradores, absorvendo 394 postos, com remuneração média de 1,1 salários mínimos ou o equivalente a R\$ 569. Seguidos pelos escriturários e auxiliares administrativos com 59 postos e remuneração média de R\$ 622. Os condutores de veículos de elevação, num total de 37 empregos e média salarial de R\$ 782 são a terceira ocupação com maior número de empregados. As demais ocupações podem ser apreciadas no quadro 5.27.

**Quadro 5.27**  
**Empregos e remuneração média das ocupações mais demandadas no Comércio**

Subgrupo Ocupacional		Empregos	Participação acumulada (%)	Salário Médio	R\$
SB GRUP 521	Vendedores e demonstradores	394	48,8%	1,12	569
SB GRUP 411	Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	59	56,1%	1,22	622
SB GRUP 782	Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação de cargas	37	60,7%	1,53	782
SB GRUP 421	Caixas, bilheteiros e afins	35	65,1%	1,31	667
SB GRUP 848	Trabalhadores artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos e do fumo	31	68,9%	1,15	588
SB GRUP 514	Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edificações	30	72,6%	1,07	544
SB GRUP 724	Trabalhadores de montagem de tubulações, estruturas metálicas e de compósitos	25	75,7%	1,74	887
SB GRUP 142	Gerentes de áreas de apoio	24	78,7%	2,43	1.238
SB GRUP 141	Gerentes de produção e operações	20	81,2%	2,15	1.097
SB GRUP 774	Trabalhadores de montagem de móveis e artefatos de madeira	14	82,9%	1,05	537
<b>Comércio</b>		<b>807</b>		<b>1,30</b>	<b>662</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

Boa parcela dos empregados no setor do comércio são do sexo masculino totalizando 488, com destaque para as microempresas onde trabalham 307, ou 62,9% desse total. As mulheres ocupam 319 postos, o que é equivalente a população masculina, emprega nas microempresas comerciais.

A idade média do trabalhador no comércio é de 29,6 anos, sendo que na microempresa esta média é de 30,4 anos, a mais alta. Em contraponto nas de pequeno porte encontra-se a média mais baixa, com 28,6 anos de idade.

Em relação à média de anos de estudo esse setor possui, cerca de 12,9% do total dos empregados com a nona série completa e 17% incompleta. Com o ensino médio completo estão 53,7% dos trabalhadores e incompleto outros 10,4%. Apenas 3,2% do total de trabalhadores nesta indústria possuem o curso superior, o que corresponde a 26 pessoas, sendo que 2,9% possuem o superior incompleto.

Quanto ao tempo de permanência no emprego as microempresas têm maior duração 22 meses, seguida pelas pequenas com média de 21. A média do setor foi de 22 meses.

A remuneração média na microempresa é de 1,2 salários, sendo na pequena empresa de 1,4 salários. A remuneração média para o setor comercial foi de 1,3 salários mínimos, conforme observado no quadro 5.28.

**Quadro 5.28**  
**Características do mercado de trabalho do Setor do Comércio**

Comercio	Micro	Pequena	Total
Homem	307	181	488
Mulher	201	118	319
Idade Média	30,4	28,3	29,6
Anos de Estudo	10,7	10,7	10,7
Tempo no Emprego (em meses)	22	21	22
Média Salarial	1,2	1,4	1,3

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

### 5.3.8.6 Serviços

O município de Jaíba concentra 41%, dos estabelecimentos de serviços, juntamente com 67% da mão-de-obra. Manga, por sua vez, concentra 33% dos das indústrias e 24% do estoque de postos de trabalho. O município de Itacarambi concentra 21% dos estabelecimentos e 9% do pessoal ocupado deste setor de atividade econômica. O quadro 5.29 apresenta a distribuição espacial por municípios.



**Quadro 5.29**

**Distribuição espacial dos estoques de estabelecimentos e emprego dos Serviços**

Municípios	Estabelecimentos	Participação (%)	Empregos	Participação (%)
Itacarambi	21	21%	68	9%
Jaíba	41	40%	520	67%
Manga	34	33%	185	24%
Matias Cardoso	1	1%	1	0%
São João das Missões	5	5%	7	1%
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>100%</b>	<b>781</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

A ocupação e nível de renda dos trabalhadores do setor serviços revelaram que a maior ocupação dá-se na atividade de trabalhadores agrícolas totalizando 231 postos, com remuneração média de 0,85 salários mínimos ou o equivalente a R\$ 434. Seguidos pelos condutores de veículos, com 49 postos e remuneração média de R\$ 835. Os trabalhadores na exploração agropecuária, num total de 39 empregos e média salarial de R\$ 468 são a terceira ocupação com maior número de empregados. As demais ocupações podem ser observadas no quadro 5.30.

**Quadro 5.30**

**Empregos e remuneração média das ocupações mais demandadas em Serviços**

Subgrupo Ocupacional		Empregos	Participação acumulada (%)	Salário Médio	R\$
SB GRUP 622	Trabalhadores agrícolas	231	29,6%	0,85	434
SB GRUP 782	Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação de cargas	49	35,9%	1,64	835
SB GRUP 621	Trabalhadores na exploração agropecuária em geral	39	40,8%	0,92	468
SB GRUP 322	Técnicos da ciência da saúde humana	38	45,7%	1,93	983
SB GRUP 411	Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	34	50,1%	1,51	773
SB GRUP 413	Escriturários contábeis e de finanças	33	54,3%	7,36	3.752
SB GRUP 514	Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edificações	22	57,1%	1,45	742
SB GRUP 784	Embaladores e alimentadores de produção	21	59,8%	1,15	589
SB GRUP 421	Caixas, bilheteiros e afins	21	62,5%	2,38	1.214
SB GRUP 513	Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	18	64,8%	1,29	659
<b>Serviço AID</b>		<b>781</b>		<b>1,90</b>	<b>970</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

Parcela significativa dos empregados no setor de serviços é do sexo masculino somando 467, com destaque para as microempresas onde trabalham 152, ou 32,5% desse total. As mulheres ocupam 314 postos.

A idade média do trabalhador no comércio é de 35,4 anos, sendo que na microempresa esta média é de 34,3 anos, na pequena empresa de 33,7, a mais baixa. Em contraponto nas de porte médio encontra-se a média mais alta, com 38,6 anos de idade, seguida pela grande com 35,6 anos de idade média.

Em relação à média de anos de estudo esse setor possui, cerca de 6,7% do total dos empregados com a nona série completa e 48,4% incompleta. Com o ensino médio completo estão 25,2% dos trabalhadores e incompleto outros 4,9%. Mais de 11% do total de trabalhadores nesta indústria possui o curso superior, o que corresponde a 86 pessoas, sendo que outros 3,8% estão pro completar o ensino superior.

O tempo de permanência no emprego nas empresas de porte médio tem maior duração 70 meses, seguida pelas pequenas com média de 27 meses, pelas microempresas com 26 meses e pelas grandes com 9 meses. A remuneração média na microempresa é de 2 salários, sendo na pequena empresa de 2,9 salários, na média 2,2 salários e na grande 0,9 salários. A remuneração média para o setor de serviços foi de 1,9 salários mínimos, conforme apresentado no quadro 5.31.

**Quadro 5.31**  
**Características do mercado de trabalho no Setor de Serviços**

Serviços	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Homem	105	115	95	152	467
Mulher	94	66	60	94	314
Idade Média	34,3	33,7	38,6	35,6	35,4
Anos de Estudo	10,8	11,4	10,6	3,7	8,6
Tempo no Emprego (em meses)	26	27	70	9	30
Média Salarial	2,0	2,9	2,2	0,9	1,9

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

### 5.3.8.7 Agropecuária

O município de Jaíba concentra 59%, dos estabelecimentos de atividade agropecuária, juntamente com 57% da mão-de-obra. Matias Cardoso, por sua vez, concentra 23% dos das indústrias e 19% do estoque de postos de trabalho. O município de Itacarambi concentra 9% dos estabelecimentos e 20% do pessoal ocupado deste setor de atividade econômica, seguido pro Manga, com 8% e 9%, dos estabelecimentos e dos postos de trabalho. Vale destacar que esse setor é uma das principais atividades econômicas dos municípios pertencentes a AII. O quadro 5.32 apresenta a distribuição espacial por municípios.

**Quadro 5.32**  
**Distribuição espacial dos estoques de estabelecimentos e emprego da Agropecuária**

Municípios	Estabelecimentos	Participação (%)	Empregos	Participação (%)
Itacarambi	24	9%	534	20%
Jaíba	154	59%	1545	57%
Manga	22	8%	143	5%
Matias Cardoso	60	23%	512	19%
São João das Missões	0	0%	0	0%
<b>Total</b>	<b>260</b>	<b>100%</b>	<b>2734</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

A ocupação e nível de renda dos trabalhadores do setor agropecuário revelou que a maior ocupação dá-se na atividade de trabalhadores agrícolas totalizando 1.123 postos, com remuneração média de 1,2 salários mínimos ou o equivalente a R\$ 614. Seguidos pelos trabalhadores na exploração agropecuária, num total de 551 empregos e média salarial de R\$ 644 e condutores de veículos, com 159 postos e remuneração média de R\$ 634 na terceira ocupação com maior número de empregados. As demais ocupações podem ser observadas no quadro 5.33.

**Quadro 5.33**  
**Empregos e remuneração média das ocupações mais demandadas na Agropecuária**

Subgrupo Ocupacional	Empregos	Participação acumulada (%)	Salário Médio	R\$
SB GRUP 622 Trabalhadores agrícolas	1.123	41,1%	1,20	614
SB GRUP 621 Trabalhadores na exploração agropecuária em geral	551	61,2%	1,26	644
SB GRUP 623 Trabalhadores na pecuária	159	67,0%	1,24	634
SB GRUP 715 Trabalhadores da construção civil e obras públicas	106	70,9%	2,31	1.178
SB GRUP 612 Produtores agrícolas	105	74,8%	1,11	566
SB GRUP 992 Trabalhadores elementares da manutenção	101	78,5%	1,66	847
SB GRUP 782 Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação de cargas	85	81,6%	3,04	1.548
SB GRUP 641 Trabalhadores da mecanização agropecuária	85	84,7%	1,56	795
SB GRUP 411 Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	45	86,3%	1,94	989
SB GRUP 513 Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	41	87,8%	1,06	541
<b>Agropecuária AID</b>	<b>2.734</b>		<b>1,52</b>	<b>777</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

Na análise das características do mercado de trabalho da agropecuária verificou-se que grande parte dos empregados são do sexo masculino, totalizando 2.420, ou 88,5% desse total. As mulheres ocupam 314 postos (11,5% restantes).

A média de anos de estudo desse setor possui, cerca de 16,4% do total dos empregados com a nona série completa e 67,7% incompleta. Com o ensino médio completo estão 9,3% dos trabalhadores e incompleto outros 5%. Apenas 1,1% do total de trabalhadores nesta indústria possuem o curso superior, o que corresponde a 26 pessoas, sendo que 0,4% possuem o superior incompleto.

A idade média do trabalhador no comércio é de 33,3 anos, o tempo médio de permanência no emprego tem maior duração 27 meses e a remuneração média do trabalhador é de 1,5 salários mínimos (quadro 5.34).

**Quadro 5.34**  
**Características do mercado de trabalho na Agropecuária**

Agropecuária	Total
Homem	2.420
Mulher	314
Idade Média	33,3
Anos de Estudo	6,6
Tempo no Emprego (em meses)	27
Média Salarial	1,5

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2008.

### 5.3.9 Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

Com relação ao patrimônio arqueológico, salienta-se que qualquer empreendimento, que durante seu processo construtivo ou de operação, interfira fisicamente com as camadas de solo existente (obras de terraplanagem, áreas de empréstimo, bota-fora, etc.), poderá danificar ou destruir os sítios arqueológicos existentes.

Neste sentido, para impedir que esse fato ocorra, há uma legislação específica que regula e exige que sejam identificados e localizados os sítios arqueológicos ameaçados de destruição, através de um levantamento arqueológico, e que seja realizado projeto (ou programa) de salvamento arqueológico, para o resgate (preservação, proteção e salvaguarda) das evidências arqueológicas encontradas.

#### 5.3.9.1 Patrimônio Arqueológico

No município de São João das Missões foi identificado um sítio arqueológico a céu aberto, já parcialmente destruído, denominado Missões, situado na área urbana da sede do município, e que merecerá ser objeto de um Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico, que deverá ser desenvolvido na próxima fase de licenciamento ambiental.

Na faixa de 500 m. do eixo da estrada, foram também identificados sítios arqueológicos em abrigos sob rocha, sendo que boa parte deles se encontram no interior do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, mais precisamente, na localidade denominada Volta da Serra. Os demais sítios arqueológicos situam-se no Território Indígena Xakriabá, na aldeia Rancharia, bem como em um afloramento conhecido como Morro dos Nogueira, situado na margem oposta da estrada, defronte a já citada, Volta da Serra.

Na AII, há registros de inúmeros sítios arqueológicos pré-coloniais e de interesse histórico-arqueológico, sobretudo, no município de Itacarambi, onde as pesquisas arqueológicas foram mais sistemáticas, em função dos estudos ambientais visando o plano de manejo e zoneamento do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Antes mesmo destes estudos, os municípios de Januária e Itacarambi, em especial no médio e baixo curso do rio Peruaçu, foram foco de várias pesquisas de cunho acadêmico pela equipe do Setor de Arqueologia do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especificamente em sítios pré-coloniais em abrigos sob rocha e a céu aberto, a partir dos anos oitenta do século XX.

Em São João das Missões, foi realizado também por intermediação da Faculdade de Educação (FAE/UFMG), um inventário do patrimônio cultural do território Xakriabá, incluindo várias aldeias, inclusive a de Rancharia, que é permeada pela BR-135. Todo o material produzido por meio destes estudos foi levantado e consultado.

Ainda na AII, registram-se os sítios arqueológicos existentes no Morro do Capim Pubo, município de Itacarambi, como também no Parque Estadual da Mata Seca, no município de Manga, que apesar de não terem sido ainda objeto de pesquisas arqueológicas, são conhecidos pela população local e administração desta Unidade de Conservação.

Neste cenário, o panorama do ponto de vista arqueológico das áreas de influência deste empreendimento aponta a alta potencialidade arqueológica das mesmas, como também etnohistórica, tendo em vista a existência de comunidades tradicionais em suas adjacências. No caso da comunidade Xakriabá, foi realizado um Diagnóstico Antropológico específico, baseando-se em Termo de Referência emitido pela FUNAI e comunidade indígena, conforme apresentado posteriormente neste documento.

Na AII foram realizadas entrevistas com moradores, sobretudo os que habitam próximo a AID, a procura de informações sobre evidências arqueológicas pré-coloniais e ou históricas. Também foram entrevistadas as lideranças Xakriabá da aldeia Rancharia, no caso, os Srs. Agenor e Jerônimo Xakriabá a procura de informações de moradores que pudessem nos fornecer novas indicações sobre locais de interesse arqueológico. No quadro 5.35 a seguir apresentam-se as informações obtidas nos levantamentos de campo.

**Quadro 5.35**  
**Levantamento realizado com moradores**

Entrevistado	Informação
Roni Ferreira dos Santos	Responsável pela fazenda Agropasto. Não conhecia nada de arqueologia na região. Segundo ele a fazenda é longe das águas por isso os índios preferiam lugares mais distantes dali.
Antônia Fernandes de Jesus	Durante muitos anos arando a terra nunca viu nada relativo à Arqueologia
João Francisco Oliveira	Não conhecia na região nada relativo à Arqueologia, apenas deu indicativos dentro do Parque do Peruaçu
Manuel Antônio	Não conhecia na região nada relativo à Arqueologia, apenas deu indicativos dentro do Parque do Peruaçu
Teotônio Pereira	Não conhecia na região nada relativo à Arqueologia, apenas deu indicativos dentro do Parque do Peruaçu
Conceição de Barrinhas	Deu informação apenas de comunidades negras rurais nas ilhas do rio São Francisco
José Luiz Vieira	Informação sobre sítio arqueológico no Morro da Lavagem
Deivisson Rogério	Informação sobre sítio arqueológico no Morro da Lavagem
Sr. Onório	Não conhecia nada relativo à Arqueologia na região
Lavina Rodrigues Santana	Deu informação sobre a presença de potes inteiros nas margens do rio São Francisco, distante da ADA
Wellington Santana Silva	Informou sobre o aparecimento de potes perto da escola de Rancharia
Josefina Santana	Informou que perto de sua casa encontrou um copo de barro quebrado
Alexon dos Santos	Não conhecia na região nada relativo à Arqueologia
Mercês dos Santos	Não conhecia na região nada relativo à Arqueologia
Policarpo Felipe das Neves	Deu informação acerca de diversos potes que foram encontrados quando realizaram o calçamento de São João das Missões. Não soube informar o paradeiro destes potes.
Ronaldo Ribeiro das Neves	Informou sobre cacos e potes que se encontrava em Missões há mais de 30 anos atrás
Raimundo Gomes de Oliveira	Possui em sua residência diversos potes de barro recentes, produzidos pelos Xakriabá.
Jucilene "Coca"	No fundo de sua casa, quando da construção, foram encontrados vários cacos de panelas.
Mário Viana "Mazinho"	Deu indicativo sobre o Sítio Arqueológico Missões
Marcelina Montalvão Lobo	Possui em sua residência forno antigo e casa de farinha.
Eliodoro Batista Ferreira Filho	Informação sobre sítio arqueológico no Morro da Lavagem
José Barbosa Leite	Informou sobre o S.A. Toca Vermelha
Almerindo Rocha	Informou sobre as lapas do Capim Pubo 1 e 2
José Nogueira	Confirmou a existência do S.A. Lapa do Salitre



**Figura 5.51 e Figura 5.52: Moradores da beira do rio São Francisco em Jacaré e operários da Fazenda Sertão sendo entrevistados (Itacarambi).**



**Figura 5.53: Entrevista das lideranças indígenas da Aldeia Rancharia (São João das Missões).**



**Figura 5.54 e Figura 5.55: Entrevista com moradores dos arredores da BR-135 (Manga e São João das Missões)**

A área diretamente afetada foi objeto de levantamentos sistemáticos, que consistiram na realização de furos teste, próximo às margens da rodovia, além de observações durante o caminhamento de cortes, taludes, focos de erosão e áreas de plantio. Em localidades da ADA onde havia terraplenagens ou edificações os furos foram realizados em locais mais recuados da estrada, em compartimentos topográficos que apresentavam possibilidade de possuir algum tipo de indício de interesse arqueológico, conforme observado a seguir.



**Figura 5.56 e Figura 5.57: Inspeções de campo em área de plantio e cortes da Rodovia BR-135 (São João das Missões e Manga)**



**Figura 5.58: Realização de Furo-Teste na ADA (São João das Missões e Manga)**



**Figura 5.59 e Figura 5.60: Áreas com terraplenagem e focos de erosão na ADA, (São João das Missões e Manga)**



**Figura 5.61 e Figura 5.62: Áreas com focos de erosão, cortes e taludes na ADA (São João das Missões e Manga)**

No quadro 5.36 apresentam-se os resultados dos levantamentos sistemáticos realizados *in loco*.

**Quadro 5.36**  
**Levantamento Sistemático da Área de Influência**

Pontos	Coordenadas UTM 23L DATUM SAD 69		Observações
	mE	mN	
1	596552	8327698	Sítio Arqueológico Russinho
2	597416	8331439	Não foram identificados vestígios arqueológicos
3	597221	8353142	Não foram identificados vestígios arqueológicos
4	598152	8335249	Não foram identificados vestígios arqueológicos
5	598199	8334622	Não foram identificados vestígios arqueológicos
6	598109	8333021	Não foram identificados vestígios arqueológicos
7	598210	8333382	Não foram identificados vestígios arqueológicos
8	598295	8334112	Não foram identificados vestígios arqueológicos
9	597910	8339814	Não foram identificados vestígios arqueológicos
10	597941	8338770	Não foram identificados vestígios arqueológicos
11	598031	8352185	Não foram identificados vestígios arqueológicos
12	598040	8334976	Não foram identificados vestígios arqueológicos
13	598048	8332666	Não foram identificados vestígios arqueológicos
14	598661	8336103	Não foram identificados vestígios arqueológicos
15	598113	8335528	Não foram identificados vestígios arqueológicos
16	598247	8338001	Não foram identificados vestígios arqueológicos
17	598893	8336478	Não foram identificados vestígios arqueológicos
18	598344	8350872	Não foram identificados vestígios arqueológicos
19	598367	8356417	Não foram identificados vestígios arqueológicos
20	598422	8337494	Não foram identificados vestígios arqueológicos
21	598441	8333663	Não foram identificados vestígios arqueológicos
22	598638	8334333	Não foram identificados vestígios arqueológicos
23	599253	8340592	Não foram identificados vestígios arqueológicos
24	598683	8355325	Não foram identificados vestígios arqueológicos
25	599274	8339695	Não foram identificados vestígios arqueológicos
26	598760	8353815	Maior concentração de cerâmica Sítio Arqueológico Missões
27	598800	8349767	Não foram identificados vestígios arqueológicos
28	598853	8334943	Não foram identificados vestígios arqueológicos
29	598864	8353745	Sítio Arqueológico Missões
30	599978	8342078	Não foram identificados vestígios arqueológicos
31	598972	8346344	Cerca antiga de madeira

Pontos	Coordenadas UTM 23L DATUM SAD 69		Observações
	mE	mN	
32	598978	8355611	Local de extração de areia
33	599761	8341668	Não foram identificados vestígios arqueológicos
34	599046	8358083	Não foram identificados vestígios arqueológicos
35	599047	8353924	Neste quintal foi identificado um pote de cerâmica
36	599069	8335732	Não foram identificados vestígios arqueológicos
37	599077	8348424	Não foram identificados vestígios arqueológicos
38	599306	8338128	Não foram identificados vestígios arqueológicos
39	599259	8338886	Não foram identificados vestígios arqueológicos
40	599143	8336686	Não foram identificados vestígios arqueológicos
41	599320	8337592	Não foram identificados vestígios arqueológicos
42	599200	8344077	Sítio Arqueológico Toca do Cavalo Farofa
43	599235	8340860	Não foram identificados vestígios arqueológicos
44	599712	8345969	Não foram identificados vestígios arqueológicos
45	599503	8341294	Não foram identificados vestígios arqueológicos
46	599275	8344237	Sítio Arqueológico Toca dos Índios
47	599285	8344344	Sítio Arqueológico Toca do Saputá
48	599300	8345744	Sítio Arqueológico Serra do Zacarias
49	599314	8345743	Não foram identificados vestígios arqueológicos
50	599321	8344536	Sítio Arqueológico Toca Vermelha
51	599619	8344199	Não foram identificados vestígios arqueológicos
52	599468	8345548	Não foram identificados vestígios arqueológicos
53	599475	8343640	Sítio Arqueológico Lapa do Boi
54	599481	8353806	Não foram identificados vestígios arqueológicos
55	599481	8353606	Local de retirada de pedras
56	599499	8345466	Não foram identificados vestígios arqueológicos
57	600059	8342744	Não foram identificados vestígios arqueológicos
58	599677	8337429	Não foram identificados vestígios arqueológicos
59	599858	8347065	Não foram identificados vestígios arqueológicos
60	599889	8344815	Não foram identificados vestígios arqueológicos
61	599915	8347045	Não foram identificados vestígios arqueológicos
62	599926	8351570	Não foram identificados vestígios arqueológicos
63	599956	8357729	Não foram identificados vestígios arqueológicos
64	599989	8347677	Local onde foi retirada uma
65	599139	8336444	Não foram identificados vestígios arqueológicos
66	600144	8343240	Não foram identificados vestígios arqueológicos
67	600217	8341742	Não foram identificados vestígios arqueológicos
68	600222	8350857	Oficina de farinha
69	600470	8358518	Não foram identificados vestígios arqueológicos
70	599902	8356878	Não foram identificados vestígios arqueológicos
71	600462	8349581	Não foram identificados vestígios arqueológicos
72	600469	8342844	Não foram identificados vestígios arqueológicos
73	600510	8344155	Não foram identificados vestígios arqueológicos
74	600511	8337701	Não foram identificados vestígios arqueológicos
75	600522	8342486	Sítio Arqueológico Lapa do Salitre
76	600684	8337305	Não foram identificados vestígios arqueológicos
77	600720	8350220	Não foram identificados vestígios arqueológicos
78	600202	8357545	Não foram identificados vestígios arqueológicos
79	601356	8358917	Não foram identificados vestígios arqueológicos



Pontos	Coordenadas UTM 23L DATUM SAD 69		Observações
	mE	mN	
80	601251	8350232	Não foram identificados vestígios arqueológicos
81	601253	8338033	Não foram identificados vestígios arqueológicos
82	600493	8358045	Não foram identificados vestígios arqueológicos
83	601335	8355301	Não foram identificados vestígios arqueológicos
84	601387	8341068	Sítio Arqueológico Capim Pubo 2
85	601388	8337397	Caverna Morro de Itacarambi
86	601442	8340892	Não foram identificados vestígios arqueológicos
87	601454	8340909	Não foram identificados vestígios arqueológicos
88	601483	8340874	Sítio Arqueológico Capim Pubo
89	601363	8358660	Não foram identificados vestígios arqueológicos
90	600586	8349004	Não foram identificados vestígios arqueológicos
91	601731	8349452	Não foram identificados vestígios arqueológicos
92	602334	8359225	Não foram identificados vestígios arqueológicos
93	602529	8353060	Não foram identificados vestígios arqueológicos
94	602654	8357382	Não foram identificados vestígios arqueológicos
95	602962	8359779	Não foram identificados vestígios arqueológicos
96	602821	8355146	Não foram identificados vestígios arqueológicos
97	603110	8356516	Não foram identificados vestígios arqueológicos
98	604153	8360289	Não foram identificados vestígios arqueológicos
99	603683	8357915	Não foram identificados vestígios arqueológicos
100	603777	8355231	Não foram identificados vestígios arqueológicos
101	605258	8361640	Não foram identificados vestígios arqueológicos
102	604707	8360411	Não foram identificados vestígios arqueológicos
103	606050	8362753	Não foram identificados vestígios arqueológicos
104	605700	8357816	Não foram identificados vestígios arqueológicos
105	604037	8359967	Não foram identificados vestígios arqueológicos
106	605872	8356564	Não foram identificados vestígios arqueológicos
107	605256	8361081	Não foram identificados vestígios arqueológicos
108	605780	8361851	Não foram identificados vestígios arqueológicos
109	606806	8363691	Não foram identificados vestígios arqueológicos
110	607370	8364088	Não foram identificados vestígios arqueológicos
111	606712	8363016	Não foram identificados vestígios arqueológicos
112	608185	8365078	Não foram identificados vestígios arqueológicos
113	608872	8358928	Lajedo furado
114	609526	8366236	Não foram identificados vestígios arqueológicos
115	610226	8366117	Não foram identificados vestígios arqueológicos
116	611270	8366794	Não foram identificados vestígios arqueológicos
117	611865	8366798	Não foram identificados vestígios arqueológicos
118	612480	8367154	Local revirado com entulho e vala
119	612512	8368667	Não foram identificados vestígios arqueológicos
120	614211	8368510	Não foram identificados vestígios arqueológicos
121	614265	8360602	Sítio Arqueológico Lavagem
122	599326	8340136	Não foram identificados vestígios arqueológicos
123	599337	8345692	Não foram identificados vestígios arqueológicos
124	599338	8345694	Não foram identificados vestígios arqueológicos
125	599480	8345507	Não foram identificados vestígios arqueológicos
126	600583	8353039	Não foram identificados vestígios arqueológicos

Os afloramentos da AID, no caso, Volta da Serra, situada no interior do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, em parte no Território Indígena Xakriabá, na aldeia Rancharia, bem como o Morro dos Nogueira, fazenda dos Nogueira ou Salitre, foram cuidadosamente vistoriados, tendo sido identificados novos abrigos arqueológicos com figurações rupestres nestes afloramentos. Ainda foram vistoriadas novas localidades da All, como os Morros Itacarambi, Capim Pubo e Lavagem, situados nas fazendas Canadá, Sertão e Parque Estadual Mata Seca.

### Contextualização Arqueológica e Etnohistórica

#### *As ocupações pré-coloniais*

O patrimônio arqueológico mais conhecido da All concentra-se, sobretudo, no vale do rio Peruaçu, que corre num profundo cânion calcário que apresenta inúmeros abrigos e cavernas; sobretudo em seu médio curso. Ali se concentra a maior parte dos sítios arqueológicos pré-coloniais pesquisados neste estudo.

Destaca-se que foi dado um enfoque ao conjunto dos vários grupos estilísticos de figurações rupestres e aos sítios lito-cerâmicos no contexto arqueológico, tendo em vista que os sítios situados na All apresentam estes vestígios arqueológicos em especial, se tratando de testemunhos de fácil visibilidade e por isto, vulneráveis à destruição de origem antrópica, como também às intempéries naturais. Assim sendo, foram realizadas sondagens e escavações sistemáticas em alguns abrigos do Parque Nacional do Peruaçu, dentre eles as lapas Boquete e Malhador.

No abrigo Boquete, onde as pesquisas foram mais prolongadas evidenciou-se uma ocupação intensa durante os últimos 12.000 anos, apresentando riquíssimo material preservado, inclusive reservas alimentares pré-históricas de populações horticultoras, os silos, sepultamentos humanos, grande variedade de cordões e fibras, cabo de machado, uma possível lapiseira de madeira, além de um provável pincel (caule com as fibras separadas na extremidade), dentre outros vestígios. Pigmentos brutos e preparados, além de estruturas de combustão, foram encontrados em várias camadas arqueológicas.

Baseando-se, sobretudo, na convergência das superposições dos conjuntos de grafismos em vários sítios, nos graus de pátina dos suportes rochosos e de algumas raras datações, faz-se possível apresentar um quadro crono-estilístico geral da arte rupestre da Área de Influência do empreendimento, incluindo os municípios de São João das Missões e Manga.

Desta maneira, apresentam-se quatro importantes conjuntos gráficos já identificados e caracterizados em outras publicações, que foram denominados pelos arqueólogos de: São Francisco, Piolho de Urubu, Desenhos e Nordeste. Há também inúmeros conjuntos e grupos de figurações que não foram associados diretamente a nenhuma das Tradições e Unidades Estilísticas citadas acima, decorrente dos mesmos apresentarem variáveis seja no plano técnico e ou temático que destoam ou se diferenciam do repertório gráfico característico das mesmas.

A Tradição Estilística São Francisco é a mais representada na maioria dos sítios, geralmente com o maior número de figuras. Ocupam grandes paredes de rocha, preferencialmente lisas, sendo pintadas desde o chão atual, por vezes, desde um nível enterrado até alturas que atingem até 18 m., inclusive em tetos acima de colunas estalagmíticas, como na Lapa dos Bichos no município de Itacarambi.

As figuras são quase que exclusivamente "geométricas", mas incluem algumas representações de armas (entre as quais, propulsores) e outros instrumentos. No Peruaçu, são geralmente bicrômicas. Podem ser observadas uma subunidade ou estilo (Januária) freqüentemente monocrômicas, e outra (Caboclo) caracterizada por superfícies chapadas decoradas por elementos simétricos, sempre bicrômicos ou tricrômicos.

A Unidade Estilística Peruaçu Urubu, corresponde a representações biomorfas monocrômicas, geralmente animais (dominam os quadrúpedes e aves), raramente humanas ou vegetais, com dimensões mais variadas, normalmente medianas e em alguns casos, de grandes proporções se comparada com os tamanhos das figuras das outras unidades estilísticas.

Parece haver certa especialização dos temas e das cores escolhidas em cada sítio ou painel: aranhas pretas no Boquete; pernaltas pretos, além de peixes na Lapa dos Desenhos, tamanduás e veados ocre na Lapa do Índio, tucanos e onça no Janelão (Abrigo Norte), cobra amarela na lapa da Onça, quadrúpedes diversos alaranjados e vermelhos (abrigo Piolho de Urubu e Clarabóia dos Macacos-Complexo Janelão).

O conjunto mais espetacular talvez seja a roça de milho e os coqueiros buriti na Lapa dos Desenhos, município de Itacarambi. Nota-se a freqüência de tintas pretas pastosas, raramente utilizadas em outras unidades. As pinturas desta tradição ocupam suportes com superfície lisa, em regiões centrais e bem destacadas dos sítios, não havendo mais de uma ou poucas dezenas de figuras em cada abrigo.

A Unidade Estilística Desenhos é caracterizada por pequenas gravuras picoteadas de pequenas dimensões, representando, sobretudo animais. Em alguns sítios há também figuras humanas, e em alguns casos, geometrismos simples (Janelão-Abrigo Norte). Encontram-se seja na parte inferior de paredes verticais (abrigos Desenhos, Janelão, Boquete) seja em blocos caídos no chão (abrigos do Índio, Tikão e Laranjeiras); podendo haver apenas três figuras quanto algumas dezenas, no máximo.

A quase totalidade representa quadrúpedes (sobretudo cervídeos, eventualmente onças), cobras e aves (inclusive pernaltas); na Lapa do Boquete, um dos veados parece estar flechado. Essa temática assemelha-se bastante com a unidade estilística anterior, sendo encontrada inclusive com freqüência nos mesmos sítios. No entanto, as figuras Desenhos foram especialmente gravadas. Quando ocupam os mesmos suportes verticais, são nitidamente mais tardias e nota-se uma preocupação em apagar as pinturas anteriores; para tanto, passava-se uma demão de tinta vermelha, sobre a qual picoteavam os animais os quais passavam a se destacar em claro sobre o fundo colorido e por vezes brilhoso, em função de um polimento intencional. Quando as figuras foram realizadas em blocos caídos, as quinas dos mesmos costumam apresentar séries de incisões lembrando afiadores. Eventualmente estão associados a depressões circulares ou cupules. No entanto, não é possível afirmar que estas inscrições tenham sido elaboradas pelos mesmos autores.

No entanto, em alguns compartimentos do Abrigo Boquete, em especial em um dos painéis mais abrigados, gravuras sobre fundo alisado totalmente avermelhado compartilham este suporte com inúmeras incisões delicadas, evocando a possibilidade da contemporaneidade das mesmas.

A Tradição Nordeste, bem conhecida no estado do Piauí, apresenta neste Estado e adjacências vários conjuntos temáticos característicos, em geral de fácil reconhecimento por parte dos pesquisadores, pois apresenta em geral cenas de ação cotidianas envolvendo formas bioantropomorfas, instrumentos, objetos, animais e vegetais.

Na região de Itacarambi, é representado por milhares de pequenas figuras (maior dimensão, geralmente entre 5 e 15 cm), quase sempre de cor preta, traçadas com pincel fino ou lápis (crayon). Em sua maioria, as figuras são antropomórficas, pequenos seres gesticulados muito animadamente, com membros filiformes, formando cenas que reúnem dois a seis personagens. Trata-se de grupos familiares (dois adultos e um ser menor acompanhados por um sinal tridáctilo, casais copulando, figuras associadas a uma árvore). Grupos de pequenos animais (emas ou outros quadrúpedes) alinhados aparecem em alguns sítios (Janelão). Além destas representações figurativas, encontram-se freqüentemente conjuntos de bastonetes finos paralelos.

Esta tradição deixou sua marca em vários pequenos abrigos que apresentavam paredes lisas e, por isto, parece de um modo geral, terem sido "desprezados" pelas outras unidades estilísticas.

Nos grandes sítios, as figuras Nordeste ocupam preferencialmente espaços marginais nas extremidades laterais ou partes baixas onde redes de diáclases isolam pequenos blocos paralelepípedos, que recebem cada um algumas figuras. Em poucos locais estes grafismos discretos se atrevem a ocupar os mesmos espaços das unidades anteriores, permitindo sua datação relativa.

Excepcionalmente, no Abrigo Fantasma, foi realizada uma figura geométrica simétrica, típica da Tradição São Francisco, em crayon preto, o que vem sugerir que os grupos "Nordeste" observaram as figuras de seus antecessores e "copiaram" um modelo.

Da mesma maneira, foram observados nos painéis da extremidade norte do Janelão, pequenos biomorfos incisivos delicadíssimos com formato e tamanho idêntico aos tradicionais bioantropomorfos "Nordeste"<sup>22</sup>.

Os grandes blocos de estalactites caídos no chão costumam apresentar dezenas de depressões circulares artificiais (cupules), cuja profundidade pode ultrapassar 5 cm, com diâmetro de 3 a 8 cm. São numerosas (mais de 150) nas Lapas do Boquete, do Malhador e do Índio, onde parecem formar até padrões, como alinhamentos lineares ou circulares. Nos abrigos do Malhador e do Tikão, alguns evocam a palma da mão e os dedos (com depressões alongadas).

No Abrigo Cabeça D'Anta, situado no Território Xakriabá, município de São João das Missões, cupules com 10 cm de diâmetro e 7 cm de profundidade, preencheram toda a face inclinada de um bloco no interior de um abrigo, sendo que no interior de alguns deles foram encontrados pequenos artefatos, como batedores e lascas. Neste caso, as cupules foram aproveitadas (ou reaproveitadas) para "guardar" alguns pertences.

É provável que estas depressões não correspondam a uma unidade cultural nova, mas sejam manifestações de algum (uns) dos grupos que deixaram as obras acima descritas.

---

<sup>22</sup> Denominados vulgarmente pelos arqueólogos de "piauzinhos".

Alguns grafismos, particularmente grandes figuras antropomorfas, com os pés bem diferenciados das mãos se inserem no meio das pinturas São Francisco (Caboclo, Boquete) ou aparecem isoladas em pequenos sítios ou painéis. Não foi possível chegar com exatidão a uma conclusão sobre sua situação no quadro das unidades estilísticas, apesar da associação indireta com as figuras da Tradição São Francisco.

Existem também grandes conjuntos de incisões formando padrões lineares, que não foram ainda estudados sistematicamente.

Da mesma maneira, os bioantropomorfos incisos da Lapa do Janelão, parecem ser uma síntese gráfica peculiar. Os inúmeros "cupules" citados anteriormente estão sendo considerados como categorias estilísticas especiais, apesar da associação clara a alguns conjuntos de incisões em determinados sítios.

As figuras Peruaçu Urubu procuram um fundo especial sobre o qual se destaca, seja natural (calcita branca no Piolho de Urubu, no meio de cortinas de concreção no Boquete), seja artificialmente (fundos vermelhos, já mencionados).

As obras rupestres nos informam também sobre os artefatos e a tecnologia dos seus autores. Pode-se apresentar as prováveis representações de cerâmica (Lapas do Caboclo e Malhador) e prensa para mandioca amarga, o tipiti (Lapa do Malhador), instrumentos como propulsores, dardos, talvez chocalhos (Boquete, Abelha, Fantasma, Desenhos, Índio, etc.). As figuras Caboclo parecem representar padrões de decoração de cestaria (Caboclo, Boquete).

Os vegetais silvestres e cultivados são reconhecíveis em vários sítios: pés de milho (Desenhos); espiga e talvez Anonácea (Lapa de Rezar). Coqueiros e buriti (Caboclo, Malhador, Desenhos, Cabeça D'Anta); na Lapa da Malhador, há inclusive representação de um homem subindo numa palmeira, com ajuda de uma corda. Várias figuras sugerem cactáceas (Boquete, Rezar, Urubu, Praça), raízes e tubérculos, particularmente dioscoreáceas (Boquete, Rezar, Bichos).

Enfim, as cenas da tradição Nordeste representam na maioria das vezes rituais e o cotidiano dos grupos que as elaborou, sendo equivalentes (embora bem menos elaboradas) às do Piauí. Há uma cena de bioantropomorfos por entre buritis no Abrigo cabeça D'Anta, muito peculiar, como também algumas cenas sensuais, inclusive algumas de cópula, identificadas recentemente na Lapa do Boquete.

A grande quantidade de material rupestre e as facilidades para diferenciar alguns dos sucessivos momentos de sua execução, fazem da região abarcada pelos municípios Itacarambi, São João das Missões (incluindo, Januária) e Manga, um lugar privilegiado que vem proporcionando importantes informações sobre aspectos mais variados das culturas pré-coloniais no norte de Minas Gerais (Prous & Baeta, 1991).

No que se refere às ocupações ceramistas, são encontrados na superfície de muitos abrigos, como também a céu aberto, exemplares de fragmentos cerâmicos que podem ser atribuídos a três grandes tradições cerâmicas, tais como: Una, Sapucaí e Tupiguarani. Trata-se de indícios de antigas aldeias instaladas em encostas de morros suaves próximos a cursos de água em terraços de rios. Os sítios a céu aberto caracterizam-se por grandes concentrações de vestígios arqueológicos, onde predominam fragmentos cerâmicos, normalmente associados a sedimentos mais escuros ou solos antrópicos. Há também sítios na parte alta das chapadas que foram utilizados como ateliê Líticos.

A cerâmica Sapucaí é considerada uma variedade regional, dentro da Tradição Aratu, que predomina, por sua vez nos estados da Bahia, Espírito Santo e Ceará. Em Goiás, esta variedade foi denominada Uru (Prous, 1992:346).

A cerâmica Sapucaí, prevalecente nos sítios lito-cerâmicos nesta região, geralmente não é decorada, temperada com areia mais ou menos fina, quartzo moído, eventualmente com engobo vermelho ou branco. A decoração, rara, quando existente limita-se ao corrugado, a algumas incisões cuneiformes. As formas são normalmente globulares com presença de bordas onduladas. Em regra, são encontrados nestes sítios: urnas funerárias com o bojo de 1 metro de diâmetro, vasos médios com paredes finas e espessas com bordas onduladas ou retas, rodela de fuso (indicando o uso do algodão), cachimbos tubulares ou com forninho angular (indicando o uso do tabaco), cuscuzeiros, pequenos potes imitando formas vegetais, com um ou dois biquinhos geminados na borda, suportes cônicos de vaso, colheres de barro queimado, esferas perfuradas que sugerem se tratar de adornos, dentre outros utensílios (Prous, 1992:350).

Os sepultamentos são sempre em grandes urnas, por vezes tampados por placas de pedra, com cacos e machados no interior, eventualmente rodeadas por recipientes menores. Este tipo de sítio foi identificado em várias localidades de Itacarambi, São João das Missões e Manga.

O material lítico "quebra-cocos" de rocha eruptiva, machados, seção biconvexa, alguns de forma semilunar, lascas de quartzo ou sílex, boa parte bipolares, além de martelos cilíndricos picoteados, com sulco central para encabamento e mãos de pilão. Para padronizar as varas utilizadas para os seus arcos, usavam

pedras de arenito e cacos rugosos, que acabam marcados por profundos sulcos, também conhecidos como calibradores (Prous et al, 2003:95). Os vestígios alimentares, normalmente, se preservam mal, restritos a restos ósseos, coquinhos queimados, espigas e grãos de milho carbonizados.

Também é comum na região de Manga e Matias Cardoso, sítios arqueológicos a céu aberto, sobretudo nos terraços do rio São Francisco, sepultamentos secundários onde em pequenas urnas há ossos humanos já descarnados e organizados dentro do recipiente.

#### Os Xakriabá de São João das Missões

O atual território indígena Xakriabá, antigos habitantes do Vale do rio São Francisco, situa-se no município São João das Missões, em dois territórios contíguos, um de 46.414,92 ha e o outro, de 6.600 ha, possuindo aproximadamente 6.800 indivíduos.

O ato de doação de um território para os indígenas no início do século XVIII deve ser compreendido como uma forma de reafirmação do poder dos potentados do norte e suas alianças com o poder eclesiástico, além de uma estratégia de fixar a mão-de-obra indígena na região de Morrinhos, tendo em vista a necessidade de abertura de grandes fazendas destinadas a atividades de plantio e criação de gado. Por sua vez, os serviços prestados pelos indígenas considerados "mansos" (mansuetos) devem ser compreendidos na perspectiva de estratégia de resistência e sobrevivência dos mesmos, face à dominação bélica avassaladora da colonização.

*"Através da doação o Mestre de Campo almeja disciplinar os índios, definindo-lhes o território e estabelecendo regras de comportamento e conduta, assim como punições para suas transgressões. O documento soa como uma constituição para os Xacriabá e denota a presença de uma missão com um aldeamento no Riacho do Itacarambi, a Missão do Senhor São João. Local onde deveriam lhe ensinar a doutrina, em especial aos rebeldes, tirando-lhes o abuso de serem bravios." (FUNAI, 1999, p. 26)*

A doação oficial de uma terra para confinamento dos indígenas<sup>23</sup> foi o primeiro documento escrito a respeito de sua presença na região (ibidem, p. 23).

A área doada aos índios seria a seguinte:

*"dei terra com sobre para não andarem para as fazenda alheia do Riacho do Itacarambi acima até a cabiceiras e vertentes e descanso extremado na Cerra Geral para a parte do peruaçu extremado na Boa Vista onde deságua para lá e para cá e por isso dellhe Terra com Ordí da nossa Magestade. (...) já assim não podem andarem pelas fazendas alheias incomodando os fazendeiros- missões para a morada e brejo para trabalharem fora os gerais para as suas cassadas e meladas. Arraial de Morrinhos 10 de fevereiro de 1728. Administrador Januário Cardoso de Almeida Brandão." (Proc. FUNAI/BSB795/70:70 apud FUNAI, 1999, p. 27)*

Na década de 20 do séc. XIX foi constatado pelo Monsenhor Pizarro a desativação da Missão de São João dos Índios, afirmando que naquela aldeia não havia mais missionários nem diretor (apud Santos, 1997, p. 28).

No entanto, as terras de Missões eram ambicionadas por proprietários rurais vizinhos e forasteiros que por ali se instalavam sendo que a maior ameaça ocorreu em 1850, com a criação da Lei de Terras. Esta lei caracterizou-se como um reordenamento fundiário baseado na consolidação da propriedade rural. O mecanismo promotor desta nova ordem fundiária e patrimonial foi a regulamentação das terras via procedimentos cartoriais. Aqueles que não se apresentassem dentro dos prazos estipulados perdiam os direitos sobre a terra. Nesta ocasião, as elites agrárias expandiram suas propriedades sobre o que foram consideradas terras devolutas (FUNAI, 1999, p. 32).

Ameaçados em sua posse territorial, os Xakriabá, em 1856 buscam formalizar a posse da terra registrando a doação de Januário Cardoso nos cartórios de Januária, sede da Comarca e Ouro Preto, capital da Província<sup>24</sup> (ibidem).

Com a decadência da exploração aurífera nas minas gerais, as fazendas existentes continuam, conforme já mencionado, a praticar atividades de subsistência, com pequenas lavouras e produção de aguardentes. A mão-de-obra indígena de Missões também foi utilizada em novas empreitadas, principalmente na região de Brejo do Amparo e Itacarambi, já no fim dos oitocentos na abertura de plantação de algodão, incentivado

23 Segundo Burton, haviam pelo menos três etnias em São João das Missões: Xavante, Xakriabá (Xicriabás) e Botocudos. (ibidem, p. 210 apud Santos, 1997, p. 30)

24 O registro foi realizado por Eugênio Gomes de Oliveira

pela instalação de fábrica de tecidos em Paraopeba, como também na extração do látex da maniçoba e da mangabeira.

Como já exposto anteriormente, apesar do território das Missões ter sido registrado em cartório, como uma medida de garantir a posse territorial comunal dos indígenas da missão, as ameaças de intrusão eram permanentes, arraigadas com a migração de novos moradores vindos do nordeste, sobretudo da Bahia atraídos por novas possibilidades de frentes de trabalho.

Em um primeiro momento, havia uma convivência pacífica dos indígenas com aqueles que se estabeleciam em suas terras, muitas vezes incorporados às mesmas por meio de laços de casamentos. No entanto, em 1927/28 a derrubada por parte dos Xakriabá, de um curral na aldeia de Rancharia construído por fazendeiros, instaura um confronto entre indígenas e forasteiros. Segundo Santos (1977, p. 51) "A destruição do curral, seguida da perseguição aos índios pela polícia mineira, é freqüentemente mencionada como a primeira revolução a ter lugar nas terras."

A promulgação da Lei Estadual n. 550 de 1949 que também dispõe sobre terras devolutas, consolida, mais uma vez, os interesses dos latifundiários em detrimento das terras indígenas e pequenas posses. O território Xakriabá, segundo os parâmetros desta lei, passa a ser novamente considerado terra devoluta, tendo sido declarado seus ocupantes posseiros ilegítimos.

Os conflitos fundiários com os "não sucessores" ou herdeiros indígenas, se agravam ainda mais em fins dos anos sessenta, quando a RURALMINAS intervêm na região atraindo os interesses dos fazendeiros, aos quais se associam os pequenos produtores não indígenas, já fixados a terra (ibidem, p. 46).

"Muitas roças familiares são compradas e cercadas arbitrariamente, delimitando-se as áreas muito mais extensas do que aquelas adquiridas, visando lucro imobiliário imediato, à medida da possibilidade de regularizá-las junto à RURALMINAS" (ibidem).

Já na década de setenta, comitivas de lideranças Xakriabá, foram organizadas visando divulgar junto à FUNAI, a insegurança de seu território, solicitando providências do governo federal. Nesta ocasião foi orientado por um funcionário da FUNAI, que o território deveria sofrer o parcelamento individualizado, contrariando o padrão tradicional de unidades indígenas calcadas na ocupação condominial. Abre-se assim a perspectiva da fragmentação do território, não aceita pela comunidade Xakriabá. Neste sentido, o líder Manoel Gomes de Oliveira, o "Rodrigão" teve um importante papel no sentido de pressionar a FUNAI na regularização definitiva da terra (ibidem, p. 57 e 58).

Em 1978, desta forma, através da Portaria n. 424/E de agosto de 1978, a FUNAI constituiu Grupo Técnico-GT para empreender os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Xakriabá, de "Missões". Surpreendentemente, a localidade de Rancharia, fica fora da área delimitada, tendo sido considerado no relatório, que as famílias ali residentes deveriam ser classificadas como "grupos de vizinhança" dos Xakriabá; apesar dos técnicos autores deste documento alegarem, que a área indígena deveria ser, pelo menos, três vezes maior do que a indicada. (ibidem, p. 58, 62 e 65)

Até a homologação do território de Missões (46.415 ha), por meio do Decreto Presidencial n. 94.608 de 14/07/87, muito sangue ainda foi derramado. O massacre de três líderes Xakriabá, no dia 12 de fevereiro deste ano, teve uma repercussão nacional por ter sido noticiado em jornal e televisão, tendo sido o episódio final de pressão sobre o governo no sentido de homologar esta terra - foi a chacina na aldeia do Sapé, a mando do fazendeiro Francisco Assis Amaro, dos líderes Rosalino Gomes de Oliveira, José Teixeira e Manuel Fiuza da Silva. Rosalino Gomes de Oliveira se tornou um herói Xakriabá, sendo considerado um forte símbolo de união e luta deste povo.

A área homologada de Missões comporta 24 aldeias principais, a dizer: Peruaçu, Riacho dos Buritis, Pindaibas, Forges, Itacarambzinho, Barreiro, Barra do Sumaré, Sapé, Sumaré I, Sumaré II, Sumaré III, Vargens, Caatinguinha, Itapecuru, Morro Falhado, Terra Preta, Santa Cruz, São Domingos, Riacho do Brejo, Riachão, Brejo Mata Fome, Imbaúba, Riachinho e Prata.

No entanto, segundo dados da FUNAI (Proc. FUNAI/BSB/2075/79:105),

*"são três os locais que os indígenas reclamam constantemente por ter ficado na parte externa da área em demarcação. São eles: a) uma lagoa, localizada na localidade denominada Traíás, sendo a mesma o único local piscoso da área, pois o rio São Francisco fica longe e fora dos seus domínios; b) Localidade denominada Boqueirão, destinado ao cultivo agrícola e onde reside 6 (seis) grandes famílias indígenas c) Localidade denominada Rancharia, próxima da Vila de São João das Missões, que é um pequeno povoado, constituído na sua maioria de indígenas Xacriabá." (ibidem)*

Somente em 1999, após a rearticulação das famílias Xakriabá que habitam Rancharia, e o reconhecimento de que esta área faz parte, de fato, do território original Xakriabá doado em 1728, (com o apoio de algumas

lideranças indígenas moradores da área de Missões) é que a FUNAI designou uma equipe técnica para realizar os estudos de identificação do território de Rancharia e Boqueirão. Esta área (6.600 ha) foi então delimitada por meio da Portaria do Ministro da Justiça 291 de 13/04/2000.

O tumultuado processo de ocupação do território Xakriabá, exposto acima ocasionado, sobretudo, pelos moradores não índios, causou a degradação de parte dos recursos ambientais deste, decorrente sobretudo da extração de madeiras de lei, desmatamentos, exploração de pedreiras, esgotamento de terrenos de plantio, assoreamento de lagoas e drenagens, comprometendo a coleta e a caça - atividade econômica tradicional deste povo. Por isto, muitas localidades do entorno do seu território juridicamente demarcado, na verdade, compõem antigos territórios históricos e sagrados - fonte alternativa de recursos naturais, hoje abrangidos em parte pela APA Nacional Cavernas do Peruaçu. Por isto, qualquer ação relativa à sua implantação zoneamento e gestão deverá prever a participação efetiva da comunidade Xakriabá. Atualmente, duas localidades contíguas estão sendo indicadas para demarcação por famílias Xakriabá: Dizimeiros e Licuri.

Os rituais religiosos são realizados em sítios apropriados para a prática religiosa, situados em locais silvestres, próximos da natureza, afastados e escondidos, sem a presença de um não Xakriabá.

*"Do pouco que nos informaram sobre o ritual, deram a entender que sua tônica gira em torno da comunicação com os espíritos dos ancestrais. Possui também uma finalidade prática, influenciar nas caçadas para que se tornem mais proveitosas, pois torna caçadores e cães de caça, mais aptos ao ofício através dos encantos adquiridos no ritual. (...) Fazem uso de uma planta considerada sagrada e encantada, que é preparada para o ritual pelos mais velhos. Há referência sobre sua ocorrência até algum tempo passado, próximo à foz do rio Itacarambi, junto ao rio São Francisco (...) Homens, mulheres e crianças podem participar do ritual, no qual participam dançando, cantando, acompanhados por instrumentos que eles consideram sagrados (...). O ritual, conhecido como Toré, é bastante conhecido pelos índios da caatinga baseados historicamente na bacia do São Francisco e outras regiões do nordeste brasileiro." ( ibidem, p. 130)*

Outro elemento cultural apontado pela equipe técnica coordenada pelo antropólogo Marco Paulo Schettino no relatório da FUNAI (1999) que circunstanciou a identificação e delimitação da Terra Indígena Xacriabá de Rancharia é a relação de encantamento estabelecida com entre os Xacriabá e as "Lapas Encantadas" existentes nos afloramentos rochosos da região.

*"Além dos pontos irradiantes encontrados nos sítios rituais e cemitérios, temos outros locais que articulados a estes compõem o espaço sagrado dentro do território Xacriabá em Rancharia. São as "lapas encantadas". São as grutas, entradas de cavernas e abrigos que, segundo informam, são habitadas pelos espíritos dos antepassados.(...) em se tratando de sítios sagrados, os caboclos lhe dispensam absoluto respeito, evitando tocar nos objetos encontrados em seu interior e entorno." (ibidem, p.135)*

Ainda outro aspecto que merece atenção no que se refere ao patrimônio intangível deste povo, é a existência de uma entidade mítica: a onça cabocla ou laiá, considerada um espírito materializado de um ancestral, que ainda percorre o território indígena assobiando e assustando os vivos. Quando enraivecida, ataca o gado dos fazendeiros. É uma espécie de guardião do território (ibidem, p. 137).

Desta maneira,

*"(...) além das lapas sagradas, possuidoras de significação religiosa para o grupo indígena, e também detentoras de rico e largo acervo arqueológico e espeleológico, esta área ainda abriga significativos recursos medicinais utilizados pelos indígenas e espécies animais como mocó, roedor que habita as escarpas, utilizada como complemento protéico na pauta alimentar Xacriabá..." (ibidem, p. 141).*

Atualmente, um novo elemento que deve ser mencionado a respeito da comunidade Xakriabá é a existência de um programa de educação indígena específico para este povo, previsto na constituição federal. Algumas escolas já foram construídas visando atender as demandas populacionais, por isto, algumas dezenas de professores Xakriabá foram e estão sendo formados pela Secretaria Estadual de Educação em parceria com outras instituições, dentre elas, a FUNAI, UFMG e MEC, no sentido de buscar a valorização de seus saberes e história. Recentemente, em 2006, foi implantado o Ensino Superior Indígena na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI).

Um fato recente que merece ainda ser mencionado, foi a vitória nas eleições municipais de 2005 do jovem José Nunes Xakriabá, filho do líder Rosalino, assassinado em 1997. Este foi o primeiro caso de um indígena eleito prefeito na história do estado de Minas Gerais.

No entanto, a luta pela sobrevivência ainda persiste no território Xakriabá, pois a grande dificuldade que este povo ainda enfrenta é vencer as condições precárias agravadas pelos longos períodos de seca, que vem causando vários danos à lavoura, a principal fonte de renda e subsistência. A dificuldade em sustentar a família, ainda leva homens e mulheres a deixar as aldeias em busca de empregos nas fazendas, usinas, canavieiras e casas de famílias em outras cidades e estados. No campo da saúde, a ausência de saneamento básico e de água potável são fatores que têm ocasionado altos índices de mortalidade (ALMG, 2000).

### 5.3.9.2 O Patrimônio Arqueológico da Área de Influência

#### Área Diretamente Afetada (ADA)

##### *Sítio Arqueológico Missões*

Sítio arqueológico cerâmico a céu aberto situado na área urbana da sede de São João das Missões, sob as coordenadas UTM: 23L 598864 mE /8353745 mN, no vale do rio Itacarambi, encontrando-se parcialmente destruído, primeiramente em decorrência de atividades agrícolas e posteriormente, em decorrência da expansão urbana, com a instalação da estrada BR-135, ruas e loteamentos.

Ele apresenta aproximadamente 600 m x 600 m, sendo que a área situada no alto de uma colina suave parece ter sido menos revolvida em função da maior quantidade de fragmentos cerâmicos, apesar de todo o terreno já ter sofrido revolvimento devido antigos plantios no local, inclusive de capim.

Por estar situado na ADA do empreendimento deverá ser objeto de Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico.



**Figura 5.63: Sítio Arqueológico Missões na ADA.**



**Figura 5.64 e Figura 5.65: Sítio Arqueológico Missões (ADA)**



Área de Influência Direta (AID) - Faixa 500 metros da BR-135

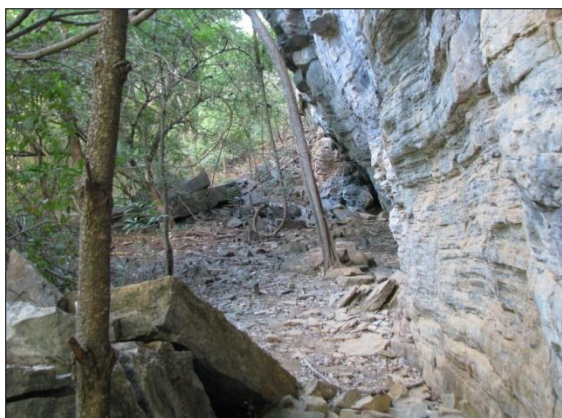
*Sítio Arqueológico Serra do Zacaria (Território Indígena Xakriabá)*

Abrigo calcário cujas coordenadas UTM são 23 L 0599300 mE/ 8345744 mN, município de São João das Missões. Possui 34 m. de extensão e 5 m. de altura, situado no interior do território indígena, na aldeia Rancharia, no vale do riacho seco.

Os vestígios de figurações rupestres, neste sítio, situam-se na parede oeste deste abrigo, a 1,30 m. de altura. Trata-se de pinturas vermelhas, possivelmente, alinhamento de traços ou bastonetes. O estado de conservação das pinturas é ruim sendo que o suporte rochoso sofreu desagregações, possivelmente devido à exposição permanente ao sol.

No piso deste abrigo, defronte a estas pinturas podem ser observados alguns fragmentos de cerâmica lisa com engobo branco. Em um dos blocos na parte central do mesmo há quebra-cocos. O piso é antrópico com várias manchas de carvões indicando ter se tratado de uma local de habitação, pelo menos temporário, no período pré-colonial.

A aproximadamente 150 m. deste abrigo há um foco de mineração artesanal, onde é aconselhada a suspensão desta atividade pela comunidade indígena, em virtude de se encontrar nas proximidades deste sítio.



**Figura 5.66 e Figura 5.67: Abrigo com vestígios de figurações rupestres: bastonetes vermelhos alinhados.**



**Figura 5.68 e Figura 5.69: Detalhe cupiles no bloco e fragmentos cerâmicos e lítico no piso do abrigo.**

*Sítio a céu aberto “Escola de Rancharia”*

De acordo com relatos da comunidade local, durante a obra da nova escola da aldeia Rancharia foi narrado que ao furar o local para fazer a cisterna foram encontrados pedaços de fragmentos de pote cerâmico entre as coordenadas UTM 23L 599989 mE/8347677 mN. Estes fragmentos foram guardados pelos professores na escola. A Aldeia de Rancharia é um antigo local de moradia dos Xakriabá, e segundo os moradores locais, era parte integrante da antiga Missão do Senhor São João do Riacho do Itacarambi, posteriormente, conhecida como São João das Missões.



**Figura 5.70 e Figura 5.71: Detalhe da Escola de Rancharia**

*Engenho de Rancharia e cocho de madeira*

Este antigo engenho situa-se na aldeia Rancharia (Coord. UTM 23L 599858 mE / 8347065mN).



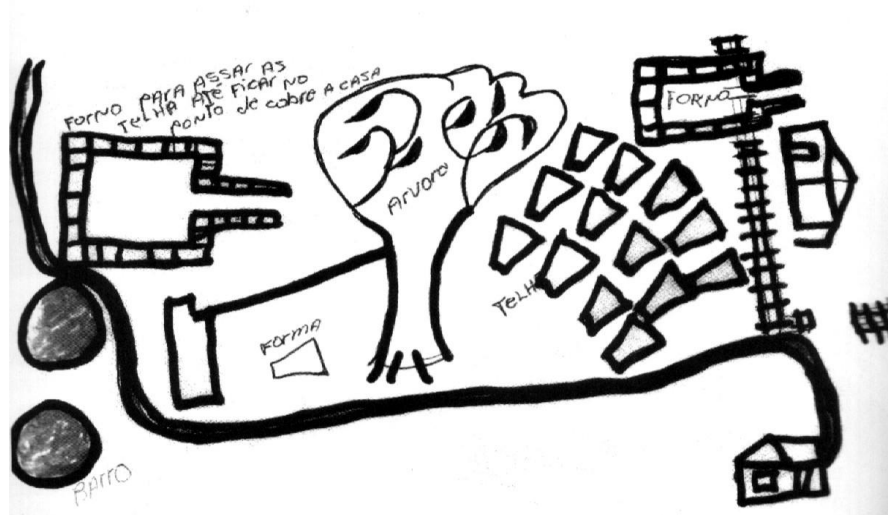
**Figura 5.72: Engenho da Aldeia de Rancharia na TI Xakriabá**



**Figura 5.73: Cocho de madeira encontrado no Engenho**

*Olaria de Rancharia*

A antiga olaria na aldeia Rancharia, foi objeto de inventário dos professores indígenas, conforme observado na figura 5.74 a seguir.



**Figura 5.74: Desenho esquemático da Olaria de Rancharia na TI Xakriabá**

### Residência Antiga

Durante as vistorias de campo, foi identificada nas proximidades da BR-135, uma residência que, segundo relatos de antigos moradores da região, teria sido de dois irmãos chamados apenas de “Zeca” e Eliazar. De Segundo informações por meio de comunicação pessoal, esta residência provavelmente seria a mais antiga da AID.



**Figura 5.75: Detalhes de antiga residência presente na AID**

### Área de Influência Indireta (AII)

Cabe salientar que grande parte dos sítios arqueológicos identificados encontram-se no Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu. Ressalta-se ainda que o Patrimônio Arqueológico foi objeto de estudos específicos e serão apresentados às Instituições devidas, neste caso o IPAHN.

### *Sítio Arqueológico Capim Pubo 1*

Trata-se de um abrigo calcário sob as coordenadas UTM 23 L 0601476 mE/ 8340902 mN, no território do município de Itacarambi. Possui aproximadamente 50 m. de extensão e 5 m. de altura, situado no Morro Capim Pubo dentro da propriedade da Indústria e Comércio Itacarambi (ICIL), na fazenda do Sertão. Os vestígios de figurações rupestres, neste sítio, situam-se nas paredes dos abrigos que compõem este grande abrigo, bem como no teto mais alto deste. Trata-se de exemplares das Tradições São Francisco e Nordeste, sendo que a última se encontra em camada pictural mais recente, sobretudo no abrigo sudeste. Há ainda blocos no interior do abrigo com inúmeras incisões, cupules e marcas de polimento.

No piso deste abrigo, há vários tipos de artefatos líticos lascados de sílex e quartzo, além de pequenos fragmentos de cerâmica lisa com engobo branco, indicando ter se tratado de uma local de habitação no período pré-colonial. Seguindo este mesmo paredão, na direção oeste, há outro abrigo com figurações rupestres, denominado Capim Pubo 2.



**Figura 5.76: Sítio Arqueológico Capim Pubo 1 – Suporte rochoso com figurações rupestres**



**Figura 5.77 e Figura 5.78: Sítio Arqueológico Capim Pubo 1 – Suporte rochoso com figurações rupestres típicas da Tradição São Francisco e Nordeste**



**Figura 5.79 e Figura 5.80: Sítio Arqueológico Capim Pubo 1  
Detalhe artefatos líticos lascados e polido no piso do abrigo**



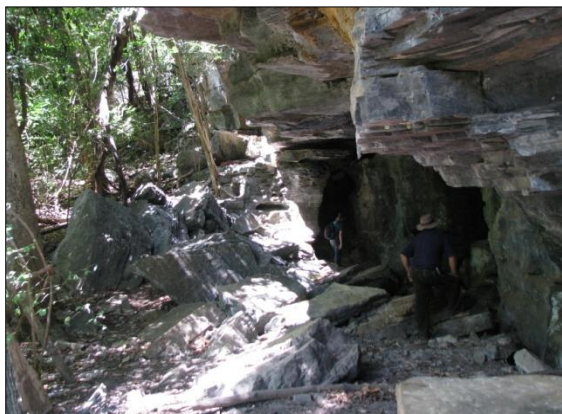
**Figura 5.81: Sítio Arqueológico Capim Pubo 1 - Detalhe conjunto de incisões em bloco situado no interior do abrigo**

#### *Sítio Arqueológico Capim Pubo 2*

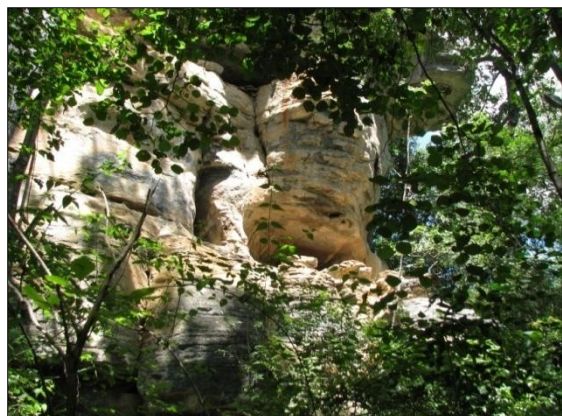
Abrigo calcário sob as coordenadas UTM 23 L 0601381 mE/ 8341062 mN, localizado no território do município de Itacarambi. Possui 17 m. de extensão e 4 m. de altura, situado no Morro Capim Pubo, ao lado do abrigo descrito anteriormente denominado Capim Pubo 1, dentro da propriedade da Indústria e Comércio Itacarambi (ICIL), na fazenda do Sertão. Um conjunto de vestígios de figurações rupestres, neste sítio, situa-se na parede lateral do grande abrigo, onde podem ser observados traços pretos.

Há ainda na parte alta na direção norte oeste um patamar com figurações rupestres, mas não foi possível chegar a este local, de difícil acesso que exigira uso de técnica de escalada. Abaixo deste patamar, há ainda uma parede com inúmeras figurações típicas da Tradição Nordeste com vários grafismos em crayon preto com representações de biomorfos, zoomorfos e traços finos.

O piso é antrópico com sedimento amarronzado, indicando ter se tratado de uma local de habitação, pelo menos temporário, no período pré-colonial.



**Figura 5.82 e Figura 5.83: Sítio Arqueológico Capim Pubo 2**



**Figura 5.84 e Figura 5.85: Patamar Superior com figurações rupestres e detalhe de parede da parte inferior com figurações típicas da Tradição Nordeste**

*Abrigo Lavagem (Morro Lavagem, Parque Estadual Mata Seca-PEMS)*

Pequeno abrigo calcário situado no Morro Lavagem no interior do Parque Estadual da Mata Seca, território municipal de Manga, no entorno de um sistema hídrico composto por lagoas também com o nome de lavagem, sob a coord. UTM: 23 L 614265 mE e 8360602 MN, possuindo aproximadamente 16 m. de largura, 5 m. de profundidade e 3 m. de altura. Possui poucos vestígios de figurações rupestres, em um pequeno suporte, atribuídas às Tradições São Francisco e Nordeste, sobretudo, bem como vestígios arqueológicos lito-cerâmicos no piso do abrigo. As pinturas se encontram esmaecidas por camadas de fuligem e pichações recentes realizadas por visitantes. Há ainda um indicativo de sondagem no local, tendo sido encontrado uma colher de pedreiro, além de negativos de pelo menos três sondagens. Não foi possível precisar quem teria ali realizado algum tipo de pesquisa ou se trata de escavação amadora.



**Figura 5.86 e Figura 5.87: Morro Lavagem e Abrigo arqueológico Lavagem**



**Figura 5.88 e Figura 5.89: Figurações rupestres da Tradição São Francisco no abrigo do Morro Lavagem**



**Figura 5.90 e Figura 5.91: Detalhe de possível escavação no abrigo Lavagem e fragmento cerâmico no piso**



**Figura 5.92: Depredações observadas no abrigo do Morro Lavagem**

*Oficina de Farinha, Fazenda do Sr. Policarpo Felipe das Neves*

Foi identificada na fazenda Três Irmãos, uma oficina de farinha e uma prensa já desativadas. Estavam em atividade até aproximadamente 20 anos atrás. Está bastante conservada, aparentemente com todas as peças no lugar. Possui uma cobertura antiga com telhas decoradas em relevo. Está situada entre as coordenadas UTM 23L 599926 mE / 8351570 mN.



**Figura 5.93 e Figura 5.94: Oficina de Farinha e Prensa na Fazenda Três Irmãos**



**Figura 5.95: Detalhe da roda da Oficina de Farinha na Fazenda Três Irmãos**

*Casa abandonada e Oficina de Farinha*

Casa aparentemente abandonada com oficina de farinha com várias partes já desmanchadas. Coordenadas UTM 23L 600720 mE / 8350220 mN, no território do município de São João das Missões.



**Figura 5.96 e Figura 5.97: Oficina de Farinha e casa abandonadas**

### Engenho de Farinha e Cruzeiro

Foi identificado um engenho de Farinha e um antigo cruzeiro com mais de 80 anos na propriedade do Sr. Valdeci, entre as coordenadas UTM 23L 601251 mE / 8350232 mN, no território de São João das Missões.



**Figura 5.98 e Figura 5.99: Antigo Cruzeiro e Oficina de Farinha**

### Casa de Farinha e Forno

Na casa de D. Marcelina Montalvão Lobo foi identificada uma oficina de farinha e um forno de tijolos já fora de uso, entre as coordenadas UTM 23L 601707 mE / 8349545 mN. Salienta-se que a oficina se encontra desmontada e o forno descaracterizado.



**Figura 5.100 e Figura 5.101: Oficina de Farinha e Forno desativados**

No quadro 5.37 apresentam-se as principais informações que constam nas Fichas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA-IPHAN) para os municípios de Manga, São João das Missões e Itacarambi.



**Quadro 5.37:**  
**Sítios Arqueológicos que constam no atual cadastro do CNSA/SGPA – IPHAN**

Nome do sítio	Município	Categoria	Contextos de Deposição	Exposição	Arte Rupestre	Artefatos	CNSA
Abrigo do Pingo I	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura	Não informado	MG 00061
Abrigo do Pingo II e III	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura	Não informado	MG 00062
Abrigo do Zé de Souza	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Não informado	Não informado	Pintura	Lítico lascado e cerâmica	MG 00097
Abrigo Tiago II	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura	Não informado	MG 00063
Gruta da Filuca	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura	Lítico lascado	MG 00095
Gruta do Zé de Souza I	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura	Lítico lascado, cerâmica e sobre concha	MG 00098
Gruta do Zé de Souza III	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Não informado	Abrigo sob rocha	Pintura	Não informado	MG 00099
Gruta dos Caramujos	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura e gravura	Lítico lascado e cerâmica	MG 00096
Sítio do Judas	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Céu aberto	Ausente	Lítico lascado	MG 00003
Lapa da Gruna	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Gravura	Lítico lascado	MG 00042
Lapa da Lavagem	Manga-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura	Cerâmico	MG 00361
Lapa das Cabras	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura e gravura	Lítico lascado, cerâmica	MG 00100
Lapa do Jorge	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura e gravura	Não informado	MG 00008
Lapa do Tikão	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura	Lítico lascado, cerâmica e sobre material orgânico	MG 00019
Lapa dos Desenhos	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura e gravura	Lítico lascado, cerâmica	MG 00015
Lapa Olho D'Aguinha	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura e gravura	Lítico lascado, cerâmica	MG 00060
Noivinha Paraibana	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura e gravura	Não informado	MG 00043
Lapa de Rezar	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura e gravura	Lítico lascado, cerâmica	MG 00007
Sítio da Panelinha	Manga-MG	Pré-colonial	Em superfície	Céu aberto	Ausente	Cerâmica	MG 00362
Sítio do Elias	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura	Não informado	MG 00025
Sítio Lítico do Quilombo	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Ausente	Lítico lascado	
Toca Vermelha	Itacarambi-MG	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura	Não informado	MG 00059

Fonte: <http://sistemas.iphan.gov.br/sgpa> - acessado em 16-12-2009.

Nos quadros seguintes (5.38 e 5.39), constam os registros do patrimônio arqueológico e de interesse histórico situados no interior do atual território indígena Xakriabá, no município de São João das Missões.

**Quadro 5.38**  
**Patrimônio Cultural/Arqueológico inventariado<sup>25</sup>**

Nome do sítio	Município	Aldeia	Categoria	Contextos de Deposição	Exposição	Arte Rupestre	Vestígios
Morro do Justiniano	São João das Missões	Sumaré III	Pré-colonial e Histórico	Em superfície	Abrigo sob rocha	Ausente	Lítico lascado, sobre material orgânico, cerâmica histórica
Morro Boca da Lapa	São João das Missões	Sumaré I	Pré-colonial e Histórico	Em superfície	Abrigo sob rocha	Não informado	Restos de fogueiras e alimentares
Lapa Beira da Pindaíba	São João das Missões	Forges	Pré-Colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Não informado	Vestígios de possíveis estruturas de combustão
Gruta Olhos D'Água	São João das Missões	Brejo do Mata Fome	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Ausente	Vestígios de possíveis estruturas de combustão
Gruta do João Teixeira Junior	São João das Missões	Imbaúba	Pré-colonial e Histórica	Em superfície	Abrigo sob rocha	Não informado	Restos de fogueiras, armadilhas, esteiras, roupas de palha.
Gruta Dédalo dos Macacos	São João das Missões	Rancharia	Histórica	Em superfície	Abrigo sob rocha	Não informado	Local de antigos rituais Xakriabá
Caverna dos Foliões	São João das Missões	Vargens	Histórica	Em superfície	Abrigo sob rocha	Não informado	Local de antiga cantoria de reis
Caverna da ossada	São João das Missões	Riacho dos Buritis	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Não informado	Material orgânico
Gruta da Bernadinha	São João das Missões	Itacarambzinho	Pré- Colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura e Gravura	Lítico lascado
Boqueirão do Abílio	São João das Missões	Rancharia	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura e Gravura	Lítico lascado, cerâmica e estrutura de combustão
Catito	São João das Missões	Rancharia	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Ausente	Lítico lascado, Lítico polido, Cerâmico e Pilão
Cabeça D'Anta	São João das Missões	Rancharia	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura e gravura	Lítico lascado, lítico polido, cerâmica, sobre conchcha
Caverna do Poço	São João das Missões	Prata	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Não informado	Lítico lascado, estrutura de combustão
Lapa do Roncador ou Barra do Sumaré	São João das Missões	Barra do Sumaré	Histórico	Em superfície	Abrigo sob rocha	Não informado	Local de ritual Xakriabá

25 XAKRIABÁ- Professores Indígenas Xakriabá Valorizando o Patrimônio Cultural do Território Xakriabá- Conhecer para proteger (Org.) BAETA, A.; PILÓ, H.; MOURA, V.& RUBBIOLI, E. MEC/SEE,/IEF,/FUNAI/UFMG, Belo Horizonte, 2005.

Nome do sítio	Município	Aldeia	Categoria	Contextos de Deposição	Exposição	Arte Rupestre	Vestígios
Lapa do Morro Falhado	São João das Missões	Morro Falhado	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Não informado	Lítico lascado
Lapa do Cândido	São João das Missões	Sumaré I	Pré-colonial e religioso	Em superfície	Abrigo sob rocha	Não informado	Lítico lascado, lítico polido, cerâmica. Local onde parece imagem de Nossa Senhora Aparecida
Gruta do Quispiano	São João das Missões	Sumaré II	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Não informado	Lítico lascado, cerâmica
Paredão do Jataí	São João das Missões	Rancharia	Pré-colonial	Em superfície	Abrigo sob rocha	Pintura	Lítico lascado, orgânico
Caverna do Gerônimo	São João das Missões	Pedra Redonda	Histórico	Em superfície	Abrigo sob rocha	Não informado	Restos de morada
Gruta Morada do Roberto	São João das Missões	Imbaúba	Histórico	Em superfície	Abrigo sob rocha	Não informado	Restos de morada
Moradia de Lucídio	São João das Missões	Barreiro Preto	Histórico	Em superfície	Abrigo sob rocha	Não informado	Restos de morada
Veredinha	São João das Missões	Barreiro Preto	Pré-colonial	Em superfície	Céu aberto	Ausente	Lítico lascado, lítico polido, cerâmica
Barreiro Preto	São João das Missões	Barreiro Preto	Pré-colonial	Em superfície	Céu Aberto	Ausente	Lítico lascado, lítico polido, cerâmica

**Quadro 5.39:**  
**Estruturas de interesse histórico/arqueológica inventariadas**

Nome do sítio	Município	Aldeia	Categoria	Vestígios
Forno	São João das Missões	Pedra Redonda	Histórico	Forno utilizado para queima de cerâmica
Olaria	São João das Missões	Itacarambzinho	Histórico	Olaria antiga para produção de telhas
Forno	São João das Missões	Riacho do Brejo	Histórico	Forno utilizado para queima de telhas
Fornalha	São João das Missões	Sumaré II	Histórico	Fornalha já vestigial que foi utilizada para a produção de rapadura para a comunidade
<u>Olaria</u>	São João das Missões	Rancharia	Histórico	Olaria antiga para produção de telhas
Olaria	São João das Missões	São Domingos	Histórico	Olaria antiga para produção de telhas
Forno	São João das Missões	Imbaúba	Histórico	Forno utilizado para queima de potes cerâmicos
Forno	São João das Missões	Riacho do Brejo	Histórico	Forno utilizado para preparo de alimentos
Olaria	São João das Missões	Prata	Histórico	Olaria antiga para produção de telhas
Olaria	São João das Missões	Itacarambzinho	Histórico	Olaria antiga para produção de telhas
<u>Engenho</u>	São João das Missões	Rancharia	Histórico	Forno para farinha
Engenho	São João das Missões	Sumaré I	Histórico	Engenho para produção de rapadura
Engenho	São João das Missões	Barra do Sumaré	Histórico	Engenho para produção de rapadura
Engenho	São João das Missões	Itacarambzinho	Histórico	Engenho para produção de rapadura
Oficina	São João das Missões	Pedra Redonda	Histórico	Oficina para a produção de farinha
Oficina	São João das Missões	Riacho dos Buritis	Histórico	Oficina para a produção de farinha
Oficina	São João das Missões	Vargens	Histórico	Oficina para a produção de farinha
Oficina	São João das Missões	Imbaúba	Histórico	Oficina para a produção de farinha
Cemitério	São João das Missões	Sumaré I	Histórico	Antigo cemitério com Cruzeiro
Cemitério	São João das Missões	Sumaré II	Histórico	Antigo cemitério com Cruzeiro
Cruzeiro	São João das Missões	São Domingos	Histórico	Santa Cruz de São Domingos
Cemitério	São João das Missões	Vargens	Histórico	Antigo cemitério com mais de 200 anos
Cemitério	São João das Missões	São Domingos	Histórico	Antigo cemitério abandonado
Cemitério	São João das Missões	Riachinho	Histórico	Antigo cemitério abandonado
Cemitério	São João das Missões	Sumaré III	Histórico	Antigo cemitério abandonado

Obs.: As duas estruturas grifadas (olaria e engenho) situam-se na margem dos 500 m. e por isto constam na descrição dos sítios da AID da BR-135.

### 5.3.9.3 Inventário do Patrimônio Histórico e Acervo Cultural

De acordo com as diretrizes recomendadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), para caracterização do patrimônio histórico de Itacarambi, foram classificadas as seguintes categorias para os bens de interesse de preservação: Bens Imóveis, Estruturas Arquitetônicas e Patrimônio Imaterial. As categorias e respectivos bens inventariados em Itacarambi se encontram listados a seguir.

Com relação à arquitetura regional, cabe mencionar ainda que os municípios preservem em seu contexto urbano e rural alguns traços das construções do século XVII, da época do avanço do bandeirantismo, com a reclusão das comunidades indígenas até então situadas na região. Notam-se algumas igrejas e casas de fazenda, bem como as vilas à beira do rio São Francisco, motivadas quando do impulso da pesca e da navegação (meados do século XIX, enfatizadas em meados do século passado).

#### Bens Imóveis Tombados

Antes da apresentação dos dados cabe comentar que as informações a respeito do Patrimônio Histórico são diferenciadas, considerando a organização e característica administrativa de cada um dos três municípios da All. Assim sendo, o município de Itacarambi merece destaque pela organização e disponibilização de material que permitiu uma caracterização diferenciada e, portanto, mais completa.

#### *Itacarambi*

A Igreja Nossa Senhora da Conceição foi a primeira a ser construída no município, estando fixada em uma praça na Avenida São Francisco, próxima à praça Prefeito Arnaldo Corrêa, na região central da cidade às margens do rio São Francisco. É uma construção de formas singelas, sem grande riqueza de adornos ou detalhes expressivos e se impõe pela simplicidade e valor histórico.

A igreja, que tem a frente voltada para o Rio São Francisco foi construída no fim do século XVIII, segundo informações no ano de 1794, e serve como uma mostra da passagem de missionários e jesuítas por aquela região. A frente da igreja voltada para o rio estimula a crença das pessoas, que acreditam ser uma forma de abençoar a navegação. No final do século XVIII e no século XIX a vista da pequena igreja branca pelos navegantes servia como uma referência da aproximação do Porto do Jacaré.

A importância cultural e histórica da Igreja de Nossa Senhora da Conceição é legitimada pelo tombamento a nível municipal do imóvel no dia 11 de setembro de 1998, pelo decreto 899/98 da Prefeitura Municipal de Itacarambi, que estabeleceu que a partir da referida data a igreja passasse a integrar oficialmente o Patrimônio Histórico e Cultural do Município.

Em 1999, a Igrejinha foi reformada com nova pintura e troca do telhado, em uma obra realizada pela prefeitura da cidade, além disso, foi erguido um novo Cruzeiro na frente da igreja, com a construção de uma pequena praça e calçamento das ruas do entorno. Desde a reforma de 1999 não foi necessária nenhuma outra intervenção.

**Quadro 5.40**  
**Bens Imóveis Tombados em Itacarambi**

Foto	Designação	Categoria
	Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição Localizada na Região urbana de Itacarambi	Bem imóvel (BI)
	<b>Documentação</b>	<b>Inventariado</b>
	Tombamento Municipal Decreto 899/98. O tombamento homologa nos termos da lei municipal 1057/98 e do decreto 893/98, o processo de tombamento 001/98 do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itacarambi, em 11 de setembro de 1998.	Sim
ESTADUAL	Não possui bens tombados para o nível Estadual	
FEDERAL	Não possui bens tombados para o nível Federal	

Fonte: Complementação de Plano de Inventário do Município de Itacarambi, 2008.

*Manga*

No município de Manga foram identificados dois Bens Imóveis Tombados, conforme informações do quadro 5.41, a seguir. Ainda no município de Manga foi possível obter imagens antigas do acervo municipal, conforme observado em sequência.

**Quadro 5.41**  
**Bens Imóveis Tombados em Manga**

Foto	Designação	Categoria
	Atual Prédio da Escola Estadual Presidente Olegário Maciel, situado na Praça Padre Ricardo, nº 1122	Bem imóvel (BI)
	<b>Documentação</b>	<b>Inventariado</b>
	Tombamento Municipal Decreto 393/02. O tombamento homologa nos termos da lei municipal 1549/01 e do decreto 390/01, o tombamento pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Manga, em 12 de março de 2002.	Sim
ESTADUAL	Não possui bens tombados para o nível Estadual	
FEDERAL	Não possui bens tombados para o nível Federal	
	Antigo Mercado Municipal, atual Secretaria Municipal de Saúde, situado na Avenida Tiradentes nº 290	Bem imóvel (BI)
	<b>Documentação</b>	<b>Inventariado</b>
	Tombamento Municipal Decreto 394/02. O tombamento homologa nos termos da lei municipal 1549/01 e do decreto 390/01, o tombamento pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Manga, em 12 de março de 2002.	Sim
ESTADUAL	Não possui bens tombados para o nível Estadual	
FEDERAL	Não possui bens tombados para o nível Federal	



**Figura 5.102: Registro da inauguração da Escola Presidente Olegário Maciel**



**Figura 5.103: Registro fotográfico da antiga área central do município de Manga**

Fonte: Acervo municipal.

#### *São João das Missões*

Durante pesquisa de campo realizada no município de São João das Missões não foi possível obter informações a respeito de bens imóveis tombados. Desta forma, apresenta-se a seguir o registro fotográfico da Igreja de São João, localizada na praça central da cidade.



**Figura 5.104: Igreja de São João na praça central do município**

#### Estruturas Arquitetônicas

##### *Itacarambi*

Neste item apresenta-se a caracterização das estruturas arquitetônicas e urbanísticas identificadas no município de Itacarambi, conforme observado no 5.42, a seguir.

**Quadro 5.42**  
**Estruturas Arquitetônicas em Itacarambi**

Foto	Designação/Endereço	Área
	1- Residência Maria Andrade Rua 31 de dezembro, 62 - Centro	Urbana
	2 Residência José Geraldo de Andrade Rua 31 de dezembro, 206 - Centro	Urbana
	3 Residência Ricardo Ferreira Braga Rua 31 de dezembro, 142 - Centro	Urbana
	4 Residência Leila Pinheiro de Azevedo Rua 31 de dezembro, 50 - Centro	Urbana
	5 Residência Lucélio Pinheiro de Azevedo Rua 31 de dezembro, 16 - Centro	Urbana



Foto	Designação/Endereço	Área
	6 Residência Anália Andrade de Lima Rua 31 de dezembro, 25 - Centro	Urbana
	7 Residência Iracema Rocha de Azevedo Praça Prefeito Arnaldo Correia, 28 - Centro	Urbana
	8 Residência "Casa da Prefeitura" Rua Januária, 61 - Centro	Urbana

Fonte: Plano de Inventário do Município de Itacarambi, 2008.

- Residência Maria Andrade (1)

É uma residência que está situada no trajeto que conserva um grande conjunto arquitetônico. Esta residência de propriedade de Maria Andrade conserva características originais de sua construção, tornando-se um bem de valor relevante para proteção e conservação.

A residência localiza-se no início da rua 31 de dezembro, número 62, sendo esta a rua que preserva o maior conjunto arquitetônico da cidade. A rua 31 de Dezembro se destaca em Itacarambi por suas construções antigas, sendo esta uma das primeiras ruas do eixo de desenvolvimento da cidade, a partir do início do século XX, é uma rua que tem fácil acesso e esta localizada nas proximidades do rio São Francisco. Sua pavimentação é de calçamento em paralelepípedos dispostos com espaçamentos com 2cm aproximadamente deixando em evidência o tipo de calçamento existente anteriormente, na qual observa-se que era de terra branca. Este tipo de pavimentação é característico em todo o município.

O imóvel em estilo colonial, construído para fins de residência, preserva suas características originais, apenas algumas mudanças foram realizadas, representadas pela substituição das janelas dos fundos da casa, que eram de madeira e foram trocadas por janelas de aço e vidro, na década de 1990.

Não existem referências relacionadas ao período e época da construção do imóvel. Devido às suas características pode-se prever que foi construída no início do século XX, período de expansão da cidade, e segue as mesmas características de outras construções da região, em adobe, madeira e telhas coloniais.

- Residência José Geraldo de Andrade (2)

Esta residência de propriedade do Sr. José Geraldo está situada no fim da rua 31 de dezembro, uma das ruas tradicionais da cidade, o casarão se destaca devido a sua imponência e beleza preservadas. O imóvel

construído em estilo colonial, não possui nenhuma intervenção na fachada original, tendo como principal característica a presença de grandes portas e janelas de madeira.

Devido a suas características provavelmente foi construída no início do século XX, período em que a região começa a se desenvolver e ter características urbanas, devendo destacar que somente no ano de 1926 o então Povoado, Porto do Jacaré, foi elevado a distrito passando a se chamar Itacarambi.

Sua fachada simples e marcante pela seqüência de portas e janelas em madeira pintadas em verde escuro, composta por vãos simples que abrigam vários ambientes como salas, quartos, biblioteca, cozinha, banheiro, dispensa, etc..

- Residência Ricardo Ferreira Braga (3)

O imóvel localizado à rua 31 de Dezembro, número 142 na região central da cidade de Itacarambi tem sua construção datada do início do século XX, mais precisamente em 1910, em estilo colonial segue os modelos de construções existentes na época, em adobe e madeira. Em cima de cada janela e porta percebe-se detalhe em faixa e sobre a porta principal registra-se a entrada do imóvel, representada por uma estrela. O piso da residência varia entre ladrilho, cerâmica e cimento. As portas interiores marcam muita a residência pelo seu tamanho. A pintura conservada na cor laranja com detalhe em creme nas paredes é um aspecto que caracteriza a modernização da residência.

De acordo informações do proprietário, Sr. Ricardo Ferreira Braga, o imóvel sofreu uma reforma que modificou seu traçado interno, na década de 1990, tendo sido realizado o aproveitamento do material de demolição para construção de uma nova área nos fundos do lote do terreno.

- Residência Leila Pinheiro de Azevedo (4)

Esta residência faz parte do grande conjunto arquitetônico da cidade, tendo sua fachada diferenciada pelo seu frontão e por suas paredes largas e se difere das demais devido a estas características.

O imóvel está localizada no início da rua 31 de dezembro, pertenceu ao Cel. Lucílio Pinheiro de Azevedo, que residia na casa. A construção foi edificada em 1919, e possui aspectos arquitetônicos do período, em adobe, madeira e telhado colonial. Era um local importante, pois o local era conhecido pela realização de reuniões políticas dos coronéis da região, na década de 1920.

A fachada do imóvel está preservada, mantendo as principais características da época de construção. Algumas reformas, na década de 1990, modificaram a estrutura interna, como a construção de cômodos ao fundo e a troca do forro de madeira por forro de PVC (*Polyvinyl chloride*). Como característica marcante da construção da época na residência, existe um corredor externo que abriga as áreas da copa e cozinha e dispensa que dão acesso direto ao quintal.

- Residência Lucílio Pinheiro de Azevedo (5)

O imóvel localizado na rua 31 de Dezembro, número 16, faz parte do acervo de construções que guardam características das mudanças, e do crescimento da cidade no início do século XX. Este pertenceu a Arlinda Pinheiro de Azevedo, tendo sido edificado em 1919, onde funcionou um dos primeiros estabelecimentos comerciais da comunidade, uma loja de tecidos que era ativa até meados do ano de 1997.

Tem como principal modificação a troca de janelas e porta da fachada original, que eram de madeira e foram substituídas por janelas e porta de metal e vidro. Sua fachada simples composta por duas janelas com grade e uma porta em ferro e vidro que pertencem a residência e duas portas de madeira originais da construção onde funciona um bar. O piso da residência varia entre ladrilho e cerâmica. As portas interiores marcam muito a residência pelo seu tamanho, sendo que algumas preservam ainda as fechaduras originais que utiliza chavões para o travamento.

Atualmente o Senhor Lucílio Pinheiro de Azevedo, de 45 anos, conhecido na cidade como “Lua”, é o único morador do imóvel, tendo herdado este do seu pai, Sr. Valdir Pinheiro de Azevedo, na década de 1990.

- Residência Anália Andrade de Lima (6)

A residência está localizada no início da rua 31 de dezembro, número 25 no lado oposto a maioria das construções da época e tem sua construção datada do início do século XX, mais especificamente no ano de 1914. O imóvel se destaca na paisagem da rua por ser a única na cidade que segue padrões estéticos diferente das outras construções no entorno, já que possui estilo eclético, sendo sua fachada composta por adornos (pináculos dispostos nas platibandas – detalhe figura 5.105).

Pertencente à família Andrade de Lima, a construção sofreu poucas mudanças com o passar do tempo, construída em adobe possui telhado original em bom estado de conservação, a única mudança que influencia nos aspectos estéticos é caracterizada pela troca das janelas e portas frontais, na década de 1980, que eram de madeira e foram substituídas por aço e vidro.



**Figura 5.105: Detalhe arquitetônico da residência Anália Andrade de Lima**

- Residência Dona Iracema Rocha de Azevedo (7)

A residência está localizada em frente ao cais que é um ponto de referência na cidade e com vista privilegiada para o rio São Francisco, de frente para a Praça Prefeito Arnaldo Corrêa, número 28, no centro da cidade de Itacarambi. O imóvel é uma construção do início do século XX, de adobe com telhado colonial.

Algumas transformações mudaram o aspecto do imóvel, como a troca de janelas, que eram de madeira e foram substituídas por aço e vidro, e em alguns cômodos foram colocados forro de PVC, sendo que essas mudanças ocorreram no fim da década de 1990. De acordo com informações da proprietária, antes dessas reformas o beiral da fachada desabou no início da década de 1980, e até hoje não foi refeito, o que altera o aspecto da fachada da casa.

- Residência “Casa da Prefeitura”

A residência está localizada na esquina da rua Januária com a Av. Presidente Kennedy que fica próxima à rua 31 de dezembro. Localizada na rua Januária, número 61, no centro da cidade é um dos últimos resquícios de construção com características antigas na região, com uma fachada bem conservada é uma construção de formas imponentes. Porém o interior foi bastante modificado com a troca de pisos, que provavelmente eram de madeira e foram trocados por piso de cimento, além disso, o telhado foi reformado na década de 1990.

Edificada em 1922 foi na construção que funcionou a Escola Reunida, uma das primeiras escolas de Itacarambi, com a finalidade de ensinar as crianças pertencentes às famílias de maior poder aquisitivo na época. A escola funcionou no local até a década de 1940.

Em 1949, a casa foi comprada pelo senhor José Ferreira Sá e sua esposa Valdete Campos Sá. Naquele momento o casal residia no imóvel, como a construção possuía vários quartos eles abriram uma pensão, para o recebimento de hóspedes. No entanto, o casal residiu no imóvel por um curto período de tempo, até o ano de 1951, quando se mudaram para outra residência na cidade. O imóvel ficou anos desabitado, e durante o período de pesquisa não foi possível encontrar referências de ocupação entre os anos de 1951 até 1988.

Outros moradores do imóvel, que se tem referência foram o casal Antonio Felício Nemer e sua esposa Milene, entre os anos de 1988 e 2000, período em que ocorrem mudanças na estrutura da casa. A última moradora do imóvel que se tem registro foi a Sra. Shirley Cordeiro Ude, que ali residiu entre os anos de 2005 até 2007, quando o imóvel foi vendido à Prefeitura Municipal de Itacarambi. Atualmente a casa encontra-se desocupada e segundo informações da Prefeitura, a mesma poderá ser transformada novamente em escola ou em um Centro Cultural.

Patrimônio Imaterial (IMA)

*Itacarambi*

Com relação ao Patrimônio Imaterial, no município de Itacarambi foi identificada a manifestação cultural denominada “Festa Reis do Boi”, que acontece sempre no mês de janeiro (dia de Reis). O município dispõe ainda de um Grupo Cultural denominado *Reis da Pastora*, que é constituído por pessoas da 3ª idade e que segundo informações obtidas na Prefeitura Municipal existe a mais de 60 anos (passando de geração em geração).

**Quadro 5.43**  
**Patrimônio Imaterial – Formas de Expressão (IMA)**

Foto	Designação/Endereço	Área
	Festa Reis do Boi Local Itinerante Data: Ocorre todo mês de janeiro Caracterizada como festa folclórica	Urbana
		

Fonte: Plano de Inventário do Município de Itacarambi, 2008.

*Manga e São João das Missões*

Durante a realização da pesquisa de campo não foi possível obter informações consolidadas nos municípios de Manga e São João das Missões, contrastando com os dados fornecidos para o município de Itacarambi. Assim sendo, justifica-se a não apresentação destes dados para os referidos municípios devido à ausência de dados consolidados e da dificuldade de obter quaisquer informações a respeito do assunto. Salienta-se ainda que para elaboração de um inventário mais completo seria necessário um prazo compatível com o nível de detalhamento dos estudos, o que não foi possível devido ao cronograma enxuto para realização do presente diagnóstico.

**5.3.10 Componente Indígena**

O estudo do componente indígena baseia-se na exigência da FUNAI, por meio da Instrução Normativa Nº 2, de 21 de março de 2007, que estabelece em seu art. 1º, normas sobre a participação do órgão no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de impacto no meio ambiente das Terras Indígenas, na cultura e povos indígenas. O art.2º da referida norma aponta os empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de impactos nas Terras Indígenas, dentre eles as estradas de rodagem e acesso, que cortam ou estão localizadas em seu entorno.

**5.3.10.1 Identificação dos Grupos Étnicos e das Terras Indígenas da Área de Influência**

Embora haja uma série de clivagens internas entre os Xakriabá, trata-se de apenas um grupo étnico, algo que eles mesmos fazem questão de frisar. Há, no entanto, divisões internas que orientam as relações inter e intraétnicas, bem como a política do grupo. A primeira é a divisão entre caboclos e baianos, ou seja, entre aqueles cujas famílias são originárias do Terreno dos Caboclos e as famílias de forasteiros que foram incorporadas aos indígenas através de relações de casamento e compadrio. No entanto, essas categorias

não são absolutas, uma vez que muitas famílias de baianos já estão instaladas nas terras indígenas há mais de um século e, por vezes, são indistintas das famílias indígenas. Quando essa distinção é acionada ela pode ser referir a algum grupo como meio baiano ou meio caboclo, ou ainda, caboclo apurado – referindo-se a um indígena cujos traços físicos e origem sejam as mesmas dos antigos índios de São João das Missões. Na Rancharia, ao se levantar genealogias, não é incomum que haja um ancestral baiano nas linhagens dos indígenas. Outra divisão é aquela entre as diversas aldeias das terras indígenas xakriabá, onde as aldeias se afiguram como unidades sociopolíticas orientadas pelas relações de parentesco.

Há, atualmente, uma forte divisão política na Terra Indígena Xakriabá Rancharia. Historicamente, o senhor Antônio Possidônio de Souza foi uma importante liderança no processo de demarcação da Terra. E assim como no caso da T.I. Xakriabá, as lideranças que encabeçaram os processos de demarcação das terras e expulsão dos fazendeiros adquiriram o direito de uso de grandes extensões dentro das terras homologadas. Essas terras foram ocupadas por parentes dessas lideranças, à medida que novas famílias foram constituídas. Após a homologação, o senhor Antônio Possidônio foi empossado como o cacique da T.I. Xakriabá Rancharia e se mudou com algumas famílias de parentes seus para as terras que ocupavam antes da chegada dos fazendeiros, compreendendo os lugares do Boqueirão e Catito.

Durante alguns anos, sua atuação como cacique passou a ser questionada por muitos moradores dos outros núcleos da terra indígena, culminando com o seu afastamento gradativo da função e o ordenamento de uma nova liderança para o posto de cacique. No entanto, ele se manteve no posto de liderança das aldeias Boqueirão e Catito. Ele tem cedido direito ao uso de alguns pedaços de terra no Catito a famílias xakriabá que residiam na cidade de São João das Missões, o que ocasionou uma nova ocupação naquela área. Essa questão tem gerado conflitos, uma vez que para a população de rancharia como um todo, essas novas famílias que chegaram não tem o direito àquela terra demarcada, porque não lutaram por ela. No entanto, essas famílias são reconhecidas como Xakriabá, e devem ser incorporadas no processo de revisão dos limites em curso.

As rivalidades políticas colocadas em questão não estão marcadas por qualquer tipo de agressão, visto que parentes próximos do Senhor Antônio Possidônio, e mesmo um de seus filhos, residem na aldeia Tenda. No entanto, a disputa ainda se encontra em impasse, e vem sendo decidida em reuniões envolvendo o cacique e diversas lideranças xakriabá das duas terras indígenas.

### 5.3.10.2 Localização Geográfica das Terras Indígenas: Municípios e Vias de Acesso

A Terra Indígena Xacriabá Rancharia localiza-se no município de São João das Missões, distrito de Rancharia. Ocupando uma área de 7.104 ha, a TIXR possui um perímetro de 39,8 km de extensão e tem como limites extremos as seguintes coordenadas (quadro 5.44).

**Quadro 5.44**  
**Coordenadas dos limites extremos da TIXR**

Extremos	Latitude	Longitude
Norte	S 14°53'01"	O 44°08'00"
Leste	S 14°55'29"	O 44°04'11"
Sul	S 14°58'24"	O 44°07'25"
Oeste	S 14°54'51"	O 44°11'07"

Fonte: FUNAI

O trecho da BR-135, alcança o limite sul da TI na coordenada, Latitude S 14°57'58,74" e Longitude O 44°04'15,86", na estaca de projeto 737+12, a aproximadamente 14,27 Km de distância do início do trecho na sede municipal de Itacarambi. A partir deste ponto, a rodovia faz limite com a TI em seu lado esquerdo por aproximadamente 4,75 km, finalizando na coordenada Latitude S 14°55'28,95" e Longitude O 44°04'08,85", estaca 975+9 (figura 5.106).

#### Pontos de acessos à TIXR na BR-135

Apesar da TI Xakriabá Rancharia tangenciar a rodovia por 4,75 Km, os acessos utilizados pelos Xakriabá encontram-se apenas da localidade de Rancharia. Neste trecho a BR-135 encontra-se em leito natural com cobertura de cascalho e apresenta quantidade considerável de edificações próximas a faixa de domínio. Ao todo a TIXR possui 6 entradas com ligação direta à BR-135, conforme apresentado na figura 5.120.

No sentido Itacarambi - Manga, a primeira entrada à TIXR dá acesso à região denominada pelos Xacriabá de "Boqueirão do Pulu", além de dar acesso à porção sudeste da TIXR.

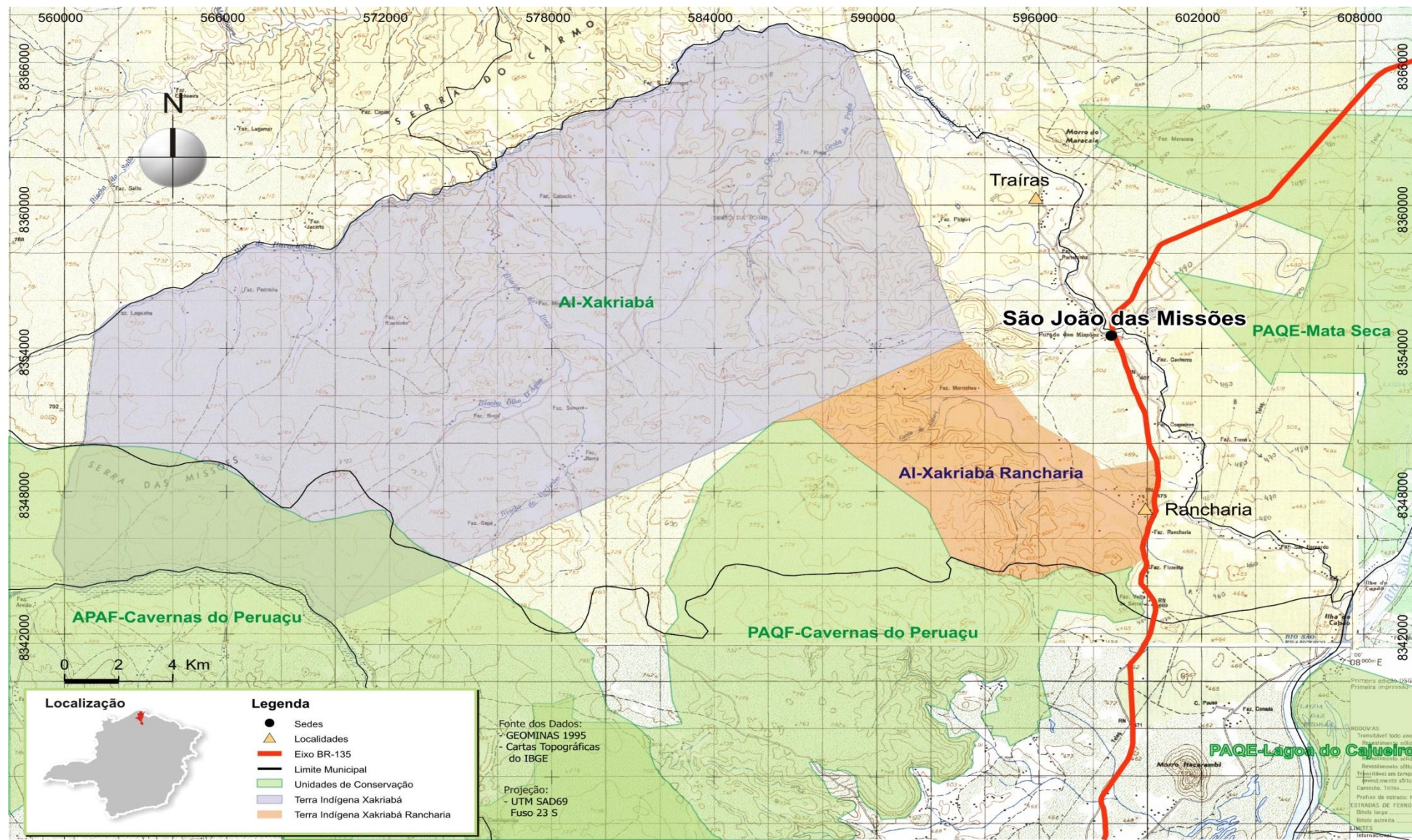


Figura 5.106: Localização Regional da TIXR



**Figura 5.107: 1º Acesso  
vista sentido Manga**



**Figura 5.108: 1º Acesso  
vista sentido Itacarambi**

Seguindo no sentido Manga, por aproximadamente 175 m encontra-se o segundo acesso a TIXR, que também permite a entrada para as regiões do Boqueirão do Pulu e a porção sudeste da TIXR. Neste acesso encontra-se a creche municipal para atendimento da população indígena.



**Figura 5.109: 2º Acesso  
vista sentido Itacarambi**



**Figura 5.110: 2º Acesso  
Ocupação do lado oposto a TI**

Percorrendo mais 100 metros no sentido Manga, encontra-se o terceiro acesso a TI Xacriabá Rancharia. Anteriormente utilizada como acesso principal, a entrada foi abandonada devido a problemas de erosão na estrada que dificultavam o acesso pelos índios. Nesta entrada encontra-se a caixa d'água utilizada para armazenar a água retirada de poço artesiano.



**Figura 5.111: 3º Acesso  
vista sentido Itacarambi**



**Figura 5.112: 3º Acesso  
Ocupação do lado da TIXR, sentido Itacarambi**

Ao lado oposto ao terceiro acesso a TI, encontra-se o ponto de ônibus utilizado tanto pela população da localidade de Rancharia, quanto pelos índios.



**Figura 5.113: Ponto de parada de ônibus,  
lado oposto ao 3º acesso à TIXR**

Seguindo no sentido Manga por mais 175 m, encontra-se o quarto acesso a TI Xacriabá Rancharia, sendo esta a entrada principal utilizada pelos índios e segue em direção a região oeste da TIXR.



**Figura 5.114: 4º Acesso  
vista sentido Itacarambi**



**Figura 5.115: 4º Acesso  
Igreja utilizada pelos índios**

Percorrendo aproximadamente 144 m, a partir do acesso principal, a quinta entrada é utilizada como alternativa de acesso direto a TIXR, seguindo também em direção a porção oeste do território indígena.



**Figura 5.116: 5º Acesso  
Acesso alternativo a TI**



**Figura 5.117: 5º Acesso  
Escola Estadual – Lado oposto a TI**

Finalizando a relação de acessos existentes, seguindo por aproximadamente 218 m no sentido Manga encontra-se a sexta e última entrada para a TI Xacriabá Rancharia que dá acesso a parte posterior do cemitério utilizado pelos índios.





**Figura 5.118: 6º Acesso**  
**Acesso lateral ao cemitério da TI**



**Figura 5.119: 6º Acesso**  
**Ocupação – Lado oposto a TI**

### 5.3.10.3 Demografia

A divisão das TIX em *aldeias* remete à adoção pelos Xakriabá de um modelo político proposto pela FUNAI, assim como o foi também a instituição de um cacique. Sua importância política é expressa no fato de que uma aldeia deve ter uma ou mais *lideranças*, que integram o conselho indígena e ajudam o cacique a deliberar a respeito de questões importantes da política indígena. Além disso, o fato de um lugar ser considerado uma aldeia faz com que ele seja alvo de políticas públicas (por exemplo, a construção de escolas) e que possa ter uma associação indígena. O surgimento de lideranças com boas relações e capacidade de mobilização pode fazer com que alguns lugares sejam considerados como sendo sub-aldeias, ou mesmo que ascendam ao *status* de aldeias.

A constituição e a política das aldeias estão firmemente relacionadas às estruturas do parentesco xakriabá: a rigor, elas são agrupamentos de famílias unidas por laços de consangüinidade (casamentos) e afinidade (compadrio). As casas das famílias ficam próximas umas das outras, sendo comum que os filhos e filhas de um casal residam, após o casamento, numa residência vizinha ou contígua – formando núcleos familiares extensos. Os diferentes núcleos distribuem suas casas nas proximidades dos cursos d'água ou dos caminhos (estradas ou carreiros), de modo que a configuração das aldeias sempre segue esses marcos. Mesmo quando as residências de duas aldeias diferentes ficam muito próximas, seus moradores saberão se referir a qual aldeia pertencem, e geralmente o fazem falando onde estão seus parentes.

Os nomes das aldeias geralmente vêm de algum marco geográfico próximo (Olho d'Água, Barreiro Preto, Barra do (rio) Sumaré, etc), Riachinho, mas a instituição do nome da aldeia é um processo mais amplo. Como quase todo lugar entre os xakriabá é referido por um nome próprio, os vários marcos existentes dentro de uma aldeia nominam seus vários lugares. Na Terra Indígena Xakriabá de Rancharia, as principais referências são os *boqueirões*, como chamam os grotões que descem da serra, cercados de paredes pelos dois lados, e os *furados*, nome dado às depressões que acumulam água (dolinas). Na maioria das vezes, o nome das aldeias corresponde ao local onde residem as famílias pioneiras e, conseqüentemente, as lideranças mais importantes. Em alguns casos, no entanto, os nomes de aldeias foram definidos arbitrariamente por Rodrigo, durante o tempo de seu cacicado.

A formação das aldeias se dá quando uma ou mais famílias começam a plantar roças em uma área. Como o *direito* de uso da terra é adquirido através do trabalho, outros respeitam aquela área trabalhada como pertencente àquele grupo. À medida que outros, geralmente parentes, passam a colocar suas roças nessa mesma localidade, mais casas e ranchos vão sendo erguidos. Atualmente, com a facilidade de deslocamento dentro das TIX's, as pessoas preferem morar em aldeias onde têm mais facilidade no acesso a serviços e políticas públicas (água, luz, escola) mesmo que plantem em roças distantes<sup>26</sup>.

Algumas aldeias foram formadas majoritariamente por chegantes, os chamados *baianos*. Como se tratava de pessoas de origens diferentes, nesses casos foi o intercasamento a maneira de consolidar a convivência, tanto com as várias famílias de *baianos* quanto com famílias de *caboclos*. Essa trama de alianças tem um desenvolvimento contínuo, sendo atualizada à medida que novos casamentos acontecem, já que um casamento significa a entrada de um novo membro no grupo de residência, a produção de novas pessoas e também a atualização de relações consolidadas através do compadrio (figura 5.121).

26 Para que o direito de uma família fosse legítimo era necessária a aprovação do chefe, ninguém se ocupava de um terreno sem que ele tivesse conhecimento. Na Rancharia são citados chefes antigos que exerciam essa função, como Marcelino Caboclo, ou Maria Grossa. Rodrigo, como primeiro cacique xakriabá, manteve essa função redistribuindo terras e dizendo onde novas roças poderiam ser abertas.



Figura 5.120: Pontos de Acesso à Terra Indígena Xakriabá Rancharia

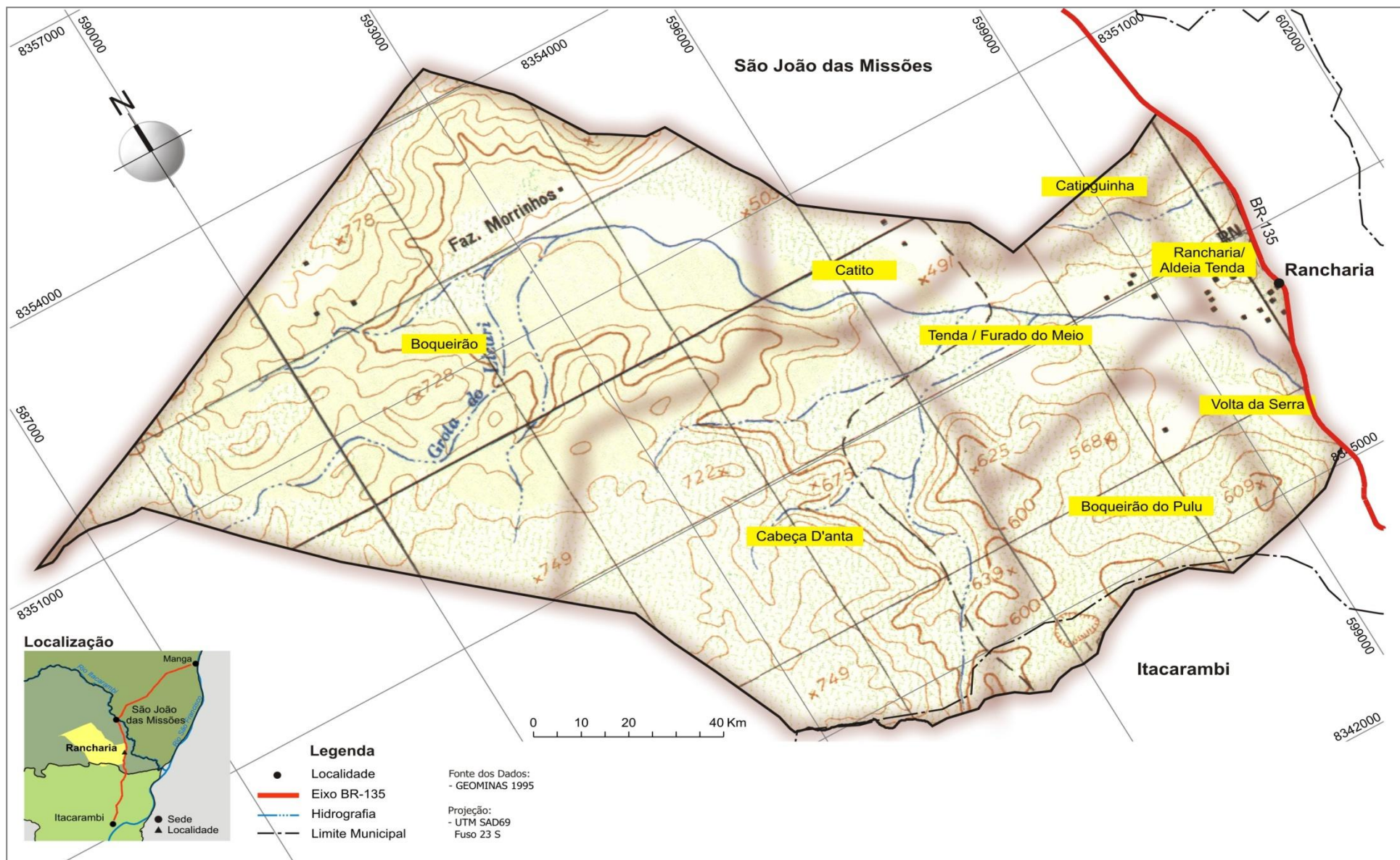


Figura 5.121: Regiões da Terra Indígena Xakriabá Rancharia

Na Terra Indígena Xakriabá de Rancharia, a maior parte da população vive no núcleo de mesmo nome<sup>27</sup>. Outras localidades habitadas incluem a Caatinginha, o Furado do Meio, o Catito e o Boqueirão.

Nos estudos de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Xakriabá, apresentados em 16/09/1978, a Rancharia foi citada como um “grupo de vizinhança” da T.I. Xakriabá. O mesmo relatório apresenta um levantamento do número de famílias indígenas que moravam na área, apontando 51 famílias. O levantamento demográfico realizado em 1996, como parte dos estudos de identificação e delimitação da TIX Rancharia, contabilizou, no entanto, 87 famílias (SCHETTINO, 1999:62-63).

Passados dez anos da demarcação da TIXR, o número de famílias Xakriabá praticamente dobra, passando a 191 núcleos familiares distribuídos em 165 domicílios. E o número de pessoas aumenta de pouco mais de 600 pessoas em 2003 (quando a FUSANA passa a atuar em Rancharia) para 896 em 2009, segundo dados colhidos junto ao programa Saúde Indígena da FUNASA. Isto representa uma taxa de crescimento populacional de 6,91%, bem acima do que é experimentado pelo município de São João da Missões, de acordo com o último censo (2001), que foi de 4,2%.

Trata-se de uma população de perfil jovem, do ponto de vista demográfico, com forma piramidal ainda bastante alargada na base, embora já se encontrem nela os traços característicos da transição demográfica que a sociedade brasileira, como um todo, já vivenciou. Essa transição se deve a dois aspectos principais, a saber, a diminuição no número de filhos por família e uma maior longevidade da população, ambos os fatores contribuindo para um envelhecimento da população.



Fonte: FUNASA. Escritório de São João das Missões – MG. Dados coligidos em fevereiro de 2010.

Do ponto de vista sociológico trata-se de uma população que experimenta rápidas transformações nas suas formas de organização, as principais delas estando relacionadas à demarcação da terra indígena. O perfil sociológico da população sofre as interferências tanto da política indígena (Xakriabá) como da política indigenista (do estado brasileiro), ambos tendo contribuído para garantir a permanência na terra indígena e, em alguns casos, até mesmo revertendo o quadro de migração que predominou em toda a região norte de Minas nos anos 1960, 1970 e 1980, principalmente, mas com movimentos migratórios pendulares bastante intensos ainda nas décadas de 1990 e 2000. Mas, mesmo assim, a emigração ainda se dá em número muito superior à imigração de retorno.

Para a população Xakriabá as mudanças demográficas percebidas apresentam outro significado no que respeita à migração de retorno, sendo o que se pode deduzir do fato de ela ter sido intensificada, nos períodos pós-demarcatórios, nas duas terras indígenas. Esse movimento, contudo, embora enfraquecido, perdura ainda hoje. O que tem se intensificado desde os anos noventa é a migração pendular que implica em emigração e imigração, conforme calendário anual ditado pela indústria sucroalcooleira do país.

<sup>27</sup> Por vezes a aldeia Rancharia é referida como Tenda, visando distinguir-se parte de Rancharia habitada por não-indígenas, situada no outro lado da BR-135. E no que respeita à administração municipal de São João das Missões, Rancharia é usado oficialmente para se referir ao lado não indígena, e Tenda para se referir à TIXR.

Grande parte da população dos Xakriabá de Rancharia está concentrada na Aldeia Tenda, mais especificamente na área margeada pela BR-135 e circundada pela Lagoa de Rancharia. Hoje, no entanto, algumas famílias formadas por indígenas residem no distrito de Rancharia, fora da terra indígena, pelo simples fato de estarem casadas com pessoas não indígenas. A política de casamentos xakriabá tem restringido a fixação de pessoas não indígenas na terra. Cinco famílias nucleares, ao menos, vivem nessa situação e são atendidas pela Saúde Indígena. Situação que comprova o reconhecimento de sua origem étnica.

Mas todos os Xakriabá da Terra Indígena de Rancharia, sem exceção, tem parentes fora da TIXR, seja em Rancharia, Missões, Itacarambi, Manga, ou mesmo na Terra Indígena Xakriabá. E muitos dentre esses parentes que vivem fora da terra poderão optar pela identidade indígena no atual contexto de revisão das demarcações das Terras Indígenas Xakriabá. Esse processo muda, mais uma vez, a configuração da população Xakriabá.

No caso da TIXR, a expectativa é que grande parte das famílias do lado não indígena poderão provar seu vínculo com os Xakriabá. Assim, o núcleo populacional hoje dividido em Rancharia (bairro distrital de São João das Missões) e Tenda (aldeia indígena dos Xakriabá de Rancharia) voltará a ser um único povoado, mas ao mesmo tempo, será uma única aldeia, integrante do povo Xakriabá.

A opção pela identidade indígena será dada às várias famílias que residem nas localidades que estão sendo englobadas pelo processo de revisão dos limites da terra indígena, das quais já se sabe de antemão possuir parentesco com os Xakriabá. No entanto, como se registrou na fala de várias lideranças indígenas, “*elas terão que provar*” que são parentes, e “*vão ter que contar história*”. Ou seja, vão ter que provar que merecem ser aceitas como membros da coletividade étnica Xakriabá. Seguindo a premissa citada por Eduardo Viveiros de Castro, entre os Xakriabá “*é índio quem se garante*” (VIVEIROS, 2006).

Outro fator, no entanto, já faz repercutir mudanças no quadro populacional da TIXR, a saber, o retorno de várias famílias Xakriabá que residiam na área urbana de São João das Missões. A grande maioria, em movimento que teve início sob a liderança de Santo Xakriabá, cacique dos Xakriabá desaldeados, saiu de São João das Missões e ocupou duas fazendas de proprietários locais, nos limites com a TIXR, localidade à qual passam a denominar Terra Indígena Xakriabá do Morro Vermelho.

O grupo permanece nessa área, que deverá ser incorporada à TIX. Muitas dessas famílias, no entanto, por desentendimento com a liderança local retornaram para São João das Missões. Uma vez lá, foram agenciadas pelo ex-cacique de Rancharia, Antônio Possidônio, em função da contenda que este estabelece com a maioria da população da TIXR ao se apossar, junto com seus familiares e novos aliados, de quase metade da área da TIXR, especificamente as localidades denominadas Boqueirão e Catito.

Esse movimento de retorno à TI tem se acentuado em função da revisão dos limites da terra indígena, que está em curso. Em princípio, o movimento não é visto como um problema pelos Xakriabá, não suscitando desconfianças e nem tampouco é discutida a legitimidade desse retorno, uma vez que parentes dessas famílias migrantes permaneceram na terra indígena.

Entretanto, essas famílias que foram assentadas no Catito por Antônio Possidônio, mesmo sendo reconhecidas por todos os Xakriabá como tal, não teriam, em princípio, o direito a habitar em uma terra indígena já demarcada. Isso se deve a uma regra, estabelecida pelos Xakriabá durante o período de *luta pela terra*, que define que apenas aqueles que apoiaram ativamente a demarcação de uma terra podem habitá-la. Esse critério, no entanto, não é absoluto e as lideranças podem aceitar o assentamento de famílias que não habitavam nas terras disputadas ou fugiram da violência durante o período de *luta pela terra*.

O fato é que a contagem de 165 domicílios – os quais são habitados por 191 famílias nucleares – para a população da TIXR exclui ao menos 32 domicílios fixados na aldeia Catito, e todos, a despeito do conflito, formados por famílias indígenas reconhecidas como tal pelos Xakriabá.

#### **5.3.10.4 Infraestrutura da FUNAI**

A Fundação Nacional do Índio atua nas Terras Indígenas dos Xakriabá de forma muito pontual. Há apenas um posto, situado na aldeia Brejo do Mata Fome, onde um funcionário contratado atua como indigenista, eventualmente ajudado por pessoal temporário. O posto é mal equipado e mobiliado, e está em más condições estruturais. Uma vez que os Xakriabá somam em torno de 9 mil índios, a estrutura da FUNAI consegue atender suas necessidades mais básicas, como àquelas relativas à documentação e distribuição de cestas básicas às famílias mais necessitadas. A FUNAI também efetua a distribuição de sementes e colabora financeiramente com as viagens feitas por alunos da licenciatura indígena e lideranças.

Um dos grandes problemas em relação à falta de pessoal da FUNAI nos Xakriabá tem sido a operação da questão da segurança, responsabilidade órgão indigenista em parceria com a Polícia Federal. A atuação insuficiente da Polícia Federal e a falta de estrutura da FUNAI para lidar com a questão da segurança

levaram os Xakriabá a criar o Conselho de Segurança e celebrar um convênio com a Polícia Militar de Minas Gerais para o policiamento em terra indígena.

#### Quadro da situação fundiária das Terras Indígenas

A questão da terra é central no processo de desenvolvimento sociocultural dos povos indígenas. A centralidade da terra para os índios, no entanto, não se assenta no aspecto da propriedade, não ao menos como esta tem significância no mercado capitalista, função de aspectos como reserva de valor e especulação imobiliária. As terras indígenas, enquanto valor para os índios assumem aspecto de territorialidade, o chão onde acontece toda a trama das relações sociais. Esse mesmo chão é o centro do universo conhecido, aspecto que faz dele o referencial primeiro também nos aspectos cosmológicos e religiosos do grupo.

Terra para os índios é, portanto, território. Considerando isso, veremos que ao tratar das questões fundiárias das terras indígenas devemos considerar, além dos aspectos legais e mercadológicos, aspectos históricos, socioeconômicos e culturais, e, como parte destes últimos, aspectos cosmológicos, religiosos e rituais. E no que respeita aos aspectos socioeconômicos, devemos considerar, também, a importância dos territórios indígenas como espaço de reprodução da vida, em todas as suas dimensões, incluindo os aspectos culturais cosmológicos, religiosos. Inclusive a história deve ser pensada enquanto aspecto importante na perpetuação do grupo, dada forte relação do grupo com seus ancestrais e com os mortos, com os espíritos e com os encantados.

As relações territoriais indígenas, no entanto, foram redefinidas no processo de constituição da sociedade brasileira. Processo que é bem descrito por Oliveira Filho, em um dos textos mais difundidos da antropologia brasileira, no qual teoriza a relação dos índios com a sociedade nacional e com o estado (OLIVEIRA FILHO, 1999). Segundo Oliveira Filho, os povos indígenas foram retirados das condições originais em que viviam e foram territorializados. E o mesmo que dizer as condições de produção cultural dos grupos étnicos foram modificadas em função do colonialismo e da formação dos estados nacionais nos territórios colonizados, onde não se destruiu os povos nativos.

A noção de territorialização é definida por Oliveira Filho como

*um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA FILHO, 1998:9).*

No que respeita aos Xakriabá de São João das Missões, o grupo sofreu um primeiro processo de territorialização ainda quando aconteciam as chamadas entradas e bandeiras, expedições organizadas em nome da coroa portuguesa, com o objetivo da prospecção de riquezas pelo interior das terras brasileiras, o que incluiu a captura de indígenas, a dominação e aliança com os grupos menos arredios para a guerra aos índios bravios. Por todo o Vale do São Francisco, no período subsequente à descoberta de ouro nas cabeceiras do Rio das Velhas, foram ordenadas a formação de aldeamentos indígenas, ao mesmo tempo em que promovia a ocupação não indígena da região. O objetivo da Coroa Portuguesa era a liberação do sertão do São Francisco da presença dos índios bravos que dificultavam a livre navegação pelo rio. Assim, aldeias foram destruídas, muitos índios fugiram para outras regiões e outros foram levados para os aldeamentos onde os administradores cuidavam da conversão dos mesmos à fé católica e aos hábitos da civilização européia. Esses mesmos índios eram usados na abertura das fazendas de criação de gado pelo sertão e na construção dos arraiais e vilas. Cabe ressaltar que o modo de vida dos índios, no período anterior ao contato, não pressupunha uma territorialidade fixa. Mas à medida que a ocupação não indígena se expandia, os povos indígenas que em tese tinham aceitado o modo de vida da civilização eram obrigados a reduzir seu território a espaços fixos, delimitados e reduzidos.

Na sua trajetória histórica os Xakriabá de São João das Missões sofreram inúmeros processos de territorialização, se refizeram e se reinventaram a partir de constrições do espaço de seus ancestrais. Primeiro logo depois de apaziguado o São Francisco, segundo a lógica do colonizador, os ancestrais dos Xakriabá, de aliados foram tratados como entraves, uma vez que o grupo, mesmo depois do contato continuo com os não indígenas mantiveram um certo nomadismo, o que implicava em andanças pelas roças dos fazendeiros. Como tratamento para essa questão, Januário Cardoso, Filho de Matias Cardoso, o Bandeirante que a serviço da Coroa pacificou o São Francisco, fez uma doação pública de terras aos índios. A partir de 1728, em nome da coroa portuguesa, o território que vai da foz do Peruaçu à foz do Riacho de Itacarambi, pelas margens do São Francisco, subindo o referido riacho até a Serra Geral, desta cortando em linha reta até o Peruaçu, descendo este até o São Francisco, completando o perímetro, tornou-se o terreno dos índios. Trata-se de uma extensão que compreende integralmente todo o território atual dos municípios de São João das Missões e Itacarambi.

Na segunda metade do século XIX, em nome da administração imperial do Brasil, realizou-se novo processo de territorialização que atingiu todos os aldeamentos indígenas construídos no século anterior ao longo do curso do Rio São Francisco. Fiscais do império foram encarregados de fazer inspeção nos aldeamentos a fim de averiguar se os índios aldeados já haviam se integrado à civilização, o que nos termos da época implicava em terem adotado um modo de vida semelhante ao praticado pelos camponeses. Como de regra todos haviam adotado aspectos da vida camponesa, e como já vinham sendo denominados caboclos, termo criado justamente para invisibilizar a condição indígena das populações dos aldeamentos, foi declarado não haver mais índios no São Francisco. Do fato, construído dessa maneira, declarou-se que as terras dos antigos aldeamentos estavam desimpedidas, e podiam ser negociadas, pela coroa, para quem de posse quisesse comprá-las, conforme determinava a lei de terras do Brasil de 1850 (Carneiro da Cunha, 1992:133).

A esse segundo processo de territorialização que levou a praticamente todos os povos indígenas das missões do São Francisco a perda de suas terras os Xakriabá reagiram levando o termo da doação pública de 1728 a Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais, onde foi registrado nos termos da nova lei de terras, em 1856. No entanto, tal fato não impediu a dilapidação do território indígena pela ocupação não indígena da região, com a instalação de fazendas, com a chegada de migrantes nordestinos que se instalaram na região e, mesmo, com a formação de duas cidades sobre o território indígena. Uma delas é a própria São João das Missões, formada por população ainda hoje majoritariamente descendente dos indígenas da Missão, e a outra Itacarambi, cuja população também descende, em grande parte, dos índios, sem contar o grande número de Xakriabá que vivem no município.

Mas o processo que ameaçou por fim em definitivo ao território indígena, sobre o qual os índios moradores faziam uso condominial e transmitiam direitos com base no uso da terra, foi o avanço dos processos de titulação de terras promovido pela RURALMINAS a partir dos anos 1960. A RURALMINAS não aceitava que os índios permanecessem com o uso costumeiro das suas terras conforme fizeram ao longo de mais de dois séculos, exigindo a titulação de propriedades privativas e individuais. A reação indígena levou a demarcação da TIX em 1979 e da TIXR em 1996, num processo denominado pelos Xakriabá como a “Luta da Terra” (SANTOS, 1997; SCHETTINO, 1996).

No entanto, de uma área indígena original de quase dois mil quilômetros quadrados foram demarcados cerca de 530 Km<sup>2</sup>, e em dois processos separados, delimitando administrativamente duas terras indígenas. Por questões de natureza política, e não histórica e técnica, Rancharia ficou fora dos estudos do processo de demarcação realizado no final dos anos 1970 (Santos, 1997, Schettino, 1996). Essa questão política envolveu o conluio de um ex-prefeito de Itacarambi (à época não havia o município de São João das Missões) e funcionários da FUNAI, incluindo um cacique-funcionário do órgão indigenista. Mas por pressão do grupo de Rancharia, em aliança com seus parentes de várias outras aldeias da TIX, a FUNAI procedeu ao reconhecimento da demarcação da terra indígena em Rancharia, demarcando cerca de 7.000 ha.

A lógica do Estado, no entanto, com suas linhas retas, que segue a lógica da planificação e não dos significados sociais da ocupação territorial indígena, delimitou um território para os Xakriabá do qual foram excluídos vários grupos familiares e várias porções territoriais de uso costumeiro, além de serem terras reconhecidas como terras tradicionais. Em função do erro dos processos de demarcação anteriores, está um curso na justiça, atualmente, com ação demarcatória da FUNAI, um novo processo que faz a revisão das demarcações anteriores e que visa a incorporar as parcelas do território e da população excluídos dos processos anteriores. Uma parcela de aproximadamente 45.000 ha está em estudo, e grande parte desse território está nas imediações da TIXR. O Trecho do território em demarcação que será cortado pela rodovia é de aproximadamente 14 km de extensão.

Como o território terra indígena pleiteado pelos índios inclui parcelas de terras irrigáveis, incluindo áreas já em uso para esse fim, em fazendas construídas sobre o território Xakriabá tradicional, será inevitável a existência de conflitos os fazendeiros. Mas, considerando que para os processos demarcatórios das terras indígenas se aplica o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, e este reconhece o direito originário das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, ao mesmo tempo em que torna nulos os títulos de propriedades individuais constituídos sobre as mesmas, e também levando em consideração o caso precedente de demarcação da TI Xakriabá anteriores, em que nenhuma contestação contra os direitos dos índios sobre todo o território delimitado pela doação registrada em cartório em 1856 pode ser provada, é certo que os Xakriabá terão os limites de suas terras atuais revistos.

Considerando em perspectiva histórica, como se propõe demonstrar pela síntese acima, as territorializações sofridas pelos Xakriabá levou a um processo de reorganização social que perpassa todas as etapas descritas por Oliveira filho (1998), em particular os processos relativos à reconstrução da coletividade étnica na perspectiva indígena. Assim, aqueles que antes de 1960 eram apenas caboclos, ou descendentes indígenas, se transformaram em um processo de reconstrução da identidade indígena, levando o grupo novamente à origem com “a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora. Processo este que ocorreu mediante a busca do

grupo por encontrar normas legais que os permitissem viver como sempre haviam vivido. E encontraram na legislação indigenista do estado brasileiro a proteção que de que precisavam para que sua terra permanecesse uma, muito embora ainda vivam num território reduzido dada a magnitude populacional e os modos de vida tradicionais que o grupo almeja resgatar como parte de um processo de fortalecimento da cultura e da identidade indígena.

#### *Situação fundiária das terras indígenas*

Os Xakriabá ocupam atualmente aproximadamente um terço das terras que lhes cabem segundo a certidão de doação cunhada por Januário Cardoso e registrada em 1856 em cartório em Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais, sendo que essa mesma certidão de registro foi averbada em Januária em 1932 em cartório de registro de imóveis, fato que confirmou, mais uma vez, o registro junto aos órgãos legais.

Mas, para o período atual e, de acordo com a nova legislação sobre as terras indígenas decorrentes das formulações constitucionais a respeito, há apenas duas parcelas do território indígena (registrado em 1856) demarcadas e homologadas como terras indígenas: a Terra Indígena Xakriabá, homologada em 14/07 de 1987 e a Terra Indígena Xakriabá Rancharia, homologada em 06/05 de 2003.

Os Xakriabá atualmente encontram-se num processo de luta pela ampliação dos limites, já que terras xakriabá demarcadas estão situadas nas regiões, consideradas pelas indígenas, como as de piores solos e menor acesso à água dos municípios de São João das Missões e Itacarambi, cidades construídas sobre o território xakriabá.

Depois de audiências com a FUNAI em 2007, assinou-se uma Portaria de criação de um Grupo de Trabalho para estudos das áreas reclamadas pelos indígenas. O estudo foi realizado em 2009 e deve ser publicado em 2010.

Nota-se que as áreas reivindicadas pelos indígenas encontram-se justamente para além dos limites arbitrários estabelecidos nos processos demarcatórios anteriores, com base em linhas retas e estradas locais, abertas justamente durante o período de expropriação de suas terras. Atualmente são reivindicadas as áreas de Morro Vermelho, Dizimeiro/Licuri, Caraíbas, Poção e Ilha do Capão, no rio São Francisco, habitadas e usufruídas tradicionalmente pelos Xakriabá e onde ainda vivem algumas famílias indígenas que não habitam dentro da terra demarcada.

#### **5.3.10.5 Presença Indígena na Região a Partir de Fontes Bibliográficas, Documentais e Oraís**

Em fins do século XVII deu-se início à ocupação não-indígena no Alto-Médio São Francisco. Com a chegada do Mestre de Campo Matias Cardoso para a área afim de “restaurar a segurança dos sertões” os indígenas da região, referidos genericamente como “Caiapós” ou “Chacriabás” foram escravizados. A mão-de-obra indígena foi usada tanto na construção do Arraial de Morrinhos, na confluência do São Francisco com o Rio Verde, quanto nas diversas fazendas de gado que seriam abertas pelos integrantes da expedição de Matias Cardoso.

Já no início do século XVIII Januário Cardoso, filho de Matias Cardoso, foi nomeado Mestre de Campo. O São Francisco havia então se tornado um importante escoadouro de mercadorias e, além disso, a Coroa desejava consolidar sua ocupação para evitar o contrabando de ouro e “pacificar” o sertão, “exterminando, apresando, aldeando e afastando” os “índios licenciosos” que ali estavam (SANTOS, 1997:20-22).

Nesse contexto, os índios “bravos” eram chamados genericamente de Caiapós, e ativamente perseguidos em expedições que contavam com o auxílio das “tribos mansuetas”, nome dado aos povos indígenas incorporados ao regime colonial. Em guerra aos Caiapós, Januário Cardoso destruiu suas principais aldeias, Guaíbas e Tapiraçaba, e construiu ali os arraiais de Santo Antônio do Manga e Brejo do Salgado.

Entre 1712 e 1713 o Padre Antônio Mendes foi nomeado pelo Bispo de Pernambuco para catequizar os índios, sinal da consolidação da ocupação não-indígena na região. Ele teria se estabelecido na localidade de Manga do Armador, hoje correspondente à cidade de Manga. Há a possibilidade de que o Padre Antônio Mendes tenha sido o responsável pela fundação da Missão do Senhor São João do Riacho do Itacaramby, onde hoje é a cidade de São João das Missões<sup>28</sup>.

Em 1728 Januário Cardoso, sob a condição de “*deministrador dos Índios*”, doa terras aos aldeados da Missão. Santos (1994) cita a possibilidade de a doação ter sido uma recompensa pela aliança dos indígenas com Januário Cardoso, com o intuito de expulsar dali os Caiapó. Paraíso (1987) entende que a doação seria mais que o fruto de um acordo ou aliança, também uma maneira de referendar a autoridade colonial imposta aos índios. De fato, a certidão da doação indicava toda espécie de castigos que poderiam

28 Outros nomes: Missão do Senhor São João dos Índios, Missão do Senhor São João.



ser aplicados por um certo Capitão Mandante Domingos Dias, bem como instruções específicas para que fossem recolhidos para lá todos os índios que andassem por fazendas alheias.

Alguns documentos se referem aos povos aldeados na missão, mas a maioria o faz por categorias genéricas. Na segunda metade do século XVIII a missão foi abandonada, o que explica em parte a ausência de documentação a seu respeito. O Monsenhor Pizarro conta que a capela de São João estava numa aldeia de índios sem missionário ou diretor, localizada a 16 léguas ao norte de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado, hoje Januária. Richard Burton e Saint-Hilaire, em seus respectivos relatos de viagem pelo São Francisco, passaram pela Missão do Senhor São João e mencionam a presença indígena. Saint-Hilaire relata que os “xicriabás”, maneira como ele se refere aos índios aldeados, haviam se “fundido com negros e mestiços” e que “reclamavam do Rei o privilégio de serem julgados por um entre eles, regalia que a lei não concede [...] senão aos índios puros”. Burton menciona que em São João das Missões estariam aldeados “os remanescentes de três grandes tribos: os xavantes, ainda poderosos nas cabeceiras do Tocantins; os Xakriabás (xicriabás) e os botocudos, nome geral indefinido de algumas raças” (SANTOS, 1997:28-30).

No ano de 1856, seis anos após a promulgação da Lei de Terras, o termo de doação de Januário Cardoso foi registrado em cartórios nas cidades de Januária e Ouro Preto. O documento cita “Eugênio Gomes de Oliveira” que registra o documento por si e por “*todos os índios de São João da Missão*”. Essa é a primeira de muitas ações documentadas acerca das providências tomadas pelos índios da Missão para garantir seu direito àquela terra doada por Januário Cardoso.

Em 1912 o Cônego Maurício Gaspar visita o arraial de São João das Missões, ao qual descreve como “um pequeno arraial” de população “cabocla”, referindo-se aos índios que lá habitam como “representantes legítimos da altiva tribus dos cayapós”. Gaspar também afirma que os índios desapareceriam devido à “invasão sempre crescente dos mestiços, oriundos dos Portugueses e Africanos”, afirmando que “actualmente as principais famílias dos Cayapós espalharam-se ao redor da antiga aldeia, nos lugares, chamados Brejo da Fome, Riachinho, Retiro, Prata, Água Branca”. Um índio, senhor de idade referido por Gaspar como “Theophilo de Tal” teria feito parte

*“há trinta anos de um grupo Cayapós, práticos seos, armados de flechas, resolvidos a ir ao Rio de Janeiro, para apresentarem as suas queixas a Sua majestade o Imperador D. Pedro II. [...] Com effeito, os descendentes dos habitantes das selvas foram muito bem recebidos na Corte Imperial, e, depois de muito mimoseados, trouxeram ordens para as autoridades da comarca de Januária, afim de que fizesse valer os seos direitos contra os invasores de suas terras” (Gaspar apud Senna apud Santos: 33-34)*

A união dos índios de Missões em defesa da terra que lhes era de direito é uma constante em sua história. Santos (1997) e Schettino (1999) descrevem diversas ações tomadas em defesa da integridade do Terreno dos Caboclos do Senhor São João, nome pelo qual a terra viria a ser conhecida. Na segunda metade do século XIX, migrantes vindos dos sertões da Bahia e outros estados do nordeste brasileiro chegaram às terras dos Xakriabá fugindo de temporadas de seca e penúria. Esses, chamados genericamente de *baianos*, passaram a ocupar porções da terra designadas pelos chefes locais. Seu estabelecimento no território indígena marcou o início de um processo duplo, de convivência e conflito com os novos ocupantes. Muitas famílias de *baianos* foram incorporadas aos Xakriabá mediante um regime de casamentos e compadrio, permitindo aos índios o estabelecimento de uma aliança duradoura com os chegantes e produzir meios de ocupar as terras sob constante ameaça de desagregação. Os habitantes do Terreno foram nomeados de diferentes formas. Foram reconhecidos regionalmente e se reconheciam ora como “caboclos” ou “índios”, ora como “herdeiros” ou “sucessores dos índios de São João das Missões” (SANTOS, 1997:67).

Um evento emblemático que teve lugar na luta pela defesa da terra, ocorrido nas imediações de Rancharia, foi a chamada Revolta do Curral de Varas. No começo do século XX, em 1910, um chefe político da cidade de Januária, Teófilo Alquimim, invadiu o Terreno dos Caboclos, junto com um contingente policial comandado pelo Capitão Delfino, e obrigou os índios a colocarem o marco das terras num lugar de sua escolha. O fazendeiro ainda ordenou que fosse construído um curral de varas, referido até os dias de hoje como “curral do Capitão Delfino”.

Um curral de varas de “aroeira pura” era uma construção sólida, que denotava desejo de permanência e também o de realizar uma afronta aos índios. Num ato de revolta, vários *chefes* dos caboclos se organizaram e atearam fogo ao curral. A repressão ao ato, feita pelo próprio Capitão Delfino, foi brutal e resultou na morte por espancamento de diversos indígenas, incluindo o *chefe* indígena Gerônimo Remualdo. O chefe Germano Gomes de Oliveira também foi espancado, mas sobreviveu com várias seqüelas, morrendo anos mais tarde em decorrência de complicações. Outras lideranças partiram para o Rio de Janeiro “a fim de pedir providências” e nunca mais voltaram (SCHETTINO, 1999: 37-41).

Outro desfecho da Revolta do Curral de Varas foi a fuga de muitos habitantes da Rancharia e a desarticulação dos indígenas frente ao contexto de invasão e expropriação posteriores. Isso resultou em uma nova viagem ao Rio de Janeiro, feita entre os anos de 1930 e 1950, que resultou no envio de um funcionário do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, de Lyrio do Valle, ao Terreno dos Caboclos.

Lyrio do Valle era um indígena, e também antigo funcionário do SPI. Há evidências de que ele era um funcionário importante, ligado à diretoria do órgão, dados os cargos que ocupou durante sua carreira. Lyrio foi nomeado pelo próprio General Rondon como “Cacique dos Índios de São João das Missões”, viveu durante um tempo indeterminado em Matias Cardoso, e suas ações junto aos indígenas de São João das Missões se concentraram na região da Rancharia. Lyrio e sua família foram perseguidos pelo poder local ao ponto de ele e seu filho serem presos sem qualquer acusação formal, e depois disso deixaram a região (SANTOS, 1997: 58-64).

#### A luta pela terra: a regularização das Terras Indígenas Xakriabá

O período subsequente à partida de Lyrio do Valle foi marcado pela continuação dos conflitos envolvendo índios, posseiros e fazendeiros da região. Em 1968, quando a RURALMINAS chegou à região, buscando promover a regularização fundiária, o Terreno dos Caboclos do Senhor São João era reconhecido pelo Estado como terra devoluta, apesar das sucessivas *providências* tomadas pelos *chefes*. No período subsequente a atuação de grileiros na região se intensificou. Suas estratégias incluíam a compra, sendo a grilagem o significado do cercamento em si, que restringia ao uso privado uma terra de direitos coletivos, e também do fato de que cercavam uma área maior do que aquela que havia comprado.

Os Xakriabá entre eles sempre realizaram transações de terra, mas estas não consistiam propriamente numa mudança no regime de propriedade da terra, pois o que se vendia era o *direito*. E o *direito* só poderia ser adquirido se a terra tivesse sido devidamente apropriada, ou seja, *trabalhada* (SANTOS, 1997:74).

Se os grileiros compravam o *direito*, eles logo o transformavam em propriedade através do cercamento da terra – que nunca havia sido cercada antes. Além disso, atuavam de forma desonesta: cercavam áreas maiores do que aquelas que haviam comprado, e deixavam de pagar aqueles que tinham vendido terras. Ao contrário dos *baianos*, os fazendeiros que se estabeleceram na terra indígena não eram passíveis de serem incorporados pelos índios através do casamento, de modo que as alianças com eles eram tipificadas por relações de agregado. Como criadores de muitas cabeças de gado, os fazendeiros ocupavam grandes extensões muito rapidamente.

A intervenção da RURALMINAS aumentou o interesse no Terreno e acelerou o processo de grilagem. A ocupação irregular de terras tomou proporções maiores, ao ponto de ameaçar a presença dos indígenas em grandes áreas, como foi no caso do local hoje correspondente à aldeia Sapé. Assim que “compravam” essas áreas, os fazendeiros usavam de força para expulsar e subjugar moradores, através de dois bandos de jagunços, chefiados por fazendeiros conhecidos como Gongá e Amaro. À medida que o conflito em torno da posse da terra se acirra, algumas famílias de nativos aliam-se aos fazendeiros e passam a ser identificados pelos Xakriabá como *posseiros*. O termo também foi aplicado, posteriormente, a todos aqueles que aceitaram à opção colocada pela RURALMINAS de que cada família que detinha um pedaço de terra por direito, onde trabalhava, titulasse um lote como propriedade privada.

No final da década de 1960, a FUNAI intervém no conflito. Havia sido notificada e convocada a resolver a questão das terras Xakriabá por Manoel Gomes de Oliveira, o Rodrigo e por Laurindo Gomes de Oliveira, índios da região do Brejo do Mata Fome. Sua viagem a Brasília torna-se célebre regionalmente, historicamente atualizando as jornadas dos antigos *chefes* ao Rio de Janeiro em busca de *providências*.

O Centro Indigenista Missionário (CIMI) também esteve presente na luta dos Xakriabá pela regularização de suas terras, atuando principalmente na regiões do Itapicuru, São Domingos e Sapé através do líder indígena Rosalino Gomes de Oliveira.

O período da *Luta pela Terra*, como esta história é narrada pelos Xakriabá, foi marcado pela violência empregada contra os indígenas, que responderam a ela organizando expurgos contra os posseiros. A demarcação da terra indígena em 1979 havia aumentado a tensão e intensificado os atentados contra a vida dos indígenas, o que culminou com o assassinato de Rosalino Gomes de Oliveira no ano de 1987 durante uma chacina na aldeia Itapicuru. Após a morte de Rosalino a terra indígena é homologada e os posseiros definitivamente retirados.

Sem qualquer motivo aparente, Rancharia, área citada em diversos relatórios da FUNAI como um importante local de habitação dos Xakriabá, acaba não sendo incluída nos estudos da demarcação realizados em 1978. Esse equívoco é visto com perplexidade pelos moradores da Rancharia:

*Antônio Possidônio de Souza: Ali no Furado do Meio morava, morava... Tomás com a família dele toda NE. Esse Tomás, ele era lá do Brejo também, que é da reserva, né? Então ele tinha o pessoal dele cá, irmão e tudo, então ele vinha pra cá também. É tudo uma coisa sozinha lá, Brejo com nós*

*cá, né? Então eu num sei como é que foi isso que deu que demarcou lá e ficou sem demarcar cá na Rancharia (...) (Schettino, 1999:58, 61)*

A homologação da Terra Indígena Xakriabá e a ausência de qualquer estudo para a Rancharia ocasionou maior pressão fundiária sobre aquele local. Novos *chegantes* se instalaram ali e os fazendeiros continuaram a cercar áreas de uso comum, inclusive porteiras e picadas, impedindo completamente o uso por parte dos indígenas de qualquer recurso que estivesse dentro de suas terras – como a coleta de frutos e outros produtos do extrativismo tradicional, como embiras, cabos para ferramentas, ervas ou mesmo lenha. A extração de madeira e a produção de carvão eram as atividades mais lucrativas nas fazendas abertas na Rancharia, e depois de desmatadas, as áreas eram empregadas para a criação de gado de corte.

Expropriados de suas terras e sem alternativas, os indígenas chegaram a trabalhar nas carvoarias, derrubando e arrastando árvores, alimentando fornos, guiando carroções no transporte do carvão e enchendo caminhões. A fabricação do carvão foi intensa, ao ponto de uma empresa siderúrgica da Zona Metropolitana de Belo Horizonte manter nas imediações um depósito para carregar o produto diretamente para suas indústrias.

No fim da década de 1990, um grupo de trabalho da FUNAI vai até a localidade de Rancharia para realizar um estudo de identificação e demarcação da terra indígena. O Relatório de Identificação e Demarcação é publicado em 1999 e, em 2003, a Terra Indígena Xakriabá Rancharia é homologada. Torna-se uma terra indígena separada da Terra Indígena Xakriabá por motivos políticos, uma vez que o cacique Manoel Gomes de Oliveira (o Rodrigo), não apoiou os indígenas de Rancharia.<sup>29</sup>

### **5.3.10.6 Interpretação dos Fatos Constantes da História Ocupacional da Região**

A Terra Indígena Xakriabá Rancharia tem esse nome devido à localidade de mesmo nome, hoje distrito de São João das Missões, que constitui o núcleo em torno do qual se aglutinaram os indígenas desde tempos muito antigos. Rancharia é a maneira pela qual os Xakriabá se referiam ao lugar devido à quantidade de ranchos construídos às margens de sua lagoa. A história indica que a ocupação indígena nessa localidade é antiga, tendo sido o seu entorno o palco da Revolta do Curral de Varas.

Os xakriabá de Rancharia dizem que ali não arranchavam apenas os indígenas, mas também pessoas de outros lugares. Muitos viajantes, especialmente romeiros a caminho de Bom Jesus da Lapa, se arranchavam ali durante suas viagens. Há meio século atrás a lagoa da Rancharia estava sempre cheia e abundava em peixes, e a região estava em sua maior parte recoberta por matas, onde havia caça, sendo convidativa tanto para aqueles que estavam de passagem quanto para errantes despossuídos que buscavam um lugar para morar. Estes podiam contar com a disposição que os Xakriabá apresentavam em acolher migrantes em suas terras (SCHETTINO, 1999: 28, 29, 76, 77).

Os ranchos, geralmente cobertos com casca de pau d'arco, marcaram um tempo de mata preservada e água abundante. As famílias da Rancharia se estabeleceram em torno do Vale do Riacho Seco e dos furados, locais onde a água se acumula depois da chuva. Plantavam nas beiradas dos morros, criavam o gado solto na mata, caçavam e coletavam na extensa mata que ia dali até o Custódio (aldeia da Terra Indígena Xakriabá). A consolidação da ocupação dos fazendeiros e a não-inclusão da Rancharia na demarcação realizada pela FUNAI em 1979 trouxeram mudanças intensas para a vida dos indígenas.

Primeiro as fazendas trouxeram as cercas e a impossibilidade de transitar por suas terras, fosse para caçar ou coletar. Depois, a derrubada sistemática de madeira e as queimadas indiscriminadas acabaram com a mata e espantaram os animais, tornando a caça e a coleta impossíveis e também reduzindo a vazão de água nas serras para o Riacho Seco. Além disso, diversas barragens foram construídas nas fazendas, impedindo que o Riacho Seco corresse no tempo das chuvas.

*Estagiário da FUNAI: Daí a questão do Riacho que tinha lá em cima, hoje chama...*

*Antônio Possidônio de Souza: É Riacho Seco né, que ele vem da serra, antes, quando chove né, na hora que chove aí ele enche, desce direto na lagoa, naquela lagoa lá né..., da Rancharia, ele desce ali. Aí chegou um certo tempo, aí que o Zé Gentio tem aquele dele lá pega fazê, fez uma barragem ali..., fez uma barragem e ali a água só entra ali, toda água só entra ali, naquela lagoa dele ali daquela fazenda ali, e lá pra nós fica em falta*

*[...]*

*[Pedro Antônio de Oliveira]: As água da lagoa vinha da serra.*

29 Rodrigo era o vice-prefeito do município de São João das Missões durante a época da realização do estudo em Rancharia. Ele assumira o compromisso, durante sua campanha, de que não haveria redefinição das terras xakriabá no município. Assim, não tomou parte em nenhuma atividade do GT da FUNAI para a Terra Indígena de Rancharia, delegando essa função a seu vice-cacique, Emílio Gomes de Oliveira.

[Manoel Gomes de Oliveira]: *Mas pra cá do Arnaldo tinha um pouco, tinha uma saída da água... tinha um minador no pé da serra que durava até o mês de junho.*

[Antropólogo]: *O riacho desembocava na lagoa?*

M: *Sim.*

P: *O nome do Riacho Seco é porque ele corre água só no tempo das água. [...] Essa barragem que fizeram na Cauê é que acabou com ele, tem muito tempo que nele num desce água (SCHETTINO, 1999:86, 87).*

Esses fatos, somados à mudança drástica no regime de chuvas, fizeram com que a maioria das famílias da Rancharia não pudesse confiar apenas na produção das roças, então reduzidas a “quintais”. A terra para o cultivo esteve reduzida em 94% em relação à área hoje homologada.

Antropólogo: *Quanto que, mais ou menos, cada família põe de roça aí?*

Roberto: *Oi, isso aí, mixaria, é coisinha poquinho, poquzinho mesmo, é só, bem dizê, é quintal mesmo!*

A: *Um quintalzinho dá pro sustento?*

N: *Ah, tem que dá, o jeito é dá...*

A: *O que se planta num quintal? Milho?*

N: *É, e feijão.*

A: *Dá pro ano todo ou tem que comprar?*

N: *tem que comprá, num dá pra tirá o ano. É pequenininho mesmo.*

A: *Antigamente tinha área pra roça, e o povo só trabalhava na roça?*

N: *Só na roça, é que tinha lugar pra trabaiaá muito. Mas depois acabou tudo.*

A: *E quanto cada família precisava para tirar o sustento de 1 ano?*

N: *Aí era conforme o tamanho da área que tinha, que era, se plantava aí rendia, sustentava, dava pra sustentá.*

A: *Qual era a medida que vocês usavam?*

N: *Aí era na base de meia quarta de milho e feijão.*

[...]

Estagiário: *O que mais que planta?*

Manoel Gomes de Oliveira: *Mandioca, arroz.*

[...]

A: *O Sr. Ta falando que hoje o pessoal não tem mais área de plantar, ma que antigamente tinha, porque isso aconteceu?*

M: *Isso aí foi depois que os fazendeiro foi chegando.*

N: *Foi tomando de poco a poco, poco a poco, até que passou a mão ni tudo. (Schettino, 89)*

Como alternativa para a sobrevivência, alguns indígenas passaram a trabalhar para os fazendeiros na derrubada da mata e fabricação de carvão. Outros deixaram a Rancharia para procurar trabalho nas fazendas da região e também nos estados de São Paulo e Mato Grosso. A homologação da terra indígena não restaurou aos Xakriabá suas condições originárias de produção, não legando-lhes um terreno em suas condições originais, uma vez que a terra estava devastada após 40 anos de exploração intensiva. Além disso, embora algumas áreas de plantio coletivo como a Cabeça d’Anta tenham continuado nessa condição após a homologação da terra, a maioria das áreas foi cercada visando à criação de gado.

Atualmente, boa parte da população depende do trabalho remunerado e aposentadorias para sobreviver, sendo que a grande parte desses recursos destina-se à alimentação (MONTE-MOR et al, 2007: 13).

### **5.3.10.7 Legislação Pertinente às Sociedades e Terras Indígenas**

Nos dias de hoje qualquer intervenção no âmbito das políticas indigenistas devem observar os princípios constitucionais estabelecidos em 1988 pois se constituem no principal aparato jurídico para os povos indígenas no Brasil, em particular os artigos:

*Art. 215, que determina que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1.º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.”;*

*Art. 216, segundo o qual “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;*

*Art. 231, o qual rompe em definitivo a perspectiva assimilacionista das políticas do estado para com os índios, ao inserir a seguinte redação: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”*

A Constituição de 1988 inovou no tratamento da questão indígena incorporando as mais avançadas concepções de igualdade e indicando novos parâmetros para a relação do Estado e da sociedade brasileira com os índios. A carta Magna constitui, deste então, um marco divisor para a avaliação da situação dos povos indígenas no Brasil.

A Constituição reconheceu aos povos indígenas direitos permanentes e coletivos e inovou também ao reconhecer a capacidade dos índios de estabelecer ação processual em defesa de suas comunidades e organizações, interesses e direitos.

Um dos aspectos mais positivos para os índios, no entanto, foi a estruturação institucional e técnica do Ministério Público Federal - MPF, órgão ao qual a Constituição delegou a tarefa de defesa dos direitos indígenas.

Hoje, o MPF está estruturado como uma rede de atendimento às demandas jurídicas dos povos indígenas, designando Procuradores da República dedicados à defesa dos interesses indígenas em todos os estados da federação. Além disso, estruturou um corpo de assessores técnicos em diversas áreas, como antropologia e engenharia florestal e biologia, os quais contribuem com informações técnicas para subsidiar as ações do órgão em defesa dos índios.

Mas além da Constituição Federal, há duas outras leis importantes para o trato da questão indígena, conforme instituídas pelo estado brasileiro, a saber, a Lei n. 5371 de 05 de dezembro de 1967, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e a Lei 6001/1973, conhecida como o Estatuto do Índio, que regula a situação jurídica dos povos indígenas em face do estado brasileiro.

No que diz respeito à legislação referente à FUNAI, esse órgão veio sofrendo várias modificações ao longo do tempo, sendo a mais importante delas, e também a mais recente, o Decreto Presidencial N. 7056 de 28 de dezembro de 2009, que aprova o Estatuto da FUNAI e sua reestruturação funcional. Tenta-se dentre outras medidas, instituir o papel de proteção especial aos índios, em detrimento da tutela, uma vez que esta soa anacrônica em decorrência do próprio papel que os índios vem assumindo da condução dos seus interesses.

Quanto ao Estatuto do Índio, este não somente é anacrônico como soa em muitos aspectos, contrário aos princípios constitucionais, necessitando ser substituído. Há ao menos quatro projetos em tramitação no Congresso Nacional, desde 1991. No entanto, a ação política do Congresso Nacional, no que respeita ao novo estatuto dos índios, está paralisada em função dos conflitos de interesse que opõem indígenas e a bancada ruralista. Existem lobbies presentes no Congresso Nacional agindo em função dos interesses nas terras indígenas, seja em função do solo e seus recursos, como os madeireiros, os energéticos e os relacionados ao agronegócio, seja pelos recursos do subsolo, como os minerais diversos presentes em terras em posse dos índios ou mesmo reivindicadas por eles.

Mas enquanto não se aprova o novo Estatuto do Índio, a ação do MPF, juntamente com justiça federal, garante a aplicação dos princípios constitucionais no que respeita aos direitos indígenas e, na medida em que não contradiga a CF, o Estatuto do Índio de 1973 ainda é amplamente usado como referencial legal, principalmente pela ação indigenista da FUNAI.

E no que respeita ao Direito Internacional há duas referências importantes observadas pelo Estado Brasileiro: a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário desde 2002, que reconhece a autodeterminação dos povos indígenas e tribais, e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2006, que imediatamente passou a ser seguida pelo Brasil.

Esses dois textos da legislação fundamental do direito internacional seguido pelo Estado Brasileiro determinam o fim das orientações para a assimilação desses povos pelos estados nacionais e adota os princípios do auto-reconhecimento, do autogoverno e da autonomia dos povos indígenas e tribais. E o mais importante, que nenhuma ação, seja do estado ou da sociedade, que impacta sobre a vida dos índios e sobre seus direitos possa se realizar sem consulta e consentimento dos povos indígenas, em particular do grupo que diretamente possa ser atingido.

### 5.3.10.8 Condições Atuais do Meio Ambiente

Os Xakriabá de Rancharia tiveram sua terra demarcada após um longo período de exploração intensa da mata seca da região por parte dos fazendeiros que se apropriaram de suas terras indevidamente. A retirada de madeira, a fabricação de carvão e as queimadas indiscriminadas destruíram a mata quase completamente, tornando a caça e a coleta atividades difíceis e improdutivas. Seu Silvino afirma que “mata mesmo ainda tem, mas só lá pra riba da serra. Pelo menos 50% da mata daquela serra nunca foi mexida, o resto lá foi destruído é por fogo.” Após a demarcação, os Xakriabá aproveitaram as áreas de pasto que estavam plantadas para introduzir nelas o gado bovino, hoje importante para sua economia, e voltaram a plantar em áreas onde antes se abriam as roças de toco, notadamente a áreas de beira de morro, como a Cabeça d’Anta.

Atualmente a mata da TIX Rancharia se encontra em processo de regeneração, já que a exploração dos Xakriabá atualmente se resume a lenha, com retiradas esporádicas para construção. Os Xakriabá classificam as áreas em recuperação segundo o tempo que permanecem preservadas, seguindo a seguinte classificação: capoeira (3 ou 4 anos), capoeirão (5 ou 6 anos), capão (“acima de 6 anos, quando tem pau mais grosso que um copo já é capão”). A recuperação da mata é uma preocupação das lideranças e professores indígenas, uma vez que a retirada da madeira e a intrusão do gado danificaram muitas nascentes do vale do Riacho Seco que já tinham um caráter intermitente.

Dentro desse paradigma, recentemente foi implantado um projeto de recuperação das nascentes e demais fontes de água das Terras Indígenas Xakriabá. Realizado pela Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Barreiro Preto, o projeto “*Xacriabá de Mãos Dadas na Recuperação das Nascentes - Água é Vida*” foi também o responsável pelo cercamento da lagoa de Rancharia. Antes do cercamento, a lagoa se encontrava em um processo de erosão em suas bordas já que o gado bebia em qualquer lugar e outros animais andavam em seu interior durante o tempo da seca. O uso de água da lagoa durante a construção do primeiro trajeto da BR-135 também é apontado pelos Xakriabá como um forte fator de degradação da mesma.

Há um dilema entre os Xakriabá acerca das medidas a serem tomadas em favor da recuperação de suas terras. O gado bovino é considerado como *mais certo* do que o trabalho na lavoura, por resistir mais facilmente aos longos períodos de seca, mas a ausência de um plano para o manejo do gado tornou a atividade pecuária uma fonte de preocupação para o povo Xakriabá, uma vez que sua criação compromete a infiltração de água no solo e também a flora dos gerais e matas. Além do cercamento das nascentes, esse problema tem sido contornado com a construção de pequenas barragens para facilitar a infiltração da água da chuva nos lençóis freáticos. Recentemente têm ocorrido discussões acerca da possibilidade de cercar pequenas áreas de *solta* – como os Xakriabá denominam as áreas onde o gado de todos pode pastar – nos gerais e matas, visando preservar plantas medicinais e frutíferas.

Na TIX Rancharia o gado não é tão numeroso, sendo que as famílias que com maior número de cabeças possuem duas centenas. Com o aumento da renda monetária e a criação de gado como principal forma de entesouramento entre os indígenas, é provável que esse número cresça com o passar dos anos. Em 2007, os Xakriabá de Rancharia manifestaram sua preocupação com o uso dos recursos naturais da terra indígena, e buscaram junto à UFMG a elaboração de um plano de gestão ambiental da terra indígena. A partir dessa demanda é que foi elaborado no mesmo ano o Relatório de “Renda e Consumo Alimentar de Rancharia”, com base na pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”.

#### Principais problemas ambientais existentes

Os principais problemas ambientais existentes estão relacionados à exaustão de recursos territoriais diversos, como fontes de matéria-prima para a produção de artesanato e outros bens de consumo, assim como também de bens de produção, móveis e construção de casas. Diversas espécies de árvores cuja madeira é altamente valorizada para a construção de casas e fabricação diversa foi exaurida pela exploração econômica realizada no passado. E em médio prazo essa exploração econômica, não só de madeira, mas também de carvão, fez aumentar a escassez de recursos hídricos na TI. A criação extensiva de gado também contribuiu para a escassez de recursos hídricos, em função da compactação do solo. Embora os córregos que cortam a TIXR sejam intermitentes, atualmente a vazão superficial de água ocorre apenas nos dias de chuva.

Atualmente, o aumento na criação do gado, proporcionado por programas de financiamento agrário como o Agroamigo, continua a favorecer a compactação do solo e impactando negativamente as áreas de recarga dos lençóis freáticos.

De forma geral tem havido uma perda de biodiversidade, seja relativa à fauna ou à flora, o que leva a modificações dos hábitos de vida relativamente aos meios de provisão de recursos alimentares, medicinais, artesanais e de construções diversas.

E as mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas relacionadas ao consumo, à medida em que leva a uma substituição dos meios tradicionais pela aquisição de mercadorias industrializadas, compradas nos mercados locais, tem, por sua vez, gerado um sério problema de acumulação de lixo nas terras xakriabá.

A extração de cal e paralelo não está submetida a qualquer planejamento, podendo comprometer as formações rochosas da TIX Rancharia.

### **5.3.10.9 Economia Indígena**

De forma geral, nos últimos 20 anos o quadro da vida tem mudando intensamente entre os Xakriabá. Essas mudanças são provocadas por diversos fatores, dentre eles a presença maciça do Estado via seguridade social, a partir de 1988, via políticas sociais de transferência direta de renda, via contratação de funcionários, tais como professores, serviços, mas também agentes de saúde, agentes sanitários, vereadores e funcionários da prefeitura. Esse fator tem levado a muitas famílias uma regularidade de renda com a qual não contavam até muito pouco tempo, tornando o assalariamento um ideal a ser perseguido pelos jovens. Em síntese, trata-se de um processo de crescente monetarização da vida em todos os seus aspectos.

Em Rancharia essa situação é a mesma, sendo que hoje praticamente todas as famílias contam com alguma renda permanente. Situação bem diversa daquela encontrada há dez anos, em que as duas fontes principais da renda Xakriabá, a produção agrícola e a assalariamento externo, mediante contratações temporárias, seja nas lavouras do entorno, seja nas lavouras de cana, café e outras monoculturas em outras regiões de Minas Gerais, mas principalmente em São Paulo, Mato grosso do Sul e Goiás, proviam rendas intermitentes. Mas se no passado havia certo equilíbrio entre a entrada de renda e a produção local para o consumo das próprias famílias, para o período atual podemos constatar um forte desequilíbrio a acentuar a entrada e a dependência de renda à medida que decresce a produção de gêneros alimentícios e outros gêneros produzidos no passado.

#### Monetarização da economia, assalariamento e demais fontes de renda

A monetarização da economia local, junto a outras transformações, ambientais e produtivas, com um crescente quadro de escassez relativa de recursos produtivos para uma economia tradicional, tem levando a uma significativa diminuição da produção para o consumo direto, sobretudo a partir dos anos 1990. O quadro geral é de uma intensa alteração no consumo e nos hábitos que podem ser lidos em termos de uma modernização e de uma urbanização da vida entre os Xakriabá (Monte-Mór, 1994; Diniz et. al. 2006).

Essas mudanças têm afetado a população em seu conjunto e significaram uma melhoria na qualidade de vida em geral, mas o percentual da população que se beneficia diretamente das melhores fontes de renda, somando os empregados com salários fixos, os aposentados e pensionistas, os funcionários ligados aos serviços de saúde, educação, saneamento e administração pública, atingem uma cifra de no máximo 35% das famílias<sup>30</sup>.

As famílias restantes, com a exceção daquelas de grandes criadores de gado dentro da TIX, têm como principal recurso as políticas sociais de transferência de renda do governo federal (Bolsa Família e congêneres) e o assalariamento externo intermitente (principalmente o ligado à migração pendular para São Paulo e Mato Grosso do Sul).

As parcelas jovens da população são as que mais sofrem as conseqüências do rareamento das oportunidades internas, sobretudo os de sexo masculino. A principal saída que se lhes tem apresentado são os trabalhos temporários na agroindústria, sobretudo a sucroalcooleira em São Paulo e no Mato Grosso do Sul. Anualmente, a maioria dos homens nas faixas etárias entre 18 e 40 anos das famílias em que não há membros assalariados na TIX vai para o trabalho temporário. No caso dos jovens solteiros, essa alternativa tem inclusive se tornado um rito de passagem, pois a renda que podem acumular numa temporada de trabalho pode ser usada para a compra de uma moto, um dos mais significativos ícones do moderno e do urbano, se não para a população como um todo, pelo menos para essa parcela da juventude.

<sup>30</sup> Trata-se de uma estimativa elaborada com base nos dados da Pesquisa Conhecendo a Economia Xakriabá.

No caso dos criadores de gado, estes têm alocado significativo aporte de recursos para a compra de matrizes bovinas via PRONAF/B (rebatizado para Agroamigo), assim como um grande número de não-criadores passaram a acessar recursos desse programa também para a compra de gado. A maior parte dos recursos desse programa destinados ao município de São João das Missões vai para os índios, numa cifra de 90% dos recursos. Em 2009, 19 famílias da aldeia Tenda acessaram esse recurso.

Assim, a pecuária vem se constituindo como a matriz produtiva de base exportadora local, em substituição do que fora no passado o algodão e a mamona, como lavouras tipicamente comerciais, e o milho, o feijão e a farinha de mandioca que, quando excedentes do consumo da família extensa, eram comercializados. A pecuária também tem se tornado um fator a mais a contribuir para a diminuição da produção agrícola destinada ao consumo direto das famílias, pois muitas das melhores terras cultiváveis são transformadas em pastagens. A necessidade de terras cada vez maiores para o gado tem levado ao cercamento de áreas antes de uso coletivo, ainda que estas de reconhecido direito pertencessem a alguma família em particular. Essa intensificação do uso das terras pela pecuária tem gerado inúmeras disputas pela posse da terra, com um incremento no quadro de conflitos internos.

Como uma síntese provisória para esse quadro mudanças, podemos dizer que à medida que os Xakriabá avançam na modernização da vida social, principalmente através da monetarização, via assalariamento, ocorre uma transformação mais profunda na base produtiva da economia local. Primeiramente porque a agricultura das roças de sequeiro cada vez mais se torna menos significativa enquanto fonte de provisão.

Antes as roças Xakriabá se constituíam como o centro da vida social e econômica do grupo, pois as roças e as áreas de serviço em torno da casa são espaços de sociabilidade e aprendizagens. Nesses lugares, cada qual com seu tempo, seu ritmo, seu ciclo, sua sazonalidade, as pessoas Xakriabá forma a compreensão de si e a cosmologia particular do grupo.

Essas mudanças, todavia, não afetam a cultura do grupo no sentido de por em perigo sua continuidade. Mas entre o trabalhador do roçado, geralmente mais velho, e o assalariado, mais jovem, emerge um conflito em termos de visão de mundo (e de cosmologia, talvez) e de maneiras de conceber a vida social. Parece não se tratar simplesmente de mais um conflito geracional, pois se evidenciam transformações de natureza mais profunda na sociedade e na cultura do grupo. De toda forma, esse processo faz parte de série de elementos em transformação, muito mais amplos, que constituem a dinâmica da cultura.

Outra consequência dessa passagem de modo de vida, em que se produzia para viver para um modo em que se aliena o trabalho em troca de salários, é a redução do circuito das trocas locais entre membros das famílias, das famílias entre si e entre as aldeias. Os circuitos das trocas internas de produtos e trabalho, geradores de uma forma de sociabilidade que vinculava famílias e aldeias numa rede societária cujas tramas principais são constituídas pelas relações de parentesco, cedem lugar ao mercado, à compra de gêneros alimentícios e outros bens no comércio das cidades vizinhas. E o trabalho temporário cada vez mais alonga os períodos de permanência dos trabalhadores fora da terra indígena, trazendo novos elementos ao quadro das experiências de vida dos Xakriabá, nem todas elas vistas como benéficas para a cultura do grupo<sup>31</sup>.

Outro aspecto dessa tensão gerada pelo processo de modernização relaciona-se ao controle que o grupo almeja em termos de regras sociais e de um ideal de vida pensado para a coletividade étnica. Se, do ponto dos indivíduos e das famílias, há uma extensa lista de bens e valores de uma nova pauta de consumo desejada e ainda não atendida, reforçando o ideal do assalariamento como ideal de vida, do ponto de vista do grupo étnico, e em consideração aos seus valores culturais, essas alterações geram focos internos de tensão que relacionam todos os aspectos da vida social em seu ambiente. Essas transformações

31 Conforme o jovem cacique Domingos Nunes de Oliveira,

*Hoje o número de Xakriabá é muito grande..., que saem pra... Principalmente os chefes de família e até mesmo os solteiros porque não tem emprego na região. A região é muito seca. As roças que a gente planta também não dá muito resultado porque a região... As chuvas não contribui pra ajudar Então a gente... O que a gente vê é isso. Porque eu também em 98 tive que sair aí... Já era casado, já tinha meus filhos... Tinha que manter a minha família. Como eu não tinha emprego eu tive que sair. Trabalhar no Mato Grosso do Sul cortando cana e fiquei um ano lá em 98. Voltei pra aldeia com a intenção de conseguir pelo menos um emprego. [...] hoje continuo desempregado. Fui eleito pra Cacique da nossa reserva porque o nosso Cacique faleceu em 25 de abril do ano passado. O pessoal me elegeu. Hoje eu tenho um trabalho pra manter não só pela minha família, mas pra todo povo Xakriabá. E é o que dificulta mais a gente. Porque o trabalho é muito e a gente não tem nem emprego pra ajudar na manutenção da minha família.*

*...o índio Xakriabá hoje é um número muito grande que sai pra trabalhar fora da aldeia. Na cidade de São Paulo, Mato Grosso, Goiás. Nas fazendas vizinhas. E... Eles, pra conseguir um emprego, pra conseguir trabalhar mesmo cortando cana eles tem que chegar, ter uma documentação de não índio. Se falar que é índio. Se falar que é índio as empresas não pegam os índios pra trabalharem, não sei porque. Mas eles não pegam e as pessoas são obrigadas a falar que não são índios pra conseguir emprego (Tem que ocultar a identidade?). É. Tem que ocultar. Tem que tirar um documento indígena e um não-indígena pra conseguir o emprego pra trabalhar fora. E por outro lado também é muito prejuízo porque cada índio que sai, vai pra trabalhar, fica um ano. Todo ano vai, então ele começa também a se adaptar com o jeito não-índio e começa a perder um pouco a sua cultura. Se a gente tivesse um jeito de sobreviver dentro da aldeia não corria esse risco, porque todo mundo está dentro da aldeia. Mas esse risco corre e vem acontecendo. As pessoas começam a ir se adaptando com o jeito não-índio e vai perdendo aos poucos a própria cultura que tem. (Entrevista concedida em Belo Horizonte, em Junho de 2004)*



produzem tensão nas relações entre pessoas e famílias, por um lado, e a coletividade, por outro. Perpassam também questões de gênero e gerações, fundiárias, econômico-produtivas, culturais, cosmológicas e ambientais.

Desse conjunto de transformações, as econômico-produtivas e as ambientais se tornam insustentáveis sob diversos aspectos, pois inviabilizam a reprodução ampliada da vida com base nos recursos territoriais, e algumas continuidades culturais, em termos de práticas, saberes e tradições, fortemente presentes no anseio do grupo. Mesmo do ponto de vista econômico-material, essa modernização apresenta vários limites, em termos de abrangência, dentro da Terra Indígena.

O esgotamento de algumas dessas frentes que trouxeram benefícios para a população, e as contradições apresentadas por outras, tem sido objeto de reflexão pelos próprios Xakriabá, sobretudo a partir de 2003, no contexto que reverteu o quadro político interno anterior, no qual as relações com o externo eram muito mais fortemente mediadas, e também centralizadas, no sentido paternalista e autoritário do termo, a partir da FUNAI e do cacique.

A mudança no sistema de cultivo, somado à contínua irregularidade das chuvas nos vem ocasionando o decréscimo da produção agrícola xakriabá, uma vez que frente à incerteza da colheita muitas famílias adotam a estratégia do trabalho temporário no corte de cana em lavouras nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Durante o tempo de empreitada, os indígenas ficam nove meses fora da terra, trabalhando seis dias por semana e recebendo salários que giram em torno de R\$ 600, mas podem ir até R\$ 1000 no caso de um cortador excepcional. O corte de cana é referido como um serviço judiado e prejudicial à saúde, no qual os rendimentos diminuem à medida que os trabalhadores se desgastam. É comum ver homens na faixa dos 40 anos com uma série de problemas de saúde ocasionados pelo trabalho nas usinas. E mesmo assim, nem sempre uma pessoa mais velha, na faixa dos quarenta anos consegue colocação nas usinas, sendo mesmo preteridos pelos gatos que fazem o agenciamento dos trabalhadores.

Em Rancharia, no entanto, há várias pessoas contratadas com carteira assinada na fazenda ICIL, próximo à terra indígena, onde se praticam lavouras irrigadas de banana e tomate. Esta fazenda também contrata mão-de-obra temporária, modalidade na qual não se assina carteira, para os serviços de plantio de mudas de banana, aspersão de cal nas mesmas e colheita do tomate. O trabalho na colheita do tomate também acontece nas localidades de São Bernardo e no município de Manga, em locais próximos a Rancharia.

No entanto, a principal fonte de renda monetária está na aposentadoria. Embora os dados compilados no relatório "Renda e Consumo Alimentar em Rancharia" sejam de 2004, desconsiderando a acentuação do trabalho temporário nesse período, e que mais indígenas também tiveram acesso à aposentadoria rural, acreditamos que ela ainda represente a principal forma de rendimento dos Xakriabá de Rancharia.

**Quadro 5.45**  
**Origem dos rendimentos anuais**

Fontes de Rendimentos	Valores em Reais em 2004	Valores em Salários Mínimos	
		Número	Percentual
Aposentadoria	167004	642	55,2
Salários	89736	345	29,7
Trabalhos não regulares	24023	92	7,9
Bolsa Escola	14880	57	4,9
Bolsa Família	6840	26	2,3
Total	302483	1163	100

Fonte: "Renda e Consumo Alimentar em Rancharia", 2007.

Para 2009 podemos fazer uma atualização para esses dados, o que revela uma mudança no que se refere à principal fonte de renda.

Dos 191 núcleos familiares distribuídos em 165 domicílios 115 recebem a Bolsa Família, e esta sem dúvida constitui a maior mudança. Mas há também uma mudança nos níveis de emprego da população, fazendo com que esta seja a variável que apresenta a maior fonte de renda para as Famílias.

Somente dentro da Terra Indígena 25 pessoas são assalariadas, estando empregadas nos serviços de educação e saúde. Pode-se dizer que são assalariados permanentes, exceto as que estão na função de serviçais da escola indígena, pois ali a comunidade instituiu uma modalidade de rodízio de trabalho anual, sendo que ao fim desse período outra pessoa assume o trabalho. Todas as mulheres que se interessarem podem concorrer a esse trabalho.

Um conjunto de 33 pessoas que moram em tempo integral em Rancharia tem emprego permanente, sejam os de carteira assinada na ICIL, os funcionários públicos estaduais e municipais, sejam aqueles que

ocupam cargos de confiança na administração municipal de São João das Missões. Mas desse conjunto de trabalhadores, a maioria são empregados com carteira assinada na ICIL.

São, portanto, 58 pessoas que residem permanentemente na TIXR que têm renda regular. 58,62% delas estão empregadas no setor público, e 41,38% na iniciativa privada, no caso, na ICIL. Apenas um trabalhador que mora na TIXR está empregado de forma permanente em outra fazenda, mas para esse caso não dispomos de informação se com carteira assinada. O grande empregador para a população de Rancharia é o setor público.

No entanto, há duas outras modalidades de trabalho muito significativas para as famílias de Rancharia, que são, em ordem de importância, a migração temporária e os diaristas. A Migração temporária geralmente se dá para as lavouras em Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul e mesmo Minas Gerais, como sói acontecer para a região de Coromandel, no Alto Paranaíba. Somente no mês de fevereiro de 2010 havia 34 pessoas e mais duas famílias inteiras residindo fora, encontrando-se na modalidade de migração pendular, a qual dura na maioria das vezes 09 meses, para aqueles que estão no corte de cana, mas que pode chegar a 11 meses, para aqueles que estão em outros trabalhos e mesmo com contrato de trabalho. Esse é o tempo máximo para os trabalhadores permanecerem empregados sem gerar vínculo empregatício. Já os diaristas trabalham para outras pessoas dentro da própria terra indígena, em trabalhos os mais diversos, nos sítios e nas fazendas do entorno, principalmente na ICIL, a qual emprega pessoas contratadas como diaristas o ano todo. Atualmente, os períodos de plantio de mudas de banana, de aspersão de cal bananais e de colheita as lavouras de tomate constituem picos em muitos trabalhadores são contratados. No caso da colheita do tomate a remuneração se dá pela produção, e nesse caso é comum que famílias inteiras, constituídas por casais e filhos se desloquem até as lavouras para incrementar a renda doméstica.

No mês de fevereiro de 2010 encontramos 52 pessoas cuja principal modalidade de renda são os trabalhos diversos que realizam como diaristas, dentro e fora a terra indígena. Nesse período, a maioria delas trabalhando dentro da própria terra indígena. Essa remuneração do trabalho dentro da terra indígena acontece em função das pequenas lavouras de mamona e milho que cada família planta, mas principalmente a de mamona, que é eminentemente comercial.

Em oito domicílios a única fonte de renda são as diárias, não entrando nem salários, nem aposentadoria nem Bolsa Família. E em outros 13 domicílios única entrada regular de dinheiro se dá pela Bolsa Família, sendo que estas famílias têm sua renda anual acrescida com produção de roça. Em 18 domicílios, além de receberem a bolsa família há algum membro, às vezes mais, que também trabalha como diarista.

E também em fevereiro de 2010 segundo o nosso levantamento, entre aposentados e pensionistas da previdência social havia 44 beneficiários, em 36 domicílios, sendo que há oito deles onde o casal é aposentado.

Considerando que a renda da terra, seja a da produção de mamona seja a da criação de gado, é pequena, e mesmo assim em posse das famílias mais influentes, há muitos domicílios em que as famílias vivem bem abaixo da linha da pobreza.

### Agricultura

A agricultura é a principal atividade produtiva exercida pelos Xakriabá de Rancharia em seu território. O relatório preliminar da pesquisa "Conhecendo a Economia Xakriabá", realizada pelo CEDEPLAR/UFMG em parceria com a Associação Indígena Xakriabá em 2005, aponta que a maior parte dos entrevistados entre 10 e 79 anos (39,5%) declara ter como principal ocupação o trabalho na roça. Além disso, 68,5% dos entrevistados declaram ter o trabalho da roça como um de suas três ocupações mais significativas. A isso se soma o fato de que a Rancharia tem uma grande área de terra preta e terra roxa tidas como as áreas mais férteis para o plantio dentre todas as terras xakriabá.

O plantio, até passado recente, era realizado nas chamadas roças de toco, que consistia na derrubada de uma área dentro da mata e conseqüente queima das árvores derrubadas. É comum no Brasil a denominação desse processo como lavoura de coivara. Seu processo permite o brotamento e a formação de capoeira, e constitui sistema de rotação de áreas com o descanso da terra por vários anos, às vezes décadas.

A roça de toco leva esse nome porque os tocos das árvores não eram arrancados, podendo rebrotar quando ela fosse abandonada em prol de outra área. A roça de toco é referida pelos mais velhos como uma roça mais fresca devido ao fato de ser cercada por mata, e por isso mais propensa a resistir longos períodos de estiagem.

Na Terra Indígena Xakriabá Rancharia, atualmente, em função da derrubada da maior parte da mata nativa, as roças são plantadas sempre na mesma localidade, sendo que para tanto se usa a aragem das áreas de cultivo. E há uma área que concentra as roças, na localidade de nome Cabeça d'Anta. Antes da demarcação esta localidade era uma fazenda, e com a desapropriação essa área se tornou de uso coletivo,

onde a maioria das famílias de Rancharia põe roça. Mas além das roças dessa localidade, há várias outras roças em áreas de uso exclusivo de cada de determinada família. Cabeça D'Anta foi instituída como uma área a ser partilhada por todas as famílias da TIXR, para que cada uma delas pudesse contar com uma área para plantio.

O produto mais plantado entre os Xakriabá de Rancharia é milho, seguido pela mandioca e pelo feijão de arranca. O milho é um produto importante por seu uso para alimentar pequenos animais, criados pelos indígenas para consumo doméstico, além de ser processado para produção de farinha e fubá. Mas a mandioca e o feijão são os mais importantes itens da alimentação Xakriabá, o que forma sua base, uma vez que a chamada farofa de feijão é consumida pela manhã e também durante o dia em tempos de dificuldade. As principais roças, no entanto, são de milho, e em meio a ele se planta o feijão andu, o feijão de arranca, o maxixe, a abóbora, o melão, a melancia e a batata-doce. Muito ocasionalmente se planta o arroz, e quando esta plantação ocorre é realizada nas áreas úmidas dos furados.

Em décadas passadas foram praticadas lavouras comerciais de mamona e algodão, sendo a mais importante delas a do algodão, o qual deixou de ser produzido em função das pragas que atacavam as maçãs do mesmo em sua fase de desenvolvimento. Recentemente, com a implantação de uma usina de biodiesel em Montes Claros, a mamona voltou a ser produzida, tornando uma lavoura comercial de significativo rendimento.

A média de produção de uma roça de mamona é de três t/ha, sendo que cada família planta uma área de varia de uma a dois hectares, em alguns casos chegando a até quatro hectares, embora seja raro devido ao investimento inicial que é preciso ser feito para o plantio. As safras são vendidas à PETROVASF, em Itacarambi, esmagadora que extrai o óleo da planta e revende à usina da Petrobrás em Montes Claros.

O plantio da mamona é simples, sendo usada uma espécie nativa da região. Durante a colheita os cachos da mamona são cortados e postos a secar ao sol. Quando esse processo se completa e há o suficiente para encher um caminhão, o comprador busca o produto na terra indígena, pagando o preço de acordo com um contrato assinado previamente. A última safra foi vendida a R\$0,70 o quilo, e o produto tem se tornado uma fonte de renda importante para os Xakriabá de Rancharia.

### Pecuária

A criação de gado bovino em Rancharia não é intensa como em outras áreas da Terra Indígena Xakriabá, mas tem aumentado progressivamente através dos programas de financiamento para a agricultura familiar que incentivam os indígenas a aumentar seu rebanho. Desde que foi eleito prefeito indígena em São João das Missões a prefeitura tem cuidado para que não haja inadimplência do município em relação ao PRONAF/B (rebatizado como AGROAMIGO), para que não cesse esse crédito para o município. O programa já era acessado desde a sua implantação, mas o aporte de recursos para a terra indígena se torna muito maior a partir de 2004. A quase totalidade dos recursos desse programa é aplicado na compra de gado bovino, sendo que para o ano de 2009 houve apenas um financiamento aplicado à criação de pequenos animais.

Em 2009, por exemplo, 19 famílias da TIXR receberam o benefício. E grande parte dessas famílias já o fizeram em anos anteriores. Não há maior número de criadores em função de que a apropriação de recursos territoriais se concentra em posse das famílias mais influentes, desde o período anterior à demarcação, não havendo, portanto, terras para que todas as famílias sejam criadoras. De forma geral a intensificação da criação de gado tende a gerar conflitos, em função dos cercamentos que são realizados. Embora a terra indígena seja retalhada em parcelas de posses cada uma delas controlada por uma família, em função de um direito de uso reconhecido, das benfeitorias e do uso costumeiro, o cercamento fere um princípio de uso também difundido, de caráter coletivo, de história já bastante antiga, segundo o qual os fundo-de-pastos são áreas onde todos podem soltar o gado para a pastagem.

Não fosse isso, a criação de gado bovino seria bem maior, pois o interesse pelo gado é geral, e os incentivos do programa AGROAMIGO são enormes em função do abatimento no valor do empréstimo contraído, de 25%, para aqueles que pagam o financiamento em dia. O gado representa para os Xakriabá uma espécie de poupança, sendo uma fonte de renda com a qual uma família pode contar ao longo um longo período de seca ou em caso de emergência.

### Outras atividades produtivas

Outras atividades produtivas são a caça, a extração mineral (cal e paralelepípedos), além da coleta de madeira para lenha.

Ao caçar os Xakriabá utilizam uma espingarda que chamam de rabo de cotia. De cano longo e fino, a rabo de cotia é fabricada de maneira artesanal usando material comprado especificamente para sua manufatura, ou mesmo sucata. A arma é carregada com cargas de pólvora e chumbo, usando-se uma bucha que pode

ser feita com embira ou ninho de pássaro, e disparada através da explosão de uma espoleta. É usada para caçar todo tipo de animal, podendo ser usada até mesmo para matar animais de médio porte, como veados. O cravinote, arma de maior poder de fogo, também pode ser usado para caçar animais mais perigosos como porcos do mato ou onças. Os caçadores carregam em suas capangas o material necessário para recarregar as armas, sacos de linha para levar a caça e também uma lanterna. Antes do advento da lanterna usava-se um chumaço de algodão acesso amarrado ao cano da espingarda.

Há dois tipos de caça praticados pelos Xakriabá. A primeira é a chamada espera, onde um ou mais caçadores se dirigem a uma área onde animais caçados circulam, sobem numa árvore e literalmente esperam até que a caça apareça. A espera costuma ser praticada durante a estação seca, no período noturno, já que grande parte dos animais caçados possui hábitos notívagos. Os caçadores aproveitam o fato dos olhos dos animais brilharem à luz da lanterna para aumentar suas chances de sucesso. Outra maneira de caçar é acuar o animal, usando cães. Essa modalidade é praticada perto de áreas onde é possível cercar o animal com ou sem o auxílio de armadilhas.

A Terra Indígena Xakriabá Rancharia teve sua fauna reduzida drasticamente durante as décadas de 80 e 90, antes de sua demarcação, quando as carvoarias das fazendas ali transformaram a quase totalidade da mata nativa em carvão. Os animais silvestres tradicionalmente caçados ainda podem ser encontrados nas beiradas e no alto da serra. Os Xakriabá de Rancharia, no entanto, podem andar longas distâncias em busca de caça, dirigindo-se às grandes áreas de gerais situadas entre a aldeia Prata e a região do Custódio, na Terra Indígena Xakriabá. A lista a seguir inclui todos os animais que os Xakriabá listam como possível caça, mesmo aqueles que raramente são caçados:

**Quadro 5.46**  
**Animais potencialmente caçados**

Nome Vulgar	Nome Científico	Denominação Xakriabá
Pecari	Tayassu tajacu	Porco Catitu, Porco do Mato
Queixada	Tayassu pecari	Porco Queixada, Porco do Mato
Tamanduá Mirim	Tamandua tetradactyla	Melete, Mixila
Tamanduá Bandeira	Myrmecophaga tridactyla	Bandeira
Mocó	Kerodon rupestris	Mocó
Veado Catingueiro	Mazama gouazoubira	Catingueiro
Veado Mateiro	Mazama americana	Mateiro
Cotia	Dasyprocta aguti	Cutia
Paca	Cuniculus paca	Paca
Tatu Galinha	Dasytus novemcinctus	Tatu Galinha, Tatu Preto
?	?	Tatu Rabo de Couro
Tatu Peba	Euphractus sexcinctus	Tatu Peba
Irara	Eira barbara	Papa Mel
Ouriço-Cacheiro	Erinaceus europaeus	Ouriço-Cacheiro
Jaratataca	Conepatus semistriatus	Gambá
Gambá	Gênero Didelphis	Saruê
Mão-Pelada	Procyon cancrivorus	Mão-Pelada
Guaxinim	Procyon lotor	Guaxo
Coati	Nasua nasua	Coati, Rabo Listrado
Onça Parda	Puma concolor puma	Suçarana
Onça Pintada/ Preta	Panthera onca	Pintada/Lombo Preto
Teiú	Tupinambis merianae	Tiú
Zabelê	Crypturellus noctivagus zabele	Zabelê, Zebele
Inhambu	Gênero Crypturellus	Lambú
Codorna-do-Campo	Nothura maculosa	Cadorna
Perdiz	Rhynchotus rufescens	Perdiz, Inhambupé

A lenha é um recurso importante para os Xakriabá, pois mesmo com o advento dos fogões a gás na terra indígena, as casas apenas fazem o uso deles para ferver água e preparar alimentos com rapidez. A maior parte das famílias usa carroções para buscar lenha na mata e estocá-la próximo às casas. Aqueles que não podem fazê-lo pagam entre R\$ 30 e 40 por um carroção cheio. A lenha é retirada das áreas da Caatinguinha, do Boqueirão de Pulu e da Cabeça d'Anta, principalmente nesse último lugar, já que também é onde as pessoas trabalham diariamente nas roças.

A madeira também é retirada para uso próprio, principalmente para construção. Antes, a maior parte provinha da Cabeça d'Anta, que foi devastada durante o tempo das carvoarias. As madeiras mais usadas pelos Xakriabá de Rancharia são o angico, o itapicuru, a aroeira, o capim-açu e o pau d'arco. A aroeira é usada para fazer esteios de casas, e as linhas e caibros são feitos de capim-açu e pau d'arco. O itapicuru é usado para cercar e, no passado, também se fazia curral de varas com ele. O Jacarandá, que não se encontra mais na região, era usado para fazer móveis. Segundo S. Silvino, liderança de Rancharia, "o carvão a gente não faz mais nem pra despesa. É que se deixar fazer carvão pra despesa acaba fazendo pra vender também e isso a gente não quer."

A extração de cal era feita antigamente com a única finalidade de usar o produto para rebocar as casas. A cal era feita em pequena quantidade com auxílio de fornos e usando "lenha fina". Recentemente algumas empresas agropecuárias da região passaram a comprar cal dos indígenas, e a extração do produto vem crescendo. A maneira de se fazer cal em grande quantidade consiste em retirar toras de árvores e montar uma espécie de "arapuca" com paus e pedras, à qual se deve atear fogo. A queima dura dois dias inteiros, depois dos quais se joga água para retirar a cal das pedras, que é então amontoada e ensacada. Uma empreitada dessa natureza produz até 200 sacos de cal e exige o trabalho de 5 homens adultos para arrancar a lenha, retirar as pedras e transportá-la com o auxílio de uma junta de bois. O valor do saco de cal gira em torno de R\$ 15 e 20.

O paralelo é retirado do Boqueirão de Pulu e da Cabeça d'Anta, usando marretas. É vendido para as prefeituras locais, principalmente a prefeitura de São João das Missões, por R\$ 80 ou 90 o milhar. É uma atividade exercida por muitos homens, que geralmente se organizam em duplas para trabalhar.

Embora a fabricação e circulação do artesanato sejam intensas na Terra Indígena Xakriabá, em Rancharia ela não se concretiza. Entre os Xakriabá a maior parte do artesanato é vendida para consumo interno, sendo observável um grande aumento do uso de adornos nos últimos cinco anos. Na Terra Indígena de Rancharia há poucos artesãos e mesmo poucos Xakriabá que fazem uso de adornos, algo que é motivado pela "vergonha" segundo os mais velhos. Atividades de manufatura artesanal para além dos adornos incluem a cerâmica e a carpintaria. Há senhores que ainda dominam a técnica de fabricação de engenhos e carros de boi, mas estes não são mais usados nas atividades produtivas.

A técnica cerâmica Xakriabá sofreu uma interrupção durante o tempo de invasão dos fazendeiros a suas terras, e a fabricação de peças tem retornado aos poucos. Em Rancharia ainda se fabricam tijolos e adobe, mas as telhas artesanais foram abandonadas em prol das industrializadas (MARIZ:1982, 62).

### 5.3.10.10 Utilização Ritual e Simbólica dos Territórios Indígenas

A Terra Indígena Xakriabá Rancharia abriga algumas das áreas mais importantes da religião tradicional dos Xakriabá. Às vezes referida como segredo ou segredo de índios, é marcada pelo ritual do Toré e pela relação com os encantados e os espíritos dos ancestrais. O caráter discreto envolvendo os trabalhos e o Toré faz com que haja pouca literatura a respeito, além da grande relutância que os indígenas têm em falar sobre o assunto com estranhos e não-iniciados.

Um dos motivos alegados para que a religião seja tratada como segredo foram as perseguições empreendidas contra os indígenas. Emílio Gomes de Oliveira atesta que o principal motivo da Revolta do Curral de Varas foi o fato do curral ter sido erguido próximo a um terreiro de Toré, representando um desrespeito aos locais sagrados xakriabá.

*Emílio: [...] Que esse Capitão Delfino era comandante da polícia. E eles tava lá concentrando, o trabalho deles, a religião. E eles invadiu a religião, que foi nesse lugar adonde tinha esse curral de vara. Eles foi fazer esse trabalho lá, na beira do rio. Foi lá tem o curral de vara, na beira do rio. Que aqui, os índio andava fazendo a religião, na reserva toda né. O blocozinho, né. Fazia num canto, fazia em outro, em outro... Era assim a união, né. O povo chamava de união. Andava o grupo para fazer esse trabalho. [...] Aí aconteceu desse Capitão... e com essa polícia e foi invadido, porque eles achava que tava fazendo coisa contra o branco. (...) Então foi por isso que foi... judiou, espancou índio muito, acho que até... nós num sabe se tem índio sumido, ou se foi matado, ou como é que foi. Diz que espalharam e outros sumiram, dessa vez. Então, (...) muito chefe dentro dessa religião desapareceram, né. Aí eles queimaram o curral do fazendeiro, de dança né. Eles queimaram (EMÍLIO, EMBAÚBA, 1995).*

*[...] a construção do curral teria ameaçado não apenas a terra, mas o que é, hoje percebido como o cerne e o sustentáculo da identidade coletiva. Em uma das versões correntes, esta ameaça se concretiza no motivo que induz os moradores à ação: o curral teria sido construído ao lado de um dos terreiros de Toré. As represálias que se seguiram teriam forçado os herdeiros a 'enterrar' – esconder e tornar segredo, mas também enterrar no sentido literal da palavra – sua religião (SANTOS, 1997:51-52)*

Após esse episódio, objetos usados nos trabalhos (chamados de tralhas) foram escondidos em grutas da Rancharia e os trabalhos passaram a ser realizados com menor intensidade. Rodrigo, o cacique xakriabá, fala a respeito das trocas rituais entre os indígenas de Rancharia e da região do Brejo do Mata Fome, da perseguição, além da retomada das práticas religiosas após a homologação das terras indígenas:

*Povo nosso daqui saía pra... trabalhá lá (em Rancharia)...., fazia os trabalho de campo, terrero, cumbinava os dias, ficava lá uns dia da semana fazendo os trabalho. Sempre tinha muita caça, pesca, tinha abelha, tira o mel, fazia garapa. Esse pessoal fazia aqueles trabalho.... depende da época necesária que achava conveniente, e ficava uma temporada lá... Aí os dilá vinha pra qui..., ficava semanas também, fazendo o mesmo trabalho..., religioso né! E com o tempo os velho foi morrendo, foi diminuindo, foi os mais novo. Aí houve uma perseguição..., o índio não podia mais falá a língua dele mais, não podia usá o terrero pra seus..., religião, e..., ficô tudo meio afastado né, é difícil. Agora depois de..., aqui dentro da área, depois que a FUNAI tomo essas providência, levo na justiça e que foi decidido, aí é que tâmo retornando. Aqui ficô uns vinte anos, nossa aparelhagem tudo dentro das gruta assim..., tampado de pedra. Eu era molecote, cuns cinco anos de idade, cunheci eles fazendo o trabalho, aí parô tudo. Eles ia fazê aquele trabalho no terrero e os fazendeiro... “não! É macumba! [...] Trazia a polícia, chegava perseguiu... [...]” (Schettino, 1999: 126)*

As descrições do Toré feitas por Mariz (1982) e Paraíso (2008) explicam que o ritual tem por objetivo a comunicação com os encantados e os espíritos ancestrais, sendo a Onça Cabocla a entidade central invocada durante o rito. Também chamada de laiá Cabocla, que poderia ser traduzido como “Avó Cabocla”, esse encantado é considerado pelos Xakriabá como um ancestral comum a todos os grupos familiares e também o principal protetor de suas terras. Como no caso dos outros encantados, sua ligação com a terra que os Xakriabá habitam é imanente, anterior, reconhecida por índios e não-índios. É comum ver figuras de barro e desenhos que representam a Onça nas paredes da casa, às vezes ao lado de imagens e quadros de santos. S. Chico de Bião, morador da aldeia Sumaré, conta que aqueles que adentravam o Terreno dos Caboclos para comerciar costumavam deixar uma oferenda para ela, em fumo ou cachaça, como forma de pedir passagem e segurança enquanto estivessem lá

A origem da laiá é contada num mito, onde uma jovem índia teria se transformado em onça para matar algumas cabeças de gado de um fazendeiro:

*Tinha duas moças andando juntas, quando chegaram numa poça de água, uma falou para a outra:*

- Ô irmã, quer ver eu virar onça para matar uma nuvia
- Eu quero ver.

*Aí tinha uma cama-do-gato – uma se enrola na cama-do-gato e fala pra outra:*

- Olha, quando eu vier de lá, da poça do céu, você pega essas folhas e põe na minha boca?
- Ponho.

*Então a uma foi, enrolou na cama-do-gato, virou onça, derramou sangue da nuvia. Quando voltou para desencantar, pra outra botar aquilo na boca, a outra não agüentou – abriu pé de carreira. A outra não teve coragem para desencantar ela. Aí a uma foi e ficou – encantada.*

*Ela é a onça cabocla. Ela é a chefe da nossa terra (Xakriabá, 2005:47).*

Como guardiã dos Xakriabá, ela era consultada no ritual do Toré sobre assuntos relativos à terra e também invocada em busca de proteção. Chefes antigos como Gerônimo Seixas Ferro ou Germano Gomes de Oliveira somente deixavam pessoas de fora se estabelecerem nas terras xakriabá depois de se consultarem com ela. Fazendeiros ou indígenas que tinham seu gado atacado por ela pediam a intervenção de Estevão Gomes de Oliveira, referido nas narrativas xakriabá como o finado Estevão. Ele dominava a língua dos antigos, era um pajé e mestre do Toré. Enquanto os trabalhos junto à Onça Cabocla foram mantidos, a terra indígena não era invadida.

*É que os índios foram misturando com os povos de fora. De primeiro os povo eram mais apumados, aí foi chegando essas coisas mais novatas, os trabalhos foram acabando. Foi coisa também desses fazendeiros, desse povo que veio invadindo. De primeiro as pessoas não conseguiam entrar aqui fácil assim não. Os trabalhos não deixavam: era gente que ficava perdido, era carro que quebrava. [...] Esse povo, como Estevão, ia é fazer trabalho nas matas. Eles iam para o mato, tomavam preparado de planta para concentrar, fazer os trabalhos. [...] Fazer um trabalho desses e chega aquela cobrona e enrola em você todo, imagina? [...] Mas você sabe que era a laiá, certo? Ela toma a forma de muitos bichos [...] Meu pai já viu ela, aquela indiazona toda, ela era alta. Apareceu para ele em cima da cerca, lá pro lado do Sapé. Olhou para ele e foi para dentro do mato. De primeiro ela passava por aqui, assobiando. Ela tinha um assobiado fininho, e quando ela passava os cachorros iam latindo. Ela passava pelos quintais afora (Salvino, Morro Falhado, 2009).*

A Rancharia abriga um ramo da família Gomes de Oliveira muito próximo aos antigos mestres do Toré, onde os mais velhos são netos ou sobrinhos de chefes importantes e também responsáveis pelos trabalhos. Além da consulta à laiá, um dos fins dos trabalhos era o sucesso na caça, uma vez que a incursão na mata sempre precisava ser negociada com outro encantado, referido como Caipora ou João-do-Campo, responsável por “governar a caça”. Uma caçada sem a permissão do Caipora poderia colocar o caçador perdido ou com má sorte, mas caso ele colaborasse os animais seria abundantes:

*Quantas vezes num cumi, os minino num matava bandera, fazia aquele varal só de carne... Catitu, tinha vezes quei matava dois, treis nas lapa... Pru quê? Aí é a força do encanto... É a força do encanto. (Schettino, 1999:128)*

Na Terra Indígena Xakriabá Rancharia há dois tipos de locais sagrados da religião antiga: os terreiros e as lapas (grutas). Não conseguimos saber a localização de nenhum terreiro atual, uma vez que essa é uma informação compartilhada apenas com os iniciados. As lapas não são usadas para trabalhos, mas são referidas como encantadas. O encanto dessas lapas está relacionado ao fato de que alguns encantados e espíritos ancestrais habitam nelas, e podem fazer com que um visitante indesejado permaneça preso ali. Isso acontece quando o encantado mostra seus objetos e tesouros, que podem ser tralhas do ritual ou ouro, e mexer nesses objetos pode causar o desabamento da gruta ou a passagem do visitante para o lado dos encantados. Uma ação que viole o encanto das lapas também pode causar seu desabamento, como nos contaram D. Antônia e S. Silvino, havia uma gruta na Cabeça d’Anta que desabou depois que um fazendeiro colocou fogo na mata que havia à sua volta. Os Xakriabá também identificam os vestígios arqueológicos encontrados nesses locais como um legado dos antigos, ou seja, de seus ancestrais indígenas. Além disso, um dos fatores que marca o encanto de uma área é a presença de objetos e pinturas antigas.

Em Rancharia ainda há dois cemitérios, um situado à margem da BR-135, e outro localizado no Boqueirão. O primeiro é um cemitério antigo, onde estão enterrados vários dos primeiros moradores da Rancharia, o outro é utilizado somente por algumas famílias do Boqueirão, especialmente a família do senhor Germino. Os cemitérios são palco da realização da Festa de Santa Cruz, celebrada entre os meses de março e abril. Além de fazerem vigília e rezarem durante toda a noite, os Xakriabá festejam com danças e comida farta.

### **5.3.10.11 Distribuição Espacial dos Grupos Étnicos e Relações Inter-étnicas**

A TIX Rancharia abriga grupos de famílias cuja origem remonta às aldeias Brejo do Mata Fome, Riachinho, Pedra Redonda e Riacho Comprido. Trata-se de aldeias muito antigas, algumas delas citadas como principais locais de habitação dos Xakriabá no começo do século XX pelo cônego Maurício Gaspar, e também conhecidas pelos próprios indígenas como o meio ou miolo de sua terra, no sentido de que abrigam os mais antigos grupos xakriabá, chamados de troncos antigos (SANTOS, 1997:33-34, 173). Mas diversos fatos históricos atestam a fixação de famílias indígenas no local desde tempos antigos.

As principais famílias da Rancharia são os Gomes de Oliveira, tronco antigo do qual se originam a maioria dos chefes Xakriabá, os Lacerda, os Possidônio e os Rodrigues. Mas há também os Nunes, os Lopes. As famílias de sobrenome Gomes de Oliveira, assim como os Nunes e os Lopes têm origem em aldeias da TIX. Os Possidônio, os Lacerda e os Rodrigues se originam de grupos de habitantes antigos da própria Rancharia, mas todos eles, em função dos inter-casamentos, têm parentesco com membros da outra terra indígena, ou mesmo com pessoas que são originárias dela.

Não há qualquer interdição de casamento entre os diversos grupos familiares da TIXR, embora tenha havido uma divisão em metades cerimoniais, operante até meados do século XX, baseada em obrigações rituais e questões relativas ao segredo e ao Toré, principal ritual da religião tradicional dos Xakriabá.

As relações dos Xakriabá de Rancharia com os indígenas das demais aldeias da Terra Indígena Xakriabá são marcadas pelo ritmo das celebrações religiosas, casamentos e funerais (os últimos chamados localmente de sentinela), sendo estes os principais motivos de seu deslocamento para a TIX.

Em síntese, as relações têm a marca do parentesco, o qual entre os Xakriabá assume a marca da parentela ampliada, que engloba como parentes próximos pessoas em posições tais que entre nós seriam classificadas como parentes distantes. Além do parentesco consanguíneo, há vários processos de produção do parentesco no qual pessoas afins são englobadas no grupo de parentes em função de alianças diversas, como apadrinhamento de noivos e crianças, mas também as relações com as parteiras e com as mães de leite. São também relações produtoras do parentesco os rituais de cura, as bênçãos, a iniciação nos grupos rituais do Toré, e mesmo as relações rotineiras de vizinhança, quando marcadas pelas prestações e contraprestações que caracterizam os processos de produção, distribuição e consumo de gêneros alimentícios, mas também as trocas relativas a dias de trabalho e a construção de casas, dentre outros serviços.

O indivíduo que deixa a terra por casar-se com um não indígena mantém o direito de plantar para sua família na mesma área que lhe seria legada por seus pais, caso casasse com um indígena, mas obviamente não terá a oportunidade de trabalhar e dividir as terras com um sogro indígena – algo importante na estrutura social Xakriabá. Ainda assim, os casamentos com pessoas de fora não são interditos e tem acontecido com alguma frequência.

Os Xakriabá visitam outras aldeias em ocasião de festas como o “19 de Abril” (Dia do Índio), o São Cristovão, São João, o Reis, a Festa Santa Cruz, além de vaquejadas e jogos de futebol. É comum que durante essas festas os visitantes passem dias na casa dos parentes. Algumas dessas celebrações festivas são realizadas em vários dias consecutivos, indo de uma semana ou mais, como quando se realizam folias de Reis, a Festa de Santa Cruz e os festejos de São João Batista. Estas festividades promovem um amplo deslocamento de pessoas entre as diversas aldeias e entre estas e a cidade de São João das Missões, no ir e vir relacionado aos festejos.

O limite leste da TIX Rancharia é a BR-135. A quase totalidade das famílias da área indígena vive à beira da estrada, próximos ao posto de saúde, às escolas e à creche. Novas famílias tendem a se instalar nessa área, ainda que seus parentes morem em outros lugares ou aldeias. O outro lado da estrada é ocupado pela população de maioria não-indígena, principalmente os de migração recente para a localidade, e é onde se situam a praça, bares, vendas e mercados. Parte dos moradores da parte não-indígena de Rancharia morava a oeste da estrada, mas saíram em decorrência da demarcação da Terra Indígena, após receberem indenização.

Algumas dessas famílias saíram não por serem não-indígenas, mas porque optaram pelo não reconhecimento de sua condição indígena. É provável que essas famílias o façam frente à atual revisão dos limites da TI, no qual está sendo revista e ampliada, também, a fronteira étnica Xakriabá.

As relações entre os moradores do lado indígena e não-indígena de Rancharia são marcadas pelo parentesco, pelas alianças sociais e políticas, mas também pela cordialidade, pela cooperação formal e informal, pela confiança, como a que se realiza na concessão de crédito nas mercearias. De modo mais geral, as relações são marcadas pelo fato de que os dois grupos compartilham o mesmo calendário religioso, mesmas festas, as mesmas crenças e, em grande parte, os mesmos rituais.

Do lado indígena, a Capela de São João Evangelista é usada nas novenas das festas religiosas por todos os moradores, e do lado não-indígena há igrejas da Congregação Cristã do Brasil, Assembléia de Deus, um salão das Testemunhas de Jeová, além de duas outras residências onde se celebram cultos. Indígenas e não-indígenas se reúnem também nas festas, sejam elas realizadas na Rancharia ou em outras localidades, como a vila de São Bernardo ou a Cidade de São João das Missões. Há também grande solidariedade em caso de falecimento de parentes.

Embora as relações dos Xakriabá para com a população das vilas e do município de São João das Missões sejam cordiais, há preconceito contra o grupo nas cidades de Manga, Itacarambi e Miravânia, o que tem ocasionado episódios esporádicos de violência cometida deliberadamente contra os indígenas. Em 2007, Avelino Nunes Macedo foi espancado enquanto estava numa festa no Virgílio, distrito da cidade de Miravânia. No mesmo ano, uma jovem xakriabá foi assassinada a facadas por seu vizinho na cidade de Itacarambi, onde trabalhava e estudava. Em 2008, durante a campanha de reeleição de José Nunes de Oliveira ao cargo de prefeito de São João das Missões, o índio Edson Dourado Leite foi morto a facadas em função de um ato de violência que se seguiu a uma discussão política.

A tensão entre os Xakriabá e os não-indígenas da região teve seu momento crítico durante o período de luta pela terra, nas décadas de 60, 70 e 80 do século XX. Da mesma maneira que as relações cordiais daquele tempo romperam em agressões mútuas, o atual processo de revisão de limites da TIX pode trazer novas tensões entre indígenas e regionais, como citado em peça pericial da Procuradoria da República em Minas Gerais:

*Historicamente, disputas fundiárias costumam aguçar preconceitos e indisposições contra os indígenas, nas regiões em que eles se encontram. Cabe lembrar que o processo de reestudo dos limites da Terra Indígena Xakriabá, iniciado em 2007, constitui a fase primeira de um procedimento administrativo complexo e demorado. A expectativa, portanto, é a de que esse campo de tensão nas relações entre indígenas e regionais se estenda por um período relativamente longo, não podendo ser de modo algum negligenciado na discussão de medidas de segurança voltadas para a TI Xakriabá. (Procuradoria da República em Minas Gerais, 2008:21)*

Em função da generalização e da magnitude, um dos mais graves problemas enfrentados pelo grupo na sua relação com os não indígenas tem sido a frequente aplicação de golpes por parte de vendedores ambulantes ou pessoas que alegam serem funcionários de bancos ou empresas do ramo financeiro, e representantes de consórcios. Geralmente os mais atingidos são os aposentados, uma vez que representam uma significativa parcela dos Xakriabá que possui renda fixa, sendo o alvo preferencial para esses golpes. No caso dos vendedores, é comum que vendam suas mercadorias parceladas, voltando para



receber o pagamento mensalmente. Muitas vezes coletam o pagamento sem deixar qualquer comprovante com os indígenas, para depois exigí-lo novamente alegando que uma parcela deixou de ser paga. Em outros casos enviam outro vendedor para coletar o pagamento e depois aparecem alegando que não o receberam, ou que este não tinha qualquer vinculação com aquele. Os que alegam serem funcionários de instituições financeiras causam um dano mais sério, pois vendem títulos de capitalização, pegam empréstimos em nome dos aposentados, que são obrigados a pagar pelos mesmos mediante desconto direto em folha de pagamento. Além desses golpes e fraudes, é de conhecimento dos Xakriabá que alguns caminhões de vendedores ambulantes vêm trazendo drogas para dentro da terra indígena, dando início a um ciclo de tráfico de entorpecentes e dependência química.

O problema dos ambulantes também é relatado pela Procuradoria Da República em Minas Gerais:

*Os vendedores ambulantes, chamados de camelôs, provenientes do Nordeste ou de lugares vizinhos à área, percorrem o território em caminhões baú ou outros veículos, vendendo todo tipo de mercadorias, inclusive quinquilharias sem muita utilidade; os preços são caros, bem acima dos praticados nas cidades próximas, mas aos moradores da área é oferecida uma série de facilidades no pagamento, o que acaba por cativar fregueses, a partir de então compromissados pelas dívidas contraídas. Os vendedores retornam periodicamente para recolherem os pagamentos e fazerem novas transações. [...] São vários os problemas trazidos pelos ambulantes. Tal como praticado, esse comércio se torna, muitas vezes, origem de tensão e conflitos, pois nem sempre os índios conseguem saldar os débitos contraídos. Foram relatadas a ocorrência de discussões, com ameaças àqueles que se recusam ou se dizem impossibilitados de pagar; em um dos episódios, essas ameaças foram feitas com o uso de uma arma. As lideranças Xakriabá afirmam, ainda, que nem todo o comércio realizado pelos camelôs é legal. Em caminhões baú mercadorias ilegais são facilmente escondidas, e muitos estariam praticando a venda e distribuição de bebidas alcoólicas dentro da TI; o comércio de armas; e, inclusive, venda de drogas. (idem: 13-14)*

### **5.3.10.12 Intercâmbio Socioeconômico com a Sociedade Envolvente**

A BR-135 é única via de acesso dos Xacriabá de Rancharia às cidades de São João das Missões e Manga, ao norte, Itacarambi e Januária, ao sul.

A BR-135 margeia a leste a TIXR, numa extensão de pouco mais de 4 km. Nesse trecho há uma maior utilização da rodovia pelos indígenas, principalmente no perímetro urbano. Em função do comércio, da Escola Estadual, do posto de Saúde, do acesso a ponto de ônibus e do comércio do lado não indígena, as travessias Xakriabá são constantes de um lado a outro. Mas além dessa travessia em função dos serviços que são oferecidos ou acessados do lado não indígena, ali também se encontram residindo famílias indígenas cujos filhos estudam na escola indígena, e, portanto, fazem a travessia de ida e volta diária para irem à escola. Como de resto há muitos vínculos de parentesco e alianças entre afins envolvendo membros dois lados do núcleo urbano, Rancharia e Tenda, a movimentação de pessoas para os dois lados é constante, um pouco mais acentuada por parte dos indígenas.

No trecho da rodovia em que esta mais se aproxima da lagoa há somente um arruamento de casas cujos lotes se estendem desde a margem da BR à margem da lagoa. Assim, a rodovia se torna a principal via pública dos Xacriabá e passagem obrigatória para quem transita entre os lados sul e norte da aldeia Tenda. É onde se situa também a creche indígena, o que intensifica ainda mais a movimentação nesse trecho da rodovia.

De resto, a rodovia é utilizada intensamente pelos índios, e este uso se relaciona a todos os aspectos da vida social indígena, tanto em suas relações internas como com o externo. Cabe ressaltar a importância da rodovia na representação espaço-temporal e territorial do grupo. Em todas as representações que o grupo faz de seu território, como observado em diversos desenhos realizados por alunos da escola indígena e por lideranças da TI rancharia, a BR é uma constante como ponto de referência e orientação espacial. E em função dos deslocamentos realizados pra fora da terra indígena, a rodovia e frações dela são os principais referentes nas marcações espaço-temporais dos indígenas de Rancharia.

Considerando em perspectiva histórica a constituição da localidade de Rancharia e sua relação com a estrada, podemos dizer que, antes da BR-135, o que havia ali era uma estrada local, de uso quase exclusivo pelos habitantes do município de São João das missões em seu acesso as cidades de Itacarambi e Januária e outras localidades desses municípios. Além disso, ela era usada pelos indígenas na condição de uma estrada que pertencia a suas terras, embora elas não fossem demarcadas. Mas a criação e implementação da BR-135 muda o domínio da estrada. E, embora ela tenha deixado de ser uma estrada local, ela permaneceu com significância muito baixa em termos de acesso regional, e continuou sendo usada majoritariamente pelos indígenas ou em função deles. Mas agora, a ampliação do uso da rodovia, depois de pavimentada, quando se tornará via de acesso de importância regional e nacional, alterará esse sentido de pertencimento dela aos indígenas. Essa alteração implica em um impacto de natureza imaterial, dado que alterará a representação espaço-temporal do grupo. No que diz respeito à vida social da etnia, os Xakriabá de Rancharia, os quais possuem extensos e fortes laços de parentesco com os membros da TIX,

precisam usar a BR-135 no trecho Rancharia a Missões para visitar seus parentes na outra Terra Indígena e mesmo na cidade de Missões, uma vez que há várias famílias indígenas que residem em São João das Missões.

São João das Missões é a origem dos Xakriabá, uma vez que foi lá que se organizou o aldeamento que visou reduzir os Xakriabá à civilização. Dessa forma, como um lugar muito antigo habitado por eles, o lugar assume aspecto de sagrado na memória do grupo, seja em função da história, dos vestígios arqueológicos pré-históricos e históricos encontrados em seu subsolo, seja em função dos símbolos religiosos. No calendário religioso tradicional compartilhado tanto por índios e não índios os festejos de São João Batista, no mês de junho, assume para os Xakriabá o aspecto de fato social total (nele acontecem/manifestam o ritual, o sagrado, o religioso, o político, o moral, o econômico, o jurídico), sendo que toda a vida social Xakriabá, em seu universo de mais de nove mil índios, é mobilizada em função da participação nos festejos. O que permite ao festejo ser tratado como fato social total para os Xakriabá é o fato de ele se instituir como um momento no qual acontecem eventos relacionados a todos os aspectos da vida social, e não só por isso, por esses eventos serem mais intensos nesse período de festas, de aproximadamente dez dias.

No que respeita a TIXR relativamente a esta festa, durante o período de sua realização os deslocamentos diários se intensificam no trecho Rancharia a São João das Missões, realizados por todos os moradores, seja de carro, a cavalo, de carroça, bicicleta, e, principalmente, a pé. Se no período dessa festa a circulação de pessoas a pé é muito grande, ele não cessa com a festa, no entanto. Durante todo o ano, diariamente, é possível perceber que muitas pessoas, por falta de recursos para ônibus, necessitam fazer o trajeto a pé em função de visitas a parentes, compras, trabalho e acesso a determinados serviços de saúde e outros nas repartições públicas.

Nos períodos de grande oferta de trabalho temporário, principalmente na época da colheita do tomate, o uso da rodovia se intensifica em função dos deslocamentos que os indígenas realizam a pé, de bicicleta, carroções e, em menor número, também de moto, em direção às lavouras e na volta para casa. Os deslocamentos pela BR-135 se dão nos trechos entre Rancharia e Missões, quando vão para as regiões de Traíras, São Bernardo e Coqueiros, no Município de São João das Missões, e também para o município de Manga, e no trecho Rancharia/Itacarambi quando vão realizar colheitas em terras da ICIL, a qual também é plantadora de tomate.

Se o uso da rodovia pelos indígenas já é intenso, esse uso tenderá a se intensificar mais ainda quanto concluído o processo de revisão dos limites das terras indígenas. Se hoje a BR-135 margeia pouco mais e 4 km da TIXR, com a revisão ela cortará por dentro de um trecho de mais de 14 km de Terra indígena. O fato de a Terra Indígena estar sendo ampliada até o São Francisco, ao mesmo tempo em que se está incorporando terras agricultáveis e irrigáveis no trecho entre Rancharia e Itacarambi, implica em que a utilização da rodovia pelos indígenas deverá se intensificar também nesse trecho, em função do uso da terra, que inclui até mesmo a possibilidade de fixação de residências ao longo da rodovia no trecho em que esta cortará a Terra Indígena.

Nesse processo de revisão dos limites da TIXR e TIX, que será registrada como uma única TIX, o núcleo urbano de Rancharia se tornará todo ele indígena, sendo que os moradores não indígenas serão indenizados e retirados da terra indígena. Mas o processo de revisão territorial, como já foi dito, é também um processo de ampliação da fronteira étnica, pois todas as famílias aparentadas aos Xakriabá poderão optar por serem incluídas na coletividade étnica e no direito de viver na TIX. Assim, várias pessoas que residem na área urbana de São João das Missões deverão se assentar em algum ponto da Terra Indígena. Algumas famílias da parte não indígena de Rancharia poderão permanecer no local, desde que comprovem parentesco e história indígenas. E todas as famílias consideradas indígenas nas localidades de Coqueiros, São Bernardo e Ilha do Capão, no São Francisco, poderão permanecer onde residem, compartilhando da Terra Indígena.

Vários moradores da área em estudo, no entanto, deverão ser indenizados e sair da terra indígena. E, como aconteceu nos processos anteriores de marcação das duas terras indígenas xakriabá, essas localidades devem ser reocupadas por famílias indígenas. Toda essa dinâmica tende a intensificar ainda mais o uso da rodovia pelos indígenas e em função da situação presente e futura no que respeita utilização da rodovia pelos indígenas, se impõe uma série de medidas mitigadoras e compensatórias que serão arroladas mais adiante.

### **5.3.10.13 Aspectos da Transmutação Cultural e Estratégias de Sobrevivência**

A atuação do Estado na terra indígena após sua homologação não se restringe à FUNAI. A Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEEMG) dá início, em 1997, ao Programa de Implantação das Escolas Indígenas. Com base no direito à educação diferenciada garantido na Constituição de 1988 é criado um magistério específico para formar professores indígenas em povos indígenas de Minas Gerais. Além da formação de professores, a SEEMG passa a ser responsável pela construção de escolas na TIX

além de financiar a produção de material didático xakriabá. Em 1999 a FUNASA assumiu a responsabilidade pelo atendimento de saúde e saneamento básico na terra indígena. Um Posto de Saúde é instalado no Sumaré e a FUNASA também se responsabiliza pelo Posto já existente no Brejo do Mata Fome, além disso, diversos agentes de saúde e agentes sanitários xakriabá são treinados e contratados para atuarem na região.

Em 2003, os Xakriabá se organizaram politicamente e elegeram José Nunes de Oliveira, então professor e diretor da escola indígena Bukimuju, como prefeito de São João das Missões. Ao mesmo tempo, houve o florescimento de novas associações xakriabá, protagonizadas por novas e antigas lideranças, além dos professores indígenas. As associações passam a executar projetos relativos à agropecuária (principalmente a construção de casas de farinha), meio ambiente (recuperação e cercamento das nascentes degradadas), saúde (construção de uma casa de medicina para a produção de remédios tradicionais) e os *projetos de cultura* (construção da Casa de Cultura Xakriabá, fomento às artes e artesanato locais, etc). A gerência de projetos pelos Xakriabá deu início a um grande e complicado diálogo entre os indígenas e a máquina administrativo-burocrática do Estado, com seus prazos, rubricas, documentos.

A partir de 2004, a energia elétrica chega à TIX implantada através de um programa estatal. É um ano que marca também o início de relações mais intensas entre os Xakriabá e as instituições financeiras, através de financiamentos para agricultura familiar, empréstimos e compra de títulos de capitalização. A disponibilidade de empregos na FUNASA e nas escolas indígenas havia criado as primeiras oportunidades de trabalho assalariado na terra indígena o que, junto com rendimentos provenientes de programas de redistribuição de renda e aposentadoria, gerou uma grande entrada de dinheiro (Monte-Mor et alli, 2006:7-8).

A chegada do dinheiro e da energia elétrica ocasionou uma explosão de consumo, tendo como principal expoente a compra de geladeiras, televisões, motocicletas e material de construção. Houve uma intensificação da busca dos Xakriabá por trabalho nas lavouras de cana nos estados de São Paulo e Mato Grosso, além de um aumento significativo na criação de gado de corte. As casas de alvenaria, até então raras na TIX, começaram a ser construídas em grande número. Segundo os dados de Pena (2003: 42), mais da metade dos domicílios era feita de adobe e enchimento, e apenas 1,39% eram construídas com tijolos de barro e blocos de cimento. Num espaço de sete anos, as *casas de barro*, como os Xakriabá chamam as casas de enchimento, já não são vistas com regularidade.

Essas transformações tiveram um forte impacto na própria configuração das Terras Indígenas Xakriabá. A paisagem de cerrado e mata seca entrecortada por casas e trilhas passou a dividir espaço com escolas, postos de saúde, vendas, cercas, campos de futebol e estradas onde circulam motocicletas, automóveis e ônibus. As aldeias Sumaré e Brejo do Mata Fome receberam calçamento e em nada parecem diferentes das vilas vizinhas à terra indígena.

Esses recursos que permeiam o *tempo d'agora* têm um duplo caráter, ao mesmo tempo em que são conquistas xakriabá, eles consolidam e intensificam seu contato com a *gente* e as *coisas de fora*. O fato de jovens e adultos, principalmente do sexo masculino, passarem quase nove meses no ano trabalhando no corte de cana é motivo de preocupação para os mais velhos. Essa preocupação se relaciona ao fato de que viver longe dos parentes não é algo desejável, já que as temporadas fora da terra podem enfraquecer laços importantes e transformar os jovens. A capacidade desses jovens em conseguir bens e dinheiro além de seu domínio de conhecimento sobre as *coisas de fora* os coloca em posição privilegiada em relação àqueles que não saem para trabalhar. Os mais velhos falam a respeito da mudança daqueles que vão *para fora*, sobretudo ao destes não dedicarem o devido cuidado acerca de instituições importantes dos Xakriabá como o respeito às lideranças, o comportamento discreto em relação ao sexo oposto ou o plantio de roças.

#### **5.3.10.14 Organização dos Serviços de Estado, de Educação e Saúde**

As transformações de ordem sociológica, política, econômica, e mesmo culturais, étnicas e ecológicas entre os Xakriabá foram muito intensas desde o início do processo de sua emergência como grupo étnico indígena nos anos 1970. A demarcação da terra como uma Terra Indígena é vista, ao final do período da luta da terra, como a garantia de um direito, pois em seguida uma série de benefícios é acessada pelo grupo em decorrência do estatuto de povo indígena.

Todas as sucessivas mudanças decorridas desde a implementação do posto Indígena da FUNAI entre os Xakriabá, no Brejo do Mata Fome, em 1973, até o presente, podem ser lidas como formas de ajuste a essa nova condição de grupo étnico juridicamente reconhecido. Assim, a eleição de um Cacique se deve à acomodação dos interesses entre os indígenas e a FUNAI, sendo que esta estimulou a formação de uma representação indígena centralizada. Mas numa área em que historicamente os interesses eram acomodados segundo uma lógica de alianças entre os chefes das famílias mais importantes, o cacique, do ponto de vista dos interesses internos, não pode governar sozinho. Surge então o Conselho de representantes, o qual nomeia e institucionaliza com pequenas nuances uma prática antiga de alianças e consensos engendrados pela ação dos chefes de famílias extensas e pelos líderes de aldeia.

Mas as mudanças mais significativas acontecem nos anos da década de 1990. O principal elemento objetivo dessa nova condição dos Xakriabá é o estatuto diferenciado dos povos indígenas na legislação brasileira, determinando uma ação diferenciada do Estado perante esses grupos. Essas mudanças se fizeram sentir muito fortemente entre os Xakriabá, primeiro porque antes da demarcação eles não contavam nem mesmo com os benefícios previstos pela política indigenista (Estatuto do Índio). E em segundo lugar, porque em sendo demarcada a terra indígena em 1987, um ano depois a Constituição Federal dá um passo avante na formulação dos direitos indígenas, a partir de então não mais pautando toda a política indigenista pelo viés da tutela. A emancipação indígena exige que de fato os próprios índios tenham que agir propositivamente no âmbito das políticas públicas em busca de melhorias de condições de vida, e mesmo para garantir uma melhor gestão dos recursos destinados às políticas sociais garantidas constitucionalmente.

Esse contexto institucional favorável, em certa medida, à ação indígena, aliado às percepções locais sobre as questões produtivas, territoriais, ambientais, cujas alternativas demandavam ações conjuntas, estimulou a organização do grupo e sua entrada no campo político. Com isso o grupo tem se tornado cada vez mais atuante no âmbito das políticas públicas e na gestão de seu próprio território (SANTOS, 2006). Esse processo tem sido orientado segundo uma perspectiva que combina a lógica da planificação própria do estado e da economia de mercado, mas que ao mesmo tempo subordinam esses mesmos elementos à lógica da ação familiar, dos grupos de parentesco, do trabalho cooperativo, das trocas simbólicas, do ritmo das aldeias, ou seja, considerando práticas, saberes e motivações que são próprios do grupo. A melhor expressão disso são as ações empreendidas pelas associações indígenas e a acomodação de novas lideranças, de forma geral escolarizadas, alocadas em funções importantes no novo contexto da vida indígena que inclui os serviços de educação e saúde, a gestão de projetos comunitários diversos (educativos, produtivos, promocionais, ambientais, culturais, etc.) e na própria administração municipal. Nesse processo, novas lideranças emergiram e outras estão emergindo na esfera política local, de modo que as potencialidades de transformações positivas, orientadas desde uma perspectiva global para a TIX, são muito significativas.

### O acesso a Políticas Públicas

A presença do Estado entre os Xacriabá é muito forte, em função da própria presença e atuação da FUNAI na área, a qual garante uma infraestrutura mínima de comunicação, como a distribuição das correspondências dos indígenas, de segurança, dado o seu papel de polícia no que respeita à proteção do território indígena e na administração de conflitos internos, juntamente com o cacique e as demais lideranças. A FUNAI garante também uma distribuição de cestas básicas em alguns períodos críticos, principalmente nos anos em que se presenciam os veranicos prolongados que levam à perda da produção agrícola.

Mas os principais serviços mediante os quais o Estado se faz presente nas TI Xakriabá são os serviços de educação e saúde. No caso da educação, as duas terras indígenas contam com 07 escolas indígenas estaduais, nas quais os professores e serviços são indígenas. As escolas são organizadas de forma descentralizada, estando presente em 34 endereços. Geralmente a educação infantil e as primeiras séries do ensino fundamental são realizadas nas aldeias, onde há uma escolinha e uma pequena equipe de educadores, e os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio são oferecidos nas escolas sede. São quase três mil alunos, cerca de 160 professores e aproximadamente 80 serviços.

Na TI Rancharia a escola funciona no endereço sede na aldeia Tenda, e funciona com 20 servidores, entre professores e serviços. E nelas estudam 243 alunos. Deles, 140 são alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, 74 são alunos dos anos finais do ensino fundamental e 29 são alunos do ensino médio.

No caso da saúde indígena os serviços de saúde são realizados por profissionais não indígenas contratados pela FUNASA, os quais atendem em postos de saúde e em um hospital instalado dentro da TIX. Mas as equipes de agentes de saúde, de agentes sanitários e dos técnicos em saúde dental são formadas por indígenas. Além do atendimento realizado na área indígena, há hospitais conveniados para o atendimento da saúde indígena nas cidades de Manga, para atendimentos clínicos diversos, e Montes Claros, onde há atendimento mais especializado.

Tanto no caso da saúde como da educação existe a parceria do município de São João das Missões, mediante convênios com quais se garante infraestrutura mínima em termos de transporte, contratações de técnicos e funcionários e estrada.

Mas além dessas políticas públicas do estado os Xacriabá tem acessado recursos de diversos programas de governo, nas três esferas, sendo que para isso contam com a própria prefeitura, a cooperativa de produtores do município de São João das Missões e as associações indígenas. Além disso, outro aspecto de significativa mudança na ação política Xakriabá para a captação de recursos diversos é sua atuação externa na formação de parcerias que hoje constitui uma imensa e multifacetada rede de atores. A

formação dessa rede de parcerias se dá também a partir dos anos de 1990, sendo intensificada com a criação das associações indígenas e a instituição da Escola Indígena diferenciada<sup>32</sup>.

Essa rede foi forjada na busca de recursos de desenvolvimento, num primeiro momento, mas logo se estendeu para o campo da capacitação para as lides com os meandros da burocracia estatal. Essa capacitação demandava principalmente assessoria técnica. Ambas as frentes, de busca de fomento e de formação de pessoal qualificado, envolveram uma ampla gama de órgãos estatais e instituições públicas, como MDA, MMA, MEC, UFMG, CEFET – Januária, mas também ONGs e diversos movimentos sociais que atuam em rede e promovem capacitação e troca de experiência. Com essas parcerias se multiplicam os embates em torno do desenvolvimento (cultural, social, ambiental, político, econômico) e das alternativas de sustentabilidade em todas essas esferas da vida do grupo étnico.

Um dos primeiros passos ensaiados pelos Xakriabá no sentido de atuar com a gestão própria de projetos indígenas foi a criação das associações indígenas. O objetivo primeiro era a captação de recursos. As primeiras experiências das associações na lida com os projetos revelaram as dificuldades que teriam que enfrentar, sejam elas relativas aos processos burocráticos de gestão de recursos públicos, sejam elas relacionadas às capacidades técnicas necessárias para a execução de muito dos projetos que implicavam para o grupo, em inovações técnicas, as quais, do ponto de vista da experiência se situavam num horizonte de alcance muito distante da realidade indígena. Em função dessas dificuldades, uma das principais demandas do grupo no início da década de 2000 foi a capacitação para a elaboração de projetos e sua gestão, sendo esse o primeiro apoio buscado pelas novas associações que se formavam<sup>33</sup>. Uma das alternativas encontradas pelo grupo para superar essas dificuldades foi buscar parcerias que os auxiliassem no enfrentamento dessas dificuldades.

Os problemas enfrentados hoje pelos Xakriabá em relação à sustentabilidade e à sua organização social com base no território articulam diversos planos: o econômico, com a necessidade de se instituir formas de geração de renda vinculadas ao território, assim como de reconfiguração das estratégias de reprodução ampliada da vida; o social, na medida em que a saída em massa de jovens em busca de recursos monetários tem desdobramentos internos decisivos nas formas de organização e sociabilidade locais; o político, em um quadro de indefinição legal quanto ao estatuto das relações entre os diferentes agentes de regulação do Estado e os povos indígenas; o simbólico e cultural, em função do forte processo de reconstrução das referências culturais tradicionais que produzem contemporânea e simultaneamente uma modernização das tradições indígenas e uma indigenização da modernidade (SAHLINS, 1997); o ecológico, com a pressão demográfica e produtiva sobre um sistema de limites territoriais fechados que caracteriza a atual definição legal das terras indígenas.

Nesse quadro complexo, a busca por alternativas de produção, medida que resulta da busca mais geral por sustentabilidade (SANTOS, RODRIGUEZ, 2002), se coloca ainda como um desafio que os Xakriabá partilham com os demais povos indígenas e que diz respeito à sociedade brasileira no seu conjunto.

O resultado dessa política Xakriabá de fortalecimento institucional, principalmente através das parcerias, foi a formação de um amplo leque de atores, os quais por sua vez formam redes que atuam em função de questões específicas de alcance muitas vezes em todo o território nacional, mas que também diz respeito à questão indígena.<sup>1</sup> Essa rede envolve pessoas ligadas ao governo, como exemplificam as relações com membros e políticas de vários ministérios do governo federal, como MDA, MMA e MEC. Além desse também há parcerias com instituições públicas do Estado como o DENOCS, o Banco do Nordeste, a CODEVASF, a CONAB, o CEFET Januária, UFMG, esta via FAE, ICA e CEDEPLAR. Há também as entidades ligadas ao governo de Minas Gerais, como o IDENE e o CONSEA. De parte da sociedade civil há movimentos e entidades dos mais variados fazeres, dentre eles o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Centro de Agricultura do Norte de Minas – CAA/NM, Cooperativa Grande Sertão, Rede Cerrado, Casa Verde, Rede Pacari, PERMEAR – rede de permacultores, através do Instituto de Permacultura Cerrado-Pantanal, o Instituto Sociedade, População e Natureza, a Caritas Brasileira, a Pastoral da Criança dentre outros.

---

32 Em 1997 se institui a escola indígena e se inicia a formação de professores indígenas em nível de magistério, sendo que a primeira turma se forma em 2000, a segunda em 2004 e a terceira em 2008, formando mais de 150 professores. E em 2006 se inicia a licenciatura indígena na UFMG, que passa a ser cursada por 110 professores indígenas Xakriabá. Com isso se põe fim a uma demanda de ingresso escolar retida e que gerava um alto índice de analfabetismo entre população adulta. Se em 1997 a escola indígena Xakriabá tinha pouco mais de 500 alunos, esse número praticamente quadruplica em 2005 com seus mais de dois mil alunos. Bem antes das mudanças resultantes da escolarização interna, a trajetória de formação dos professores indígenas, em particular o contato de novas formas de pensar a ação política – ideologicamente libertárias, emancipatórias e democratizantes – se torna muito favorável à formação de novas lideranças políticas. Assim, desde 2002, uma primeira geração dos professores Xakriabá, ensaiava as primeiras idéias para por em prática o plano de se lançarem na disputa do governo municipal de São João das Missões.

33 Foi nesse âmbito que se iniciou de forma mais sistemática uma parceria das Xakriabá com grupos de pesquisa da UFMG, articulando então duas fontes de financiamento: a realização de um diagnóstico da economia, um projeto proposto ao CERIS pela AIX e implementado em parceria com o Grupo de Educação Indígena/Faculdade de Educação e com o Cedeplar/ Faculdade de Economia em projeto financiado pelo MDA.

Os recursos públicos acessados pelos Xacriabá através dessa rede de parcerias incluem recursos estatais, de ONGs brasileiras e mesmo da cooperação internacional.

Sobre as modalidades de acesso, em nenhum desses programas o indivíduo ou família tem acesso direto. Mesmo quando se trata de uma política de crédito, como é o caso da disponibilização de recursos do programa AGROAMIGO aos produtores familiares, o acesso se dá mediante aval realizado pelas associações comunitárias.

Assim, para as famílias da TIXR o aval é dado pelo presidente da Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Tenda, presidida atualmente pelo cacique. Mas a maioria dos recursos se dá por meio de projetos comunitários que através dos quais as associações indígenas respondem aos editais de programas os mais diversos, sendo que na maioria das vezes elas adéquam suas demandas às exigências dos editais. Ocorre com frequência que os projetos que de fato fazem parte do anseio do grupo ficam dez anos e mais sem serem contemplados, ou mesmo nunca o são.

A modalidade de projetos se aplica inclusive ao campo da educação e cultura, contando-se para isso os projetos de produção de material didático para as escolas indígenas e os projetos do programa Prêmios de Cultura Indígena.

No que diz respeito à AIXT (Associação Indígena Xacriabá Aldeia Tenda), embora seja uma associação já antiga, ela teve relativamente pouco êxito no acesso aos recursos dos programas aos quais concorreu. Diversos fatores tem contribuído para isso, sendo que merecem destaque:

- a política de cotas étnicas estabelecidas em vários programas voltados para os índios, sendo que muitas vezes se atende a cada etnia com um projeto, desconsiderando o contextos socioeconômicos, ambientais e populacionais. No caso Xacriabá, como se trata de uma etnia com uma população de quase 10 mil índios, cuja magnitude é na maioria dos casos desconhecida, geralmente se beneficia uma dentre todas as aldeias proponentes de projetos. Assim, aquelas associações mais fortalecidas institucionalmente tendem a captar mais recursos, em detrimento das outras. E no que respeita à ação das AIX's não se estabeleceu ainda uma política de representação centralizada.
- em muitos casos se colocam condicionantes para os projetos, tais como contrapartida comunitária e medidas preservacionistas relativamente ao meio-ambiente, ou mesmo medidas de recuperação ambiental, para as quais as comunidades não têm recursos humanos e técnicos para responder positivamente.
- a falta de capacitação de agentes locais a elaboração de projetos, para encaminhar toda a documentação e para o acompanhamento institucional que garanta que as informações circulem de ambos os lados.
- a falta de apoio técnico das parcerias. Embora sejam muitas, elas concentram sua atuação em algumas aldeias, deixando várias delas sem apoio institucional e técnico para adequação de suas demandas e elaboração de projetos segundo as linguagens específicas estabelecidas por cada órgão em seus editais.

Diante desse quadro de fragilidade institucional, a AIXT teve um único projeto comunitário aprovado e executado em toda a sua história, a saber, a construção da Casa de Farinha. Trata-se de projeto enviado ao programa Carteira Indígena em 2005. Para esse projeto a associação contou com a parceria e cooperação técnica de diversos atores. Mas a apresentação da proposta, no entanto, estava condicionada a várias cláusulas, modo que os indígenas de Racharia tiveram que abandonar suas demandas em função de uma alternativa de baixo impacto, tendo em vista que a produção de mandioca é de baixo custo laboral e ambiental, e com alto retorno econômico tendo em vista o investimento inicial.

No entanto, dentre suas demandas que já foram elaboradas em projetos, estão a aquisição de uma trator com implementos para aumentar a produção local das roças, e a recuperação da lagoa, sítio sagrado na memória histórica de Rancharia, e degradado em função de fatores antrópicos diversos e ao longo de toda a história de ocupação do Vale do Riacho Seco.

As políticas públicas de maior impacto entre os Xakriabá são as políticas sociais de transferência de renda, em particular o Bolsa Família. E de forma mais geral, em termos de emprego e renda, o Estado, via seguridade social e via funcionalismo, é o ente que mais gera dividendos para os Xacriabá.

### **5.3.10.15 Organizações e Associações Indígenas**

Muitas transformações ocorreram entre os Xakriabá desde a demarcação das duas terras indígenas, as quais dizem respeito a aspectos legais, principalmente em função dos reconhecidos direitos indígenas incluídos na Constituição Federal de 1988, mas também em função dos contextos locais, regional e nacional com os quais eles se relacionam política, econômica e socialmente.

Mudanças recentes também ocorreram na organização social Xakriabá, notadamente aquelas que estão em relação direta com a emergência das associações indígenas e da atuação de novas lideranças na busca e acesso a políticas e programas sociais das três esferas do Estado Brasileiro, União, estado e município.

O principal aspecto dessas transformações diz respeito à transição pela qual o grupo passa em relação à gestão de projetos de interesse comunitário e aos desafios que a implementação desses projetos traz para o grupo indígena na sua relação com o território. Essas ações implicam mudanças no plano societário, o da organização social, na esfera produtiva e na economia de forma geral, mas também se reflete na cultura e na identidade do grupo.

Até meados dos anos de 1990, a FUNAI foi o órgão tutelar que desde a criação da Terra Indígena Xakriabá no final dos anos 1970 mediou as relações do grupo com as diversas outras esferas do Estado e da sociedade. Em 1988, a nova Constituição Federal propicia novas formas de relação jurídica dos índios com o estado brasileiro. A principal mudança, contudo, é a emancipação indígena.

Além disso, novos órgãos do Estado recebem incumbências para a implementação da política indigenista, como é o caso da FUNASA, responsável pela saúde indígena, e do Ministério Público Federal, responsável pela defesa dos índios. Outras situações como a da educação e da assistência, permanecem sob responsabilidade da FUNAI, mas o Estado cria legislação que delega aos estados e municípios responsabilidades na política indigenista.

Assim, por exemplo, a educação Xakriabá, embora criada segundo as normas da educação diferenciada indígena, é mantida pelo Estado de Minas Gerais, o qual vem estabelecendo convênios com a própria FUNAI e com a UFMG para sua implementação.

O principal marco dos novos direitos indígenas afirmados na Constituição Federal de 1988 se constitui da possibilidade dos índios criarem empresas, cooperativas, associações, e poderem se representar eles mesmos enquanto pessoas emancipadas do ponto de vista civil diante dos fóruns administrativos e jurídicos do Estado. Tal fato do direito permitiu, entre outras coisas, a constituição das associações indígenas Xakriabá (AIXs). Dessa forma o grupo amplia o acesso direto ao Estado e constrói redes de relações institucionais, dentro e fora do Estado, para fortalecer a política indígena local.

Enquanto uma nova esfera de poder interna à organização social, as associações indígenas e seus líderes criam um novo foco de tensão relativamente à organização tradicional, esta centrada no cacique e nos representantes de aldeia. Essa nova esfera de ação constituída pelas associações indígenas passa a configurar um novo espaço de poder interno que precisa entrar em concerto com a organização tradicional.

Essa tensão se dá pela introdução de práticas burocratizadas e rotinizadas do planejamento e da gestão de projetos, as quais fogem ao domínio dos líderes tradicionais. Assim, muitas das funções administrativas são colocadas nas mãos dos jovens que passaram pelo processo de escolarização. Em Rancharia, no entanto, as lideranças tradicionais atuam firmemente na condução das ações da associação indígena da aldeia Tenda, sendo que o seu presidente atual, e já pelo segundo mandato, é o cacique Agenor Nunes, e outras lideranças locais membros do Conselho Indígena de Rancharia também atuam de forma constante e efetiva na política indígena.

Mas, de regra, esses dois processos, a escolarização e o exercício de funções administrativas e técnicas, promoveram muitos desses jovens ao *status* de líderes. Foram as novas lideranças, por exemplo, que puseram em curso, desde 2002, as ações em torno do ideal de concorrer às eleições municipais com chapa encabeçada pelos próprios índios. E tendo os próprios jovens como “cabeças de chapa”, os Xakriabá venceram duas eleições municipais em São João das Missões, a primeira em 2004, a segunda em 2008, e em ambas elegeram um prefeito índio e fizeram uma maioria de vereadores índios pra a Câmara Municipal.

Dessa forma, no momento atual, os Xakriabá buscam sua autonomia enquanto grupo social e étnico promovendo os acertos que neutralizam os conflitos que emergem dessas duas formas de ação que marcam a esfera da organização política do território indígena. Uma é aquela representada pelo Conselho de Representantes das aldeias, o qual é presidido pelo Cacique, e a outra pelas lideranças jovens e escolarizadas que atuam na prefeitura, na câmara municipal e nas mais de dez associações indígenas Xakriabá (AIX). Cabe ressaltar que uma delas está organizada numa aldeia de ocupação, em terra historicamente indígena, mas ainda não demarcada, mas que está sendo reivindicada por um grupo de mais de 30 famílias. Suas articulações buscam reforçar a luta indígena no que concerne ao processo de “retomada do território”, forma como eles nominam o processo relacionado à revisão dos limites das terras indígenas.

Foi com a ação política dos novos líderes que os Xakriabá entraram na luta política mais ampla, o que se reflete nas eleições municipais. Com essa entrada na política municipal os Xakriabá deram um caráter

ainda mais indígena para o município em questão, no aspecto político (étnico), uma vez que no sentido histórico São João das Missões sempre foi indígena (a localidade é formada como São João dos Índios).

Antes, porém, de elucidar a dinâmica dessas formas de ação e das diferentes esferas de organização da política Xakriabá, os próprios fatos a partir dos quais emergiram os novos agentes precisam ser trazidos à tona.

### A organização interna e “tradicional”

A Terra indígena Xakriabá está dividida em mais de 50 localidades reconhecidas como aldeias ou sub-aldeias. O que primeiramente atribui a uma localidade o *status* de aldeia é sua importância política. Apenas secundariamente contam fatores demográficos e territoriais. As sub-aldeias recebem essa denominação por serem resultado de subdivisões recentes, por seus líderes não conseguirem se alçar ao status de representantes, e por obedecerem mais a questões da administração pública relacionadas principalmente aos serviços de saúde. O termo sub-aldeia foi criado pela FUNASA. De forma geral, uma aldeia tem um representante no Conselho de Representantes, embora isso não seja regra, e de fato há exceções. Em uma delas, um único líder representa cinco aldeias, e em outro caso outro líder representa três. Tal fato se deve às alianças políticas e ao parentesco.

De resto, cada aldeia tende a ser formada por um grupo de parentes. E geralmente as sub-aldeias apresentam como fronteiras os limites de um grupo familiar com vínculos mais distantes com relação à família que constitui a aldeia principal.

A política interna Xakriabá consiste na política do parentesco, na forma como as famílias se organizam e na forma como fazem alianças entre si. Cada chefe de família, segundo uma lógica da moral e dos costumes, em particular o respeito aos mais velhos, é um líder.

Essa organização será mudada a partir da instalação do posto indígena da FUNAI, em 1973, quando se cria a função de cacique, e a partir da atuação do mesmo são escolhidas algumas lideranças para ajudá-lo na representação externa, principalmente junto aos órgãos da administração federal em Brasília, onde o grupo encontrou amparo nas suas buscas por providência quanto a sua situação territorial. A partir do momento em que a terra é demarcada e homologada, em 1987, se institui formalmente o Conselho de Representantes, cujos membros, inicialmente em número de doze, são filtrados pelo cacique, que assume uma posição centralizadora e em muitos aspectos autoritária. Essa organização no início dos anos 90 será conhecida como a organização tradicional Xakriabá.

Em 1995 o Conselho de Representantes é ampliado para 25 membros, obedecendo ao critério de representatividade por aldeia, tornando-o mais representativo. Essa mudança só se tornou possível graças à pressão realizada por lideranças reconhecidas no âmbito de suas aldeias de origem e mesmo em toda a Terra Indígena. Essa ampliação permitiu melhor acomodação aos interesses das diversas lideranças e seus respectivos grupos.

No que respeita a Rancharia, foi nesse período, de reestruturação da política interna, que ela é colocada mais uma vez à margem, em função da aliança do cacique Rodrigão com o prefeito municipal local, à época o prefeito de Itacarambi. No entanto, a luta política estabelecida por lideranças locais de Rancharia em alianças com outras lideranças da TIX já experientes relativamente aos trâmites do Estado para a demarcação de terra indígena é propícia a criação da TIXR.

Nesse mesmo período, em meados da década de 1990, começa a formação das associações indígenas. Primeiramente é formada a Associação Indígena Xakriabá – AIX, com uma diretoria de 25 membros, todos eles representantes de aldeia, mais o cacique, seu presidente. Logo em seguida, em 1996, formam-se outras associações, de âmbito territorial mais reduzido, por aldeias ou grupo de aldeias.

Nesse processo, ao organizarem suas associações comunitárias e construir e ampliar a crescente rede de parceiros institucionais, os Xakriabá buscam acessar recursos de políticas públicas, tanto dos programas sociais quanto os fomentos ao desenvolvimento econômico.

O surgimento das associações indígenas Xakriabá está diretamente relacionado ao contexto da Constituição Federal de 1988, com a qual a FUNAI perde parte de suas prerrogativas em função da emancipação indígena<sup>34</sup>. Nesse contexto houve um retraimento na ação da FUNAI, o qual logo provocou uma reação, da parte de algumas lideranças, que puseram em marcha uma nova forma de organização sociopolítica que respondesse à nova forma de estruturação das ações de atendimento às demandas das

34 O texto constitucional diz, no seu artigo 232, que “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”. Com esse texto de emancipação os índios puderam, pela primeira vez, constituir suas entidades representativas dotadas de personalidade jurídica e presididas por eles mesmos. Ao mesmo tempo a FUNAI perde parte de suas prerrogativas, pois sua função tutelar estava relacionada à imputação, até então, da incapacidade civil aos índios.



comunidades indígenas. Atualmente as associações indígenas acionam diretamente o Estado brasileiro, instituições várias, ONGs de apoio e cooperação, nacionais e internacionais, constituindo uma ampla rede de parcerias, em busca de apoio a seus mais variados projetos. Como essas políticas geralmente disponibilizavam recursos para o acesso direto através de projetos administrados pelas associações locais, tal fato fez crescer o número de associações. Há atualmente dez AIX's, incluindo a Organização da Educação Indígena Xakriabá – OEIX, a qual reúne professores, alunos e a comunidade em geral em torno das demandas da educação Xakriabá, mas que também se articula externamente através de projetos, com a SEE\_MG e com o MEC.

No que respeita a Rancharia, mesmo antes do reconhecimento da terra indígena, as lideranças locais já atuavam nas ações comunitárias e cooperativas no município. Muitas famílias já participavam de uma associação comunitária, a Associação dos Produtores Rurais de São Bernardo. Mais tarde, no contexto da luta pela demarcação da Terra Indígena, criaram a Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Tenda, ainda no ano de 1996. E nos anos seguintes alguns agricultores indígenas se filiam à cooperativa municipal. Essas formas de associação e cooperativismo, como veremos mais adiante, serão fundamentais para o acesso de recursos de diversos programas de fomento do estado brasileiro.

A partir desse processo a organização tradicional começa a tomar novos rumos. Deixa de ser centralizada e autoritária para se tornar mais participativa e democrática.

A atual organização sociopolítica dos Xakriabá, em suas duas terras indígenas, vem sendo construída num processo dinâmico que permite a acomodação de interesses conflitantes, e ao longo desses mais de 20 anos decorridos desde a homologação da TIX sofreu várias alterações. Tanto no que diz respeito à organização voltada à acomodação dos interesses internos, como no que respeita à ação política Xakriabá voltada para relacionamentos externos, podemos destacar para o período atual uma mescla de três diferentes níveis: o Conselho de Representantes – formado pelos representantes de aldeias e pelo cacique, que o preside – as Associações Indígenas Xakriabá – AIX e a Administração Municipal.

Em um primeiro nível, persiste uma organização de base territorial, onde cacique e lideranças, representantes de aldeias e/ou grupos de aldeias tomam decisões consensuais segundo os processos mais tradicionais (GOMES, MONTE-MÓR, 2008). A composição desse conselho vem sendo alterada e ampliada, seguindo uma tendência de descentralização das funções de liderança. E coincidentemente as maiores mudanças na organização interna se dão no período que se segue ao enfraquecimento da FUNAI, no período pós-1988.

Mas, se por um lado há um processo de descentralização das funções de lideranças, com uma crescente especialização das funções, por outro lado vemos uma centralização na esfera representativa Xacriabá. É o que se observa relativamente à situação de Rancharia no contexto mais amplo dos Xacriabá de São João das Missões. Como a TIXR foi demarcada em separado e tardiamente, instituiu-se ali uma liderança própria, com cacique, vice-cacique e conselho de lideranças, que em nada deve se remeter às lideranças da TIX. No entanto, o cacique da TIX é por todos considerando cacique geral, o que na linguagem local quer dizer que sua liderança se estende à TIXR. Em momento nenhum da sua política interna os indígenas de Rancharia se colocaram em separado. O Antes o contrário, foi num momento muito específico da relação entre a política indígena, representada pelo cacique Rodrigão, e a política municipal, representada pelo prefeito de Itacarambi, que os Xakriabá de Rancharia foram deixados à parte, o que explica que a terra onde habitam tenha ficado fora da demarcação da TIX em 1979, e que o mesmo cacique não tenha apoiado a demarcação em 1999.

Reforça essa idéia de uma centralização na representação política o fato de que o processo de revisão dos limites territoriais das terras indígenas xakriabá está sendo coordenado por um mesmo GT da FUNAI, com o consentimento de todas as lideranças xakriabá. Além disso, o processo de revisão dos limites irá constituir uma única TIX, que englobará as atuais TIX, TIXR, já demarcadas, a TIXMV (Terra Indígena Xacriabá do Morro Vermelho) e todas as demais áreas, sejam elas já habitadas ou não por indígenas xakriabá. Essa política indígena centralizada está sendo historicamente construído pelos Xakriabá e foge à tendência que se encontra na maioria dos grupos indígenas, que é a de descentralização, a fragmentação, o faccionalismo e mesmo a cisão étnica, da qual resultam novas etnias.

Num segundo nível de organização da política indígena aparecem as Associações Indígenas Xakriabá (AIX's), de caráter comunitário, as quais vêm se organizando por micro-regiões ou mesmo por aldeia dentro da Terra Indígena, e que contam com participação de novas lideranças que emergiram no cenário político interno principalmente a partir do advento da escola indígena. A aplicação de políticas públicas diversas dos governos federal e estadual, mas principalmente as de fomento ao desenvolvimento, de combate a fome e à seca e as de caráter ambiental, cujos recursos somente poderiam ser acessados mediante apresentação de projetos, foi o incentivo externo para a formação das associações.

O terceiro nível se constitui na administração municipal de São João das Missões que se torna majoritariamente indígena, sendo que nos últimos dois pleitos (2004 e 2008) foi eleito como prefeito um

Xakriabá. E nos dois pleitos também fizeram maioria absoluta de vereadores índios para a câmara municipal.

A TIX pertencia ao município de Itacarambi, mas com a emancipação de São João das Missões, em 1996, passou a fazer parte deste município. Nos dois primeiros pleitos da administração municipal, de 1997 a 2004, governos ligados às oligarquias regionais fizeram forte oposição aos interesses indígenas, mesmo estes tendo sido eleito como vice-prefeito o cacique.

Também aqui, no quadro da política municipal, se fez repercutir a trajetória de formação de novas lideranças que emergiram no cenário político municipal a partir da escola indígena<sup>35</sup>. Destacados professores em processo de formação no magistério indígena se tornaram agentes de uma nova leitura da situação política local e puseram em curso uma estratégia de disputar as eleições municipais com chapa encabeçada por eles próprios, mas em aliança com a parcela não indígena insatisfeita com as gestões anteriores. E contaram uma maioria absoluta de eleitores indígenas no município.

A forma estreita como a prefeitura se articula com o conselho de representantes da TIX e com as associações indígenas a torna uma instância política internalizada quando se trata de suas ações na Terra Indígena, e de forma geral uma parceira estratégica em função do suporte que pode oferecer as associações de base comunitária existentes nas TIXs. Outro fator que nos permite pensar a forma como a prefeitura está internalizada é a instituição das administrações regionais, que subdividiu a área rural do município em três, sendo que uma delas é a TIX, e outra é centralizada pelo pólo indígena de Rancharia. Nesses dois casos os administradores regionais são os respectivos caciques.

#### **5.3.10.16 Rotas Migratórias e Movimentos de Uso e Ocupação Territorial**

O povo Xakriabá tem como característica a ocupação fixa em aldeias, geralmente se utilizando das estruturas residenciais deixadas pelos antigos fazendeiros ocupantes de suas terras originais. O fato que sua produção estar baseada na agricultura, também influencia sua permanência em núcleos residenciais fixos. Sob este aspecto, a migração e movimentos internos a TI são inexistências, ou insignificantes. A migração presente entre o povo, já foi abordado no item de demografia.

#### Uso e ocupação territorial atual

Grande parte da terra indígena Xakriabá está encoberta por afloramentos calcários, e se constituem de morros. As áreas efetivamente usadas pelos indígenas são aqueles que integram a planície formada desde as margens do São Francisco até a serra formada pelos afloramentos. Essa área no passado foi toda recoberta por vegetação de densa floresta, a qual foi substituída por vegetação secundária, de mata, em função das lavouras de coivara praticada pelos índios, mas também foi desmatada para a exploração de madeira e formação de pastagens, sobretudo na segunda metade do século XX. Hoje restam poucas áreas de matas primárias, geralmente nos pés de morro e nos boqueirões, as quais os índios querem preservar. No entanto, na área de planície, há apenas algumas manchas de mata de capoeira, formadas no período que se seguiu aos desmatamentos sistemáticos realizados nos anos, 70, 80 e 90, quando a terra estava sob a posse de fazendeiros.

Praticamente toda a terra indígena forma uma única bacia de captação de água das chuvas, a qual alimenta o Riacho Seco, que corta a terra indígena no sentido oeste-leste, margeando as encostas dos afloramentos calcários. O Riacho Seco, no período de chuvas, alimenta a Lagoa de Rancharia, esta formada pela depressão da maior dolina da TIXR.

Nos últimos anos o uso da terra veio sofrendo alterações em função da demarcação da terra indígena, mas somente em 2008 foram pagas as últimas indenizações, quando saem as últimas famílias que detinham posse da terra. Como criadoras de gado, elas impactavam muito fortemente a terra indígena, ao mesmo tempo em que não realizavam nenhuma benfeitoria, como formação de pastagens e bebedouro para o gado. De forma geral essa transformação no uso da terra implicou numa redução das áreas de pastagens, as quais foram se degradando pelo uso, não havendo formação de novas áreas, exceto pequenas áreas de uma ou outra família xakriabá.

---

<sup>35</sup> Em 1997 se institui a escola indígena e se inicia a formação de professores indígenas em nível de magistério, sendo que a primeira turma se forma em 2000, a segunda em 2004 e a terceira em 2008, formando mais de 150 professores. E em 2006 se inicia a licenciatura indígena na UFMG, que passa a ser cursada por 110 professores indígenas Xakriabá. Com isso se põe fim a uma demanda de ingresso escolar retida e que gerava um alto índice de analfabetismo entre população adulta. Se em 1997 a escola indígena Xakriabá tinha pouco mais de 500 alunos, esse número praticamente quadruplica em 2005 com seus mais de dois mil alunos. Bem antes das mudanças resultantes da escolarização interna, a trajetória de formação dos professores indígenas, em particular o contato com novas formas de pensar a ação política – ideologicamente libertárias, emancipatórias e democratizantes – se torna muito favorável à formação de novas lideranças políticas. Assim, desde 2002, uma primeira geração dos professores Xakriabá, ensaiava as primeiras idéias para por em prática o plano de se lançarem na disputa do governo municipal de São João das Missões.

O regime de uso da terra se dá sob o direito de uso, sendo que muitas famílias que já tinham o direito mesmo antes da demarcação da terra permaneceram com esse direito, e as áreas desocupadas pelos fazendeiros ficaram parte sob uso coletivo e parte tem seu uso ainda não definitivamente assentado no direito indígena. Exemplo de que o uso da terra ainda não está resolvido é a contenda existente entre a antiga liderança da TIX, o ex-cacique Antônio Possidônio e o restante dos moradores da terra indígena. A localidade denominada Cabeça D'Anta constitui exemplo de redefinição no uso da terra de forma que todos os interesses sejam contemplados. Trata-se de uma fazenda desocupada quando da homologação da TIXR, que estava assentada numa das áreas mais férteis para o cultivo de roças. Ali se estabeleceu um uso em que as lideranças distribuíram pequenos lotes de para todas as famílias. Toda família indígena tem o direito de uma área de cultivo. Quem já não tinha terra em outra localidade da terra indígena recebeu seu lote no sítio Cabeça D'Anta.

A produção de roça é a mais importante para os Xakriabá, não só do ponto de vista econômico mas também cultural. Toda família planta uma pequena roça, e grande parte da vida social acontece relacionadas às atividades que vão do preparo do terreno para o plantio à colheita.

De forma geral todas as áreas de planície da TIXR são agricultáveis, embora algumas partes do terreno apresentem solos fracos que necessitam correção para se tornarem produtivos. Assim, as principais localidades mencionadas como localidades de terrenos férteis pelos moradores são a já mencionada Cabeça D'Anta, de solos avermelhados, e o Boqueirão, de solos mais escuros e também mais arenosos. De forma geral as terras do Boqueirão são melhores tanto para agricultura como para as pastagens.

Embora essas localidades, dentre outras, apresentem terras boas para a agricultura, a produção de roças na TIXR é baixa, principalmente em função do ciclo das águas na região, que, combinados os fatores da irregularidade das chuvas e a drenagem rápida proporcionada pelos solos cársticos, fazem com que se percam muito facilmente a produção. Assim, como o plantio exige grandes esforços, a tendência geral é que cada família plante uma área reduzida, mesmo quando dispõem de recursos para plantios maiores, em função do risco de perder todo o investimento. Nas condições atuais as lavouras de milho, por exemplo, que tradicionalmente constituiu o principal produto das roças, vem perdendo terreno em função, primeiro, da perda da biodiversidade local, o que se deu com a substituição das sementes crioulas pelas sementes híbridas distribuídas pela FUNAI, e em segundo lugar pela introdução de outros gêneros pouco exigente em termos de água, como é o caso da mamona.

A produção de mamona tem sido a estratégia econômica de melhor retorno para o grupo, mas atualmente vem ocupando as terras mais férteis, tradicionalmente ocupadas pelas roças destinadas à produção de gêneros alimentícios. Assim, o grupo vem pleiteando apoios para a aquisição de maquinários agrícolas para preparo de novas áreas de cultivo da mamona e do milho, sem que para tanto precisem desmatar novas áreas de mata nos boqueirões e nas proximidades das encostas de morro.

Outra estratégia de retomada da produção de gêneros alimentícios em curso entre os Xakriabá é a retomada das sementes crioulas, cujo processo de seleção e adaptação desde tempos muito antigos na região as tornam melhor adaptados ao tipo de clima e solo da região. Essa recuperação de plantios com sementes crioulas implica em campos de experimentação de sementes e formação de banco de sementes que são posteriormente trocadas entre os produtores. Já existe no Norte de Minas uma rede de bancos de sementes crioulas da qual participam outras populações tradicionais da região como vazanteiros, geraizeiros, caatingueiros e quilombolas, num perímetro que abrange parte do vale do Jequitinhonha e do Rido Pardo, além de todo o Norte de Minas.



Fonte: Escritório EMATER de São João das Missões, FEV/2010

### **5.3.10.17 Vulnerabilidade das Terras e Grupos Étnicos a partir da Inserção do Empreendimento na Região**

As melhorias propostas na BR-135, trecho Manga – Itacarambi, incluem a pavimentação do segmento que tangencia a Terra Indígena Xakriabá Rancharia, perfazendo cerca de 4,7 Km de extensão, sendo parte deste segmento hoje asfaltado.

Os Xakriabá são favoráveis ao empreendimento, entendendo que este lhes trará benefícios traduzíveis, sobretudo, na melhoria de acesso a outras cidades e regiões. No entanto, o grupo encontra-se, até então, inseguro diante os impactos negativos que podem ocorrer, diante da ausência de informações acerca da magnitude do aumento do tráfego na região.

Além do aumento de acidentes e atropelamentos, o que realmente preocupa as lideranças e moradores da TIX Rancharia é o aumento da circulação de pessoas desconhecidas, sobretudo os ambulantes que realizam pequenas fraudes e trazem drogas ilegais para dentro da Terra Indígena.

A probabilidade de impactos negativos significativos sobre o meio físico da TIXR é baixa, tendo em vista as características ambientais da região como o relevo pouco acidentado, pouca presença de drenagens superficiais e intermitência dos cursos d'água e baixo potencial erosivo dos solos. Além disso, contribui também o baixo nível de intervenção do empreendimento, através da manutenção da diretriz da rodovia existente, a restrição das obras na faixa de domínio e a menor necessidade de cortes e aterros.

Essas características do empreendimento também são responsáveis pela baixa probabilidade de ocorrência de impactos diretos significativos sobre os componentes bióticos. Não são esperados impactos sobre a cobertura vegetal nativa, sobre o estado de conservação das áreas remanescentes, sobre os recursos vegetais (madeira, plantas medicinais, frutíferas), sobre os recursos de caça e pesca, sobre as populações de animais e plantas raras ou ameaçadas de extinção. Entretanto, alguns impactos poderão ocorrer como a redução de animais utilizados como caça pelos Xakriabá em função do aumento no número de atropelamentos na rodovia, devido ao aumento do fluxo de veículos e da velocidade ocasionada pela implantação do empreendimento, e também em decorrência do aumento do risco de queimadas originadas nas margens da rodovia.

Por outro lado, os principais pontos vulneráveis recaem predominantemente sobre os aspectos socioeconômicos, sendo relacionados à segurança dos Xakriabá na TIXR, devido ao maior fluxo e acesso de pessoas estranhas; o aumento dos riscos de acidentes na via, com o aumento do tráfego e velocidade dos veículos, além de possíveis tensões fundiárias na região devido à provável valorização das terras xakriabá, atualmente em processo de revisão de seus limites, com a melhoria da rodovia.

A intensificação de situações de contato permanente e duradouro com pessoas não indígenas, que podem vir a estabelecer relações com os Xakriabá, poderá gerar um contexto de transformação sociocultural, cosmológica e ritual que pode levar a perdas culturais.

É importante destacar o processo pelo qual os índios Xakriabá passaram em sua história antiga e atual. Seu povo sofreu com a perda de território ancestral e conseqüentemente essa perda gerou situações de fragilidade no que respeita às estratégias tradicionais de reprodução social, econômica e cultural do grupo. Ao final da década de 60 inicia-se o movimento de recuperação das terras que culmina com a Constituição de 1988, reconhecendo o direito dos índios às terras tradicionalmente ocupadas.

De posse de suas terras, os Xakriabá se vêem inseridos em um ambiente alterado, onde seu modo de vida, de produção e influências culturais externas passam a fazer parte de seu cotidiano. Esta nova realidade acarreta o esvaziamento das terras pelos mais jovens, levando à transformação dos saberes e da cultura das novas gerações.

É importante salientar que embora esses processos se dêem à revelia do empreendimento, podem ser potencializados pela realização deste. O contato que os Xakriabá mantêm com não-indígenas se dá principalmente no contexto regional e, nesse sentido, uma das preocupações dos indígenas em relação à estrada é a possibilidade de um grande afluxo de pessoas que consideram “desconhecidas”.

Mesmo que a melhoria da rodovia venha a intensificar os impactos negativos mencionados, sua implementação pode resultar no surgimento de novas oportunidades de trabalho e renda, permitindo uma diminuição no êxodo e fixando os jovens na terra. Caso esse quadro venha a se concretizar, os habitantes da Terra Indígena Xakriabá-Rancharia teriam a oportunidade de criar opções frente a esse quadro de intensas transformações sociais, econômicas e culturais.

### 5.3.11 Populações Tradicionais

Denominam-se Populações Tradicionais<sup>36</sup> aquelas que utilizam atividades de subsistência de baixo impacto ambiental em áreas rurais e urbanas, baseadas na reciprocidade, nos laços de solidariedade e de interação e cooperação comunitária e em relações econômicas e sociais mais coletivizadas.

O mapeamento dos locais onde vivem as comunidades tradicionais remanescentes na área de influência do empreendimento é um trabalho recente, e que tem sido lento. As informações aqui apresentadas são um resumo de pesquisas realizadas junto às principais entidades que se dedicam a estudar esta temática e/ou a encaminhar as principais reivindicações destes grupos.

É importante destacar que, dadas a atualidade e a ampla repercussão do tema e levando-se em conta que os eventuais efeitos negativos do projeto sobre estas comunidades seriam pontuais, tais como aqueles incidentes sobre as comunidades rurais em geral, considerando que as comunidades remanescentes quilombolas encontram-se distantes mais de 20 km da ADA.

#### 5.3.11.1 Comunidades Quilombolas

Conceitualmente comunidade de remanescentes de quilombos ou comunidade de quilombolas, dado o legado histórico a que remetem se refere a grupos descendentes de escravos fugitivos e/ou resistentes; ou seja, a condição de fuga, perseguição e/ou resistência os diferencia dos demais grupos.

A palavra quilombo vem de "*ochilombo*", sendo esta originada em um dialeto banto<sup>37</sup>, e corresponde ao acampamento usado por populações nômades, e no Brasil, deu nome aos núcleos de resistência à escravidão. Os quilombolas, em sua maioria, formada por escravos que fugiram do cativeiro na época da escravidão no Brasil. Eles escapavam dos engenhos de cana de açúcar ou fazendas de café e se refugiavam nos quilombos, locais de resistência e proteção.

Segundo Carril (2006), os quilombos desenvolveram uma relação específica com a natureza, de escravos eles se transformaram em camponeses. O relacionamento humano com a terra tornou-se fundamental como meio de sobrevivência na sociedade escravista. Viver nos quilombos equivalia a arar e cultivar a terra para dela extrair os recursos necessários à vida e também dela fazer sua moradia e nela reconstruir seu suporte cultural, numa perspectiva de auto-sobrevivência (CARRIL, 2006).

De acordo com o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, consideram-se comunidades remanescentes de quilombos, os grupos étnico raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A Fundação Cultural Palmares (FCP), instituição vinculada ao Ministério da Cultura, define como quilombos, mocambos, terra de preto, aquelas comunidades remanescentes de quilombos e comunidades negras rurais e comunidades de terreiro como grupos sociais afrodescendentes, que formaram territórios independentes onde a liberdade e o trabalho comum, passaram a constituir símbolos de diferenciação do regime de trabalho adotado pela metrópole.

Importante salientar que o amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo governo brasileiro, por meio do Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto n.º 5.051/2004.

Segundo informações da FCP não há como se ter um número exato de comunidades quilombolas existentes no Brasil, uma vez que o processo de reconhecimento das mesmas é relativamente recente e exige maior engajamento dos órgãos do Estado e da sociedade brasileira na publicização da existência desse segmento social. No entanto, até o início de 2010, a Fundação Cultural Palmares já tinha certificado 1.408 comunidades que comprovaram e se autodeclararam descendentes de escravos.

Ainda neste contexto, ressalta-se que após a certidão emitida pela FCP, o processo para regularização fundiária – identificação, delimitação, demarcação e titulação da terra - segue para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que fica responsável pelo levantamento territorial e estudos antropológicos e históricos, dentre outros, a serem elaborados a partir dos Relatórios Técnicos de

36 Comunidades humanas de diversidade sociocultural, que reproduzem seu modo de vida com base em formas específicas de relações estabelecidas no território entre a natureza e a sociedade. São reconhecidas como "populações tradicionais" aquelas constituídas por povos indígenas, remanescentes de quilombos, grupos extrativistas, agricultores familiares quebradeiras de coco de babaçu, ribeirinhos, pescadores artesanais, jangadeiros, caiçaras, marisqueiras, caboclos, dentre outros, conforme estabelecidas pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais coordenada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

37 Os bantos constituem um grupo etnolinguístico localizado na África subsariana que engloba cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes.

Identificação e Delimitação (RTIDs), para a correta delimitação e demarcação da área a ser titulada aos quilombolas.

De acordo com o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) existem aproximadamente 400 comunidades quilombolas no Estado de Minas Gerais distribuídas por mais de 155 municípios. As regiões do estado com maior concentração de comunidades quilombolas são a região Norte e a Nordeste, com destaque nesta última para o Vale do Jequitinhonha.

Na All do empreendimento, a falta de água pode ser destacada como mais uma dificuldade enfrentada pelos quilombolas. Como a maioria das comunidades se localiza no norte e nordeste do estado, regiões secas, fazer chegar água até essas populações implicam investimentos em infraestrutura básica.

Há de se considerar ainda que Minas Gerais foi um dos estados brasileiros que possuiu maior população negra escrava, pois a mineração atraiu pessoas de vários lugares para essa região, que prometia enriquecimento fácil e rápido. Desta forma, muitos foram os que trouxeram ou adquiriram escravos para o trabalho pesado nas minas.

A respeito deste assunto, cabe mencionar que nos anos em que a mineração foi economicamente rendosa, foram empregados nas minas cerca de 500 mil negros (Silva, 2005). Entre os anos de 1700 e 1850, época do apogeu da mineração, migraram para Minas Gerais aproximadamente 160 grupos de negros africanos, oriundos de três regiões: os sudaneses (especialmente do Golfo da Guiné: haussas, minas, iorubas, malês, entre outros), os bantus (angolas, congos, benguelas) e os moçambiques. Assim sendo, desde o século XVIII, a população negra no estado nunca foi inferior a 30% da população total – índice considerado alto (SILVA, 2005).

Ressalta-se ainda que a fuga dos escravos e a conquista de terras para viver em liberdade marcaram a história das Minas Gerais e em decorrência disso um grande número de quilombos se formou nessa região. Sendo assim, após a abolição da escravatura, muitos permaneceram nos territórios conquistados por seus antepassados ou ocuparam novos espaços a fim de iniciar uma vida de liberdade.

Nessa trajetória histórica, muitos territórios foram ocupados. Atualmente, os descendentes de escravos lutam para conseguir se manter em suas terras e ter seu direito de propriedade sobre elas. No presente, a situação das comunidades rurais negras gira em torno da necessidade de permanência na terra, com direito à titulação, bem como a todas as políticas públicas destinadas ao povo brasileiro, com destaque para a saúde e educação. Ainda neste contexto, destaca-se o Programa Brasil Quilombola (PBQ), uma iniciativa do Poder Público criada em 2004, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), que tem como objetivo articular ações “transversais, setoriais e interinstitucionais”, juntamente com a sociedade civil.

No âmbito da Área de Influência Indireta do presente estudo, segundo dados da Fundação Cultural Palmares foram identificadas 10 comunidades quilombolas que já têm seu reconhecimento publicado no Diário Oficial da União, estando todas elas localizadas no território do município de Manga, conforme observado no quadro 5.47. Contudo, conforme mencionado anteriormente, estas distam aproximadamente 20 km da BR-135.

**Quadro 5.47**  
**Comunidades Quilombolas Certificadas no município de Manga**

Comunidade	Município	Data Publicação DOU
Bebedouro	Manga	13.12.2006
Brejo de São Caetano do Japoré	Manga	12.05.2006
Ilha da Ingazeira	Manga	12.05.2006
Espinho	Manga	12.05.2006
Justa I	Manga	12.05.2006
Justa II	Manga	12.05.2006
Malhadinha	Manga	12.05.2006
Pedra Preta	Manga	12.05.2006
Vila Primavera	Manga	07.06.2006
Puris/Calindó	Manga	12.05.2006

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2006.

### 5.3.12 Reassentamento e Desapropriação

O trecho Manga – Itacarambi, em Minas Gerais, possui extensão de cerca de 48,70 Km, encontrando-se implantado e em funcionamento há várias décadas. A rodovia encontra-se atualmente pavimentada até próximo ao km 16, no início do povoado de Rancharia e, do km 16 ao km 48, a ligação é efetuada por rodovia encascalhada em estado razoável de conservação.

Em seu percurso a rodovia passa por quatro perímetros urbanos, a saber, Itacarambi, Rancharia, São João das Missões e Manga. Para estas passagens urbanas, o projeto apresenta alternativas de contorno, para aumentar a eficiência da rodovia e a segurança dos usuários e dos moradores ao longo desses perímetros urbanos, estando previstas soluções de pavimentação e sinalização visando à segurança nestes locais.

Quanto ao ordenamento do uso e ocupação do solo na área de influência da rodovia foi previsto a atuação do DNIT junto às autoridades municipais em duas fases. A primeira tendo como objetivo o estabelecimento de diretrizes de uso e ocupação do solo na faixa lindeira, numa largura aproximada de 200m para cada lado da via. Num segundo momento, as ações estarão voltadas para a elaboração ou adequação do Plano Diretor Municipal.

O Projeto de Desapropriação em questão foi elaborado tendo por base a planta do projeto geométrico, calculando-se a superfície ocupada por propriedades dentro dos limites de desapropriação da faixa de domínio.

Inicialmente, foi realizado cadastramento em campo de todos os proprietários atingidos pela faixa de domínio da rodovia. A faixa de domínio foi definida ao longo de todo o traçado, afastada 40 (quarenta) metros do eixo da pista existente, totalizando uma largura de 80 (oitenta) metros na rodovia.

Com base na superfície ocupada por propriedades dentro dos limites de desapropriação foi realizada análise de custos baseada em preços médios, cotados para segmentos homogêneos de ocupação de solo. Tomando por base as diretrizes estabelecidas na IS-219 (publicação IPR/DNIT nº726 de 2006), o Projeto de Desapropriação teve por objetivo identificar, quantificar e avaliar o custo das indenizações das propriedades que interferem no Projeto da BR-135-MG; Trecho: Entr. BR-040/262/381 (Anel Rodoviário de Belo Horizonte); Subtrecho: Manga (Acesso Norte) – Rancharia; Segmento km 77,1 ao km 105,1.

Cabe ressaltar que os custos apresentados não representam os custos reais da propriedade ou do imóvel a ser desapropriado, simplesmente fornecem subsídios ao Órgão para o início do processo administrativo. As propriedades foram identificadas com base nos levantamentos topográficos realizados em campo.

De acordo com o Projeto Executivo de Engenharia, a avaliação baseou-se nos preços de mercado de terrenos e de benfeitorias, fornecidos pelas Prefeituras dos Municípios de Manga e São João das Missões.

A pesquisa de mercado na região, para fixação dos preços unitários adotados na avaliação dos terrenos a serem desapropriados, foi efetuada em consultas nas Prefeituras Municipais de Manga e São João das Missões. As informações coletadas permitem a diferenciação dos preços dos imóveis em função das características dos mesmos.

Foram identificadas benfeitorias em imóveis lindeiros, na área da faixa de domínio. Existem 24 (vinte e quatro) benfeitorias a serem desapropriadas no Acesso Sul a Manga, 14 (quatorze) no Acesso Sul a São João das Missões, ambos em áreas urbanas.

Neste contexto, foram identificados, localizados e cadastrados 93 (noventa e três) imóveis com interferências na diretriz do traçado do projeto. O custo total estimado é de R\$ 141.127,66 (Cento e quarenta e um mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos), sendo este parte integrante do Projeto Executivo de Engenharia.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: E. C. O'Dwyer. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. São Paulo: ABA/FGV, 2002.

ANASTASIA, C. M. J. **A Sediação de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco**. Belo Horizonte, 1983, (Dissertação de mestrado, Departamento de Ciência Política, FAFICH, UFMG).

ANDRADE, M. C. de. **Áreas de Domínio da Pecuária Extensiva e Semi-Intensiva na Bahia e Norte de Minas**. Recife: SUDENE, 1982.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Formação inicial para agentes indígenas de saúde: módulo introdutório**. Brasília: FUNASA, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Censo Educacional**. 2008. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar.htm>. Acesso em dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **DataEscolasBrasil**. 2009. Disponível em <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br>. Acesso em jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema e-MEC: Instituições de Ensino Superior e cursos cadastrados**. 2010. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Resultados e Metas**. 2007. Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/Site/>. Acesso em mai. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde: NOB-SUS 96**. Brasília: MS, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Norma Operacional da Assistência a Saúde do Sistema Único de Saúde 01/2001**. Brasília: MS, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa agentes comunitários de saúde (PACS)**. Brasília: MS, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Controle de Endemias**. Brasília: MS, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: relatório de situação: Minas Gerais**. Brasília: MS, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância epidemiológica**. Brasília: MS, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção básica**. Brasília: MS, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção às urgências**. Brasília: MS, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Regulação médica das urgências**. Brasília: MS, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. **Cadernos de Informações de Saúde**. Brasília: MS, 2007. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/cadernosmap.htm>. Acessado em dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Banco de Dados do Sistema Único de Saúde. DATASUS. **Cadatro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)**. Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/>. Acessado em mai. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Entendendo o SUS**. Brasília: MS, 2007. Disponível em: [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id\\_area=136](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=136). Acessado em abr. 2010.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

CARRIL. L. F. B.. Quilombo, Território e Geografia. **Agrária, São Paulo, nº 3, pp. 156-171, 2006**. Disponível em [http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/3/8\\_carril.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/3/8_carril.pdf). Acessado em abril de 2010.

CAVALCANTI, J. E. A década de 90 é dos resíduos sólidos. **Revista Saneamento Ambiental** – nº 54, p. 16-24, nov./dez. 1998.

CEDECA. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará. **Transporte Escolar: via legal para uma educação de qualidade**. Fortaleza: CEDECA/MPF, 2006.



CEDEFES. “Os avanços das comunidades quilombolas de Minas Gerais em 2005”. In: Observatório Quilombola, edição novembro/dezembro, 2005. Koinonia; Versão eletrônica: <http://koinonia.org.br/oq/uploads/conjunturas/Conjunt1.pdf>

COSTA, J. B. A. **O ser da sociedade sertaneja e a invisibilização do negro no sertão norte do gerais**. In: LUZ, C.; DAYRELL, C. Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade. Montes Claros: Rede Cerrado, 2000. 309 p.

\_\_\_\_\_. “Brejo dos Crioulos e a sociedade negra da Jaíba: novas categorias sociais e a visibilização do invisível na sociedade brasileira”. In: Pós – Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Brasília: Universidade de Brasília / Katakumba Editores, 2001.

CUNHA, A. M. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. **Seminário sobre a Economia Mineira**, X. Diamantina, 2002, p. 21.

CURYA, C. R. J. Educação Básica no Brasil. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002, p. 168-200. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em jun. 2010.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas**. Huelva: Universidad Internacional de Andalucía, Espanha, 1998. Dissertação de Mestrado.

\_\_\_\_\_. **Os geraizeiros descem a serra: ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios do agrobusiness**. In: LUZ, C., DAYRELL, C. (orgs.). Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade. Montes Claros: CAANM; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000.

DE PAULA, A. M. N. R. **A Integração dos Migrantes Rurais no Mercado de Trabalho: A esperança de Melhoria de Vida!** Uberlândia-MG, 2003, 186f. Dissertação (Mestrado em Geografia Agrária) Instituto de Geografia Rural-Universidade Federal de Uberlândia.

\_\_\_\_\_. Migração e trabalho no norte de minas gerais: os “antigos tempos” e as “novas” formas de exclusão social na cidade de Montes Claros. **II Simpósio Regional de Geografia** “Perspectivas para o Cerrado no século XXI” Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia. 26 a 29 de Novembro de 2003.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 169 p.

FEITOSA, A. M.; BARBOSA, R. S.. **Homem e Natureza nos Gerais de Minas**. 2005. (Artigo científico *no prelo*).

FERREIRA, J. A. Solid Waste and Nosocomial Waste: An Ethical Discussion. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 11 (2): 314-320, Apr/Jun, 1995.

FILHO, J. M. O equilíbrio entre a atividade econômica e a sustentabilidade socioambiental. In: MENDONÇA, R. e NEIMAN, Z. (Orgs.) **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo, Ed. Manole, 2005. Pp. 41-60.

FURTADO, B. A. **Minas Gerais: evolução dos limites municipais: uma análise exploratória**. Dissertação de mestrado, PUC/MG. 2003.

FUNAI. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Xacriabá Rancharia-MG. SCHETTINO, Marco Paulo (Coordenador Técnico), FUNAI, Brasília, 1999.

GERVAISE, A. A Transformação Agrária do Norte Meridional: Norte de Minas. Belo Horizonte: UFMG/Instituto de Geociências/Departamento de Geografia (publicação especial n.º1), 1975.

GOMES, N. P. M. & PEREIRA, E. A. “A Comunidade dos Arturos”. In: **Negras Raízes Mineiras: os Arturos**. Belo Horizonte; Maza Edições, 2000. (Coleção Minas & Mineiros)

GONÇALVES, C. W. P. **As Minas e os Gerais: Breve ensaio Sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas**. In DAYRELL, C. A.; LUZ, C. (Orgs.). Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade. Montes Claros: CAANM/Rede Cerrado, 2000.

GONSALVES, P. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos**. Rio de Janeiro: D&A: Fase, 2003, 182p.

GUIMARÃES, C. M.. “Mineração, quilombos e Palmares – Minas Gerais no século XVIII”. In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GREENE W. H. **Econometric Analysis**. 4th ed. Prentice Hall, 2000.

HAUPT, A.; KANE, T. **Manual Sobre La Población**. Washington: Population Reference Bureau. 2001.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Produto Interno Bruto dos Municípios 2003-2006**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2003\\_2007/PIB\\_2003\\_2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2003_2007/PIB_2003_2006.pdf). Acessado em dez. 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contagem da População, 2007. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio>, acessado em outubro/novembro, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico, 2000. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio>, acessado em outubro/novembro, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico, 1991. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estati.shtm>, acessado em outubro, 2009

IBAMA. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - MG, **Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER)**, São Paulo, 588 p., 2003.

ITACARAMBI. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde: 2010-2012**. No prelo.

ISA. Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil: Xakriabá**. ISA, 2006. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xakriaba>. Acessado em abr. 2010.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. 325 p.

LEMOS, M. M. de V. **Atlas de Minas Gerais: a saúde e o social sob a luz do plano diretor de regionalização Uberlândia**. 2005. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia: 2005.

LIMA, J. P. R; MIRANDA, E. A. de A. Norte de Minas Gerais: Fruticultura irrigada, arranjos inovativos e sustentabilidade. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.31, n. Especial p.508-529, nov. 2000.

MAGALHÃES, R. M. & FERREIRA, L. L. Alternativas de Visitação para o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. **Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável**, Fortaleza/CE, Maio de 2008.

MANGA. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde: 2009-2012**. No prelo.

MANGA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (PMDLIS)**. Manga: PMM, 2009. (impresso)

MARTINEZ-ALIER, J. (1999). **Justiça Ambiental (local e Global)** In CAVALCANTI, C. (org.) Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e políticas públicas, São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_ (2007) **O ecologismo dos pobres**. S. Paulo, Contexto: 2007 (Capítulos: Correntes do Ecologismo, O Estado e outros atores, A dívida ecológica - p. 21-40 e 263-332).

MATA-MACHADO, B. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. **Sistema Estadual de Regulação Assistencial de Minas Gerais: SUS fácil MG**. Belo Horizonte: 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. **Plano Diretor de Regionalização: 2001-2004**. Minas Gerais: SES, 2002. Disponível em: [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pdr\\_completo\\_mg.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pdr_completo_mg.pdf). Acessado em dez. 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. **Plano Estadual de Saúde: 2008-2011**. Minas Gerais: SES, 2008. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/>. Acessado em dez. 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. **Plano Diretor de Regionalização**. Minas Gerais: SES, 2009. Disponível em: [http://www.saude.mg.gov.br/politicas\\_de\\_saude/plano-diretor-de-regionalizacao-pdr](http://www.saude.mg.gov.br/politicas_de_saude/plano-diretor-de-regionalizacao-pdr). Acessado em dez. 2009.

MOURA, A.P.. **Resgate Cultural dos Vales dos Rios Jequitinhonha e São Francisco**. Belo Horizonte: SEBRAE-MG, 2006.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1981.

O'DWYER, E. C. & OLIVEIRA, O. M. **Relatório de Identificação da Comunidade Negra Rural de Porto Corís, município de Leme do Prado – MG**. Fundação Cultural Palmares e Universidade Federal de Alagoas, 1997.

OLIVEIRA, C. L. **Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. UFMG, 2005.

OLIVEIRA, M. F. M. **Processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da SUDENE**. In: OLIVEIRA et al. Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Unimontes, 2000, p. 13 – 103.

OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L. **Traços do processo de desenvolvimento do Brasil e da região Nordeste: 1960 a 1990**. In: Caminhos da História, Montes Claros, v. 5 n. 5 p. 7 – 32, 2000

OLIVEIRA, R. P.. **Os Arturos: unidos pela festa**. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC, 2005.

PATARRA, N. Tendências e Modalidades Recentes das Migrações Internas e Distribuição Populacional no Brasil: um olhar para o Nordeste. **Anais do Seminário Quantos Somos e Quem Somos no Nordeste**. Recife, Fundação Gilberto Freyre, 26 a 28 de abril de 2004.

PAULA, J. A. **O Prometeu no sertão: economia e sociedade da Capitania das Minas dos Matos Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, Tese (Doutorado), 1988.

PENA, J. L. **Perfil saneamento, indicadores demográficos e saúde ambiental após a implantação do Distrito Sanitário Especial Indígena: o caso dos Xakriabá em Minas Gerais**. Dissertação. PPG Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2004.

PENA, J. L.; HELLER, L. Saneamento e Saúde Indígena: uma avaliação na população Xakriabá, Minas Gerais. **Eng. Sanit. Ambient.**, Rio de Janeiro, 13 (1), Jan/Mar, 2008.

PENA, J. L.; HELLER, L.; DIAS JR., C. S. A população Xakriabá, Minas Gerais: aspectos demográficos, políticos, sociais e econômicos. **Rev. Bras. Estud. Popul.**, São Paulo, 26 (1), Jan/Jun, 2009.

PEREIRA, A. M., ALMEIDA, M. I. S. (orgs.). **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Editora da Unimontes, 2004. 130p.

PEREIRA, D. B.. **Paradoxo do Papel do Estado nas Unidades de Conservação**. In ZHOURI, A.; LASCHEFSKI K.; PEREIRA, D. B. (Org's). A Insustentável leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

PNUD. Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2000.

POZO, O. V. C. **Regimes de Propriedade e Recursos Naturais: a tragédia da privatização dos recursos comuns no Norte de Minas Gerais**. 2002. Tese (Doutorado) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PROUS, A. & BAETA, A. El Arte Rupestre del Vale do Rio Peruaçu, norte de Minas Gerais, Brasil. **Simpósio Internacional de Arte, 3. Santa Cruz de La Sierra**, Sociedad de Investigación del Arte Rupestre de Bolívia, Resúmenes de Ponencias, 1991.

RAMOS, D.. **“O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII”**. In: Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, G. A. dos. **Algumas Considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da Região Mineira do Nordeste**. In: SANTOS, G. R. dos (Org). Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.p. 37-74.

RIANI, J. L. R.; GOLGHER, A. B. Indicadores educacionais confeccionados a partir de bases de dados do IBGE. In: RIOS-NETO, E. L. G.; RIANI, J. L. R. (org.). **Introdução à Demografia da Educação**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2004. pp. 89-128.

RODRIGUES, L. **Formação econômica do Norte de Minas e o período recente**. In: OLIVEIRA et al. Formação Social e Econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Unimontes, 2000, p. 105 - 172.

\_\_\_\_\_. Potencial da Agricultura Irrigada como Indutora do Desenvolvimento Regional: o caso do projeto Jaíba no Norte de Minas Gerais. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, V.32, n.2p. 206-232. 2001.

RODRIGUES, M. E. **Globalização e ambientalismo: Actores e processo no caso da incineradora de Estarreja**. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2000.

RONALD G. E. ROBERT S. S. **Modern Labor Economics Theory and Policy** – 5th ed. Haper Collins College, 2000.

- RIPSA. Rede Internacional de Informações para a Saúde. **Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações.** Brasília: Org. Pan-Americana da Saúde, 2002.
- RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** 11. ed. Campinas: Papyrus, 2004. (Coleção Turismo).
- SANTANA, J. P. **Central de Associações Indígenas Xacriabá.** Texto desenvolvido no Curso Superior Indígena. Primeiro Módulo, Maio/ Agosto de 2006. Eixo Socioambiental - Projetos Sociais. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SANTOS, A. F. M. **Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo.** Um estudo sobre a construção social de fronteiras. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Ciências Sociais do Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1997. 304p.
- SANTOS, F. D. Unidades de conservação ambiental e o encurralamento das populações locais no Norte de Minas. **IV Encontro Nacional da Anppas,** Brasília – DF, 2008.
- SILVA, C. A. **Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/PARNA, Januária/Itacarambi, MG:** Comunidade do Janelão: as comunidades tradicionais e o impacto da criação da Unidade de Conservação em seu território. Montes Claros: Unimontes, 2007. (Dissertação de mestrado).
- SILVA, D. A.. **O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano.** Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2005.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** 2.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.
- SOUZA, A. L.. **História, educação e cotidiano de um Quilombo chamado Mumbuca.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2006.
- SOUSA, M. da C. de; SCATENA, J. H. G.; SANTOS, R. V. O Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI): criação, estrutura e funcionamento. **Cad. Saúde Pública** [online], 23 (4): 853-861, 2007.
- SUNDFELD, C. A. (Org). **Comunidades quilombolas: direito à terra,** Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC/Editora Abaré, 2002.